

Leonardo França Campos

**“ESCRAVIDÃO E FAMÍLIA ESCRAVA EM UMA ECONOMIA DE  
ABASTECIMENTO.” TERMO DE BARBACENA, SÉCULO XIX.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História, área de concentração: História, Cultura e Poder, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora  
2011

Dissertação defendida em 05 de dezembro de 2011, pela banca constituída por:

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Mônica Ribeiro de Oliveira – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Carla Maria Carvalho de Almeida  
Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF

---

Prof. Dr. Eduardo França Paiva  
Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

*À Maria do Carmo e ao Matheus*

## AGRADECIMENTOS

*Em primeiro lugar, quero agradecer a minha esposa Maria do Carmo e a meu filho Matheus; espero poder compensar as ausências nesses dias de maior introspecção.*

*Agradeço a todas as pessoas que me receberam em Juiz de Fora, depois de alguns anos de “exílio”. Especialmente, à Mônica Oliveira, pela disponibilidade, sensibilidade e respeito pelo trabalho: orientou esta pesquisa com muita competência e sensatez; suas críticas e sugestões sempre foram precisas. Foi um prazer tê-la como orientadora.*

*À Carla Almeida, agradeço pelas orientações cirúrgicas na qualificação; suas críticas e sugestões foram imprescindíveis para continuar a pesquisa. As construções das tabelas desta dissertação visaram constituir maior análise quantitativa inspirada em suas orientações. Acredito ter alcançado uma razoável base de dados para desenvolver futuras análises mais qualitativas, muito obrigado. Também gostaria de agradecer pelas lições inesquecíveis em suas aulas, principalmente em seus instigantes questionamentos.*

*Ao Eduardo França Paiva, quero agradecer por suas análises na qualificação; sem dúvida, melhoraram muito a pesquisa que agora apresento. Agradeço por compreender as limitações da pesquisa na qualificação e sempre demonstrar gentileza e compromisso profissional.*

*Também gostaria de agradecer a Cláudia Viscardi, desde a graduação, pelas aulas instigantes e pelo incentivo em diversos momentos.*

*Ao meu amigo João Batista, pelo incentivo em todos os momentos deste trabalho. Em particular, pelo apoio no cumprimento das obrigações profissionais na EPCAR.*

*À Maria da Luz e ao Carlos Murta, que se desdoblaram para que eu conseguisse cursar a Pós-graduação. Muito obrigado.*

*Aos prezados Edílson dos Santos e Alexandre Rodrigues, amigos para toda hora. Uma das vantagens de realizar um curso como este é estreitar amizades assim.*

*Aproveito para agradecer a todos os colegas de trabalho da Aeronáutica: senti do grupo todo, sempre, incentivo para continuar. Preciso agradecer de forma especial a Tenente-Coronel Denise pelo apoio indispensável para participar deste curso.*

*Não posso me esquecer de todos que conheci no Arquivo Histórico: Edna Resende, Carmem, Ana Paula Santos e Sheldon Carvalho. Muito obrigado pela ajuda constante nas pesquisas, espero não perder a convivência.*

*Um agradecimento especial ao Wlamir, Professor da Universidade Federal de São João del Rei, por sua sugestão em pesquisar os relatórios de presidentes da província de Minas Gerais.*

*Rosilene Cardoso, obrigado por sua disposição de ajuda em muitos momentos difíceis do curso.*

*Agradeço à Ana Mendes pela atenção e gentileza na secretaria da Pós-graduação.*

*Aproveito para agradecer aos meus irmãos, cunhado e cunhada, tios e primos de Juiz de Fora e do Rio de Janeiro, pelo apoio direto ou indireto no sentido de fazer este curso.*

*Na família, agradeço, em especial, a meus cunhados, João Justino, irmão da minha esposa Maria do Carmo, reitor do Seminário Santo Antônio em Juiz de Fora, futuro bispo em Belo Horizonte, pelos conselhos e apoio em diversos momentos; e ao Neimar, marido da minha irmã Isabelle, engenheiro do IBGE no Rio de Janeiro, que me proporcionou o acesso aos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. Um acesso público, cidadão, desconhecido por mim, fundamental para esta pesquisa. Muito obrigado aos dois.*

*Finalmente, quero agradecer especialmente a minha avó, Nylza Alves França, todo carinho que sempre teve comigo. Sem o seu apoio, seria impossível realizar este curso.*

## RESUMO

Dos estudos sobre a escravidão em Barbacena, Minas Gerais, alguns defendem a tese de que o desenvolvimento econômico regional manteve o trabalho escravo nas fazendas até a imposição da abolição da escravatura. Em nossa pesquisa demonstramos que a concentração da propriedade cativa e a desaceleração do crescimento econômico da região, articuladas as mudanças jurídicas, instituídas pela Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre, é que, de fato, concorreram para a conservação da escravidão até 1888. Nesse sentido, as famílias escravas tiveram papel fundamental na manutenção da ordem social em uma economia em constante transformação. É o que procuramos demonstrar, neste estudo, através de cuidadosa análise de documentos do Arquivo Histórico Municipal “Altair Savassi”, durante o período de 1870 a 1888 do termo de Barbacena, Minas Gerais.

**Palavras chave:** escravidão, família escrava, História econômica, Minas Gerais, Barbacena.

## ABSTRACT

Among studies of slavery in Barbacena, Minas Gerais, some argue the thesis that regional economic development kept the slave labor on farms until the imposition of the abolition of slavery. In our research, we showed that the concentration of ownership and economic crisis of the captive region, articulated the legal changes instituted by the Rio Branco Law or Ventre Livre Law, was that, in fact, contributed to the preservation of slavery until 1888. In this sense, slave families played a key role in maintaining social order in an impoverished economy. It's what we try to demonstrate in this study through carefully analysis of the documents from Arquivo Histórico Municipal "Altair Savassi" during the period 1870 to 1888 in the jurisdiction of Barbacena, Minas Gerais.

**Keywords:** slavery, slave family, economic history, Minas Gerais, Barbacena.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Seleção dos inventários com registro de escravos: 1870-1888 .....	16
Tabela 2 - Seleção dos inventários com registro completo de escravos: 1870-1888 .....	18
Tabela 3 - Crescimento da população total e percentual de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821) .....	<u>50</u>
Tabela 4 - População Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835).....	<u>577</u>
Tabela 5 - Crescimento Anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835). .....	<u>577</u>
Tabela 6 - Cartas de sesmarias .....	<u>666</u>
Tabela 7 - Mapa de população do termo de Barbacena em 1820.....	<u>755</u>
Tabela 8 - Lista nominativa do termo de Barbacena – 1831/1832.....	<u>777</u>
Tabela 9 - Distritos e população do termo de Barbacena, 1833-35.....	<u>799</u>
Tabela 10 - Estrutura de posse de escravos. Termo de Barbacena entre as décadas de 1810 e 1830.....	<u>811</u>
Tabela 11 - Estrutura de posse de escravos, Termo de Barbacena entre as décadas de 1809 e 1819.....	<u>822</u>
Tabela 12 - Estrutura de posse de escravos, Termo de Barbacena entre as décadas de 1820 e 1830.....	<u>833</u>
Tabela 13 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Inventariados.....	<u>977</u>
Tabela 14 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Africanos.....	<u>977</u>
Tabela 15 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Crioulos.....	<u>988</u>
Tabela 16 - Distribuição por Idade e Sexo .....	<u>999</u>
Tabela 17 - Distribuição por Idade e Sexo, 1809 - 1819.....	<u>100</u>
Tabela 18 - Distribuição por Idade e Sexo, 1820 - 1830.....	<u>100</u>
Tabela 19 - Razão de africanidade entre escravos e o termo de Barbacena, 1809-1830 .....	<u>1011</u>
Tabela 20 - Razão de africanidade entre os escravos por sexo, 1809-1830.....	<u>1022</u>
Tabela 21 - Razão de africanidade por sexo e faixa etária, 1809-1830.....	<u>1022</u>
Tabela 22 - Razão de africanidade por sexo e faixa etária, 1809-1819.....	<u>1033</u>
Tabela 23 - Razão de africanidade por sexo e faixa etária, 1820-1830.....	<u>1033</u>
Tabela 24 - Condição jurídica da população do termo de Barbacena (1831/32) .....	<u>1066</u>



Tabela 25 -Distinção de naturalidade e cor sobre a população escrava. Termo de Barbacena (1831/32).....	1077
Tabela 26 - Divisão entre os sexos na população escrava. Termo de Barbacena (1831/32).....	1077
Tabela 27 - Distinção quanto à naturalidade/cor. População masculina escrava do termo de Barbacena. (1831-1832).....	1088
Tabela 28 - Distinção quanto à naturalidade/cor. População feminina escrava do termo de Barbacena. (1831-1832).....	1088
Tabela 29 - Divisão entre os sexos na população escrava africana e preta. Termo de Barbacena (1831/32).....	1099
Tabela 30 - Divisão entre os sexos na população escrava não africana. Termo de Barbacena (1831/32).....	1099
Tabela 31 - Distinção quanto à naturalidade da população escrava. Termo de Barbacena (1831-1832) .....	11010
Tabela 32 - Percentual de endogamia por estatuto jurídico entre escravos e forros. Termo de Barbacena ( 1781-1821).....	1144
Tabela 33 – Casamentos. População escrava casada do termo de Barbacena. (1831-1832).....	1166
Tabela 34 - População Escrava (Recenseamento de 1872).....	1211
Tabela 35 - Termo de Barbacena. Mapas de população, 1833/35 e Recenseamento, 1872. ....	1222
Tabela 36 - Termo de Barbacena. Mapa de População de 1833/35 Somente os Distritos que permaneceram em 1872 .....	1277
Tabela 37 - Termo de Barbacena. Recenseamento Imperial de 1872 Somente os distritos que permaneceram desde 1833/35.....	1277
Tabela 38 - Arrecadação das câmaras municipais entre 1857 e 1860.....	1333
Tabela 39 - Seleção dos inventários com registro de escravos. 1870- 1888 .....	1411
Tabela 40 - Termo de Barbacena. Recenseamento de 1872.....	1477
Tabela 41 – Seleção dos inventários com registro de escravos. 1870- 1888.....	1488
Tabela 42 - Média de escravos por proprietário no termo de Barbacena, AHMPAS. ....	15050
Tabela 43 - Posse de escravos no termo de Barbacena. 1870-1888 .....	1511
Tabela 44 - Posse de escravos no termo de Barbacena. 1870-1879 .....	1533
Tabela 45 - Posse de escravos no termo de Barbacena. 1880-1888 .....	1544

Tabela 46 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Sexo e faixa etária. 1870-1888 .....	1699
Tabela 47 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Sexo e faixa etária. 1870-1888 .....	1699
Tabela 48 - População ingênua nos inventários do termo de Barbacena. Classificação de acordo com o sexo. ....	17070
Tabela 49 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse e faixa etária. 1870-1888 .....	1722
Tabela 50 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse e faixa etária. 1870-1879 .....	1722
Tabela 51 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse e faixa etária. 1880-1888 .....	1733
Tabela 52 - “Ingênuos” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse.. 1870-1888.....	1733
Tabela 53 - “Ingênuos” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse. 1870-1879.....	1744
Tabela 54 - “Ingênuos” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse. 1880-1888. ....	1744
Tabela 55 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse . 1870-1888.....	1766
Tabela 56 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse. 1870-1879 .....	1766
Tabela 57 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse. 1880-1888.....	1777
Tabela 58 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse . 1870-1888 .....	1788
Tabela 59 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse. 1870-1879 .....	1788
Tabela 60 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse . 1880-1888 .....	1799
Tabela 61 - Escravos matriculados nas décadas de 1870 e 1880 .....	1844
Tabela 62 - Termos da Província de Minas Gerais, população escrava em 1873. ....	1877
Tabela 63 - Termo de Barbacena - Registro de compra e venda de escravos - 1872-1888. ....	2022

Tabela 64 - Termo de Barbacena - Registro de compra e venda de escravos - 1872-1888 .....	2022
Tabela 65 - Escravas compradas por proprietários do termo de Barbacena. Tráfico interprovincial e intraprovincial. 1872-1888 .....	2033
Tabela 66 - Escravas vendidas por proprietários do termo de Barbacena. Tráfico interprovincial e intraprovincial. 1872-1888 .....	2055
Tabela 67 - Livro de compra e venda de escravos. Famílias escravas negociadas no período de 1872 a 1888. Julho de 1872 a setembro de 1874. ....	2099
Tabela 68 – Livro de compra e venda de escravos, 04 de abril de 1877 a 11 de agosto de 1880 .....	2111
Tabela 69 - Livro de compra e venda de escravos, 11/11/1880 - 10-5-1882 .....	2111
Tabela 70 - Livro de compra e venda de escravos, maio de 1882 a 8 de maio de 1886. .....	2122
Tabela 71 - Crianças escravas e ingênuas identificadas em famílias. Termo de Barbacena. (1870-1888) .....	2188
Tabela 72 - Escravas casadas, viúvas ou mães solteiras. Termo de Barbacena. (1870- 1888).....	22020
Tabela 73 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1870-1888. .....	2222
Tabela 74 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1870-1879. .....	2233
Tabela 75 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1880-1888. .....	2233
Tabela 76 - Estabilidade das famílias matrifocais. Termo de Barbacena, 1870-1888. .....	2355
Tabela 77 - Estabilidade das famílias nucleares. Termo de Barbacena, 1870-1888. .	2355

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa do Caminho Novo/ Estrada Imperial .....	29
Mapa 2 - O Caminho Novo no início do século XIX .....	30
Mapa 3 - Principais produtos – Minas Gerais – 1ª metade do século XIX .....	53 <u>3</u>
Mapa 4 - Principais rotas comerciais interprovinciais e áreas de influência.....	54 <u>4</u>
Mapa 5 - Minas Gerais, 1830. População dos distritos, segundo região e nível de desenvolvimento.....	63 <u>3</u>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Terras da Serra da Mantiqueira.....	34
Figura 2 - Áreas proibidas na década de 1780 .....	35
Figura 3 - Capitania na América portuguesa. ....	433
Figura 4 - Estimativas para população brasileira. Século XIX.....	466
Figura 5 - Distribuição relativa da população – Brasil – 1832.....	477
Figura 6 - Comarcas de Minas Gerais, 1821 .....	499
Figura 7 - A ascensão da comarca do Rio das Mortes.....	511
Figura 8 - Região do termo de Barbacena .....	60
Figura 9 - Decomposição da população e distritos recenseados segundo a fonte utilizada, por data média – Minas Gerais – Década de 1830. ....	766
Figura 10 - Igreja da Boa Morte. Barbacena, início do século XX. ....	1188
Figura 11 - Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena. ....	1288
Figura 12 - Nossa Senhora dos Remédios .....	1299
Figura 13 - Santa Rita do Ibitipoca.....	1299
Figura 14 - Nossa Senhora do Desterro do Melo .....	13030
Figura 15 - Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca.....	13030
Figura 16 - São Miguel e Almas de João Gomes. ....	1311
Figura 17 - Lei N° 2040, de 28 de setembro de 1871.....	18080
Figura 18 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Barbacena, início do século XX.....	2266
Figura 19 – Decreto N° 1695, de 14 de setembro de 1869 .....	2322
Figura 20 – Decreto N° 2040, de 28 setembro de 1871.....	2333
Figura 21 – Praça Conde de Prados. Barbacena, década de 30 do século XX.....	243

## **LISTA DE SIGLAS**

AHMPAS Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi

APM Arquivo Público Mineiro

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO I: AS ORIGENS DO TERMO DE BARBACENA.....</b>	<b>21</b>
<b>1.1 A historiografia sobre a região e o acesso as fontes primárias .....</b>	<b>21</b>
<b>1.2 Às margens do Caminho Novo, a vocação mercantil. ....</b>	<b>27</b>
<b>1.3 A rearticulação econômica de Minas Gerais, o mito da decadência.....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO II: A ECONOMIA ESCRAVISTA DE ALIMENTOS .....</b>	<b>65</b>
<b>2.1 A dinâmica econômica escravista do século XIX.....</b>	<b>65</b>
<b>2.2 A importância da escravidão no termo de Barbacena .....</b>	<b>74</b>
<b>2.3 A estrutura de posse de escravos .....</b>	<b>80</b>
<b>2.4 A estrutura demográfica da primeira metade do século XIX .....</b>	<b>87</b>
<b>2.4.1 A hipótese da supremacia do tráfico Atlântico para a reprodução             escravista no termo de Barbacena.....</b>	<b>94</b>
<b>2.4.2 A reprodução natural e o tráfico Atlântico, como fatores             complementares na reprodução escrava no termo de Barbacena             durante a primeira metade do século XIX. ....</b>	<b>105</b>
<b>2.5 A desaceleração econômica e demográfica escrava no termo de         Barbacena.....</b>	<b>117</b>
<b>CAPÍTULO III: POPULAÇÃO E FAMÍLIA ESCRAVA NAS DÉCADAS DE     1870 E 1880.....</b>	<b>146</b>
<b>3.1 O padrão de posse de escravos nas décadas de 1870 e 1880 .....</b>	<b>146</b>
<b>3.2 Conformação da estrutura populacional escrava.....</b>	<b>158</b>
<b>3.3 Os significados da Lei Rio Branco de 1871 .....</b>	<b>180<u>80</u></b>
<b>3.4 O comércio de escravos nas décadas de 1870 e 1880 .....</b>	<b>196<u>6</u></b>
<b>3.5 A estrutura familiar escrava.....</b>	<b>213<u>3</u></b>
<b>3.6 A estabilidade da família escrava .....</b>	<b>226<u>6</u></b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>245<u>5</u></b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>254<u>4</u></b>

## INTRODUÇÃO

A existência de famílias escravas no termo de Barbacena<sup>1</sup> foi demonstrada por algumas pesquisas acadêmicas realizadas na primeira década deste século.<sup>2</sup> O objetivo principal desta dissertação é demonstrar a estabilidade das famílias escravas e sua relação com a manutenção da economia escravista nas décadas de 1870 e 1880. Também comprovaremos que a formação e a estabilidade das famílias escravas foram favorecidas pela desaceleração econômica da região.

Este período foi caracterizado pela instituição do Decreto Nacional nº 1695 de 15/09/1869, artigo 2º, que proibia a separação de escravos casados e também declarou ilegal a separação de uma mãe ou de um pai de seus filhos menores de 15 anos por venda ou doação. Em 1871, a Lei Rio Branco concedeu plena liberdade aos filhos nascidos de escravas, confirmou os direitos adquiridos em 1869, entretanto, os filhos menores podiam ser separados não mais aos 15, e sim aos 12 anos. Soma-se a essas a criação de um Fundo de Emancipação para a libertação dos escravos que dava prioridade às famílias na ordem de classificação para alcançar o benefício.

Esta conjuntura de mudanças jurídicas e sociais aplicadas a uma região de economia interna foi cenário para nossa análise. Na população escrava havia relativo equilíbrio entre os sexos, 20 anos após o término do tráfico atlântico, fator que aumentava as oportunidades de criação dos vínculos familiares. A desaceleração econômica do termo de Barbacena que restringiu o dinamismo do mercado interno de escravos e ao mesmo tempo aprofundou a concentração da propriedade escrava nas mãos de grandes proprietários escravistas, proporcionou uma situação de maior estabilidade para as famílias escravas.

Para realizar a pesquisa, relacionamos todos os inventários do Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi” em Barbacena, para o período entre 1870 e 1888. Nesta primeira abordagem, encontramos o total de 491 inventários. Posteriormente, selecionamos aqueles que registravam a posse de escravos. De todos os

---

<sup>1</sup> O termo de Barbacena era uma circunscrição judiciária e administrativa vinculada a Comarca do Rio das Mortes.

<sup>2</sup> PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata. 1809-1830. Dissertação de mestrado. UFRJ. 2007. RANGEL, Ana Paula dos Santos. Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821/ Ana Paula dos Santos Rangel. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.



inventários pesquisados, trezentos e vinte e quatro constavam escravos, cento e oitenta e seis não faziam nenhuma referência à propriedade cativa e, em vinte e um inventários faltavam partes ou estavam incompreensíveis. Traduzindo em percentagens, 65,98% dos inventários pesquisados relacionavam escravos; 29,74% não relacionavam e; em 4,28% não foi possível analisar por estarem incompletos para a pesquisa. Contando apenas os inventários em que foi possível fazer a pesquisa, temos 68,93% de documentos com cativos e 31,06% sem cativos.

Tabela 1 - Seleção dos Inventários com Registro de Escravos: 1870-1888

Inventários	Nº de inventários	Percentuais
Com registro de escravos	324	65,98%
Sem registro de escravos	146	29,74%
Incompleto ou inválido	21	4,28%
Total	491	100,00%

Fonte: AHMPAS. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888

Para a abordagem da família escrava, particularmente, tomamos como referência metodológica o trabalho de Florentino e Góes<sup>3</sup> sobre o tema. Os autores partem do pressuposto que o parentesco entre os escravos contribuiu para a manutenção do escravismo, amenizando a tensão das relações de poder no interior das senzalas, especialmente das mais populosas. Florentino e Góes confirmam uma tendência atual da história demográfica voltada para as populações escravas e mostram a presença significativa de famílias nos plantéis, principalmente nos maiores.

Os autores buscam resgatar as normas reguladoras da família escrava baseando-se fundamentalmente em informações contidas em inventários. A análise quantitativa dos dados é exposta em gráficos e tabelas que fundamentam cada suposição levantada.

Florentino e Góes argumentam que o tráfico era um dos esteios da escravidão, alimentando as plantações de braços e agudizando as tensões internas aos plantéis com a chegada de estrangeiros. Um outro esteio do cativeiro era a formação de laços familiares por meio dos quais as pessoas estabeleciam solidariedades. “A verdade

<sup>3</sup> FLORENTINO, M. e GÓES, J.R. A Paz das Senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 - c.1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

é que um plantel não era, em princípio, a tradução de um nós. Reunião forçada e penosa de singularidades e dessemelhanças, eis como melhor se poderia caracterizá-lo.”<sup>4</sup> Dessa forma, a construção de laços de parentesco serviria para amenizar as “dessemelhanças” entre os escravos, contribuindo com as “singularidades” que os uniriam e, assim, reiterariam as tensões étnicas resultantes do tráfico e dos casamentos endógamos. O parentesco tecia a paz das senzalas e cimentava a comunidade ativa. Portanto, o tráfico e a família escrava, nuclear ou extensa, eram fundamentais na manutenção da escravidão. Os autores defendem que a união de casais tinha como meta a geração de filhos e levantam a hipótese de que a procriação seria importante elemento na perpetuação da comunidade cativa.

Mas a procriação não seria objetivo apenas dos cativos, pois constatam em suas fontes um movimento de mulheres escravas dos plantéis menores para os maiores nos momentos de queda da entrada de africanos no mercado, o que os leva a acreditar num estímulo à capacidade reprodutora dos escravos levado a cabo pelos senhores, havendo então uma "contundente valorização das capacidades reprodutivas da mulher cativa fértil". A formação de famílias escravas permitiria a socialização dos africanos nas senzalas e colaboraria na estabilidade do plantel, ainda que acentuasse as diferenças e a consequente ampliação da riqueza dos senhores, beneficiada pela reprodução das escravarias.

Diversos autores estenderam os laços de parentesco ao de compadrio.<sup>5</sup> Esses últimos serviriam como um elo de proteção estabelecido pelos escravos entre si ou com outros setores sociais. Entretanto, não cabe aqui avançarmos nessa discussão do apadrinhamento, uma vez que estaremos analisando apenas a família escrava nuclear e a matrifocal.

Buscamos estabelecer nosso conceito de família escrava apoiados nos trabalhos de demografia histórica que, desde a década de 1980, definem a família escrava, em termos de convívio familiar. Assim, o conceito de família já não se refere àquelas legitimamente constituídas, mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos ou viúvos (as) com seus filhos. Segundo Costa, Slenes e Schwartz, os primeiros estudiosos da família escrava a trabalharem com esse conceito, família seria

---

<sup>4</sup> FLORENTINO, M. e GÓES, J.R., op. cit, p.35.

<sup>5</sup> SLENES, R. W. Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FARIAS, Sheila Siqueira de Castro. Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 23, dez. 1992 e SCHWARTZ, Stuart. Escravos, roceiros e rebeldes. Bauru: Edusc, 2001.

“o casal, unido ou não perante a Igreja, presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvesse; os solteiros, homens ou mulheres com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais”<sup>6</sup>

Somente foram considerados os laços parentais explícitos na documentação. Tal decisão deve, provavelmente, sub-registrar a quantidade de famílias escravas e indivíduos inseridos nestas famílias, pois o escrivão pode ter omitido esse tipo de informação no momento da descrição e avaliação dos bens inventariados.

De acordo com a tabela abaixo, podemos constatar que 48,1% dos inventários que registraram escravos indicam também famílias. Nos 46 % dos documentos sem indicação de famílias entendemos que não significa necessariamente que não existam laços familiares. No entanto, a maior parte dos inventários que não indicam famílias está relacionada na faixa dos pequenos proprietários. Em relação a ausência de famílias escravas em médios e até excepcionalmente em grandes proprietários, as razões são bastante pontuais, podem significar, por exemplo, o declínio econômico do proprietário e o envelhecimento do plantel. Se fossemos considerar para este estudo as famílias por vias do parentesco fictício e ritual, criadas através dos laços de compadrio, certamente a grande maioria dos cativos estaria inserida.

Tabela 2 - Seleção dos Inventários com Registro Completo de Escravos: 1870-1888

Inventários	Nº de inventários	Percentuais
Famílias	166	51,2%
Sem registro de famílias	158	48,8%
Total	324	100%

Fonte: AHMPAS. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888

Além dos inventários post-mortem utilizamos o Recenseamento Geral do Império de 1872, os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, matrículas de escravos, e livros de registros de compra e venda de escravos.

<sup>6</sup> COSTA, Iraci Del Nero da. SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, v.17, n° 2, maio/ago., 1987, p. 257.

No primeiro capítulo, apresentaremos a região do termo de Barbacena. As pesquisas realizadas a partir dos documentos do Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi. Demonstraremos a relação entre atividades econômicas praticadas na região de Barbacena e a ocupação do perímetro do Caminho Novo nos séculos XVIII e XIX. Também é importante perceber como se processou a articulação das atividades econômicas da região pesquisada com a economia mineira em geral, principalmente em relação às mudanças que ocorreram a partir da segunda metade do século XVIII.

No segundo capítulo, analisaremos da evolução do sistema agrário na região de Barbacena, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, o número total de escravos registrados pelos mapas de população de 1833/35, confirmando a nossa hipótese sobre a importância do braço escravo e o relevante dinamismo econômico da região neste período. Também apresentaremos o padrão de posse de escravos que revelam a alta disseminação da mão de obra cativa. Nesta época de expansão econômica abordaremos as influências, tanto da reprodução natural quanto do tráfico Atlântico para a estruturação da população escrava no termo de Barbacena, utilizado, principalmente, as listas nominativas de 1831/33. Os dados foram comparados com os resultados de duas pesquisas realizadas a partir de documentos do Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi.

Ainda, no segundo capítulo, vamos demonstrar a instalação de uma crise econômica na região de Barbacena. Os motivos possíveis, desde a suposta crise estrutural da escravidão se instalando na região até a emancipação de distritos prósperos na Zona da Mata mineira. Faremos a comparação entre as arrecadações municipais de alguns municípios da região da Mantiqueira, Vertentes e Zona da Mata no final da década de 1850, além disso, analisaremos os distritos que estavam sob a jurisdição do termo de Barbacena em 1833/35 e que continuaram subordinados em 1872, época do Recenseamento Geral do Império.

No último capítulo, apresentaremos a demografia escrava através das listas de matrículas publicadas nos relatórios dos presidentes de província, dos 324 inventários post-mortem e do Recenseamento de 1872. Vamos verificar, também, a estrutura de posse de escravos nas décadas de 1870 e 1880. As famílias escravas estariam inseridas, principalmente, nas grandes escravarias, acima de 10 escravos, e mais concentradas ainda nos plantéis além de 20 cativos. Os motivos para essas concentrações serão desenvolvidos, ao longo deste capítulo. Vamos analisar detalhadamente, os efeitos causados pela Lei Rio Branco ou Ventre Livre em

Barbacena. A Lei do Ventre Livre pode ter relação com o número acentuado de famílias escravas na região. A presença das crianças nascidas livres de mães escravas caracteriza este período. O destino dos “ingênuos”, como são chamadas essas crianças nos inventários, também será analisado.

Finalizando este capítulo, apresentaremos três itens. No primeiro, visamos observar a dimensão do mercado de escravos, o tráfico interprovincial, o intraprovincial e o realizado dentro do próprio termo. No segundo item, comprovaremos a hipótese sobre a concentração de escravos nas grandes escravarias, com mais de 10 escravos, através da análise detalhada do padrão de posse de famílias escravas. No terceiro item, confirmaremos a principal hipótese deste trabalho, verificando a estabilidade das famílias escravas diante da morte do senhor, no processo das partilhas, e em relação ao mercado de escravos.

## CAPÍTULO I: AS ORIGENS DO TERMO DE BARBACENA

### 1.1 A historiografia sobre a região e o acesso as fontes primárias

A historiografia sobre a região de Barbacena é bastante reduzida. Somente nos últimos dez anos, aproximadamente, é que foram produzidos trabalhos acadêmicos sobre a região. Estas novas pesquisas foram impulsionadas pela renovação historiográfica em Minas Gerais.

A história da capitania, e depois província, de Minas Gerais tem sido alvo de constante debate e revisão nos últimos anos. Os estudos regionalizados, como no caso da região de Barbacena, vêm sendo estimulados nos cursos de graduação e pós-graduação de História visando ampliar, ainda mais, a reavaliação de antigos paradigmas da historiografia mineira e brasileira.

Essa renovação das pesquisas estimulou a organização de documentos históricos, até então esquecidos em prateleiras de depósitos públicos e privados. Na cidade de Barbacena, Minas Gerais teve início um movimento da comunidade local para preservação e organização da documentação do Fórum municipal.

A partir de então, foram recolhidos outros conjuntos documentais, ampliando o acervo sob a guarda do AHMPAS. Entre 2006 e 2009 foi elaborada a listagem de recolhimento da documentação da Primeira Vara Cível do Fórum de Barbacena, cerca de 7.000 documentos, para o recolhimento da documentação acumulada pelo Fórum Mendes Pimentel, durante o século XX, até 1980. Em 2009, foi feito o encaminhamento do projeto de conservação, organização e digitalização do acervo do Poder Judiciário ao Ministério da Justiça, o projeto foi selecionado. Em 2010, foi elaborada a listagem de recolhimento da documentação da Segunda Vara Cível do Fórum de Barbacena, cerca de 7.000 documentos.

Estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi, o Fundo do Poder Judiciário, aproximadamente 13 mil documentos da primeira e da segunda vara cível, inventários, testamentos, ações cíveis, processos criminais, sesmarias, tutelas, livros de compra e venda de escravos etc., datados de 1746 a 1940; o Fundo do Manicômio Judiciário Jorge Vaz: 276 livros, registros de pacientes, ocorrências etc.; os acervos do Prof. Altair José Savassi, 844 títulos de jornais locais, de fins do século XIX e de todo o século XX, do Jornal de Sábado, da Prefeitura

Municipal de Barbacena e da Câmara Municipal de Barbacena, da Sericícola de Barbacena, do Núcleo Bibliográfico de Barbacena, de livros de história local, de Minas Gerais e obras historiográficas clássicas reunidas pelo Prof. Altair José Savassi e, a coleção de setenta mapas elaborados pela Comissão Geográfica e Geológica de Minas Gerais.

Este acervo representa parte importante do valioso conjunto documental existente em Barbacena. Sua preservação, divulgação e acesso são ações fundamentais no sentido de resgatar a memória e a história de Minas Gerais e da região sudeste do Brasil.

Em relação aos trabalhos produzidos com a documentação pertencente ao Arquivo, como explicamos anteriormente, existem sete trabalhos de pesquisa acadêmica. Antes mesmo da organização deste arquivo histórico, Mônica Ribeiro de Oliveira, realizou uma pesquisa no Fórum do município de Barbacena, para o desenvolvimento de sua tese de doutoramento.<sup>7</sup> Em “Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870.”, Mônica Oliveira analisa as origens e a consolidação da cafeicultura mineira na Zona da Mata, a partir de 1780 até meados do século XIX. A autora dirigiu sua investigação às relações dos grupos formadores da nova sociedade agroexportadora. Privilégios, interesses familiares, interfamiliares e de compadrios geraram um forte grupo empreendedor, capaz de capitalizar-se e auto gerenciar-se, perpetuando o status de antigas e importantes elites mineiras que se abriram, com o café, aos novos mercados locais, regionais e internacionais.

Os vínculos encontrados entre a Zona da Mata mineira e a Zona da Mantiqueira obrigaram a autora a aprofundar as pesquisas sobre essa última região devido à ausência de trabalhos acadêmicos que dessem conta do universo das suas atividades socioeconômicas. Esse recorte espacial mereceu uma atenção detalhada da autora, não só pela proximidade geográfica com a Zona da Mata, região eleita para o estudo das origens do sistema agrário-cafeicultor, mas também por considerar o Termo de Barbacena uma região de Minas, na qual se estabeleceram grupos familiares que, posteriormente, deram origem ao núcleo agrário-cafeeiro na Zona da Mata.

---

<sup>7</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1999.

André Figueiredo Rodrigues na dissertação de mestrado “Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo”<sup>8</sup>, defendida em 2002, pesquisou a ocupação e a posse de terras na freguesia da Borda do Campo, na comarca do Rio das Mortes, durante o século XVIII. Para este fim, o autor optou por reconstituir a trajetória de José Aires Gomes, o maior proprietário de terras da região. O início de sua história e do povoamento das terras do alto da serra da Mantiqueira começou com a abertura do Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro às minas de ouro, e com a criação da fazenda da Borda do Campo. Assim, o autor inicia o primeiro capítulo reconstituindo a construção dessa estrada, a montagem desta fazenda e a participação do tenente-coronel Manuel Lopes de Oliveira, de sua família e do coronel José Aires Gomes na ocupação das terras da Borda. Em seguida, analisa a posse e o povoamento das terras dos sertões proibidos da Mantiqueira e, em especial, da freguesia da Borda do Campo. O terceiro capítulo trata da ocupação das terras a partir das cartas de sesmarias. Além disso, analisa os relatórios sobre os posseiros residentes nos sertões proibidos da Mantiqueira, realizados por capitães de “patrulha-do-mato” a mando de D. Rodrigo José de Meneses, governador de Minas Gerais em 1780, que procurava investigar as atividades produtivas nas sesmarias doadas na Borda do Campo e nas posses da Mantiqueira. Por último, o autor aborda as estratégias utilizadas por José Aires Gomes e por sua família para se manterem entre os maiores proprietários de terras em Minas Gerais entre o final do século XVIII e princípios do XIX. É interessante notar que o conjunto geográfico desta análise (Borda do Campo e Mantiqueira) constitui, na posterior criação do Termo de Barbacena.

Fábio Pinheiro, em dissertação de mestrado defendida em 2007, esteve pesquisando documentos relacionados ao termo de Barbacena para explicar as origens de capitais vinculadas ao tráfico Atlântico.<sup>9</sup> O objetivo de sua pesquisa era verificar o tráfico de escravos na Zona da Mata mineira, durante a primeira metade do século XIX. Neste estudo o autor sublinhava a importância de se ter uma dimensão da importação de escravos pela Mata, a partir de estudos empíricos e regionais. Também pretendia preencher as lacunas da historiografia, sobre a região da Zona da Mata no contexto da economia mineira na primeira metade do oitocentos. Por último, enfatizava a importância do tráfico, como principal reprodutora de mão-de-obra escrava para a

---

<sup>8</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP. 2002.

<sup>9</sup>PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata. 1809-1830. Dissertação de mestrado. UFRJ. 2007.



Mata, a partir de uma análise teórica e metodológica, alicerçada no debate entre Roberto Borges Martins e Robert Slenes.

Adriano Braga Teixeira, foi o primeiro pesquisador a defender uma dissertação sobre a Vila de Barbacena.<sup>10</sup> Sua pesquisa procurava analisar a conformação do sistema econômico vigente em Barbacena no período entre a criação da vila, de 1791 até 1822. O autor analisa o povoamento da região desde o início da ocupação da capitania e, percebe, na transição do século XVIII para o XIX, um processo de desenvolvimento mais acelerado. Sua pesquisa foi realizada através do estudo sobre inventários post-mortem, verificando a composição e alocação da riqueza para entender de que forma determinadas estruturas econômicas propiciaram e consolidaram um processo diversificado na região das Minas setecentista e oitocentista.

Ana Paula dos Santos Rangel pesquisou documentos do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi para complementar suas pesquisas realizadas Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Sua dissertação de mestrado defendida em 2008 tem o seguinte título: “Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena, 1781-1821.”<sup>11</sup> Neste trabalho, a autora analisa as escolhas dos escravos do Termo de Barbacena, entre 1781 e 1821, no que tange ao casar-se e ao constituir família. A investigação com base nos registros paroquiais de casamento revelou que o tempo de casar para os escravos era determinado tanto pelo calendário litúrgico da Igreja, quanto pela posição ocupada na hierarquia social. Através da quantificação dos dados, a autora constatou entre os cativos a predominância da endogamia do ponto de vista da condição jurídica, embora o casamento misto fosse possível e tivesse uma lógica no contexto na sociedade escravista colonial. A cor, a naturalidade e a procedência também foram consideradas como critérios de escolha do cônjuge e, embora fossem fatores importantes, não eram critérios absolutos, ou seja, não constituía impedimento ao matrimônio que os cativos não encontrassem cônjuges de mesma cor, naturalidade ou procedência. No que diz respeito à extensão dos laços de parentesco por meio do compadrio, a pesquisadora verificou, através de algumas trajetórias familiares, que a escolha por padrinhos livres/libertos ou escravos tinha a ver com o tamanho do plantel no qual se estava

---

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena –1791/ 1822. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2007. Dissertação de Mestrado.

<sup>11</sup> RANGEL, Ana Paula dos Santos. Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821/ Ana Paula dos Santos Rangel. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008.

inserido, o que determinava estratégias de consolidação da comunidade escrava ou o estabelecimento de alianças com pessoas de recursos, mais bem situadas na hierarquia social.

Sheldon Augusto Soares Carvalho fez a defesa de sua dissertação de mestrado em 2008, o seu título é o seguinte: “As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888)”.<sup>12</sup> O objeto dessa pesquisa refere-se às perspectivas de senhores, escravos, ex-senhores e libertos no processo que culminou na abolição da escravatura no termo de Barbacena entre o período de 1871 a 1888. Para o autor, este foi um contexto amplamente complexo e conflituoso, tanto no campo político, cultural, econômico, quanto no campo sócio-jurídico e ideológico para várias regiões do Estado imperial, inclusive para esta localidade. O autor esclarece que é nesse ambiente que a sua análise é centralizada, procurando perceber o campo de lutas que se configurou na organização social, política e cultural tanto nas relações de poder privado, entre senhores e escravos, quanto nas barras da lei, dentro dos tribunais por meio das ações de liberdade ocorridas na segunda metade do XIX. A pesquisa foi realizada tendo como base de análise às ações de manutenção e ações de liberdade ocorridas em Barbacena, testamentos, inventários, alforrias, livros de compra e venda de escravos, cópias das Atas Eleitorais da Câmara de Barbacena (1877 e 1878), contratos de trabalho realizados entre fazendeiros locais e libertos e os recibos de pagamentos aos ex-cativos das fazendas após a abolição.

Edna Resende defendeu sua tese de doutorado também em 2008. O tema central, diferente dos outros trabalhos apresentados até aqui, está relacionado à política no termo de Barbacena. Seu título é “Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)”<sup>13</sup> Segundo a autora, esta tese é um estudo da atuação e das características das elites políticas regionais mineiras no processo de construção do Estado imperial, entre 1831 e 1840. Para resgatar o papel desempenhado pelas elites regionais e as suas escolhas e vivências no processo de formação do Estado e da nação brasileira, buscou-se reconstruir a teia de relações políticas, econômicas e familiares que dava sustentação

---

<sup>12</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

<sup>13</sup> RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

a essa elite. Investigou-se também a atuação política dessa elite, suas identidades, projetos e posicionamentos no debate político do período regencial e suas apropriações do ideário liberal. Além disso, tratou-se de circunscrever a atuação política dos cidadãos, contextualizando-a a partir das transformações do espaço público e das diversas formas de sociabilidade vivenciadas no momento. As novas vivências, marcadas pelo ideário liberal, estavam sendo experimentadas nas ruas, nas festas, no teatro, na imprensa, nas eleições. A autora pretendeu, assim, perscrutar as modificações do período quanto à construção e a afirmação de um espaço público, destacando a formação e a importância da opinião pública, discutindo o papel da imprensa e da participação política nesse processo. Dessa forma, a autora demonstra as diversas formas de atuação das elites políticas nas esferas de poder local/provincial/central. Para a consecução de tais objetivos, a pesquisadora utilizou um corpo de fontes constituído por inventários, testamentos, mapas de população, jornais, peça teatral, correspondências oficiais, atas de eleição e listas de cidadãos ativos.

Estes são os trabalhos de pesquisa realizados nos últimos anos a partir dos documentos que estão sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (AHMPAS). As poucas pesquisas produzidas se tornam referências para os novos pesquisadores em geral. No entanto, se pensarmos num tema específico como a família escrava na segunda metade do século XIX, defrontamos, praticamente, com a ausência de estudos empíricos em relação ao tema para a região. Para enfrentar as lacunas e desenvolver nosso trabalho referente ao final do século XIX, fizemos uma análise quantitativa e qualitativa dos inventários do período entre 1871 e 1888, além de utilizar como fontes secundárias os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, o Recenseamento Geral do Império de 1872, as listas nominativas de 1831/32, os mapas de população de 1833/35, as matrículas dos escravos de 1871 a 1888 e livros de compra e venda de escravos referentes aos anos de 1872 a 1888. Para o período entre a criação do termo de Barbacena e a década de 1870, comparamos dados censitários, analisamos relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais, levantamos toda bibliografia referente à região e utilizamos à análise qualitativa de inventários e testamentos. Procuramos, desta forma, traçar um panorama deste longo período até a década de 1870, destacando temas intrinsecamente relacionados às questões propostas para as duas últimas décadas de escravidão no termo de Barbacena, tais como a estruturação e a crise econômica na região, as características e a estabilidade da família

escrava; além de analisar alterações demográficas durante todo período, para verificar o crescimento ou declínio da população escrava na região do Termo de Barbacena.

Nossa pesquisa busca justamente lançar uma luz sobre algumas dessas lacunas, mesmo que não possa preenchê-las por completo, pelo menos, nosso trabalho poderá facilitar a investigação para outros pesquisadores. A fim de viabilizarmos a nossa dissertação, partiremos das informações deixadas por esses sete trabalhos citados acima. Ao mesmo tempo, consultaremos a historiografia sobre a família escrava em Minas Gerais e no Brasil, além do cruzar os documentos pertencentes ao Arquivo Histórico Altair Savassi, como inventários, testamentos e livros de compra e venda de escravos, para procurar demonstrar quais as características e em que circunstâncias se estabelecia a família escrava no termo de Barbacena.

No próximo item, explicaremos a formação do termo de Barbacena em 1791, sua vocação para entreposto comercial, sua ligação intrínseca com o Caminho Novo, onde se estabeleceram inúmeras fazendas, fundamentais para o provimento de víveres para os viajantes e também de produtos agropecuários para a região mineradora. No terceiro item, vamos desenvolver o tema a respeito do reordenamento econômico da capitania de Minas Gerais, os impactos sobre a região de Barbacena, o processo de ampliação de fronteiras, a ocupação de novas áreas e a constituição de um sistema agrário que mesclava grandes e pequenas propriedades. Este crescimento econômico e demográfico da região teve como reflexo a criação do termo de Barbacena.

## **1.2 Às margens do Caminho Novo, a vocação mercantil.**

O termo de Barbacena estava localizado na Comarca do Rio das Mortes<sup>14</sup>, ao longo do Caminho Novo, numa região conhecida como Borda do Campo<sup>15</sup>. Foi em

---

<sup>14</sup> Rio das Mortes foi uma das três primeiras comarcas existentes na capitania das Minas Gerais, sendo instituída em 1714 e tendo como sede a Vila de São João del Rei. No início do século XIX, estendia-se pelo centro - sul, a sudoeste da capitania compreendendo os termos de Jacuí, Baependi, Campanha da Princesa, Barbacena, Queluz, Nossa Senhora de Oliveira, São José do Rio das Mortes e Tamanduá. A data da criação da Comarca do Rio das Mortes remonta ao Alvará de seis de abril de 1714, que regulava a divisão da Capitania em três comarcas: a de Vila Rica, Vila Real de Sabará e Rio das Mortes. Alguns anos mais tarde, em 1720, o governo metropolitano criou também a Comarca de Serro Frio. Segundo Geraldo Guimarães, São João Del Rei teve esta importância jurídico-administrativa pela sua posição favorável, como entroncamento de vários caminhos, assim consagrando-se como centro de intercâmbio mercantil entre outras regiões mineiras e a própria capitania do Rio de Janeiro. Sobre as origens da Comarca do Rio das Mortes, ver: BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 1995. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João Del Rei (1831-1888). São Paulo:

1791 que o arraial da Igreja Nova da Borda do Campo foi alçado à categoria de Vila de Barbacena, centro do termo<sup>16</sup>.

A Capitania de Minas Gerais, e depois Província, estava dividida em comarcas, que eram compostas por termos. A comarca era uma circunscrição judiciária sob jurisdição de um ou mais juízes de direito. Cada termo ou município possuía uma sede jurídico-administrativa, que se localizava no distrito mais importante. Os distritos tornaram-se subdivisões dos municípios na década de 1830.<sup>17</sup>

É necessário explicar mais detalhadamente a situação na qual se insere a formação do termo de Barbacena<sup>18</sup>, sua articulação a economia mineira e também sua ligação inextrincável ao circuito mercantil do Caminho Novo, com a finalidade de resgatar sua complexidade e relevância no cenário mineiro nos finais do século XVIII e ao longo do século XIX.<sup>19</sup> Veremos no decorrer deste trabalho que a região do termo de Barbacena tem em sua história uma forte relação com o desenvolvimento das atividades econômicas praticadas no perímetro do Caminho Novo nos séculos XVIII e XIX. Este caminho representava o elemento integrador da capitania de Minas Gerais. Para os povoadores da região mineradora e adjacências, representou uma importante estrada para o transporte do ouro, proporcionou grande dinamização e integração dos mercados regionais, tornando-se o maior responsável pela entrada de escravos para o interior. Através desse caminho transitavam mais mercadorias e migravam grupos sociais.

Também é importante perceber como se processou a articulação das atividades econômicas da região do termo de Barbacena com a economia mineira em geral, principalmente em relação às mudanças que ocorreram a partir da segunda metade do século XVIII. Essas mudanças atingiram diversas regiões subordinadas a Comarca do Rio das Mortes, especificamente a região na qual foi criado o termo de Barbacena.

---

Annablume, 2002. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870. Bauru (SP): EDUSC; Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2005.

<sup>15</sup> SAVASSI, Altair José. Barbacena 200 anos. V.1, Ed. Lemi S.A, BH, 1991, p. 267-268.

<sup>16</sup> GUIMARÃES, Geraldo, São João Del Rei XVIII, História Sumária. São João Del Rei: Edição do Autor, 1996, p. 45.

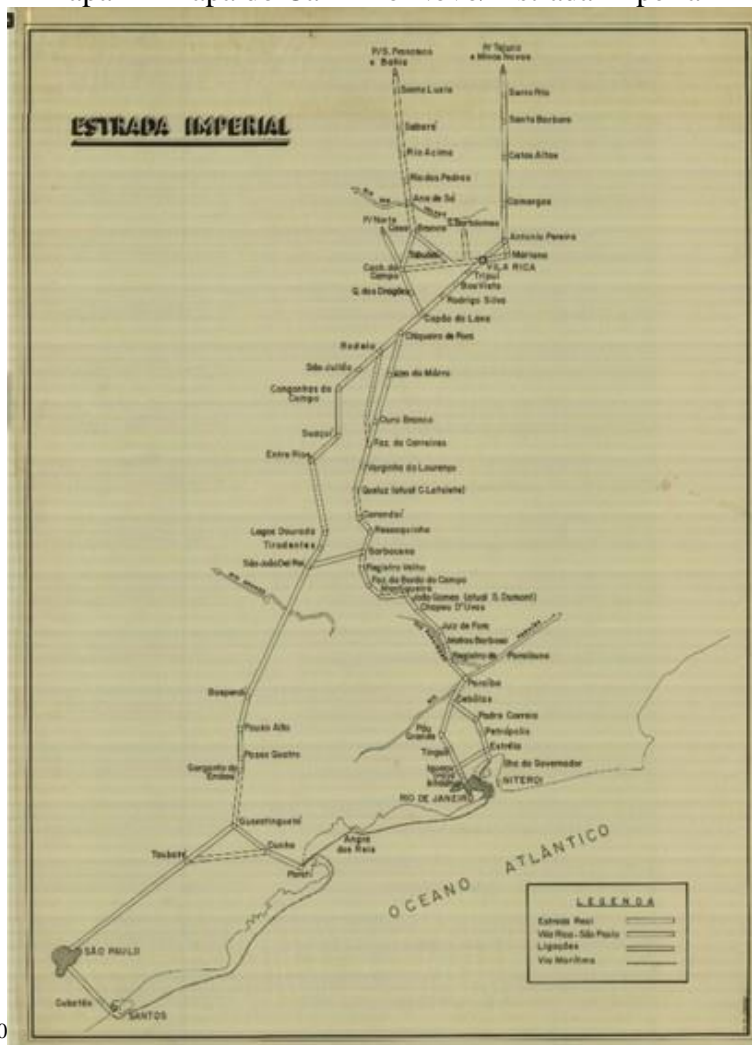
<sup>17</sup> GRAÇA FILHO. Op. Cit., p. 48.

<sup>18</sup> O termo de Barbacena compreendia regiões dos sertões da Serra da Mantiqueira e do sudeste da Capitania de Minas Gerais entre 1791 e 1850.

<sup>19</sup> Neste capítulo, as fontes primárias não foram utilizadas em quantidade maior, visto que pretendemos nesta parte do trabalho somente visualizar as tendências gerais de um período muito extenso ( século XVIII até a primeira metade do século XIX), para subsidiar a questão central desta pesquisa que está inserida entre 1870 e 1888.

Além desses aspectos, neste tópico, vamos analisar as razões que levaram a administração metropolitana a estabelecer as chamadas “regiões proibidas” ao longo do percurso do Caminho Novo. Elucidar os significados dos chamados sertões da “área proibida” para os colonos estabelecidos nas regiões mineradoras e próximas ao referido caminho. Também, explicaremos por que algumas décadas após a proibição, a administração portuguesa resolveu retirar a interdição das tais regiões proibidas. Essas questões estão relacionadas à questão central deste tópico, qual seja entender o processo de ocupação e desenvolvimento da região que deu origem ao termo de Barbacena. Vamos constatar que o desenvolvimento da região do termo de Barbacena confunde-se com o circuito mercantil do Caminho Novo e com o desenvolvimento econômico mineiro, visto que a estrutura econômica do Termo está inserida na rearticulação sofrida pela economia de Minas Gerais a partir da segunda metade do século XVIII.

Mapa 1 - Mapa do Caminho Novo/ Estrada Imperial



20

Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro

Mapa 2 - O Caminho Novo no início do século XIX <sup>21</sup>



Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br>

A notícia da descoberta do ouro provocou o afluxo de milhares de pessoas vindas do Reino e de outras partes da América portuguesa, seduzidas pela possibilidade de enriquecimento rápido e pelas facilidades oferecidas na exploração do ouro de aluvião, que não exigia grandes investimentos. Era possível chegar às minas tanto pela Bahia quanto por São Paulo. A ligação com a Bahia, existente desde as primeiras incursões datadas de meados do século XVI, foi importante no abastecimento dos núcleos mineradores, fornecendo-lhes principalmente gado. O caminho mais reconhecido pela historiografia brasileira, porém, foi o Caminho Geral do Sertão, mais tarde chamado de Caminho Velho, que articulava a região das minas a São Paulo e ao

<sup>21</sup> <http://www.asminasgerais.com.br>

Rio de Janeiro. Este caminho, utilizado inicialmente pelos sertanistas à procura de índios, passou a ser regularmente frequentado a partir de 1696, constituindo-se na principal via de comunicação entre o litoral e as minas<sup>22</sup>. No entanto, a viagem de setenta e quatro dias entre o litoral e as minas bem como a falta de segurança do transporte do quinto do ouro tornaram premente a necessidade de um percurso mais conveniente e menos extenuante. Diante disso, em 1699, o Governador Artur Menezes de Sá, recebeu autorização de Lisboa para a feitura de um novo caminho para as minas. O sertanista Garcia Rodrigues Pais levou a cabo a incumbência de abrir novo caminho, partindo do Rio de Janeiro em direção às minas, transpondo a Serra dos Órgãos, vindo direto aos vales dos Rios Paraíba e Paraibuna, chegando até Borda do Campo e Registro. Neste ponto havia uma bifurcação: um caminho continuava para Vila Rica (Ouro Preto), e o outro, seguia rumo ao Arraial do Rio das Mortes (São João Del Rey). Por volta de 1701-1702, o chamado Caminho Novo já era utilizado para o fluxo de pessoas e mercadorias entre o Rio de Janeiro e as minas, passando pela região conhecida como Borda do Campo. Esta rota significou uma grande economia no tempo de viagem, passando a ser realizada em vinte e cinco dias<sup>23</sup>. Através do Caminho Novo houve o aumento o volume de transações comerciais, do trânsito de metais preciosos, do tráfico de escravos, dos negócios com produtos primários e manufaturados<sup>24</sup>

---

<sup>22</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Vária História*. Belo Horizonte, UFMG, n. 21, p. 161-189, jul., 1999. O Caminho Velho, segundo Geraldo Guimarães, “partia da Vila de São Paulo e percorria o vale do Paraíba passando, entre outros pousos, por Mogi, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba, Guaratinguetá. Nas alturas da Cachoeira Paulista tomava rumo norte, atravessando a Mantiqueira na Bocaina do Embaú. Daí seguia por Pouso Alto e Baependi. Chegava à Encruzilhada (atual Cruzília) e daí continuava para Ibituruna e Rio das Mortes que era transposto no Porto Real da Passagem, já nas paragens de São João del-Rei. Mais tarde foi feito um atalho de Encruzilhada à passagem do Rio das Mortes, deixando Ibituruna ao largo. Do Rio das Mortes o Caminho rumava outra vez para o norte, passando nas proximidades de Lagoa Dourada, possivelmente pelo arraial de Catauá, dirigia-se depois para nordeste, indo a Amaro Ribeiro (perto de Conselheiro Lafaiete). Daí ganhava a Serra de Itatiaia, de onde seguia para o Rio das Velhas, continuando para o norte, mais ou menos paralelo ao São Francisco, até os sertões da Bahia. Na Serra de Itatiaia uma ramificação do Caminho tomava o rumo leste para a região de Ouro Preto e Ribeirão do Carmo (Mariana) já na bacia do Rio Doce. Quem vinha do Rio de Janeiro para as minas seguia por mar até o porto de Parati. Daí, atravessando a Serra do Mar, encontrava o caminho que vinha de São Paulo, no vale do Paraíba, primeiramente em Taubaté, posteriormente em Guaratinguetá. GUIMARÃES, Geraldo. O Caminho Novo. p. 24.

<sup>23</sup> O trajeto do Caminho Novo está detalhado em: MATOSO, Caetano Costa. *Diário da jornada que fez o ouvidor Caetano da Costa Mattoso para as Minas Gerais*. In: FIGUEIREDO, Luciano R. de A.; CAMPOS, Maria Verônica. (Coord.). *Códice Costa Mattoso: relação das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Mattoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, e vários papéis*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1999. v. 1, p. 896 e ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982. p. 184-186.

<sup>24</sup> Sobre os caminhos que levavam à região das Minas, vale a pena conferir, por exemplo: RODRIGUES, André Figueiredo. Um potestado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. (Dissertação de Mestrado). Especialmente no capítulo I, o autor



Nessa perspectiva tradicional, o Caminho Novo foi o resultado da iniciativa de colonizadores paulistas e portugueses e das autoridades, preocupadas em garantir o abastecimento das minas. Tal esforço é personificado por Garcia Rodrigues Pais, a quem foi atribuída tal empreitada. Um estudo mais recente, porém, propõe uma nova abordagem sobre o assunto. Renato Pinto Venâncio, contrastando o itinerário do Caminho Novo descrito no Códice Costa Matoso com os dados relativos à paisagem florestal e hidrográfica de Minas Gerais e lançando mão de pesquisas arqueológicas, concluiu que a rota conhecida como Caminho Novo não foi construída pelos colonizadores. Na verdade, tal percurso, assim como os pontos de assentamento, era utilizado pelos indígenas há milhares de anos e foi conquistado pelos colonizadores, depois de vencida a resistência indígena<sup>25</sup>.

Nos primeiros anos de ocupação das Gerais, o Estado português não teve uma ação político-administrativa eficaz. Segundo Carla Anastasia, a Coroa demorou a perceber a dimensão do empreendimento minerador e traçar uma política efetiva para essa parte da América Portuguesa.<sup>26</sup> Não obstante a inorganicidade administrativa, já em 1700 adotou-se a cobrança do quinto com o intuito de se evitarem os extravios pelas trilhas e caminhos de Minas. Uma das primeiras medidas adotadas para inibir os contrabandos foi à proibição da abertura de novas picadas e trajetos não-oficiais. E para institucionalizar politicamente a região, entre outras medidas, separou-se a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, em 1721. Minas Gerais adquiria assim status de capitania e vários povoados mineiros foram elevados à categoria de vila. O desmembramento visava a melhorar ainda mais a política régia de controle sobre Minas, através de maior eficácia sobre arrecadação tributária.<sup>27</sup>

No ano de 1725, o Caminho Novo foi concluído, e daí em diante interligava diversas regiões mineiras, como Vila Rica, Borda do Campo, Registro Velho, Matias

---

discute a formação do Caminho Novo e o povoamento de Minas, resgatando autores que também discutiram o tema.

<sup>25</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. O Caminho Novo. p. 181-189. As reclamações dos viajantes estrangeiros em relação ao traçado do Caminho Novo também pode ser argumento que corrobora o aproveitamento das rotas indígenas em detrimento de percursos mais confortáveis. John Luccock, em viagem por Minas Gerais em 1817, reclamou do traçado do Caminho Novo. “Viajamos através de belíssima região, mas por sobre estradas pessimamente traçadas, pois que por três ou quatro vezes fomos levados a altitudes de setecentos a oitocentos pés que facilmente poderiam ter-se evitado”. LUCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1975. p. 274.

<sup>26</sup> ANASTASIA, Carla. “Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786).” In PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 115-138.

<sup>27</sup> PAULA, Ricardo Zimbrão Affonso de. Ocupação do espaço, formas de produção e território: uma nota sobre a formação territorial de Minas Gerais. *Revista Científica da FAMINAS*. – v. 1, n. 2 (maio/ago.) 2005. p.263.

Barbosa e Simão Pereira. Para André Figueiredo Rodrigues o avanço da mineração e a construção do Caminho Novo nos começos do século XVIII levaram continuamente a um processo de ocupação das terras para atividades agrícolas e pecuárias nas vastas dimensões das Capitânicas de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.<sup>28</sup>

Gradativamente, diversas atividades agropecuárias foram se desenvolvendo ao redor do Caminho Novo, também novos ranchos foram construídos; e as trocas comerciais se intensificaram e tomaram uma faceta mais complexa. O ir e vir das tropas requeria a existência de pontos de abastecimento que possibilitassem o empreendimento de longas viagens. Os relatos dos viajantes sobre o itinerário entre o Rio de Janeiro e a região das minas descrevem inúmeras referências às diversas passagens, pousadas e roças que pontilhavam o trajeto.

Além da atividade de mineração havia em Minas Gerais uma gama variada de atividades econômicas articuladas ao setor minerador em diversas regiões, inclusive na própria região mineradora<sup>29</sup>. Nas suas margens do Caminho Novo, o governo metropolitano concedeu sesmarias, com o objetivo, inicialmente, de garantir a formação de lavouras para o suprimento dos viajantes, pousos e ranchos para as tropas<sup>30</sup>. Os viajantes podiam descansar nos ranchos oferecidos pelos fazendeiros, que, em troca, vendiam alimentos e cobravam o pasto para os animais. Nas roças, eram criados diversos animais, como porcos e galinhas, e plantava-se milho, batata, feijão e outras provisões essenciais para o abastecimento das tropas e dos viajantes.<sup>31</sup>

A atividade comercial que se desenvolveu ao longo do Caminho Novo também exerceu papel fundamental na consolidação urbana. Já nas décadas iniciais do século XVIII, os primeiros povoados começaram a adquirir um caráter mais estável, com a construção das capelas, que muitas vezes emprestaram seus nomes aos arraiais, e das primeiras moradias, concentradas em torno dos templos e aleatoriamente ao longo

---

<sup>28</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p. 78.

<sup>29</sup> A esse respeito a pesquisa de GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750). Belo Horizonte: UFMG, 1986; é exemplar ao demonstrar a concomitância de atividades agrárias no período de auge de extração aurífera. Vale a pena conferir ainda PAIVA, Clotilde Andrade. População e Economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: USP/FFLCH, 1996. (Tese de Doutorado), especialmente o Capítulo II, quando a autora trata da trajetória de ocupação de Minas Gerais. Sobre a convivência da mineração com atividades agropastoris, em diversas partes da Capitania de Minas, e não apenas nas fazendas mistas, onde a mineração era conjugada ao engenho de açúcar, à criação de gado e ao plantio de alimentos. Ver também: CARRARA, Ângelo Alves. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais (1674-1807), tese de doutorado, 1997.

<sup>30</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit, pp.96-98.

<sup>31</sup> VENÂNCIO, Renato Pinto. Caminho Novo: a longa duração. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 21, p. 184; SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. p. 117.

dos caminhos e suas bifurcações. A conexão das antigas rotas com o Caminho Novo tornou a ocupação menos provisória.<sup>32</sup>

Figura 1 - Terras da Serra da Mantiqueira<sup>33</sup>



Fonte: Johann Moritz Rugendas (1802-1859)

Ao longo do Caminho Novo, existiam extensas regiões conhecidas como “áreas proibidas”. Essas regiões, interditas para ocupação, compreendiam os sertões da Mantiqueira, os sertões do leste e fronteira Sul da capitania mineira. A maior parte dessa região fazia parte da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes e da Comarca de Vila Rica no século XVIII.<sup>34</sup>

As “áreas proibidas” eram formadas por uma natureza composta de inúmeras complexidades e surpresas que poderiam impressionar diversos viajantes. Tanto que vários mascates, fazendeiros e comerciantes quando faziam travessias

---

<sup>32</sup> ANASTASIA, Carla; LEMOS, Carmen. Vila Rica: ocupação improvisada, p. 33-34.

<sup>33</sup> <http://www.asminasgerais.com.br>

<sup>34</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº. 46, p. 255.

frequentes ou demoradas, pelos caminhos entre as vilas e arraiais de Minas e o Rio de Janeiro, deixavam feitos seus testamentos contendo suas últimas vontades<sup>35</sup>. Estes sertões eram habitados por homens que perambulavam buscando terras e domínios com seus cabedais e escravos, outros em desespero fugindo das perseguições das milícias da Coroa portuguesa e outros ainda em busca de ascensão social e econômica. Para Ângelo Carrara, as estradas ofereciam o perigo suplementar dos salteadores.<sup>36</sup>

Figura 2 - Áreas proibidas na década de 1780<sup>37</sup>



Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br>

<sup>35</sup> Júnia Furtado conta-nos as aventuras e medos passados pelos comerciantes nas suas andanças pelos caminhos que ligavam os centros urbanos de Minas Gerais ao litoral fluminense e às suas áreas interioranas. Analisando testamentos de diversos viandantes, demonstrou-se que os que se dedicavam ao comércio fixo se dispunham a fazer os seus testamentos na sua fase terminal, quando estavam já no seu leito de morte. Por outro lado, os comerciantes errantes, devido aos perigos e incertezas das viagens, deixavam de antemão as suas vontades declaradas. Conferir: FURTADO, Júnia. *Homens de negócio*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp. 98-99. Sobre as quadrilhas que assolavam os caminhos mineiros, ver: VASCONCELOS, Diogo de. "A Mantiqueira." In *História média das Minas Gerais*. 4. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974, pp. 261-276; SOUZA, Laura de Mello e. *Desclassificados do ouro*. 3.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1990, pp. 199-202; ANASTASIA, Carla. "Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786)." In PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 115-138.

<sup>36</sup> CARRARA, Ângelo Alves. *Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807*. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p. 44.

<sup>37</sup> Fonte: <http://www.asminasgerais.com.br>

As áreas proibidas abarcavam como vimos à região da Serra da Mantiqueira, ponto nevrálgico na capitania, vista desde cedo o início da exploração aurífera como terreno propício ao descaminho e contrabando de ouro e pedras preciosas por ser área de fronteira erizada de morros elevados e coberta de vegetação espessa.<sup>38</sup>

Assim, já no início dos setecentos, tendo em vista a preocupação da Coroa portuguesa com a fiscalização aurífera, houve a construção de registros, preferencialmente nas proximidades do Caminho Novo, sendo o primeiro o Registro do Campo, o qual deu origem ao Arraial da Borda do Campolide, posterior sede do termo de Barbacena em 1791. Intentava-se evitar os desvios das riquezas minerais ao longo da dita estrada, proibindo a circulação de pessoas e mercadorias ao longo de seu percurso. Nesses registros de entrada na serra deviam passar qualquer carregamento que saísse ou entrasse em Minas Gerais.

O termo “áreas proibidas” foi à designação dada em 1736 pelo bando de aditamento ao regimento de Minerar para as regiões situadas nas extremidades despovoadas da capitania, onde ficou proibido o lançamento de posses de terras. As autoridades temiam os sertões por ali ser um local propício para variadas desordens, como as ações de bandos armados e de potentados locais, além dos descaminhos das riquezas extraídas na região mineradora. Por outro lado, as regiões proibidas também representavam uma área propícia a riquezas incomensuráveis, para muitos povoadores as regiões seriam fontes de promessa de um “novo Eldorado”.<sup>39</sup>

---

<sup>38</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002, p.83.

<sup>39</sup> De acordo com André Figueiredo em sua pesquisa “O aditamento ao regimento de Minerar, publicado em Vila Rica no dia 13 de maio de 1736, pelo governador Gomes Freire de Andrada, pode ser lido na relação das ordens sobre as terras minerais, que por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes”, p. 707-711. A denominação “áreas proibidas” foi criada através de um bando, que é um documento em geral expedido por governadores e capitães-generais, proclamado em pregão público ou afixado em lugar ou veículo de circulação pública (editais, cartazes, jornais), que tratava de questões cotidianas relacionadas ao cumprimento de ordens pontuais”. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de Mestra De acordo com André Figueiredo em sua pesquisa “O aditamento ao regimento de Minerar, publicado em Vila Rica no dia 13 de maio de 1736, pelo governador Gomes Freire de Andrada, pode ser lido na relação das ordens sobre as terras minerais, que por cópia, foi enviada ao Conselho Geral da Província de Minas Geraes”, p. 707-711. A denominação “áreas proibidas” foi criada através de um bando, que é um documento em geral expedido por governadores e capitães-generais, proclamado em pregão público ou afixado em lugar ou veículo de circulação pública (editais, cartazes, jornais), que tratava de questões cotidianas relacionadas ao cumprimento de ordens pontuais”. RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002. P.83.

No intuito de coibir o contrabando de ouro pelos caminhos ilegais, a Coroa portuguesa ordenou que se cerrassem quaisquer trilhas e logradouros já construídos nas áreas de mineração conformando essas regiões como “áreas proibidas”. Ao embargar a abertura de novos caminhos e trilhas nos matos, a Coroa portuguesa tentava-se evitar desvios de contrabandos de ouro em áreas nas quais inexistiam registros e vistorias de patrulhas. Nessas regiões proibiu-se terminantemente a existência de sítios volantes, e o tráfego de homens dispersos sem ocupação definitiva.<sup>40</sup>

A Coroa portuguesa considerava crime de lesa-majestade a abertura de vias de comunicação que não fossem autorizadas pela metrópole, por recear o extravio dos quintos. Nenhuma pessoa poderia se estabelecer ao longo do Caminho Novo, com exceção dos sesmeiros que cultivavam roças e trabalhavam nos pastos que abasteciam e recebiam os viajantes.<sup>41</sup> Os viajantes que se aventuravam a passar pelo Caminho Novo, com destino à capitania do Rio de Janeiro passavam, obrigatoriamente, pela Borda do Campo, denominação genérica atribuída a toda a região do alto da Mantiqueira, onde se inicia o planalto de Minas Gerais.<sup>42</sup>

Os sertões da Borda do Campo eram tradicionalmente ocupados pelos índios Coroados, Carapós e Puris, todos muitos temidos pelos povoadores das regiões próximas. A colonização dessa área se deu já em princípios dos setecentos, e Garcia Rodrigues Pais foi um dos primeiros a receber uma sesmaria na região. Domingos Rodrigues da Fonseca Leme, cunhado e primo de Pais, além de ter colaborado com este para a construção do citado caminho, tratou de edificar a primeira casa-sede da fazenda da Borda do Campo, bem como a capela de Nossa Senhora da Piedade, datada de 1711. Nas proximidades da fazenda organizou-se o arraial de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, e anos depois, segundo Altair Savassi, foi edificado o arraial da Igreja Nova da Borda do Campo, situada no alto da Serra da Mantiqueira, onde no final do século XVIII seria estabelecida a sede do termo de Barbacena.

---

<sup>40</sup> “Margeando o Caminho Novo se encontravam as “Áreas Prohibidas”, que, por não darem ouro, foram rigorosamente conservadas, sendo-lhes impedido o acesso, como barreira contra os extravios contrabando”. “Certão para a parte de Leste denominado Areas Prohibidas, na epoteze de servirem os ditos Certões de uma barreira natural a esta Capitania para a segurança de sua fraude”. (Luís da Cunha Menezes - Governador da Capitania) Apud: OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Souza. “Mão de luva” E “Montanha”: bandoleiros e salteadores nos caminhos de Minas Gerais no século XVIII (Mapas gerais da Mantiqueira: 1755-1786). Dissertação de Mestrado. UFJF, Juiz de Fora, 2008.

<sup>41</sup> Idem, p.84.

<sup>42</sup> BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Editora SATERBLTDA, BH, 1971 p. 268.

Enquanto os índios eram dizimados ou aculturados pela catequese, a paisagem começava a mudar nos sertões proibidos. Começava a se estabelecer uma economia baseada na agricultura e na pecuária. A mão de obra escrava africana começava a ser inserida nesta região.

Em sua dissertação de mestrado, André Figueiredo Rodrigues analisou as concessões de sesmarias para a Freguesia da Borda do Campo durante todo o século XVIII. Ao verificar os documentos a respeito da ocupação dos sesmeiros e posseiros residentes nos sertões proibidos da Serra da Mantiqueira, o autor pode constatar que em 76,19% das atividades produtivas nas sesmarias estava relacionada à agricultura, assim como em 50% dos casos dos posseiros na Mantiqueira<sup>43</sup>. Rodrigues pode constatar ainda que, em segundo lugar a atividade mais praticada era a associação da agricultura com a pecuária.<sup>44</sup> Portanto, nessa região, as atividades agropastoris predominavam, enquanto na região mineradora não representavam a principal atividade econômica, embora saibamos da importância da diversificação econômica na região das minas.

Apesar da interdição determinada pela coroa portuguesa na ocupação das “áreas proibidas”, ações individuais e coletivas permitiram a criação de inúmeras picadas nos intrincados sertões da Mantiqueira. Dessa forma, pouco fruto se tirou do fechamento destes sertões. Muitas vezes grupos de moradores tentaram abrir estradas à própria custa para facilitar o comércio e evitar a passagem pelos registros da capitania, onde eram feitos o controle de entrada e saída de pessoas e mercadorias e a cobrança dos impostos.

Incorporar as “áreas proibidas” aos espaços conhecidos e controlados da capitania correspondia a um processo de maior envergadura, que compreendia a interiorização da colonização, a conquista e a preservação dos territórios portugueses. O sertão mineiro<sup>45</sup> passava a ser percebido pela administração colonial como um território de fronteira aberta, em constante alteração pela amplitude das explorações.<sup>46</sup>

---

<sup>43</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Um potestado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP/FFLCH, 2002. (Dissertação de Mestrado) p. 37.

<sup>44</sup> Idem.

<sup>45</sup> A palavra sertão advém do termo latino desertanum, desertum. No português antigo se falava desertão para designar lugar desconhecido, solitário, seco e não entrelaçado ao conhecimento. Imaginou-se sertão também como a terra apartada do mar, mediterrânea, continental no sentido em que se empregava a palavra em Portugal no final da Idade Média: era a terra para lá das costas ao longo das quais se navegava. Com esses significados, desde a carta de Pero Vaz de Caminha e ao longo de três séculos de colonização, o conceito sertão foi empregado para designar a terra ignota do continente, “o coração das terras”, por vezes lugar sombrio e incompreensível, habitado por feras e seres inimagináveis e onde se esperava encontrar riquezas incalculáveis. Conferir: AULETE, Caldas. “Sertão.” In: Dicionário

Com a gradativa diminuição da mineração aurífera esse processo de ocupação de terras nos sertões proibidos foi se avolumando, não obstante vastas áreas já estarem ocupadas mesmo contra as ordens régias. Muitos invasores eram famílias de grandes senhores escravocratas e funcionários da Coroa portuguesa. Estes grupos não sofriam maiores pressões ou confronto de forma rigorosa sobre essas ocupações ilegais. Isto ocorria em decorrência de seus portentosos prestígios, riquezas e influência política, além do fato da Coroa muito necessitar de suas colaborações, como pelas precariedades das fiscalizações das áreas. Não podemos esquecer de que muitos desses invasores eram os próprios fiscalizadores.<sup>47</sup>

Estas ocupações realizadas pelas invasões de grandes senhores de cabedais e escravos, associados à chegada de grupos sociais despossuídos em busca de terras, levou a Coroa portuguesa, na segunda metade dos setecentos, a conceder e confirmar cartas, e até mais de três sesmarias a um mesmo senhor ou a sua família. É interessante observar que a população mais pobre, residente nos sertões proibidos, estaria excluída da repartição daquelas terras, uma vez que não possuía recursos para custear as despesas do processo de concessão, nem escravos para trabalhar a terra, pois estes eram os requisitos necessários às doações das cartas de sesmaria.

Para evitar qualquer mal-estar e balbúrdia que poderiam ser gerados, o governador Rodrigo José de Meneses (1780-1783) determinou que fosse distribuída, mediante requerimento, meia légua de terra de cultura às pessoas que comprovassem poder lavrá-las com seus próprios braços e com os de seus filhos e parentes (agregados)

---

contemporâneo da língua portuguesa. 2. ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964, v. 5, p.3.720; BLUTEAU, Raphael. "Sertão." In Dicionário da língua portuguesa. Lisboa: Oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789. Este mesmo significado pode ser encontrado em SILVA, Antonio Moraes. "Sertão." In Dicionario da língua portugueza. Rio de Janeiro: Officinas da S. A. Litho-Typografia Fluminense, 1922, p. 693.

<sup>46</sup> ABREU, Capistrano de. Capítulos de história colonial. 7. ed.rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988, pp. 117-216; MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil colonial. 3. ed. ampl. Rio de Janeiro: EPASA, 1944, pp. 267-372; HEMMING, John. "Os índios e a fronteira no Brasil colonial." In BETHELL, Leslie (org.). História da América Latina colonial. Trad. de Mary Amazonas Leite de Barros e Magda Lopes. São Paulo:

Edusp; Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999, pp. 426-469; IGLÉSIAS, Francisco. Trajetória política do Brasil: 1500-1964. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp.44-50.

<sup>47</sup> Aires Gomes possuía um número considerável de escravos, totalizando 112 cativos, distribuídos em suas principais propriedades localizadas na Borda. Além disso, o mesmo utilizava-se destes escravos em suas terras de culturas e de prospecção mineral. Para ter uma dimensão do poder e da riqueza deste potentado local e inconfidente Aires Gomes ver: ROCHA, José Joaquim da. Op. cit, p. 190; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. "Traslado de auto de sequestro feito em bens do coronel José Aires Gomes." Igreja Nova (Barbacena). Maio/junho de 1791, fls. 21-26v. Para compreender também o poder dos escravocratas locais e autoridades colônias nas regiões proibidas, ver também RODRIGUES, André Figueiredo. Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. Dissertação de Mestrado apresentada na Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002



<sup>48</sup>. Deste modo, várias terras invadidas foram legalizadas nos sertões proibidos da Mantiqueira. A permanência daqueles sertões como “área proibida”, de acordo com o governador, não tinha razão para ser mantida, pois significava um procedimento destinado a desviar a atenção dos representantes metropolitanos do efetivo povoamento e devassamento que vinha ocorrendo na região, com “roças antigas e modernas” e com “caminhos abertos e cultivados” que “levava a qualquer parte daquele globo”. <sup>49</sup>

Para o governador da Capitania de Minas Gerais, a manutenção daquela ordem de proibição de ocupação era prejudicial aos interesses do Reino, pois alimentava ainda mais os extravios auríferos, em vez de diminuí-los. A ocupação irregular e ameaçadora sob o ponto de vista dos interesses da administração colonial revelava todos os malefícios daquela determinação proibitiva. <sup>50</sup>

A liberação para o povoamento das antigas áreas proibidas próximas ao Caminho Novo em um contexto de diminuição da extração aurífera estimulou ainda mais a ocupação da região que já se fazia á revelia da administração colonial. Do período da descoberta do ouro até meados do século XVIII, a estrutura econômica da capitania mineira foi sendo alterada provocando transformações demográficas. Após a década de 1760, a ascensão econômica e populacional da região da Comarca do Rio das Mortes refletiu a diminuição do papel dominante da mineração e a crescente importância das atividades agropecuárias. A mudança foi gradativa e não acarretou a exclusão de uma delas em relação à outra. <sup>51</sup> As ocupações das regiões consideradas proibidas revelaram a mobilidade da noção de fronteira e daquilo que se considerava sertão.

Para Carla Almeida, a expansão da fronteira representou uma alternativa à fixação de grupos sociais vinculados, tradicionalmente, à mineração. Com a redução da disponibilidade de terras e águas minerais de fácil exploração, a tendência foi de, inicialmente, encontrar ouro em abundância nas novas terras anexadas ou adquiridas

---

<sup>48</sup> “A política pede [que] se conservem vassalos laboriosos, que não carregam o país com o peso da sua inutilidade, antes pelo contrário trabalham para o bem comum”. In: Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Códice 224, fl. 31. Eis a interessante narração do arraial que se formara naquelas paragens: “um arraial numeroso, composto do muito povo que me tinha seguido para participar da repartição das terras (...) e imediatamente entraram na secretaria mais de oitocentos requerimentos e ficaram logo concedidas trezentas e tantas sesmarias, que depois se tem ido aumentando com novos requerimentos legalizados.” In Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Códice 224, fls. 61 v-62.

<sup>49</sup> Arquivo Público Mineiro. Seção Colonial, Códice 224, fls. 38 v; 38.

<sup>50</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. “Os sertões proibidos da Mantiqueira: desbravamento, ocupação da terra e as observações do governador dom Rodrigo José de Meneses”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, n.º. 46, pp. 261-264.

<sup>51</sup> VALADARES, Virgínia Maria Trindade. Elites Mineiras Setecentistas. Edições Colibri, Lisboa, 2004.

por sesmarias e, num segundo momento, face à ausência do ouro, dedicar-se à atividade agropastoril como alternativa possível e viável.<sup>52</sup>

A diminuição da extração do ouro, dos rendimentos e das oportunidades de expansão dos negócios na tradicional região mineradora provocou maior ocupação de terras dos sertões da Mantiqueira, dos sertões do leste e fronteira sul da capitania mineira, próximas ao Caminho Novo. A ocupação desta nova fronteira tornou-se uma alternativa mais viável para montagem de novos negócios e para aplicação de recursos acumulados na diversificação econômica de abastecimento interno.<sup>53</sup> As antigas “áreas proibidas”, pela proximidade ao Caminho Novo, tornaram-se regiões alternativas para a fixação de grupos sociais, favorecidos pelo acesso a terra nestas áreas de fronteira. Desta forma, mais vilas e arraiais foram fundados e novas áreas foram ocupadas.<sup>54</sup>

Diversas regiões subordinadas a Comarca do Rio das Mortes apresentaram significativo desenvolvimento econômico e crescimento populacional provocando um processo de ampliação de fronteiras da capitania de Minas Gerais. Os sertões da Mantiqueira, na capitania mineira, estavam inseridos neste contexto de expansão. Houve maior dinamização da economia regional com a ocupação de novas áreas e a constituição de um sistema agrário que mesclava grandes e pequenas propriedades. A partir do desenvolvimento de uma economia mercantil de alimentos, as regiões de fronteira das antigas “áreas proibidas”, progressivamente, articularam-se com os circuitos mercantis mineiros e com o Rio de Janeiro.<sup>55</sup>

A criação do termo de Barbacena em 1791 representava a conquista da autonomia político-jurídica à região sertões da Mantiqueira da Capitania de Minas, isso ocorria em virtude do grande crescimento econômico e demográfico dessa região. Neste sentido, podemos perceber que o início do povoamento e do desenvolvimento da região tem relação direta com a abertura do Caminho Novo<sup>56</sup> e com a rearticulação econômica mineira na segunda metade do século XVIII. O Caminho Novo proporcionou articulação da região do termo de Barbacena com diversas regiões de Minas Gerais e com o Rio de Janeiro. Ao mesmo tempo, a ocupação e o desenvolvimento da região do termo de Barbacena também estão intimamente ligados

---

<sup>52</sup> ALMEIDA, Carla M.C. de. Alterações nas unidades produtivas: Mariana- 1750-1850. Dissertação (Mestrado)-UFF, Niterói, 1994.

<sup>53</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit, pp.103-104

<sup>54</sup> Idem, p.98.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> GUIMARÃES, Geraldo. O Caminho Novo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei, v. 4, p. 27-43, 1986, p. 29.

ao processo de rearticulação da economia mineira entre 1780 e 1850. Este tema fundamental para a nossa pesquisa será ampliado no próximo tópico.

### 1.3 A rearticulação econômica de Minas Gerais, o mito da decadência.

Figura 3 - Capitania na América portuguesa.<sup>57</sup>



Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro

O objetivo deste item é analisar a constituição da economia agropecuária de abastecimento do termo de Barbacena, sua relação com a ascensão econômica e demográfica da Comarca do Rio das Mortes e também com a rearticulação da economia de Minas Gerais entre o final do século XVIII e o início do século XIX. É relevante estabelecer esta análise no sentido de propiciar um contraponto com a conjuntura da segunda metade do século XIX, pois a comparação dos dois momentos nos oferecerá subsídios para examinar as estratégias dos atores sociais em conjunturas diversas. Em outras palavras, os escravos e suas famílias realizaram ações e estratégias de acordo com os recursos que possuíam dentro de um contexto caracterizado pela atividade do tráfico Atlântico ou pelo tráfico interprovincial, pela expansão ou retração demográfica, pela ascensão ou desaceleração econômica do termo de Barbacena, assim como diversas variáveis econômicas e demográficas que certamente influenciaram nas suas decisões. Embora essas variáveis não determinassem obrigatoriamente uma escolha, elas certamente restringiram as alternativas, por isso à importância da análise proposta a partir deste capítulo.

<sup>57</sup> Acervo do Arquivo Público Mineiro, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

Portanto, neste item faremos uma exposição desse contexto, tratando das mudanças econômicas e demográficas na província de Minas Gerais, discutindo o mito da decadência da província mineira, a ascensão da economia e o crescimento populacional na Comarca do Rio das Mortes e no termo de Barbacena. A importância da mão de obra escrava na região do termo de Barbacena esteve diretamente relacionada à rearticulação econômica em Minas Gerais no final do século XVIII e início do século XIX.

Durante muito tempo, houve um consenso, entre os historiadores, de que a economia de Minas nos oitocentos foi caracterizada por uma estagnação secular que teve início no terceiro quartel do século XVIII, quando a extração aurífera declinou. Segundo essa visão, o fator econômico primordial da Capitania deixou de existir, e a região passou por uma prolongada fase de involução, que resultou em regressão para uma economia baseada numa agropecuária de subsistência.<sup>58</sup> De acordo com este raciocínio, também se pensava que o enorme contingente de escravos legado pela atividade mineradora às gerações seguintes teria, gradualmente, diminuído em função do desgaste natural. Estes cativos teriam servido ainda como uma importante fonte de mão-de-obra para a expansão da cafeicultura pelo vale do Paraíba, por São Paulo e por uma reduzida área da própria Província de Minas.<sup>59</sup>

Entretanto, pesquisas realizadas especialmente nas décadas de 1980 e 1990 questionaram a tese da decadência, apontando para a manutenção do dinamismo da economia mineira após a diminuição na produção aurífera.<sup>60</sup> De acordo com essas pesquisas, a capitania e depois província mineira era a mais populosa da América portuguesa na 2ª metade dos setecentos e manteve-se nesta posição durante o Império.

Minas Gerais cresceu em ritmo mais acelerado que o nacional, elevando sua participação na população brasileira de 16,6% para 20,6%, em quatro décadas, entre 1830 e 1870.<sup>61</sup> Este crescimento demográfico, representado pela imensa população

---

<sup>58</sup> FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1977, p. 91-93.

<sup>59</sup> COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a Colônia*. São Paulo: DIFEL, 1966, p. 42-46.

<sup>60</sup> Cf. MARTINS, Roberto B. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. <sup>60</sup> CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese". *Cadernos IFCH-UNICAMP*, 10: 1-14. Nov. 1982. SLENES, Robert W. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888*. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986. ; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988, entre outras.

<sup>61</sup> O estágio atual de desenvolvimento de pesquisa permite traçar a evolução dos componentes da dinâmica demográfica ao nível da população brasileira, pelos métodos indiretos, com o respaldo de

livre e pelo elevado número de cativos, representava a maior concentração do país, o que sugere a plena expansão econômica de Minas Gerais. Conforme estimativas de Eduardo França Paiva, desde o século XVIII a capitania contava com um alto número de cativos.<sup>62</sup>

Roberto Martins, já nos anos de 1980, questionava a suposta decadência econômica mineira no século XIX, com argumento da existência de imensa importação de escravos no mesmo período.<sup>63</sup> Diversas pesquisas que continuam revigorando o debate acerca da demografia e da economia de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX. Vários foram os debates travados com a intenção de lançar luzes acerca da questão econômica e demográfica, tentando responder a uma pergunta basilar: como foi que a Província mineira conseguiu obter um grande percentual de cativos, se estava em decadência? O diálogo gerado entre Roberto Martins e Robert Slenes, bem como os trabalhos de Francisco Vidal Luna e Wilson Cano são interessantes sobre essa questão, e ainda norteiam as discussões sobre o crescimento da população cativa mineira.<sup>64</sup>

---

algumas tendências diretas locais, resultado da análise de registros paroquiais e de censos distritais. Fonte dos dados básicos: Ver figuras 6 e 7.

<sup>62</sup> De acordo com as análises de Eduardo França Paiva em testamentos e inventários, para as Comarcas do Rio das Mortes e Rio das Velhas, eram cerca de 2/3 de africanos e 1/3 de crioulos, sendo que esses últimos possuíam uma composição sexual mais equilibrada do que os africanos, àquela época com uma supremacia masculina. Com relação às procedências dos africanos, o autor indicou que a maioria deles era oriunda da Costa da Mina e de Angola. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001, p.118.

<sup>63</sup> . MARTINS, Roberto B. *A economia escravista da Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982.

<sup>64</sup> CANO, Wilson e LUNA, Francisco Vidal. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. *Cadernos IFCH-UNICAMP*. Campinas, SP, (10): 1-14, out. 1983. MARTINS, Roberto Borges. —Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego a escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13 (1): 181-209, jan./abr., 1983. SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas gerais no século XIX. São Paulo: *Estudos Econômicos*, v.18, n° 03, 1988.

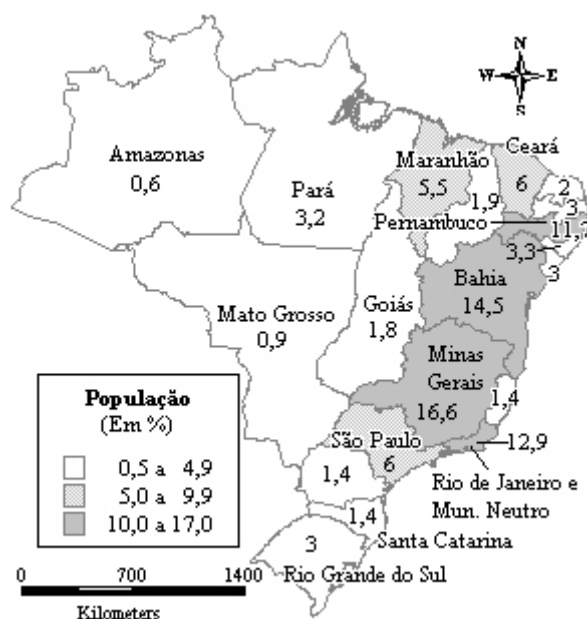
Figura 4 - Estimativas para população brasileira no Século XIX

Províncias e Brasil	1818 (1)	Contagem regional (2)		Estimativa 1832 (3)	Censo 1872 (4)	Taxas de crescimento		
		Ano	Total			1818-1832	1832-1872	1818-1872
Brasil	3.478.758	-	-	4.478.565	10.064.022	1,8	2,0	2,0
1-Minas Gerais	514.511	1832	756.657	756.657	2.083.545	2,8	2,6	2,6
2-Bahia	477.912	1830	560.000	574.991	1.380.821	1,3	2,2	2,0
3-RJ e Corte	510.000	-	-	587.723	1.094.576	1,0	1,6	1,4
Rio de Janeiro	390.669	1850	556.003	455.894	819.604	1,1	1,5	1,4
Corte	119.331	1838	137.578	131.829	274.972	0,7	1,9	1,6
4-Pernambuco	368.465	1854	950.000	532.546	841.539	2,7	1,2	1,5
5-São Paulo	238.323	1836	284.266	273.345	837.354	1,0	2,8	2,4
6-Ceará	201.170	1860	503.703	273.170	721.616	2,2	2,5	2,4
7-Rio Gde. do Sul	92.180	1857	282.547	137.804	446.962	2,9	3,0	3,0
8-Paraíba	96.448	1850	212.466	136.256	376.226	2,5	2,6	2,6
9-Maranhão	200.000	1854	360.000	251.364	360.640	1,6	0,9	1,1
10-Alagoas	111.973	1849	207.796	148.041	318.009	2,0	1,9	2,0
11-Pará	123.901	1853	187.094	146.106	275.237	1,2	1,6	1,5
12-Sergipe	114.996	1854	183.600	137.943	234.613	1,3	1,3	1,3
13-Rio Gde. do N.	70.921	1855	132.296	89.790	233.979	1,7	2,4	2,2
14-Piauí	61.226	1854	150.400	86.841	211.822	2,5	2,3	2,3
15-Goiás	63.168	1856	121.986	80.500	160.395	1,7	1,7	1,7
16-Santa Catarina	44.031	1854	105.000	61.736	159.802	2,4	2,4	2,4
17-Paraná	59.942	1854	72.400	64.509	126.722	0,5	1,7	1,4
18-Espírito Santo	72.845	1830	74.000	74.194	82.137	0,1	0,3	0,2
19-Mato Grosso	37.396	1828	38.357	38.748	60.417	0,3	1,1	0,9
20-Amazonas	19.350	1854	42.600	26.301	57.610	2,2	2,0	2,0

Fonte: Apud, Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008. <sup>65</sup>

<sup>65</sup> Fontes dos dados básicos: (1) Estimativa do Conselheiro Antônio Rodrigues Velloso de Oliveira, adaptado para os limites provinciais da década de 1870 por Joaquim Norberto de Souza e Silva (1986: 162-3) e exclui no cálculo, a suposição de existência de 800.000 índios; (2) Minas Gerais: ver Tabela 2; Província 19: Inquérito provincial de Luiz D'Alincourt (Botelho, 1998: 129); Províncias 2 e 18: Estimativa de 1830 elaborada pela Comissão de Estatística Geográfica, Natural, Política e Civil (Vianna, 1986: 175); Província 5: Mapa da População da Província de São Paulo (Botelho, 1998: 81); Província 3 - Corte: Mapa da População do Município da Corte (Botelho, 1986: 72); Província 10: Mapa resumido da População da Província das Alagoas (Botelho, 1998: 103); Província 3 - Rio de Janeiro: Recenseamento da População da Província do Rio de Janeiro (Botelho, 1998: 74); Província 8: Mapa Estatístico da População Livre e Escrava da Província da Paraíba do Norte (Botelho, 1998: 109); Província 11: Mapa estatístico da população da Província do Grão Pará; Províncias 2, 4, 9, 12, 14, 16, 17, 18 e 20: Dados dos inquéritos provinciais organizados pelo Conselheiro Luiz Pereira do Couto Ferraz (Vianna, 1986: 177); Província 13: População do Rio Grande do Norte em 1855 (Botelho, 1998: 112); Província 15: Mapa da População de Goiás (Botelho, 1998: 132); Província 7: Resumo estatístico do mapa da população da província do Rio Grande do Sul relativo ao ano de 1857 para 1858 (Botelho, 1998: 91); Província 6: Mapa estatístico da Província do Ceará (Botelho, 1998: 115); (3) Minas Gerais: ver Tabela 2; Demais províncias: estimativa obtida pelo uso da taxa de crescimento entre 1818 e as contagens regionais, sobre a população de 1818, em 14 anos. (4) província de Minas Gerais: ver Tabela 3; Demais províncias: Dados corrigidos do Recenseamento do Império (Vianna, 1986: 182). Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

Figura 5 - Distribuição relativa da população – Brasil – 1832



Fonte: Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

O fato que queremos destacar é que Minas Gerais estava passando por um processo de expansão econômica, indissociável desse fenômeno de crescimento populacional, com o desenvolvimento de várias novas atividades econômicas, reinventando as suas bases econômicas, como veremos a seguir.

A abordagem historiográfica econômica e demográfica foi fundamental para se iniciar uma revisão na historiografia sobre Minas Gerais, a partir da valorização da pesquisa documental. Roberto Borges Martins, Douglas Cole Libby, Robert Slenes e Clotilde Paiva são alguns dos pioneiros da historiografia revisionista.<sup>66</sup>

De acordo com Graça Filho, em seu livro “A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João Del Rei (1831-1888)”<sup>67</sup>, o fluxo de escravos para Minas Gerais, nos anos de 1820, dava continuidade ao grande crescimento populacional verificado anteriormente na Comarca do Rio das Mortes.

Diversos autores chamam atenção para o reordenamento populacional e econômico notável a partir da segunda metade do século XVIII<sup>68</sup>, com a diminuição da

<sup>66</sup> Para relacionar alguns pesquisadores que revisaram os conceitos sobre a economia mineira nos setecentos e oitocentos, citamos aqueles indicados na bibliografia deste trabalho: Roberto Martins, Alcir Lenharo, Clotilde Paiva, Robert Slenes, Douglas Libby, Eduardo França Paiva, Graça Filho, Tarcísio Botelho, Ângelo Carrara, Carla Almeida e Mônica Oliveira, entre outros.

<sup>67</sup> GRAÇA FILHO. Op. Cit, p. 39.

<sup>68</sup> Para relacionar alguns pesquisadores que revisaram os conceitos sobre a economia mineira nos setecentos e oitocentos e estão indicados na bibliografia deste trabalho citamos Roberto Martins, Alcir



extração aurífera e a maior tendência à diversificação econômica, presente desde os primórdios da ocupação. Esse período representou a fase chamada de “acomodação evolutiva”, quando o eixo principal da economia mineira deixou de ser a mineração e tornou-se a atividade agropecuária.<sup>69</sup> A historiografia revisionista rejeita a tese da decadência e estagnação da economia após o apogeu aurífero e ressalta que neste período ocorreu a coexistência da atividade mineradora com outras atividades econômicas, tais como a agricultura e pecuária.

Kenneth Maxwell, utilizando dados demográficos do período entre 1776 e 1821, foi um dos primeiros pesquisadores a colaborar para o questionamento do mito da decadência de Minas.<sup>70</sup> O referido autor, utilizando informações sobre a primeira contagem de homens para ampla região da comarca do Rio das Mortes<sup>71</sup>, percebeu um aumento vertiginoso da população. No ano de 1776, Maxwell constatou a presença de 82.781 pessoas na Comarca, que compunha aproximadamente 25,9% do total de 319.769 da província. Num período de menos de dez anos esta população quase triplicou para 213.617 habitantes, passando a representar 41,6% do total da província. Em outras palavras, este aumento significou um vertiginoso crescimento de 158%.<sup>72</sup> Este crescimento demonstrava a capacidade econômica da região caracterizada pela diversidade das atividades econômicas voltadas para o mercado interno local e

---

Lenharo, Clotilde Paiva, Robert Slenes, Douglas Libby, Eduardo França Paiva, Graça Filho, Tarcísio Botelho, Ângelo Carrara, Carla Almeida e Mônica Oliveira, entre outros.

<sup>69</sup> CANO, Wilson. & LUNA, Francisco Vidal. "A reprodução natural dos escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese". Cadernos IFCH-UNICAMP, 10: 1-14. Nov. 1982; MARTINS, Roberto B.A. economia escravista da Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982. (Texto para Discussão, 10); SLENES, Robert W. Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888. In: COSTA, Iraci del Nero da. (org.), Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo: IPE/USP, p. 103-155, 1986. ; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla Maria C. de. Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana - 1750-1850. Dissertação (Mestrado em História)-Universidade Federal Fluminense. 1994. SLENES, Robert W. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escrava de Minas Gerais no século XIX". In: Estudos Econômicos. São Paulo, v.18(3): 449-495. Set./dez. 1998; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens Ricos, Homens Bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial: 1750-1822*. Niterói, 2001. Tese de Doutorado Departamento de história,UFF. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João Del Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

<sup>70</sup> MAXWELL, Kenneth. A devassa da devassa; a Inconfidência mineira; Brasil e Portugal, 1750-1808. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 110.

<sup>71</sup> Essa primeira contagem populacional no Rio das Mortes foi efetuada por Cláudio Manuel da Costa, quando este era secretário do governo da capitania, para os anos de 1772-1782

<sup>72</sup> Este total foi revisado por Bergad, chegando a 341.869 habitantes, por incluir nesta soma, os dados apresentados para o distrito de Minas Novas da comarca do Serro Frio, omitidos neste mesmo Censo. Cf.: BERGAD, Laird. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004., p. 157.

interprovincial. Esses dados também contradizem a hipótese de descapitalização mineira de Celso Furtado.

Carla Maria Carvalho de Almeida analisou a estrutura produtiva da capitania de Minas Gerais no período de 1750 a 1822 e da hierarquização social dela decorrente, procurando lançar luz sobre as possibilidades econômicas que se abriram para a capitania no momento de crise da mineração. Para isto a autora privilegiou em seu estudo a análise comparativa das comarcas de Vila Rica e Rio das Mortes, por serem representativas das distintas opções econômicas que se abriram para a capitania naquele momento, tendo também para tanto, analisado a composição das elites locais, seu perfil econômico e suas inserções político-sociais.<sup>73</sup>

Figura 6 - Comarcas de Minas Gerais, 1821.



Fonte: Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais<sup>74</sup>

Para Carla Almeida a Comarca de Vila Rica, que no auge aurífero chegou a comportar a maioria da população da Capitania, já no final do setecentos, mas, principalmente, no início do século XIX, passou a se caracterizar como a região de menor população no espaço mineiro. Por outro lado, a Comarca do Rio das Mortes

<sup>73</sup> ALMEIDA, Carla M. C. de. ALMEIDA. OP. Cit. 48-51

<sup>74</sup> Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>

tornou-se a região de maior crescimento populacional.<sup>75</sup> Esta comarca quadruplicou sua população, isto em relação não somente à camada livre como também à escrava. Minas Gerais encerrou o século XVIII como a capitania mais populosa da América portuguesa, e avançou pelos oitocentos sustentando esta posição. De acordo com a tabela abaixo, podemos perceber a reorganização da população por comarcas da capitania mineira, na transição do século XVIII para o XIX.

Tabela 3 - Crescimento da população total e % de escravos da capitania de Minas Gerais por Comarca (1767-1821)

COMARCAS	1767			1821		
	Pop. total	Escravos	%	Pop. total	Escravos	%
Vila Rica	60.249	38.647	64,1	75.573	26.936	35,6
Rio das Mortes	49.485	26.891	54,3	213.617	84.995	39,8
Rio das Velhas	69.328	43.027	62,1	141.312	45.297	32,1
Serro Frio	29.538	18.038	61,1	83.592	24.640	29,5

Fonte: ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). p. 53.

Como vimos à rearticulação econômica na capitania de Minas Gerais atingiu diretamente a comarca do Rio das Mortes que se tornou a região economicamente mais importante da capitania em detrimento da Comarca de Vila Rica. Conforme Saint-Hilaire, em 1818, a Comarca do Rio das Mortes, a mais setentrional das cinco que compunham a província de Minas Gerais, tinha como limites: a leste, a Comarca de Vila Rica; ao norte, as de Sabará e Paracatu (criada em 17 de maio de 1815); a oeste as províncias de Goiás e São Paulo; ao sul, essa última a do Rio de Janeiro. Subdividia-se em oito termos: a leste, o de Barbacena e o de Queluz (atual Conselheiro Lafaiete); a oeste, os de São José (atual Tiradentes) e São João Del Rei; a noroeste o de Santa Maria do Baependi; ao centro, o de Campanha da Princesa; ao norte, o de Tamanduá (atual Itaipicérica) e no extremo oeste, o de São Carlos do Jacuí.<sup>76</sup>

<sup>75</sup> ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado). P.52.

<sup>76</sup> Lenharo, Alcir. As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1808-1842. São Paulo. Símbolo, 1979. P.137.

Figura 7 - A ascensão da comarca do Rio das Mortes<sup>77</sup>

Fonte: Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais.

No início do século XIX a comarca do Rio das Mortes já se configurava como a mais extensa em área habitada e a mais populosa da então capitania de Minas Gerais. Estimativas para 1808 indicam uma população de 154.869 habitantes em um total de 433.000 para toda a capitania. Os escravos na comarca somavam algo em torno de 38.000. No último quartel do século XVIII a comarca já era então responsável pelo abastecimento de gêneros da capitania. A crescente importância das atividades agrícolas e pastoris desenvolvidas na região e voltadas para o abastecimento interno foi responsável pelo progressivo deslocamento da população para a região sul, a partir da segunda metade do século XVIII, em função das mudanças que se processavam na dinâmica da economia, cujo eixo passava a se transferir das atividades de mineração para a produção agrícola. A queda nos resultados dos investimentos auríferos levava cada vez mais à procura das atividades agrícolas, na esperança de maiores lucros. Enquanto a comarca de Vila Rica via sua população declinar, a comarca do Rio das Mortes viu sua população triplicar ao longo do período, passando de 82.781 habitantes em 1776, para 154.869 em 1808 e 213.617 em 1821. Além da migração interna, realizada por livres e forros que traziam escravos, a comarca, por sua localização e

<sup>77</sup> Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

possibilidades de negócios, passava a atrair os emigrantes europeus, sobretudo portugueses, em busca das melhores oportunidades de fortuna.

A precoce especialização agrícola da região transformou-a num celeiro estratégico e fornecedor de produtos ao mercado litorâneo. Com a transferência da Corte para o Brasil, o eixo de escoamento da produção se ampliou ainda mais para a praça do Rio de Janeiro. A posição geográfica privilegiada, sobretudo no triângulo formado pelas vilas de São João, Barbacena e Campanha - principais entrepostos comerciais - fazia com que a região fosse o corredor pelo qual circulavam todas as mercadorias. Desse modo, as vilas se transformaram em centros de redistribuição dos produtos importados trazidos do Rio de Janeiro, amplificando suas atividades comerciais. A posição estratégica da região foi reforçada pela política joanina de integração da região centro-sul que visava, em seus objetivos econômicos, garantir a produção e o abastecimento da Corte. Assim é que as estradas do Comércio e da Polícia, duas das obras mais importantes realizadas no período, dirigiam-se da corte para comarca do Rio das Mortes. Embora São João tenha permanecido como centro administrativo e jurídico da comarca do Rio das Mortes durante todo o século XIX, a área geográfica correspondente à comarca sofreu inúmeras modificações e reduções no decorrer desse tempo, na medida em que foram sendo criadas novas comarcas a partir da sua divisão original. Entretanto, a região seguiu durante todo o oitocentos sendo um importante centro de atividades econômicas, políticas e administrativas da Província de Minas Gerais.<sup>78</sup>

O movimento de rearticulação populacional do espaço mineiro provocou a ocupação de novas terras levou à ampliação das fronteiras territoriais. Os limites geográficos das Minas Gerais, balizados no início pelas sedes das principais comarcas, localizados em torno das antigas vilas e arraiais dedicados ao desenvolvimento da mineração e das atividades agropecuárias passaram a ser muito ampliados.<sup>79</sup> A crescente diversificação econômica em todo o território de Minas Gerais, já perceptível em meados dos setecentos se acentuou e se reorientou na primeira metade dos oitocentos.

Excetuando as atividades de mineração, deve-se considerar que todas as demais atividades econômicas eram onipresentes, ou melhor, era uma constante na paisagem econômica mineira. Na maioria dos lugares, contudo, se apresentavam apenas

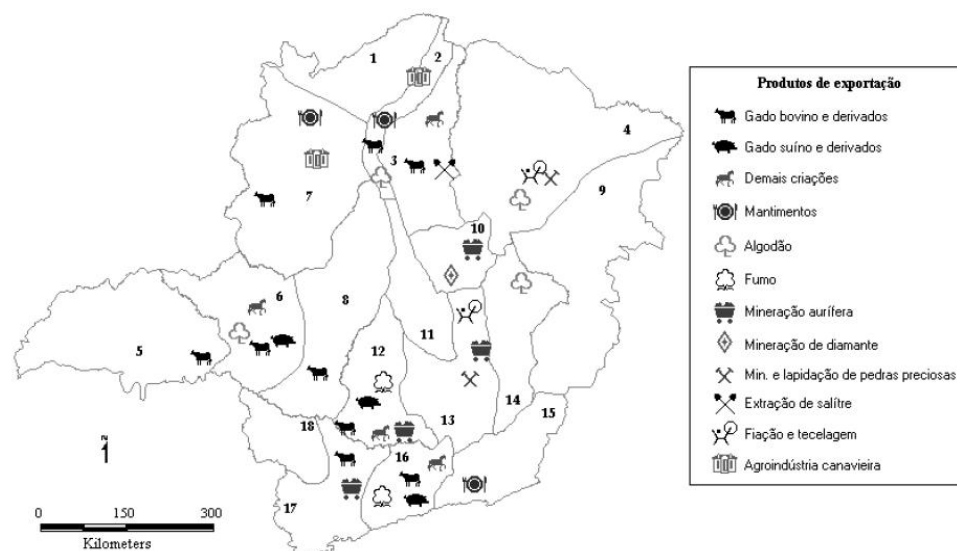
---

<sup>78</sup> Arquivos Históricos da Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais. <http://www.documenta.ufsj.edu.br>

<sup>79</sup> RODRIGUES. Op. Cit, p. 79- 82

como atividades de autoconsumo. Entretanto, as unidades produtivas que davam volume aos bens e locais identificados no Mapa abaixo geravam, sistematicamente excedentes comercializáveis com outras regiões do Brasil e do exterior e parecem ser resultado de um processo de erro e acerto na busca de atividades mais vantajosas.<sup>80</sup>

Mapa 3 - Principais produtos – Minas Gerais – 1ª metade do século XIX<sup>81</sup>



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. UFMG.

O Mapa 3 visa condensar as informações sobre fluxos comerciais interprovinciais de Minas Gerais constante nos relatos de viagens e sistematizados nos textos de Paiva (1996), Rodarte, Matos<sup>82</sup> e, particularmente, em Godoy e Paiva (2001).

Dessa forma, procurou-se resgatar as principais rotas de longo curso e suas respectivas áreas de influência e entrepostos comerciais. A rota oeste caracterizava-se, basicamente, pelo escoamento de produtos da pecuária para a Corte, adjacências e, em

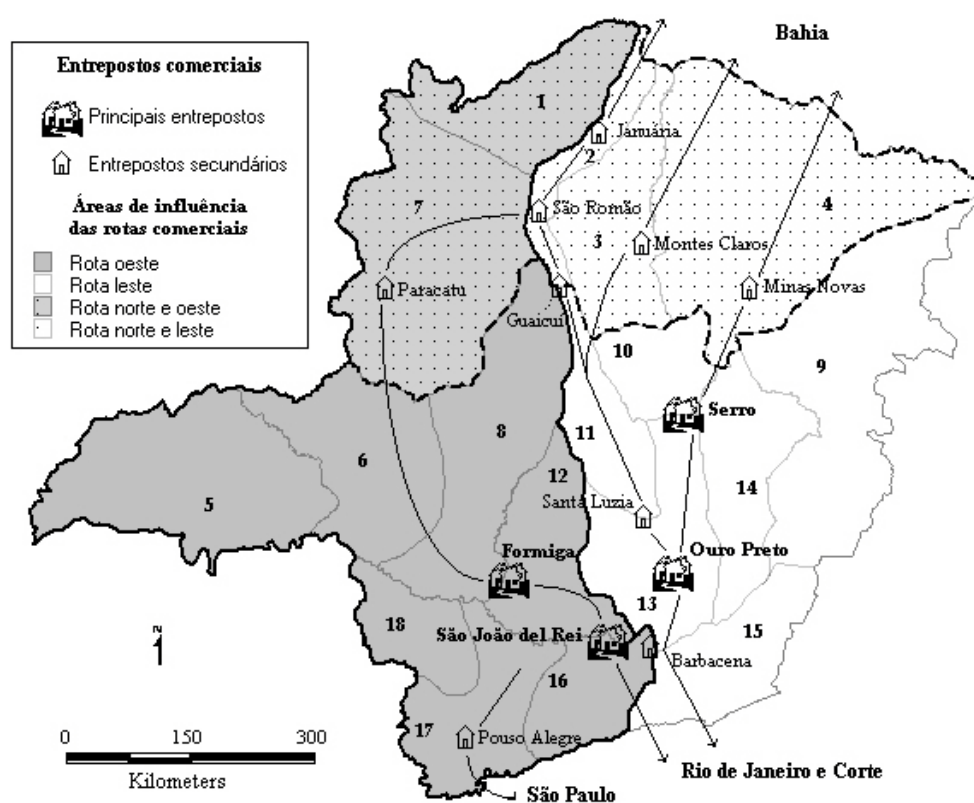
<sup>80</sup> “O procedimento típico dos colonizadores das regiões pioneiras era a experimentação de várias culturas diferentes, até que se determinasse a economicamente viável. O sucesso de uma atividade na produção de artigos de exportação pode ser compreendido pelos princípios da teoria da localização” (North, 1977: 299).

<sup>81</sup> O mapa espelha-se na proposta de regionalização elaborada por Godoy (1996). Trata-se, com efeito, de um esforço de compreensão da heterogeneidade espacial já realizado sobre a Minas Gerais Oitocentista e baseou-se na sistematização das informações econômicas, sociais, demográficas e relativas à geografia constantes nos mais importantes relatos de viajantes estrangeiros da primeira metade do século XIX. Apud RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado, págs. 32-35.

<sup>82</sup> RODARTE, Mario M. S.; MATOS, Geraldo L. Estudo das regiões da província de Minas Gerais pelos viajantes estrangeiros. Belo Horizonte: Cedeplar, 1996. Mimeografado. Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

menor quantidade, São Paulo. Outros produtos originários de localidades da área de influência dessa rota, como ouro, algodão e fumo também seguiam o mesmo destino, embora nem sempre conduzidos pelos mesmos mercadores. A produção, em especial, da pecuária e seus derivados, foi desenvolvida originalmente visando ao abastecimento dos primeiros núcleos mineradores. Só depois passou a ser escoada para outros lugares, notadamente, o pujante mercado do Rio de Janeiro, a partir do último quartel do século XVIII e início do seguinte, sob a égide do capital mercantil.

Mapa 4 - Principais rotas comerciais interprovinciais e áreas de influência. <sup>83</sup>



Regiões: 1-Extremo Noroeste; 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas; 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu; 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-Sertão do Rio Doce; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12-Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste.

Fontes dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia.

As funções dos comerciantes dos entrepostos maiores, como São João del Rei, Barbacena e Serro eram fazer o comércio de longo alcance, negociando os bens exportados

<sup>83</sup> Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

de Minas Gerais em outras praças, como Rio de Janeiro, Bahia e intercambiando tais mercadorias, sobretudo, com outras importadas, sal e escravos africanos.

São João del Rei, sede da comarca do Rio das Mortes, e Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, sede do termo do mesmo nome, localizados próximos à fronteira com o Rio de Janeiro, passaram a centralizar as exportações de diferentes regiões da província, intermediando em parte a produção de Goiás e Mato Grosso.<sup>84</sup>

Para Douglas Libby, a região da Comarca do Rio das Mortes tinha condições de sustentar-se com a economia dinâmica:

Se é que houve uma crise da mineração – e este não é um ponto pacífico a historiografia mineira-, ela eclodiu com bem mais força nos urbanos de Vila Rica e Mariana e em boa parte de seus respectivos termos. E se havia uma região que mal sentiu os efeitos de tal crise era a da Comarca do Rio das Mortes, já acomodada em abastecer um amplo mercado interno que incluía a cidade do Rio de Janeiro e adjacências e todo o vasto interior da própria Capitania de Minas Gerais.<sup>85</sup>

Alcir Lenharo, em trabalho de pesquisa pioneiro, demonstrou que as vilas de São João del Rei e Barbacena eram centros atacadistas da produção local e regional destinadas aos mercados fluminenses, principalmente aos mercados da Corte. Afirmou ser também essenciais importadores de mercadorias advindas do Rio de Janeiro. As demonstrações deste autor, principalmente no que toca ao potencial produtivo, mercantil e escravista da região do termo de Barbacena, guardadas algumas diferenças de análise, foram confirmadas pelas pesquisas da historiadora Mônica Ribeiro de Oliveira<sup>86</sup>. As pesquisas de Alcir Lenharo<sup>87</sup> também convergem com os relatos realizados pelos memorialistas Padre Correia de Almeida, Nestor Massena e Altair Savassi<sup>88</sup>. Portanto, esta região, desde a primeira metade do século XIX se configurou de forma densamente ativa em suas articulações voltadas para o abastecimento dos mercados da Corte e de outras regiões de Minas Gerais.

---

<sup>84</sup> GRAÇA FILHO. Op. Cit, p. 39.

<sup>85</sup> LIBBY, Douglas C. “As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar.” In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C. História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 01. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 430.

<sup>86</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. P. 103-104. Passim

<sup>87</sup> LENHARO, Alcir. As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação do Brasil (1808-1842). São Paulo: Brasiliense, 1987. P. 90.

<sup>88</sup> ALMEIDA, José Joaquim Correia. Notícia da cidade de Barbacena e Seu Município, Rio de Janeiro, MASSENA, Nestor. Barbacena: a Terra e o Homem. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985; SAVASSI, Altair. Barbacena. 200 anos. Vol. 1. Belo Horizonte, Minas Gerais. Lemi, 1991.



A decadência urbana de Minas Gerais no século XIX não confere com os dados sobre importação de escravos ou circulação de mercadorias em Minas e no comércio interprovincial. Vilas mineiras, como Campanha, São João del Rei, Barbacena, Diamantina e Ouro Preto tinham um intenso comércio de gêneros produzidos na própria província<sup>89</sup>. Dessa forma, o abastecimento de escravos via tráfico atlântico poderia ser sustentado.

As atividades voltadas para o abastecimento tiveram, portanto, a capacidade de sustentar tal dinamismo e mesmo de produzir o capital necessário para a importação de escravos, que incrementou a população cativa da capitania/província durante o século. Constatou-se que ainda durante o período de auge da mineração havia uma diversificação de atividades no interior das Minas, deste modo ocorreu uma rearticulação interna, uma mudança de posições entre a atividade mineradora e as atividades agropecuárias, tendo estas últimas tornando-se o carro chefe da economia mineira entre 1780 e 1850<sup>90</sup>.

Clotilde Paiva, ao desenvolver trabalho pioneiro acerca da composição demográfica de toda Província de Minas Gerais, através de um estudo intensivo das listas nominativas 1831-32<sup>91</sup> e Tarcísio Botelho, utilizando as listas de proprietários, produzidas para orientar a cobrança de quintos reais no século XVIII, foram alguns dos autores que também contribuiriam com a revisão historiográfica sobre a demografia e a economia de Minas.<sup>92</sup>

Como podemos observar, já existe um consenso bastante consolidado na historiografia acerca da expansão econômica e demográfica de Minas Gerais e da comarca do Rio das Mortes no século XIX. Desenvolvendo uma análise detalhada desta expansão na Comarca do Rio das Mortes, Alexandre Cunha constatou um crescimento anual equivalente a 3,54% entre 1808 a 1820, maior apresentado pela província de Minas Gerais<sup>93</sup>.

O movimento de rearticulação populacional do espaço mineiro, para além de ter ocorrido entre as comarcas, manifestou-se também no interior destas. Analisando

---

<sup>89</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. "Fontes para o estudo da Província de Minas Gerais." In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). *História Quantitativa e Serial no Brasil: um balanço. Goiânia: ANPUH-MG, 2001, pp. 200-201.*

<sup>90</sup> Para uma trajetória historiográfica sobre o tema cf. Capítulo 1 de ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Op. cit.*

<sup>91</sup> PAIVA, 2006, P. 201-209

<sup>92</sup> BOTELHO, 2000.

<sup>93</sup> CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove.* Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.p.17.

a composição populacional dos diversos termos da Comarca do Rio das Mortes podemos perceber melhor esta situação.

Tabela 4 - População Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835).

<b>Termo</b>	<b>1808</b>	<b>%</b>	<b>1820</b>	<b>%</b>	<b>1835</b>	<b>%</b>
<b>São João Del Rei</b>	25.441	16,43	44.354	18,73	44.899	14,28
<b>São José Del Rei</b>	21.488	13,87	17.170	7,25	36.608	11,64
<b>Barbacena</b>	16.237	10,48	29.155	12,31	36.361	11,56
<b>Campanha</b>	55.375*	35,76	49.246	20,79	64.543	20,52
<b>Baependi</b>	_____	_____	30.902	13,05	45.373	14,43
<b>Jacuí</b>	_____	_____	15.229	6,43	32.545	10,35
<b>Tamanduá</b>	16.030	10,35	28.029	11,84	29.441	9,36
<b>Queluz</b>	20.298	13,11	22.734	9,60	24.725	7,86
<b>Total</b>	154.869	100	236.819	100	314.495	100

\* Inclui os totais relativos à Baependi e Jacuí.

Fonte: CUNHA, Alexandre Mendes. **Vila Rica – São João Del Rei**: as voltas da cultura e os caminhos do urbano entre o século XVIII e o XIX. Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado). p. 303

Tabela 5 - Crescimento Anual da População da Comarca do Rio das Mortes e seus termos (1808-1835).

<b>RIO DAS MORTES</b>	<b>1808-1820</b>	<b>1820-1835</b>	<b>1808-1835</b>
<b>TERMOS</b>			
São João Del Rei	4,63	0,08	2,10
São José Del Rei	-1,87	5,05	1,97
Barbacena	4,88	1,47	2,99
Campanha	-	1,80	0,57
Baependi		2,56	
Jacuí		5,06	
Tamanduá	4,66	0,33	2,25
Queluz	0,94	0,56	0,73
<b>Total</b>	<b>3,54</b>	<b>1,89</b>	<b>2,62</b>

FONTE: Cunha, Alexandre Mendes. Op. Cit. P. 203. idem

Pelas taxas de crescimento anual podemos perceber que de uma forma geral no período apreendido o crescimento ocorre em todos os termos, com exceção para o termo de São José Del Rei no período de 1808-1820.<sup>94</sup>

No intervalo de 1808-1820, o termo de Barbacena tem o maior crescimento dentre todos os outros da Comarca do Rio das Mortes, apesar de possuir neste período de 10 a 12% da população da Comarca. Observamos ainda que mesmo não mantivesse a maior taxa de crescimento anual no período de 1820 a 1835, o Termo permanece na análise geral (1808-1835), como o que anualmente crescia mais. Neste caso também devemos nos atentar para o fato deste crescimento poder significar rearticulações de arraiais e distritos.

Adriano Braga Teixeira analisando alguns mapas de população para o termo de Barbacena para os anos de 1809, 1813, 1814, 1815 e 1819,<sup>95</sup> observou que as freguesias presentes no ano de 1809, não se modificaram no mapa de 1815, sendo somente acrescentada uma em 1819, assim como desmembrada parte de outra. Enfim, os mapas de população desse período nos mostram como o crescimento anual demonstrado na tabela 03 para 1808-1820, realmente está mais relacionado a um aumento da população. Com relação ainda à tabela 03, (tabela de Carla Almeida), acreditamos poder inferir que o crescimento da região estudada já ocorria desde a última década do setecentos.

O termo de Barbacena foi criado em 14 de agosto 1791. Interessante notar que sua criação ocorreu em pleno processo de devassa sobre a Inconfidência Mineira. A Comarca do Rio das Mortes contava com 14 dos 24 principais inconfidentes. O antigo Arraial da Igreja Nova da Borda do Campo abrigava pelo menos quatro destes. Um deles, José Ayres Gomes, o maior possuidor de terras na Borda do Campo e um dos maiores de Minas Gerais, foi um dos signatários do pedido encaminhado ao Governador Visconde de Barbacena para a elevação do Arraial à condição de Vila, sede do Termo.<sup>96</sup>

---

94 Afonso de Alencastro Graça Filho chama a atenção para a confusa política administrativa adotada em Minas na primeira metade do século XIX. Esta confusão gerou uma sobreposição dos níveis de competência e um constante desmembramento, reagrupamento, supressão e reinstalação de distritos, vilas e comarcas. Desta forma não temos como saber se esta taxa negativa neste período não pode significar o desmembramento de arraiais e distritos. GRAÇA FILHO. Op. Cit, p. 43

95 Fundo Casa dos Contos do Arquivo Público Mineiro. Planilha 20453, rolo 531, foto/microfilme 0269; Planilha 30443, rolo 539, foto/microfilme 0793; Planilha 20305, rolo 529, foto/microfilme 0033; Planilha 20369, rolo 529, foto/microfilme 0953, 0954, 0955 e 0956. Apud. TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira na última década do Setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br).

96 Autos da criação da Villa de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes. RAPM. Ano 1. jan./mar. 1896. Ouro Preto, 1896. p. 119-120.

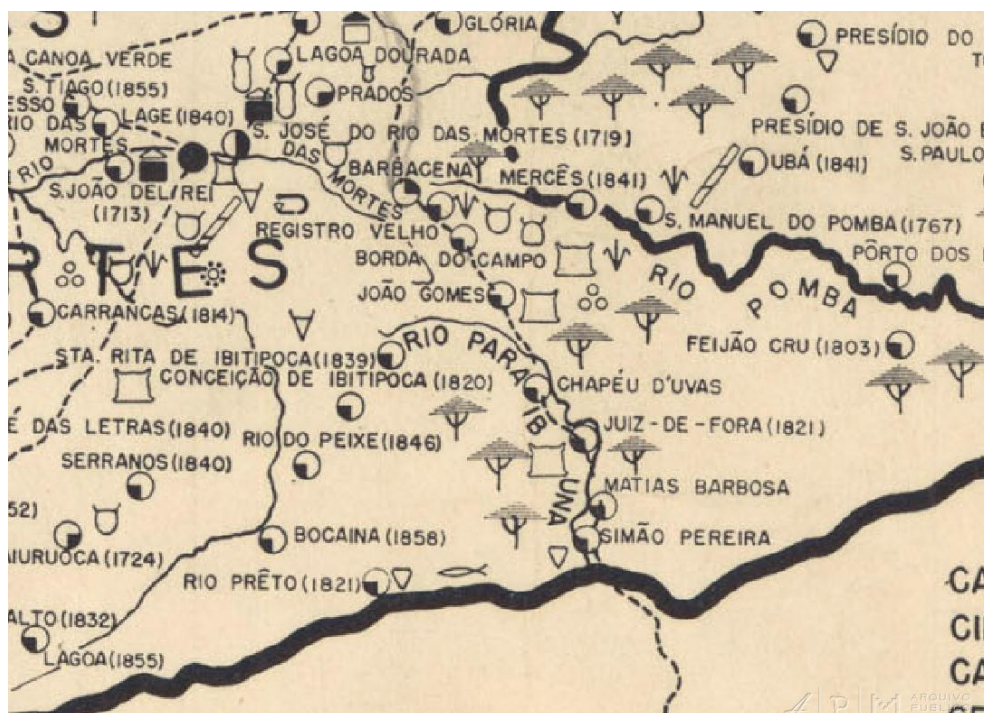
Desde a criação, o termo de Barbacena sofreu diversas alterações, principalmente na segunda metade do século XIX. As reivindicações de tantas mudanças em diversos termos e comarcas da Capitania de Minas Gerais se fundamentaram no crescimento econômico-demográfico de determinados povoados ou mesmo na dificuldade de intercomunicações entre as jurisdições e as sedes das comarcas.<sup>97</sup>

Em 30 de junho de 1833, a Resolução do Conselho da Província de Minas Gerais criou a Comarca do Paraibuna, cuja sede era a Vila de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena. Os termos de Barbacena e Baependi foram retirados da jurisdição da Comarca do Rio das Mortes. Esta perdeu também a Campanha, Jacuí e Pouso Alegre para a nova Comarca de Sapucaí. A Comarca do Rio das Mortes ainda perdeu Queluz, por sua vez, incorporada a Comarca de Vila Rica. Esta última já havia perdido Pomba para a Comarca do Paraibuna. A Comarca do Rio das Mortes ficou reduzida a São João Del Rei, São José Del Rei, Tamanduá e Lavras.

A Vila de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena que era sede do termo de Barbacena desde 1791, tornou-se sede da Comarca do Rio Paraibuna em 1833. De acordo com os mapas de população de 1834 estavam sob a jurisdição do termo de Barbacena os seguintes distritos: Vila de Barbacena, Curato do Espírito Santo, Borda do Campo, Ribeirão de Alberto Dias, Santana do Barroso, Juiz de Fora, São Francisco de Paula, São José do Paraíba, Rio do Peixe, Garambeo, Rio Preto, Santa Rita, Bom Jardim, João Gomes, Mercês do Cágado, Santana do Livramento e Bom Retiro, Chapéu de Uvas, Remédios, Bicas, Simão Pereira, Ibitipoca, Rosário, Conceição dos Ilhéus, Dolores do Quilombo, Curral Novo, São Domingos, Bertiooga e Piau.

---

<sup>97</sup> GRAÇA FILHO. Op. Cit,p31.

Figura 8 - Região do Termo de Barbacena<sup>98</sup>

Fonte: Acervo do Arquivo Público Mineiro

Robert Walsh, em sua viagem a Minas Gerais, observou ao passar pela Vila de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena que a circunstância que conferiu maior importância à região foi a sua localização. A Vila estava situada na estrada que ligava o Rio de Janeiro à Minas Gerais, no ponto onde se bifurcavam as estradas que seguiam para São João Del Rei e Vila Rica, tornando-se assim um centro de ligação entre as mais importantes regiões da província, convergindo para ali sal e artigos manufaturados tanto nacionais quanto estrangeiros. Por estar localizada no Caminho Novo, Barbacena era uma região de entreposto contando com uma ativa participação no comércio.<sup>99</sup>

Saint-Hillaire viajando por Minas Gerais nos idos de 1822-1823 relatou que a Vila de Barbacena era um local agradável, contava com cerca de duzentas casas e uma população de aproximadamente 2.000 pessoas. Possuía várias lojas muitas bem sortidas, vendas e hospedarias que eram de muita utilidade para os tropeiros, pois depois de vários dias de viagem encontrava aí tudo o que precisavam para se abastecer.<sup>100</sup>

A região do termo de Barbacena estava inserida nos circuitos mercantis mineiros, exportando para o Rio de Janeiro toucinho, queijo, algodão, gado bovino,

<sup>98</sup> Acervo do Arquivo Público Mineiro, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>

<sup>99</sup> WALSH, Robert. **Notícias do Brasil. Belo Horizonte**: Itatiaia, São Paulo: USP, 1985. P. 115.

<sup>100</sup> SAINT-HILLAIRE, August. **Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1975. P. 61-63.

mulas, galinhas e distribuindo dentro da comarca mercadorias europeias, sobretudo portuguesas e inglesas como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja, licores entre outros. John Mawe em sua passagem por Barbacena em 1809 relatou que já nesta época era possível encontrar, nas vendas da cidade vários artigos ingleses.<sup>101</sup>

As grandes de unidades produtivas da região do termo de Barbacena<sup>102</sup> controlavam as fases de produção, transporte e vendas das mercadorias o que proporcionava altas fontes de acumulação já que os lucros gerados nas transações eram retidos e aplicados na região.<sup>103</sup>

Como o termo de Barbacena estava situado em uma região de vastos campos, a criação de gado era uma atividade muito apropriada, utilizava-se o gado leiteiro para a produção de queijo que era exportado para a capital do Império.<sup>104</sup> O gado vacum também era criado e sua carne igualmente destinada ao Rio de Janeiro.<sup>105</sup>

Ao chegar a Barbacena em 1822, Saint-Hilaire se admirou com a vasta plantação de trigo que dividia espaço com macieiras, vinhedos, marmeleiros, ginjaes, oliveiras e pereiras. Descreveu uma paisagem de campos de milho<sup>106</sup> entremeados de pastos e moitas de arvoredos. Observou também o cultivo do linho, ainda pouco diversificado na região, já que as pessoas preferiam o algodão por ser de fácil manuseio. Este algodão, como foi bem observado por Luccock em 1818 e Robert Walsh, era trabalhado em indústrias em que mãos-de-obra livres e escravas se uniam em um comércio exportador muito desenvolvido<sup>107</sup>. John Luccock estando na região do termo de Barbacena visitou a Fábrica de Tecidos de Algodão e Lã que por cinquenta anos estivera em funcionamento, produzindo mercadorias afamadas por sobre grande extensão do território brasileiro.<sup>108</sup>

<sup>101</sup> LENHARO, Alcir. Op. Cit. P. 73.

<sup>102</sup> Na próxima parte deste trabalho veremos o nível de concentração dessas grandes unidades produtivas em relação às pequenas unidades de produção e suas consequências para evolução da economia do Termo de Barbacena.

<sup>103</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. P. 106.

<sup>104</sup> BURYTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1976. P. 93

<sup>105</sup> SAINT-HILAIRE in Suplemento Literário. Minas Gerais: os viajantes estrangeiros. 4 ed. Ano V. Belo Horizonte: 1970. P.6.

<sup>106</sup> O milho era cultivado para alimentar os porcos criados em grande quantidade pelos lavradores, pois seus derivados (carne, gordura, toucinho), representavam em grande negócio exportador, conforme Mônica Ribeiro de Oliveira sugere no livro *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeira mineira-1780-1870*.

<sup>107</sup> LIBBY, Douglas Cole. Op. Cit.

<sup>108</sup> LUCCOCK, John. Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: USP, 1975. P. 356.

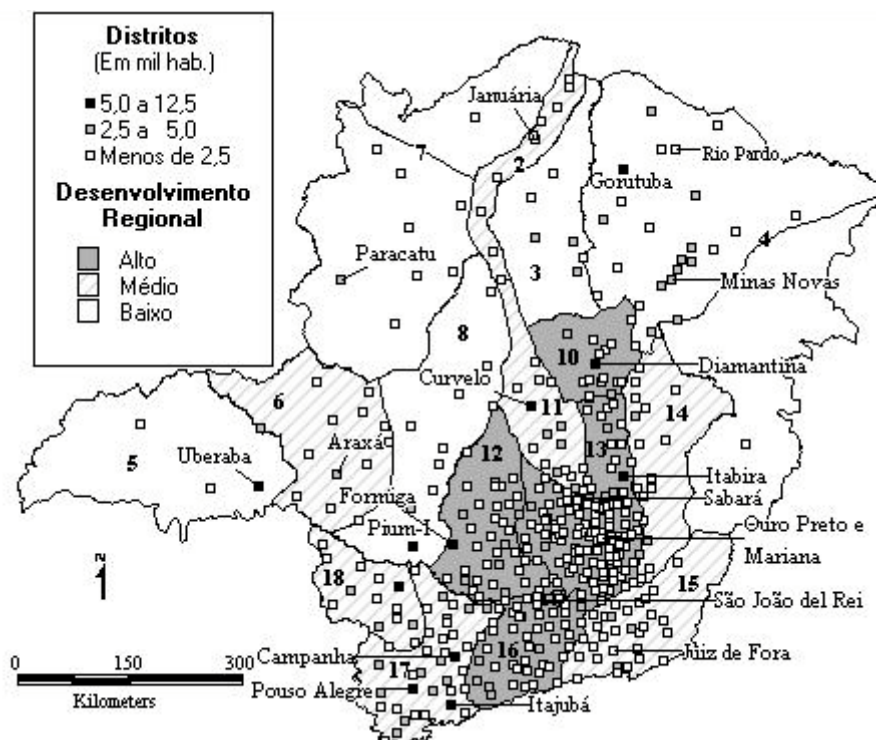
Barbacena destacava-se nesta época como um ascendente pólo comercial mineiro, por ter se configurado como centro de concentração e distribuição local, regional e interprovincial de produtos de seu termo e áreas vizinhas. Compunha-se também de uma ampla rede de estalagens que abrigava tropeiros, negociantes e proprietários de escravos de diversas regiões.

Vimos que as atividades voltadas para o mercado interno em Minas Gerais, característica principal da economia da região, passaram a ter destaque maior que a atividade mineradora para a produção total de riquezas em Minas Gerais, entre 1780 e 1850. Neste período, verificamos a incorporação da região do termo de Barbacena à economia mineira através de uma economia mercantil de alimentos. A importância da ascensão da economia do Termo de Barbacena e da sua inserção destacada aos circuitos mercantis de Minas Gerais está relacionada ao momento de rearticulação da economia mineira. Nesta perspectiva, o crescimento demográfico e a expansão econômica fazem dessa região protagonista dos acontecimentos que se desenvolveram em Minas Gerais na primeira metade do século XIX.<sup>109</sup>

---

<sup>109</sup> MAXWELL, Kenneth R. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira: Brasil-Portugal, 1750-1808*. 3a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação*. São Paulo: Símbolo, 1979; GUIMARÃES, Carlos Magno e REIS, Liana Maria. Agricultura e escravidão em Minas Gerais (1700-1750). *Revista do Departamento de história*. Belo Horizonte, n.2, jun.1986; SLENES, Robert. "Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX". Cadernos IFCH-UNICAMP. no 17, 1985; LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista. Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana 1750-1850*. (Dissertação de Mestrado) UFF, Niterói, 1994; ANDRADE, Francisco Eduardo de Andrade. *A enxada complexa: roceiros e fazendeiros em Minas Gerais na primeira metade do século XIX*. Belo Horizonte, 1995. Dissertação de mestrado, Departamento de História - UFMG.

Mapa 5 - Minas Gerais, 1830. População dos distritos, segundo região e nível de desenvolvimento.



Fonte: RODARTE, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.<sup>110</sup>

O crescimento econômico e demográfico do termo de Barbacena, em curso desde fins do século XVIII, intensificou-se, como vimos a partir da chegada da Corte ao Rio de Janeiro<sup>111</sup>. O desenvolvimento da região culminou com a criação, em 1833, da Comarca do Rio Paraibuna, desmembrada da comarca do Rio das Mortes. A vila de Barbacena foi alçada a condição de cabeça da nova comarca, integrada pelos termos de Barbacena, Baependi e Pomba.<sup>112</sup>

<sup>110</sup> Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

<sup>111</sup> Ver tópico anterior, especialmente a Tabela sobre a doação de sesmarias. Nota-se que o maior número de concessões de terra ocorreu justamente entre 1811 e 1820. Com a chegada da Corte, o comércio da vila de São João del-Rei deixou de ter uma balança comercial desfavorável, desenvolvendo um comércio superavitário. Essa nova configuração do comércio são-joanense é mais um indício dos impactos sofridos pela região com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil. Sobre o comércio de São João del-Rei, ver: GRACA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit. p. 55-102.

<sup>112</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Jogando Caxangá. p. 29-36.



Como vimos à região do termo de Barbacena representava um dos principais centros agropecuários, produzindo e transportando produtos para o interior de Minas Gerais e para o Rio de Janeiro, além de outras regiões brasileiras. As atividades agropecuárias dessa região mineira tiveram a capacidade de cooperar para sustentar o dinamismo da economia da Capitania/Província de Minas Gerais durante boa parte do século XIX.

Em nossa exposição no capítulo seguinte, vamos analisar a constituição da família escrava diante deste contexto de rearticulação econômica em Minas Gerais, de ascensão econômica e demográfica do termo de Barbacena. Os momentos vividos diante da pressão do tráfico Atlântico, as características dessa família em relação à participação de crioulos e africanos, o desequilíbrio entre os sexos, entre outras informações. Além disso, ainda nesse capítulo, começaremos analisar uma nova mudança na economia do Termo em meados do século XIX, o fim do tráfico e a diminuição proporcional da população escrava na região de Barbacena. Esta última questão é fundamental para nossa pesquisa. Afinal, o significativo crescimento da população livre sobre a população escrava na região de Barbacena teria relação com uma crise estrutural do escravismo no Brasil e particularmente em Minas Gerais? Seria resultado do desenvolvimento econômico agro-exportador da Zona da Mata mineira que absorvia capitais da economia de abastecimento barbacenense? Ou apenas resultado de mudanças político-administrativas, como os desmembramentos de regiões pertencentes ao termo de Barbacena?

## CAPÍTULO II: A ECONOMIA ESCRAVISTA DE ALIMENTOS

### 2.1 A dinâmica econômica escravista do século XIX

O desenvolvimento do termo de Barbacena está relacionado a diversos fatores, tais como a rearticulação da economia mineira na virada do século XVIII para o século XIX e a chegada da Corte portuguesa ao Brasil. A migração de grupos sociais da tradicional região mineradora para a região do termo de Barbacena envolveu homens em diversos cargos burocráticos e administrativos da Coroa portuguesa e, posteriormente, do Estado Imperial Brasileiro <sup>113</sup> Com os privilégios adquiridos no exercício de funções, como administração de Registros de Estradas, Juizes de Paz, Arrecadação de Dízimos, dentre outras, estes funcionários locais recebiam compensações em forma de doações de sesmarias, mantinham seus cargos atrelados as suas famílias, possibilitando-lhes a ascensão à condição de grandes proprietários de terras e escravos. <sup>114</sup>

As doações de sesmarias possuíam dimensões definidas, o que, por si só, não dificultava a incorporação de mais terras pelo apossamento e reunião de sesmarias de pessoas de mesma família. A posse de uma sesmaria podia servir de trampolim para ocupação de terras vizinhas, ao mesmo tempo em que não havia lei que impedisse a concessão de outros títulos a sesmeiros e a seus parentes. O que sugere uma enorme concentração de terras nas mãos de um mesmo grupo familiar. <sup>115</sup>

Mônica Oliveira constatou a ocorrência de um enorme crescimento da doação de sesmarias entre os anos de 1811 e 1820, o que está intimamente relacionado com a vinda da família real para a América e a nova política de interiorização da metrópole organizada pelo governo de Dom João. <sup>116</sup> Para a autora a política joanina impulsionou o processo de dinamização economia e internalização do capital mercantil

---

<sup>113</sup> Consta que Manuel do Valle Amado, Administrador do Registro do Caminho Novo em 1795 e Capitão da Cavalaria de Dragões da Mantiqueira até Paraíba, teria recebido inúmeras sesmarias. Cronistas e historiadores locais, como por exemplo ALMEIDA, José Joaquim Correia. *Notícia da cidade de Barbacena e Seu Município*, Rio de Janeiro, 1883, MASSENA, Nestor. *Barbacena: a terra e o Homem*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985; SAVASSI, Altair. *Barbacena. 200 anos*. Vol. 1. Belo Horizonte, Minas Gerais. Lemi, 1991; citam que ele teria recebido dezenove sesmarias. João do Valle Amado, Capitão de Ordenança, filho de Manuel tornou-se o maior fazendeiro do Termo de Barbacena em 1801, com uma propriedade destinada à produção de açúcar a época com duzentos escravos.

<sup>114</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit. 103-106

<sup>115</sup> Idem. P.104

<sup>116</sup> Idem. P. 104.

que já vinha ocorrendo desde o final do século XVIII no termo de Barbacena<sup>117</sup> e também no termo de Marina, de acordo com Carla Almeida<sup>118</sup>.

Tabela 6 - Cartas de sesmarias<sup>119</sup>

Período de doação	Números de títulos doados
1791 a 1800	72
1801 a 1810	36
1811 a 1820	352
1821 a 1822	71
Total	531

Fonte: Cartas de sesmarias – Seção Colonial/APM. Apud: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870*, p. 102.

Com acesso facilitado a terra, somado aos privilégios político-econômicos concedidos pela Coroa portuguesa, esses grupos sociais da região mineradora se estabeleceram trazendo na bagagem a experiência da produção mercantil de alimentos, os contatos com os mercados consumidores e o acesso aos circuitos mercantis para outras regiões. O desenvolvimento econômico e o crescimento populacional transformaram a região do antigo Arraial da Igreja Nova. Foi instituída a Vila de Barbacena, sede do Termo em 1791, depois sede da Comarca do Rio Paraibuna em 1833, centro de poder jurídico-político de uma região que alcançava os limites da Província do Rio de Janeiro.

Em vários momentos do período setecentista e oitocentista, grupos sociais afortunados que se estabeleceram na região do termo de Barbacena ocuparam altos postos político-administrativos da Coroa portuguesa e do Império<sup>120</sup>. Como veremos adiante, parte significativa da fortuna desses grupos sociais estava relacionada à posse

<sup>117</sup> Idem. P. 132.

<sup>118</sup> ALMEIDA, Carla M.C. de. Alterações nas unidades produtivas: Mariana- 1750-1850. Dissertação (Mestrado)-UFF, Niterói, 1994.

<sup>119</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870*. p.102.

<sup>120</sup> Entre os membros de famílias da região do Termo de Barbacena estão o Conde de Prados (Camilo Maria Ferreira Armond), o Barão de Pitangui (Honório Ferreira Armond), Marcelino José Ferreira Armond, Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, e as famílias Rodrigues Pais, Rodrigues da Fonseca Leme, Sá Figueiredo, Dias de Sá, Fortes de Bustamante, Sá Fortes de Bustamante Nogueira, Matias Barboza, Duarte, Lopes de Oliveira, Gomes, Ayres Gomes, Oliveira Penna, Ribeiro Nunes, os Ferreira da Fonseca, os Teixeira de Carvalho, os Oliveira Penna e os Armond. Ver OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit.

de escravos. Esses grupos alicerçaram sua riqueza, seu poder econômico e prestígio político no consórcio de atividades produtivas, mercantis e de créditos.<sup>121</sup> Essas atividades econômicas dinâmicas estavam vinculadas, na maioria das vezes, direta ou indiretamente ao trabalho escravo.

Clotilde Paiva, ao pesquisar as listas nominativas de 1831/ 32, verificou que as regiões mais dinâmicas da província tais com a Zona Mineradora, Central Oeste e no Sudeste, onde se localizava a maior parte do termo de Barbacena, concentravam as grandes propriedades escravistas da província.<sup>122</sup>

As pesquisas de Edna Resende utilizando inventários do termo de Barbacena nos permitem observar a distribuição da riqueza entre os proprietários na primeira metade do século XIX<sup>123</sup>. Os donos de fortunas avaliadas em até 10:000\$000 (dez contos de reis) representavam 66,5% dos inventários. E 29,5% dos proprietários concentravam 52,1% da riqueza do Termo. A maior parte do monte-mor desses proprietários estava investida em terras e escravos.<sup>124</sup> A soma das riquezas dos grandes proprietários apresentada na pesquisa de Edna Resende indicam o enorme potencial de acumulação das atividades econômicas desenvolvidas pelos habitantes do termo de Barbacena. Mônica Oliveira ressalta que a maior capacidade de acumulação estava relacionada à presença de empresas escravistas envolvidas em circuitos mercantis mais distantes do Termo, como a praça do Rio de Janeiro, especialmente a Corte.<sup>125</sup>

As atividades agropastoris e os negócios mercantis possibilitaram somente a alguns proprietários rurais acumularem vultosas fortunas. O acesso direto ao mercado da Corte e, conseqüentemente, o envolvimento com as atividades produtivas e comerciais mais lucrativas não estava ao alcance de todos. Poucas eram as propriedades com grande número de cativos.

---

<sup>121</sup> As dívidas ativas estão presentes na maioria dos inventários de proprietários de grandes fortunas. Em 15% dos documentos o percentual das dívidas ativas representava parcela significativa na composição das fortunas. RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado), p.121.

<sup>122</sup> PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. p. 136-137. (Tese de Doutorado).

<sup>123</sup> Edna Resende fez a classificação das fortunas em intervalos de riqueza baseada nos critérios utilizados por GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste, e ANDRADE, Marcos Ferreira de Andrade. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*.

<sup>124</sup> Fonte: Inventários post-mortem do termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi. Apud; RESENDE, Edna. Op. Cit, p.118

<sup>125</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870*, p.138-143.

Ainda em relação à composição de riqueza dos proprietários do termo de Barbacena, vimos que no monte-mor dos grandes proprietários predominava investimentos em escravos e terras, mas isso não era exclusividade deles. Proprietários de diversos tipos de unidades econômicas, que registraram seus bens em inventários, na primeira metade do século XIX, também priorizavam seus investimentos em cativos e terras. Mônica Ribeiro Oliveira e Edna Resende concordam que na maior parte das unidades produtivas, fossem estas pequenas, médias ou grandes, investia-se preferencialmente na compra de escravos e terras respectivamente <sup>126</sup>.

Através do trabalho de Edna Resende percebemos também que poucos eram os fazendeiros que se dedicavam somente a uma atividade econômica. <sup>127</sup> Certamente, a diversificação de atividades era característica marcante das fazendas do Termo de Barbacena. <sup>128</sup> Era visível a complexidade das unidades produtivas. Em termos gerais, os grandes proprietários da região do termo de Barbacena participavam de todo o processo da produção, inclusive do transporte e venda, possuindo mercados consumidores muitas vezes distantes e regulares. <sup>129</sup> A presença de animais de tiro, como bestas de carga, mulas, éguas, cavalos etc., coincidia nas unidades produtivas somente com rebanhos, o que caracterizava um dado altamente revelador das possibilidades dessas unidades reunirem não só a fase de criação, mas também, de transporte e possível venda de suas mercadorias no mercado. Fato este que, por si só, já garantiria uma maior possibilidade de acumulação. <sup>130</sup> Para sustentar a pecuária, plantava-se o milho, alimento básico de suínos. Embora o volume do milho em grão exportado da província fosse inexpressivo, seu cultivo esteve presente em praticamente

---

<sup>126</sup> Mônica Oliveira constatou, através dos estudos das dívidas ativas e passivas existente nos inventários, que os investimentos mesmo pequenos eram preferivelmente destinados à compra de escravos e terras respectivamente, demonstrando a difusão de posse de cativos em diferentes segmentos sociais. Oliveira, Mônica. Op.cit, pp.146-147.

<sup>127</sup> A observação dos bens arrolados nos inventários oferece imagem clara das inúmeras atividades desenvolvidas nas fazendas da região. Além das lides do campo, os fazendeiros carream suas produções para o mercado do Rio de Janeiro. Alguns deles aproveitavam o percurso das suas tropas para abastecer suas fazendas e as de seus vizinhos com sal, ferragens, tecidos e escravos. E esse quadro que se nos apresenta, quando procuramos identificar as atividades que se sobressaíam nas fazendas.

<sup>128</sup> As propriedades escravistas do Sul de Minas e de São João del Rei também caracterizavam-se pela diversificação das atividades rurais Neste sentido, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. Ver GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste.

<sup>129</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Op. Cit, p.103.

<sup>130</sup> O inventário de João Gonçalves de Andrade de 1805, morador da Freguesia de Barbacena possuía um total de seis cativos e um monte mor 1: 328\$485. Entre seus bens constavam 18 carros de milho, 12 alqueires de feijão e um rebanho de 7 bois de carro, 3 éguas, 3 cabeças de gado e 24 porcos. Inventário post-mortem, Arquivo do 1º Ofício Cível de Fórum de Barbacena.

todas as fazendas. Gerou-se na província mineira uma “civilização do milho”<sup>131</sup>, grão exportado “em lombo de porco”<sup>132</sup>.

A eliminação de intermediários ampliava os lucros e assegurava a fortuna do fazendeiro. Alcir Lenharo já percebera a relação de complementaridade existente entre proprietários e tropeiros. Assim, tornava-se o comerciante de seus produtos.<sup>133</sup> A autonomia para transportar sua produção torna pertinente caracterizar esse proprietário como “fazendeiro-negociante”<sup>134</sup>.

Francisco Ferreira Armonde foi um típico “fazendeiro-negociante”, condutor de tropas, vendedor das mais diversas mercadorias, traficante de escravos, agricultor, pecuarista e financista. Os vínculos entre Barbacena e a Corte do Rio de Janeiro, permeados pelo circuito mercantil do Caminho Novo, começaram a ser construídos pela família Armonde desde o século XVIII. Apenas os grandes proprietários, possuidores de imensa quantidade de terra, geralmente ocupada desde o início do processo de povoamento, tiveram acesso ao mercado. A realização de negócios diretamente com o mercado consumidor cada vez mais só era possível para os grandes proprietários/comerciantes. Também o comércio de abastecimento apresentava uma tendência de concentração, sendo raros os pequenos comerciantes que dele participavam<sup>135</sup>. De fato, Francisco Ferreira Armonde certamente preenchia esses requisitos. Quando faleceu, em 1814, era um dos maiores pecuaristas do termo da vila de Barbacena<sup>136</sup>. Até a sua morte, comandava a fazenda do Moinho e a fazenda Gerais do Barros, desenvolvia em suas fazendas atividades diversificadas. Nas terras de cultura, presentes nas duas fazendas, certamente eram plantadas roças de milho, feijão, arroz, mandioca<sup>137</sup>. Embora nenhuma produção agrícola tenha sido inventariada, parte dos 81 escravos devia ocupar-se do cultivo de gêneros de subsistência. As atividades agrícolas, portanto, proporcionavam sustentação a principal atividade de Francisco

<sup>131</sup> GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste. Capítulo 3

<sup>132</sup> SLENES, Robert. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Campinas: cadernos, IFCH/UNICAMP, n. 17, 1985. p. 481. Mimeo

<sup>133</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. p. 32; 89-98.

<sup>134</sup> Marcos Ferreira de Andrade também identificou entre os proprietários de Campanha a figura do “fazendeiro/negociante”. ANDRADE, Marcos Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. p. 82-93.

<sup>135</sup> LENHARO, Alcir. As tropas da moderação. Obviamente, a atividade agropecuária estava disseminada entre a população mais pobre. No entanto, a produção para o mercado e a consequente acumulação de fortunas a partir dessa atividade foi privilégio de poucos. Sobre isso ver: TEIXEIRA, Adriano Braga. Idem; ANDRADE, Marcos Ferreira. Família, fortuna e poder no Império do Brasil.

<sup>136</sup> Fonte: AHMPAS, inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814, 2SVC, Cx. 20/18.

<sup>137</sup> Os dois fornos de torrar farinha, listados no inventário de Francisco Ferreira Armonde demonstram que a farinha de mandioca deveria ser um alimento importante na alimentação das pessoas que residiam na fazenda.

Armonde: a criação e comercialização de animais. Na verdade, ele estava entre os maiores pecuaristas da freguesia da vila de Barbacena no início do século XIX<sup>138</sup>.

Em 1814, os negócios de abastecimento do alferes Francisco Ferreira Armonde articulavam plenamente a produção agropastoril de suas fazendas e o comércio com a Praça do Rio de Janeiro. Seu falecimento, nesse mesmo ano, não desestruturou os negócios da família. A viúva, D. Felizarda, continuou a frente da administração das fazendas e dos negócios<sup>139</sup>. Certamente contava com o auxílio de seus filhos para levar a cabo a empreitada. Os irmãos Armonde, desde cedo, ocupavam-se dos “negócios e da lavoura”<sup>140</sup>, atuavam conjuntamente. Nos séculos XVIII e XIX, era usual que, com o falecimento de um dos cônjuges, aquele sobrevivente ficasse no controle dos bens do casal, principalmente quando os filhos eram pequenos<sup>141</sup>. Seguramente, a divisão dos bens acarretaria a diminuição do conjunto da fortuna da família. Os herdeiros, contudo, optaram por manter intacta a unidade produtiva da família. Esta prática entre alguns grandes proprietários pode ter favorecido a estabilidade das famílias escravas no termo de Barbacena, pois, mesmo após a morte do senhor, a unidade produtiva era preservada.

A ocupação da terra no termo de Barbacena foi caracterizada pelo perfil concentrador das propriedades. Os primeiros povoadores empenhavam-se em ocupar novas áreas, incorporando cada vez mais terras as sesmarias originalmente concedidas e demarcadas pela Coroa portuguesa, ampliando indefinidamente os limites geográficos de suas terras. A concentração de terras era uma estratégia desses primeiros proprietários<sup>142</sup>. A expansão dos domínios territoriais, a beira das estradas, era um

---

<sup>138</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. População, sistema econômico e poder... p. 97. O autor chegou a essa conclusão depois de analisar todos os inventários da freguesia da Vila de Barbacena entre 1791 – 1822. De fato, dentre os inventários disponíveis, Francisco Ferreira Armonde ocupa o topo dos proprietários. Mas é importante lembrar que a documentação está sub-representada, podendo ter existido, portanto, outros proprietários mais ricos.

<sup>139</sup> D. Felizarda procedeu ao inventário dos bens do casal, mas não fez a partilha. Em 1826, ela foi notificada pelo juiz para dar conta do estado dos bens do casal. Somente em 1845, após a realização do inventário de D. Felizarda, os herdeiros tomaram posse dos bens. AHMPAS, Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814.2SVC. Cx. 20/18; Testamento de Felizarda Maria Francisca de Assis, 1844. 2SVC. Cx. 96/20. Inventário de Felizarda Francisca de Assis e Francisco Ferreira Armonde, 1845. 2SVC. Cx.96/20.

<sup>140</sup> “Negocio e lavoura” expressão utilizada no Censo de 1831 para classificar a ocupação da família Armonde.

<sup>141</sup> Este é o caso da herança do coronel Manoel de Sa Fortes Bustamante Nogueira. Quando ele faleceu em 1809, foi feito inventário dos bens do casal. A partilha, porém, ocorreu apenas em 1835, este dado pode nos sugerir que as famílias escravas podem ter se beneficiado pela estabilidade das unidades produtivas mesmo após o proprietário ter falecido. AHMPAS. Inventário de Mariana Leocádia da Silva e Manuel de Sá Fortes, 1835. 1SVC. Cx. 22/09.

<sup>142</sup> SCHOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del. (Org.) Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história. Rio de Janeiro: Campus, 2000.p. 163-208

mecanismo de controle das terras e das rotas comerciais constitutivas do mercado interno. A posse das terras mais férteis e melhor localizadas garantia, sobretudo, a sustentação pelos potentados do poder de mando local e do seu prestígio. O acesso aos cargos de oficiais de milícias e ordenança e da administração colonial fortalecia esse poder, definindo os rumos das competições e das disputas por terras.

É importante destacar que a economia da região do termo de Barbacena não era caracterizada pela dicotomia senhor e escravo, longe disso. Embora fosse caracterizada como uma economia escravista, a estrutura econômica desta região dependia muito da mão de obra livre. O processo de inserção e a importância dos homens livres na economia local são fundamentais para compreender como se organizou o escravismo no século XIX no termo de Barbacena.

A ocupação das terras da nova fronteira não ficou restrita apenas ao sistema de sesmarias. O povoamento também se constituiu sem ser acompanhado por um processo de apropriação legal das terras. Esses dois processos, aos poucos se consolidaram, gerando uma alternativa de acesso estável a terra. Desta forma, os grandes fazendeiros- comerciantes conviviam com uma variedade de posseiros livres.

A diversidade de homens livres provenientes da região das minas, com diferentes inserções na hierarquia social, utilizou, igualmente, a alternativa das migrações. A ocupação de terras da região, mesmo não formalizada foi possível, mediante a mera ocupação produtiva dessas terras. Criou-se um modelo de ocupação caracterizado pela diversidade, reflexo da fixação de elementos provenientes de distintas camadas sociais, gerando a convivência, no mesmo espaço geográfico, de pequenas, médias e grandes propriedades.

Entre os pequenos proprietários existiam aqueles que mantinham suas unidades produtivas estruturadas através do trabalho escravo e havia também aqueles que utilizavam o trabalho cativo para apenas complementar o trabalho livre. Outros ainda não tinham condições de adquirir trabalhadores cativos e dependiam exclusivamente do trabalho familiar em sua unidade produtiva.

A Lista Nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, de 1831-1832, traz informações sobre a ocupação habitantes<sup>143</sup>. O número de pessoas envolvidas com

---

<sup>143</sup> APM, Lista Nominativa de Habitantes do termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG. As Listas Nominativas são o único conjunto de documentos censitários de Minas Gerais, referente a primeira metade do século XIX. Embora possibilitem conhecer a dinâmica demográfica e a estrutura ocupacional da população, essa fonte apresenta alguns limites ao pesquisador. Não há informações para a maior parte da população. Há



as atividades agropastoris não é surpreendente. Mais da metade dos moradores, perto de 52% da parcela que se tem notícia, trabalhava na agricultura e na pecuária. Nesse mundo rural, fortemente vinculado ao mercado de abastecimento da Corte e de diversas regiões mineiras, chama à atenção a presença de ocupações ligadas ao universo tropeiro e pastoril. Além de agricultores, criadores e tropeiros, viviam campeiros, boiadeiros, camaradas de tropas, arrieiros, carreiros, fazedores de chicote, seleiros, ferreiros, picadores e peareiros <sup>144</sup>. O desempenho dessas atividades, sem dúvida, era fundamental para garantir o ir e vir das tropas e os progressos dos negócios dos grandes e pequenos proprietários.

A atividade econômica dos pequenos proprietários era essencial para o desenvolvimento da economia da região. Assim como os grandes proprietários rurais, os pequenos proprietários desenvolviam atividades consorciadas. <sup>145</sup> Em geral, numa mesma fazenda, plantava-se milho, feijão, arroz, mandioca, e criavam-se galinhas, porcos, vacas e ovelhas. Vendia-se queijo, toucinho e couro. Muitos fazendeiros fabricavam açúcar e aguardente. A produção dos pequenos proprietários se articulava à economia local. A produção agropecuária, o comércio e as atividades creditícias dos grandes e pequenos proprietários eram complementares. Essa articulação garantia a reprodução da economia do Termo de Barbacena.

Carla Almeida, ao pesquisar o setor camponês em Minas Gerais observou que a população livre aumentou em importância, atingindo uma taxa de crescimento de 305,17%, entre 1767 e 1821, enquanto a escrava cresceu 43,65%, durante o mesmo período na Capitania de Minas Gerais. Essa época foi caracterizada por um significativo crescimento econômico e populacional na Comarca do Rio das Mortes, região na qual o termo de Barbacena esteve subordinado até 1833. Estes dados revelam a importância cada vez maior que a mão-de-obra livre passou a ter na capitania, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar, isso ao que parece não fora uma característica somente de uma ou outra comarca. Carla Almeida, verificando o percentual dos escravos em relação à população

---

também, uma multiplicidade de termos para designar ocupações análogas. Estas lacunas e sub-representações dificultam a pesquisa. Para uma discussão dessa fonte, ver: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. e PAIVA, Clotilde. População e economia nas Minas Gerais do século XIX.

<sup>144</sup> Pear e prender com peia. Embaraçar, impedir, estorvar. Chamava-se de peareiro o peão que, no século XIX, era encarregado de laçar animais, principalmente gado vacum e cavalari.

<sup>145</sup> É importante destacar que as atividades agropastoris eram amplamente disseminadas. Mesmo posseiros sem escravos ou terras que viviam como agregados, também dedicavam-se a plantar e a criar gado.

total de todas as regiões, percebeu uma relação muito próxima entre elas, girando em torno de 60% da população em 1767 e de 35% em 1821, para todas as regiões.<sup>146</sup>

Douglas Libby já ressaltava a importância das unidades camponesas na constituição unidades produtivas mineiras através da análise dos mapas da população do século XIX.<sup>147</sup> A constituição de empresas de tipo camponês, apesar de, numericamente, serem mais representativas no conjunto das unidades encontradas, apresentavam pequenas relações com o mercado e tinham mínima capacidade de acumulação e inversões produtivas.<sup>148</sup> No processo de abertura da fronteira<sup>149</sup>, havia espaço tanto para a pequena produção camponesa, quanto para as produções de maior porte. O espaço das diferentes unidades de produção estava garantido pelo o caráter de complementaridade que estes setores produtivos possuíam e pela capacidade de reiteração da economia.<sup>150</sup>

Afonso de Alencastro Graça Filho também constatou que a atividade agropecuária da região da Comarca do Rio das Mortes se organizou em um amplo setor camponês, com a participação de algumas grandes unidades escravistas. A concentração de terra refletia a forma de utilização do solo pela pecuária extensiva e agricultura itinerante.<sup>151</sup> Suas pesquisas sobre a Comarca do Rio das Mortes, região originária do termo de Barbacena, estão em consonância com as análises de diversos historiadores como Mônica Oliveira, Carla Almeida, Marcos Andrade e Edna Resende.<sup>152</sup>

A análise da evolução do sistema agrário na região do termo de Barbacena, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, revelou a consolidação de

<sup>146</sup> ALMEIDA, Carla M. C. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado), p.53.

<sup>147</sup> LIBBY, Douglas Op.Cit. P. 104-106.

<sup>148</sup> A propriedade de Antônio Fernandes Duarte, inventário de 1791 continha um pequeno sítio com casa na Borda do Campo, com um plantel de quatro cativos, sendo, duas crianças; possuía, ainda, um monte mor de 167\$100. Inventário post-mortem, Arquivo do 1º Ofício Cível de Fórum de Barbacena.

<sup>149</sup> Ângelo Carrara também postula que a pequena produção e criação de gado eram o que garantiam o desenvolvimento e o pleno movimento de economia colonial nas referidas regiões, como também os níveis de rendimento que permitissem o crescimento da população e a abertura de fronteiras. Ver: CARRARA, Ângelo. Agricultura e pecuária na capitania de Minas Gerais, 1674-1807. Tese de Doutorado, UFRJ, 1997. CARRARA, Ângelo. A Zona da Mata Mineira: Diversidade econômica e continuidade (1839-1909). Dissertação de mestrado, UFRJ, 1990.

<sup>150</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de, op cit, p. 154.

<sup>151</sup> GRAÇA FILHO. Op. Cit, pp.36- 41.

<sup>152</sup> ALMEIDA, Carla M. C. Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial, 1750-1822. Niterói: UFF, 2001. (Tese de doutorado); OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira-1780-1870. Bauru (SP): EDUSC; Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2005. ANDRADE, Marcos Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil, Campanha da Princesa (1799-1850). Niterói: UFF, 2005. (Tese de Doutorado); RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado).

algumas características estruturais já presentes em outros sistemas de abastecimento interno, como a difusão da posse de escravos, a produção extensiva e a constituição de uma hierarquia social. O sistema econômico era garantido pela complementaridade entre a produção das grandes empresas escravistas e pela produção de unidades domésticas, de tipo camponês. No topo da hierarquia estava um reduzido grupo de proprietários, vinculados as grandes unidades de produção, concentrando um maior número de cativos, além de estarem sempre articuladas aos circuitos mercantis mineiros, com grande capacidade de reprodução interna. As unidades produtivas de tipo camponês se caracterizavam pela mínima utilização de cativos, representavam à maioria dos proprietários locais, estavam localizados na base da hierarquia social e tinham pequena capacidade de auto reprodução porque sua economia estava direcionada ao mercado local e a subsistência. De acordo com Ângelo Carrara, as pequenas produções e criação de gado eram o que permitiam o crescimento da população e a abertura da fronteira.<sup>153</sup> Assim, havia espaço tanto para a pequena produção quanto para a produção de maior porte.

Este sistema agrário, mesmo estando fora da grande produção agroexportadora possuía os traços estruturais fundamentais do escravismo, atestado pela hegemonia do trabalho escravo, em que até o homem livre e liberto pobre e mesmo o escravo, tinha acesso à propriedade de cativos. É importante destacar que o número de despossuídos era muito significativo. Foi através da participação dos ativos terra e escravo na composição da riqueza que se estabeleceu a hierarquização social no termo de Barbacena.<sup>154</sup>

## **2.2 A importância da escravidão no termo de Barbacena**

Os dados censitários registrados na primeira metade do século XIX espelham o elevado número de escravos na região de Barbacena. Este cenário retrata o período de consolidação da estrutura produtiva da região, época de crescimento do número de unidades de produção.

---

<sup>153</sup> CARRARA, Ângelo Alves. Minas e currais; produção rural e mercado interno de Minas Gerais, 1674-1807. Juiz de Fora: Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2007, p. 37.

<sup>154</sup> Oliveira, Mônica. Op.cit, pp.153-154.

Para os primeiros decênios do século XIX, utilizaremos dois mapas de populações publicados, em 1837, por Raimundo José da Cunha Matos.<sup>155</sup> Um deles, elaborado pelo Barão de Eschwege, relaciona a população total de Minas Gerais no ano de 1821, além de suas respectivas comarcas de Ouro Preto, Sabará, Rio das Mortes, Serro Frio e Paracatu. O outro mapa, referente também à população mineira de 1821, desenvolvido pelo secretário do governo da província Luís Maria da Silva Pinto, cita os termos existentes em Minas no referido ano, além de fazer alusão às cinco comarcas. Ambos possuem uma divisão populacional conforme o estatuto jurídico (livres e escravos).

Consoante o mapa de Eschwege a população de Minas Gerais em 1821 era de 514.107 habitantes, dos quais os cativos eram responsáveis por um pouco mais de um terço deste total (35,3%). O número total de escravos calculado pelo Barão é de 181.881 almas. A comarca do Rio das Mortes era a mais povoada da província de Minas Gerais, como vimos nas pesquisas realizadas por Carla Almeida e também por Kenneth Maxwell apresentadas no primeiro capítulo. De acordo com este mapa de população de 1821, 41,5% ou 213.617 dos habitantes estavam situados nesta região, já o contingente cativo da Comarca era de 84.995 pessoas. Reduzindo a escala, as estatísticas de Silva Pinto nos mostram que o Termo de Barbacena no ano de 1820 possuía uma população de 21.324 pessoas, cujos escravos contribuíam com 39% ou 8.334 almas. Estes números permitem a construção de um panorama geral no qual a região de Barbacena esteve inserida, demonstrando que os cativos representaram uma parcela importante na população da região.

Tabela 7 - Mapa de População do Termo de Barbacena em 1820

População total	População escrava	Percentual de escravos	População livre	Percentual de livres
21.324	8.334	39,08 %	12.990	60,02 %

Fonte : MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v. 2, pp. 54-64.

Do acervo censitário atualmente conhecido em Minas Gerais para a primeira metade do século XIX destacam-se duas listas nominativas referentes às tentativas de

<sup>155</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. Corografia histórica da Província de Minas Gerais (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v. 2, pp. 54-64. Para saber melhor acerca da história dos mapas de população existentes em Minas Gerais veja BERGAD, Laird W. op. cit. PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Doutorado)

recensar a população nos anos de 1831 e 1832 e entre 1838 e 1840. E os mapas de população dos anos entre 1833 e 1835.<sup>156</sup>

Figura 9 - Decomposição da população e distritos recenseados segundo a fonte utilizada, por data média – Minas Gerais – Década de 1830.<sup>157</sup>

Fontes	Ano médio (1)	População		Distritos	
		Nº	%	Nº	%
Listas Nominativas de 1831/1832	1831,3	393.388	52,0	240	55,8
Listas Nominativas de 1838/1841	1839,0	41.709	5,5	21	4,9
Mapas de população de 1833/1835	1834,0	276.311	36,5	140	32,6
Corografia Histórica de Minas Gerais	1826,0	37.602	5,0	25	5,8
Método indireto (2)	-	7.647	1,0	4	0,9
<b>Total</b>	<b>1832,5</b>	<b>756.657</b>	<b>100,0</b>	<b>430</b>	<b>100,0</b>

Fonte dos dados básicos: Estimativa da população elaborada por Paiva (1996) e revista por Godoy (2004) e Rodarte<sup>45</sup>, mediante uso das listas nominativas de 1831/32 e de 1838/41, mapas de população de 1833/35 (Martins, M. 2002) e dados populacionais de 1826 (Matos, 1981);

(1) Datação média dos levantamentos foi obtida pela média ponderada das datas pelas respectivas populações;

(2) Média da população dos demais distritos do município, com a exceção da sede municipal.

Fonte dos dados básicos: Malha municipal do Brasil, 1997. Diretoria de Geociências. Departamento de Cartografia. Estimativa de 1830: ver Tabela 2. Nota: Regiões pela definição de Godoy (1996): 2-Vale do Alto-Médio Rio São Francisco; 3-Sertão; 4-Minas Novas e Sertão do Rio Doce (agregadas); 5-Triângulo; 6-Araxá; 7-Paracatu e Extremo Noroeste (agregadas); 8-Sertão Alto Rio São Francisco; 9-; 10-Diamantina; 11-Vale do Médio-Baixo Rio das Velhas; 12- Intermediária de Pitangui-Tamanduá; 13-Mineradora Central Oeste; 14-Mineradora Central Leste; 15-Mata; 16-Sudeste; 17-Sul Central; 18-Sudoeste. Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

As Listas Nominativas, embora possibilitem conhecer a dinâmica demográfica e a estrutura ocupacional da população, apresenta certos limites para o pesquisador. Não há informações para a maior parte da população. Há também, uma multiplicidade de termos para designar ocupações análogas, entre outras limitações. Estas lacunas e sub-representações dificultam a pesquisa.<sup>158</sup>

A população total do termo de Barbacena de acordo com as listas nominativas 1831/32 foi estimada em de 33.557 habitantes em 26 distritos<sup>159</sup>, o número total de escravos era equivalente a 14.246, o número de livres foi estimado em 19.311, sendo que, entre estes, haveria aproximadamente 1.586 forros. O significativo

<sup>156</sup> Ver RODARTE, Mario M. S. Relatório de recomendação de revisão do mapa básico das regiões e estimativa populacional de Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006.

<sup>157</sup> Apud: Rodarte, Mario Marcos Sampaio. O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais Oitocentista. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

<sup>158</sup> Para uma discussão dessa fonte, ver: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. Também ver: PAIVA, Clotilde. População e economia nas Minas Gerais do século XIX.

<sup>159</sup> Em 1831- 1832 o Termo de Barbacena era composto pela Vila de Barbacena, Curato do Espírito Santo, Borda do Campo, Ribeirão de Alberto Dias, Santana do Barroso, Juiz de Fora, São Francisco de Paula, São José do Paraíba, João Gomes, Cágado, Santana do Livramento, Remédios, São João Nepomuceno do Rio, Porto Alegre de Ubá, Engenho do Mato, Santa Rita do Ibitipoca, Rosário, Conceição dos Ilhéus, Dores do Quilombo, Bom Retiro, Conceição do Rio Novo, Cural Novo, São Domingos, Bertioiga, Piau. Listas Nominativas de 1831-1832: distrito do Termo de Barbacena (Listas) localizada no APM.

percentual do número de forros pode sugerir que a permanência de ex-escravos na região fosse fundamental para a reprodução interna da estrutura produtiva do Termo.

Tabela 8 - Lista Nominativa do Termo de Barbacena – 1831/1832

População total	População escrava	Percentual de escravos	População livre	Percentual de livres
33.143	14.246	42,98 %	19.311	57,02 %

Apesar de todos os limites para utilização desse tipo de fonte censitária, relacionados às diferentes metodologias para coleta de informações, a inserção e retirada de áreas subordinadas ao Termo de Barbacena, a ausência de dados para determinadas regiões, podemos ter pelo menos uma visão panorâmica da demografia nos primeiros anos do século XIX. E nesta perspectiva os dados censitários podem sugerir dois registros importantes, o primeiro relacionado à relevância da população escrava para o termo de Barbacena, como já destacamos neste capítulo. O segundo a possibilidade de crescimento não só em termos absolutos, mas também em termos proporcionais da parcela da mão de obra cativa em relação aos números totais da população da região de Barbacena. Essa última hipótese pode ser mais bem detalhada com a análise de outro censo populacional realizado a partir de 1833.

Os mapas de população produzidos entre 1833 e 1835 são documentos censitários mais sintéticos que as listas nominativas e são constituídos por tabelas padronizadas. No censo realizado entre 1833 e 1835, o número de distritos da região do termo de Barbacena havia aumentado, eram 26 em 1831/32 e passaram para 28 distritos em 1833/35.<sup>160</sup>

Apesar dos limites para as pesquisas, é possível fazer algumas análises sobre os dados registrados nos mapas de população. De acordo com os registros censitários de 1833/35, podemos constatar que a região de Barbacena alcançou uma proximidade no total de habitantes em comparação aos termos de Mariana e São João del Rei, apesar de sua ocupação tardia em relação a esses termos. Barbacena possuía 36.159 habitantes, Mariana 57.693 e São João del Rei, sem acrescentar a população de São José possuía 22.135 habitantes.<sup>161</sup>

<sup>160</sup> Listas Nominativas de 1831-1832 e Mapas de População no acervo do Arquivo Pública Mineiro.

<sup>161</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revistando a província: comarcas, Termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: V Seminário da economia mineira. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990. p.22-25.

O número total de escravos registrados no termo de Barbacena pelo censo de 1833/35 também pode revelar, corroborando com os dados dos censos de 1820 e 1831/32, a importância da mão de obra escrava na região. Além disso, pode sugerir também um considerável dinamismo econômico alcançado pela região na primeira metade do século XIX.

Ao compararmos os dados referentes ao termo de Barbacena com outros termos mineiros que se destacavam pela economia escravista, confirmamos a nossa hipótese sobre a importância do braço escravo e o relevante dinamismo econômico da região. Barbacena possuía 16.801 escravos, sendo esse número 46,46 % do total de sua população; Mariana possuía 20.673 escravos, 35,83% de sua população total; e São João del Rei, da população de 22.135 registrada no mapa de população, 44,43 % ou 9.836 eram escravos. Tais números corroboram para demonstrar o desenvolvimento econômico e demográfico da região de Barbacena. Os dados da tabela abaixo, chamam atenção para o alto índice da população cativa em diversos distritos do Termo de Barbacena. Em alguns distritos a população escrava chegava a um percentual superior a 50% da população total <sup>162</sup>. Tratava-se, obviamente, de uma sociedade escravista. O dinamismo econômico da região possibilitou ampla utilização da mão-de-obra escrava nas propriedades da região. O desenvolvimento da sociedade mercantil de abastecimento assentava-se no trabalho escravo. Conferir na tabela abaixo:

---

<sup>162</sup> MARTINS, Maria do Carmo Salazar. Revisitando a província: comarcas, Termos, distritos e população de Minas Gerais em 1833-1835. In: V Seminário da economia mineira. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG, 1990. p.13-29. Para uma perspectiva comparativa entre os termos da província de Minas Gerais, ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de família. p. 93-96.

Tabela 9 - Distritos e População do Termo de Barbacena, 1833-35.

DISTRITOS	POPULAÇÃO TOTAL	CATIVOS	%	LIVRES	%
Barbacena	2439	843	34,56	1596	65,43
Ribeirão	1307	485	30,98	822	62,89
Remédios	2098	1055	50,28	1043	49,71
Rio do Peixe	1190	495	41,59	695	58,4
Santa Rita	1013	338	33,36	675	66,63
Ibitipoca	1052	404	38,4	648	61,59
Piau	1042	532	51,05	510	48,94
Borda do Campo	822	291	35,4	531	64,59
Barroso	553	224	40,5	329	59,49
São Jose do Paraíba	914	414	45,29	500	54,7
Espírito Santo	1514	501	33,09	1013	66,9
Garambeo	738	317	42,95	421	57,04
Bom Retiro/ Livramento	1739	720	41,4	1019	58,59
Simão Pereira	2501	1574	62,93	927	37,06
Rio Preto	2420	1106	45,7	1314	54,29
Bom Jardim	1427	553	38,75	874	61,24
Ilhéus	482	124	25,72	358	74,27
São Domingos	1270	456	35,9	814	64,09
Curral Novo	1042	627	60,17	415	39,82
Bertioga	727	367	50,48	360	49,51
Rosário	782	328	41,94	454	58,05
São Francisco de Paula	1701	809	47,56	892	52,43
Mercês do Cagado	1491	960	64,38	531	35,61
Chapéu de Uvas	2244	1128	50,26	1116	49,73
Juiz de Fora	1532	949	61,94	583	38,05
João Gomes	1087	545	50,13	542	49,86
Quilombo	1232	656	53,24	576	46,75
Bicas - - - -	_____	_____	_____	_____	_____
<b>Total: 28</b>	<b>36.159</b>	<b>16.801</b>	<b>46,46</b>	<b>19.358</b>	<b>53,53</b>

Fonte: Mapas de População: Arquivo Publica Mineiro. Apud: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: Seminário sobre economia mineira: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. P. 22-25.



De acordo com Listas Nominativas de 1833/35, dos 28 distritos, 09 deles constavam um número maior de escravos do que livres. Os distritos de Remédios (1.055 escravos e 1.043 livres), Piau (532 escravos e 510 livres), Simão Pereira (1.574 escravos e 927 livres), Bertioga (367 escravos e 360 livres), Curral Novo (627 escravos e 415 livres), Chapéu de uvas (1.128 escravos e 1.116 livres), Juiz de Fora (949 escravos e 583 livres), São Miguel e Almas de João Gomes (545 escravos e 542 livres) e Quilombo (656 escravos e 576 livres) representavam a supremacia do trabalho escravo. Desses nove distritos, poderíamos ponderar que três deles, Juiz de Fora, Piau e Simão Pereira apresentavam esses números em função do avanço da fronteira agrícola do café, a partir de 1830. Esses distritos estariam, portanto, envolvidos numa economia agroexportadora. Mesmo assim, o número de cativos em uma região de abastecimento como o Termo de Barbacena continuaria a se destacar entre outros termos mineiros.

Os dados censitários registrados na década de 1830 são importantes no sentido de retratarem a dinâmica populacional do Termo de Barbacena. Este cenário revela o período de consolidação da estrutura produtiva da região, época de crescimento do número de diversos tipos de unidades de produção e fortalecimento das grandes empresas escravistas, como veremos a seguir.

### **2.3 A estrutura de posse de escravos**

O termo de Barbacena na primeira metade do século XIX mostra notável dependência do braço escravo para a movimentação das engrenagens de sua economia. Levando em consideração os indivíduos dessa região que, ao fim de sua vida, possuíam bens a inventariar, nunca menos de 73% dos inventariados eram possuidores de escravos para as primeiras décadas do século XIX, segundo Fábio Pinheiro.<sup>163</sup>

Visto a sua disseminação pelo tecido social, torna-se imprescindível, neste momento, analisar a distribuição da propriedade escrava na região. Fábio Pinheiro pesquisou no Arquivo Municipal de Barbacena 1.734 escravos nos inventários de proprietários do termo de Barbacena. De acordo com sua pesquisa podemos estabelecer um quadro geral da estrutura de posse de cativos na região. A distribuição em faixas de plantéis proposta por Fábio Pinheiro é a mesma que utilizamos para o estabelecimento do padrão de posse para o período posterior a 1870. Ao adotarmos as mesmas faixas de

---

<sup>163</sup> PINHEIRO, Fábio. Op.cit.

distribuição de posse de Pinheiro, também utilizados por Edna Resende para o período entre 1830/49 e 1850/ 88, esperamos poder contribuir mais para a pesquisa sobre a região, na medida em que estabelecemos um padrão para comparar o escravismo em épocas diversas no Termo de Barbacena.

Os pequenos proprietários são aqueles detentores de um a cinco escravos, os médios possuem de seis a dez cativos, e os senhores de grandes plantéis são aqueles donos de onze a vinte escravos, finalmente, estabelecemos uma faixa para aqueles grandes proprietários, cuja posse é maior que 20 cativos.

Os resultados mostram que, se por um lado percebemos uma disseminação dos escravos nas unidades produtivas, por outro lado, os mesmos estavam concentrados nas mãos de um pequeno grupo detentor de boa parte desta mão-de-obra. Entre os anos de 1809 e 1830 os pequenos plantéis eram a tônica na jurisdição do termo de Barbacena. Os proprietários de um a cinco e de seis a dez cativos representavam, em conjunto, mais de 70% dos senhores entre os inventariados. Em contrapartida, estes mesmos grupos controlavam apenas 29,5% da escravaria arrolada na documentação. Já os indivíduos responsáveis pelos grandes plantéis representam 29,8 % dos donos de almas e controlavam 70,5 % desta mão-de-obra registradas nos inventários post-mortem. De maneira geral, o quadro esboçado até então nos mostra uma estrutura de posse concentrada na região do Termo de Barbacena, ou seja, ao mesmo tempo em que se percebe a existência de um grupo majoritário com 2,7 escravos, em média, por proprietário, se nota a presença minoritária de grandes senhores, cada um detendo, em média de 37,2 escravos.

Tabela 10 - Estrutura de posse de escravos. Termo de Barbacena entre as décadas de 1810 e 1830

Posse	Proprietários	Escravos	%Proprietários	%Escravos	Média
1-5	64	177	39,7	10,3	2,7
6-10	49	333	30,5	19,2	6,7
11-20	24	329	14,9	18,9	13,7
< 20	24	895	14,9	51,6	37,2
Total	161	1.734	100,0	100,0	10,7

Fonte: Inventários post-mortem, 1º e 2º varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. Op.cit.

Contudo, para melhor entendermos a estrutura de posse na região do Termo de Barbacena faz-se necessário analisarmos a sua evolução entre a segunda e a terceira década do século XIX. Embora não se trate de um período muito longo, podemos constatar mudanças significativas. Nesse sentido, é possível perceber o aumento de proprietários detentores de um a cinco escravos, de 36,2% entre 1809 e 1819 este grupo passou a representar 41,7% no período de 1820 a 1830. No entanto, a proporção de escravos detidos pelos mesmos pouco mudou, de 9,6% para 10,8% entre uma década e outra. Interessante notar a queda proporcional dos plantéis de seis a dez e de onze a vinte cativos. Enquanto o primeiro caiu de 36,2% para 27,1% o segundo passou de 17,2% para 13,5%. Do mesmo modo, a parcela de almas pertencentes a estes dois grupos decresceu, a título de ilustração, os senhores de seis a dez escravos que entre 1809 e 1819 retinham 25% passariam no decênio subsequente a serem responsáveis apenas por 16% do braço cativo. Já os plantéis com mais de vinte escravos registraram um aumento substancial tanto de proprietários quanto de cativos, ou seja, entre o segundo e terceiro decênio este grupo passou de 10,4% para 17,7%, por sua vez, a proporção de escravos passou de 42,4% para 56,4%. Considerando os proprietários de plantéis com mais de 11 cativos como grandes senhores escravistas, temos a seguinte leitura. No período entre 1809 e 1819, os grandes proprietários representavam 10,4 % do conjunto dos inventários ou 16 indivíduos e detinham 390 cativos ou 65 % do total. Entre 1820 e 1830, houve um aumento para 32 grandes proprietários ou 31,2 % que passaram a concentrar 73,2 % ou 834 escravos.

Tabela 11 - Estrutura de posse de escravos, Termo de Barbacena entre as décadas de 1809 e 1819.

Posse	Proprietários	Escravos	%Proprietários	%Escravos	Média
1-5	21	56	36,2	9,6	2,6
6-10	21	150	36,2	25,1	7,1
11-20	10	137	17,2	22,9	13,7
< 20	06	253	10,4	42,4	42,1
Total	58	596	100,0	100,0	10,2

Fonte: Inventários post-mortem, 1º e 2º varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. Op. cit.

Tabela 12 - Estrutura de posse de escravos, Termo de Barbacena entre as décadas de 1820 e 1830.

Posse	Proprietários	Escravos	%Proprietários	%Escravos	Média
1-5	43	121	41,7	10,8	2,8
6-10	28	183	27,1	16,0	6,5
11-20	14	192	13,5	16,8	13,7
< 20	18	642	17,7	56,4	35,6
Total	103	1138	100,0	100,0	11,0

Fonte: Inventários post-mortem, 1º e 2º varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio.

Para além deste panorama, as mudanças registradas na distribuição dos escravos nas propriedades do termo de Barbacena nos mostram constatações importantes. Primeiramente, podemos perceber que entre a segunda e a terceira década do século XIX todas as faixas de plantéis cresceram, quantitativamente, no número de senhores e de escravos. Segundo, o número de proprietários de um a cinco cativos, mais do que dobrou entre um decênio e outro, de 21 para 43 proprietários, ou seja, é possível que no termo de Barbacena o número de indivíduos nos quais se tornaram donos de pelo menos um escravo tenha aumentando substancialmente no tecido social desta região. Em relação aos grandes proprietários, com mais de 10 escravos, podemos constatar que os inventários nesta faixa de posse dobraram de 16 para 32 indivíduos que detinham 65% de toda a escravaria registrada nos inventários do período e passaram a deter 73,2% no período seguinte, com a média de 26,06 cativos por proprietário. Por fim, destacando o pequeno grupo detentor de grandes plantéis acima de 20 escravos constatamos que o número de inventários triplicou, de seis para 18 proprietários. Ao longo do período de 1809 a 1830, estes senhores possuíam, em média, cerca de 35 cativos cada um. Sendo assim, o acesso à propriedade escrava por um número maior de indivíduos conjugado com o aumento do número de senhores que passaram a ser dono de grandes plantéis, nos levam a pensar numa hipótese pertinente: se levarmos em consideração que a posse de cativos foi à forma crucial de riqueza disponível no Brasil colonial e imperial e, além disso, o tamanho da força de trabalho era o fator mais importante na determinação da riqueza de um domicílio<sup>164</sup>, embora o acesso à terra

<sup>164</sup> LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 138.

fosse imprescindível, é provável que o cenário apresentado no período de 1820 a 1830 seja fruto do crescimento econômico, o que corrobora com a nossa hipótese de considerável desenvolvimento da região de Barbacena neste período.

De acordo com os dados recolhidos por Fábio Pinheiro, percebemos que, entre 1810 e 1819, os pequenos proprietários representavam 69,7% do total, detendo apenas 29% da escravaria, ao passo que os grandes proprietários acima de 20 escravos representavam somente 13,6%, porém, tinham o controle de 48% da mão-de-obra cativa. A diferença visível se percebe no terceiro decênio, quando a variação de estrutura de posse entre os proprietários de maior cabedal se manteve concentrada em 46%, registrando, todavia, uma leve queda, ao contrário do Termo de Barbacena que, como foi anunciado, obteve um aumento substancial da concentração nos grandes plantéis ao longo da segunda e terceira décadas do século XIX.

Enfim, podemos dizer que embora a propriedade escrava na região do termo de Barbacena esteve disseminada, os resultados expostos até o momento apresentam uma estrutura de posse de escravos concentrada nas mãos de um pequeno grupo de senhores com grande pecúlio. Para Florentino e Góes o alto grau de concentração da propriedade escrava coloca-nos não só de frente a uma sociedade possuidora de escravos, mas, sobretudo diante de uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao trabalhador cativo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres.<sup>165</sup>

Adriano Braga Teixeira também pesquisou a estrutura de posse escrava no AHMPAS. Em sua análise sobre 33 inventários post-mortem da Vila de Barbacena para o período entre 1791 e 1822, o autor constatou que apenas dois inventários não indicavam a propriedade de escravos, totalizando-se 289 cativos. Através da sistematização dos dados, o pesquisador verificou que 48,39% dos proprietários possuíam de 01 a 05 cativos 19,35% de 06 a 10 e 16, 13% acima de 20, sendo que o inventariado de maior plantel possuía 32 escravos. A média de posse ficou então em torno de 8,75 escravos por pessoa de acordo com as pesquisas em inventários post-mortem.<sup>166</sup> Esta média de escravos está próxima para a que Carla Almeida encontrou para o termo de São João Del Rei, no período de 1780/1822, média de 10 escravos por

---

<sup>165</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit., p. 55

<sup>166</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira na última década do setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br)

peessoa<sup>167</sup>, e da que Mônica Ribeiro de Oliveira encontrou para o termo de Barbacena, no período entre 1780 e 1808.<sup>168</sup> Mônica Oliveira pesquisando os inventários do termo de Barbacena notou que a posse de cativos estava bem disseminada. Das quarenta e oito unidades pesquisadas, mais de 90% dos inventários possuíam escravos, divididos em diversos plantéis. A pesquisadora encontrou pequenas unidades produtivas que não possuíam escravos, bem como aquelas que possuíam de um a cinco escravos, que sugerem a complementação do trabalho familiar, junto aquelas unidades de maior dimensão, com mais de dez escravos<sup>169</sup>.

A estrutura de posse de escravos disseminada nos pequenos proprietários, verificada nos inventários da região de Barbacena através das pesquisas de Mônica Oliveira, Adriano Teixeira e Fábio Pinheiro, já havia sido registrada para outras regiões de Minas Gerais. Em pesquisa pioneira, realizada por Francisco Vidal Luna, a composição da mão de obra escrava aparecia bastante disseminada. Em Mariana, 84,21% dos inventários possuíam escravos e em Vila Rica 82,30% dos proprietários tinham cinco escravos ou menos<sup>170</sup>.

Edna Maria Resende, ao pesquisar a região de Barbacena no período de 1830 a 1840<sup>171</sup>, analisou o processo de disseminação da propriedade escrava entre os pequenos proprietários, através de pesquisa sobre os inventários do Arquivo Municipal de Barbacena. A pesquisadora observou um alto percentual de proprietários de escravos. De acordo com pesquisadora, no Termo de Barbacena, entre 1831 e 1849, 48,2% dos proprietários tinham entre um e dez escravos, representando 17,5% do conjunto dos inventariados. A autora concluiu que a estrutura de posse de escravos do Termo de Barbacena estaria dentro dos padrões encontrados para a província de Minas, em especial para a vila de Campanha e para a cidade de São João del Rei. Edna Resende verificou que havia de fato uma disseminação da posse de escravos entre os pequenos proprietários. Por outro lado, grandes e médios proprietários, concentravam o maior

---

<sup>167</sup> ALMEIDA, Carla M. C. de. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial (1750-1822). Niterói: UFF, 2001. (Doutorado), p. 77

<sup>168</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. Cit, pp.112-113.

<sup>169</sup> Idem, 140-147.

<sup>170</sup> LUNA, Francisco Vidal. "Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais (1804)". In: COSTA, Iraci del Nero da (org). *Brasil: História Econômica e Demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986, p.163.

<sup>171</sup> RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008, pp. 113-126.

número de escravos. Cerca de um terço deles empregava mais de dois terços da população cativa<sup>172</sup>.

Para Mônica Oliveira, entre os pequenos proprietários, possuidores de 1 a 5 escravos, a distribuição em propriedade era extremamente reduzida, sendo uma média de 2,5 escravos por unidade. De acordo com a autora, essa média sugere um indicativo da associação de trabalho escravo com trabalho familiar nos meios de produção. No entanto, em tais unidades produtivas, apesar do número reduzido de escravos, confirmou-se que os investimentos apesar de pequenos eram preferivelmente destinados à compra de escravos e terras respectivamente, demonstrando a difusão de posse de cativos em diferentes segmentos sociais.<sup>173</sup>

Embora amplamente difundida de acordo com as pesquisas em inventários, a posse de escravos não era privilégio de toda a população. A propriedade de escravos e de bens era apanágio de pequena parcela da sociedade. De acordo com os registros dos inventários, a maior parte das pessoas nada possuía. O acesso direto ao mercado da Corte e, conseqüentemente, o envolvimento com as atividades produtivas e comerciais mais lucrativas não estava ao alcance de todos. Poucas eram as propriedades com grande número de cativos. Mesmo as unidades produtivas que conseguiam acumular capital e estavam vinculados a mercados mais próximos ou locais, não representavam à maioria da população retratada pelos censos.

Como se sabe, os dados do censo referem-se ao conjunto de toda população de uma região. Já os inventários, ao contrário do censo, foram produzidos por aqueles que possuíam bens a legar e tiveram sua riqueza registrada. Obviamente, os registros de inventários deixaram de fora uma parcela expressiva da população livre e liberta, que embora possuísse escravos em algum momento de suas vidas, não tiveram seus bens registrados.<sup>174</sup>

No cruzamento dos dados pesquisados nos inventários com os registros do censo, constatamos que mesmo com a exclusão da maioria da população, o padrão de

---

<sup>172</sup> Para os dados de Campanha, ver: ANDRADE, Marcos Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. Capítulos 1 e 2. Para São João del-Rei, ver: GRACA FILHO, Afonso de Alencastro. A princesa do oeste p. 11-115. Para a Província mineira, ver: LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. Capítulo 2.

<sup>173</sup> Oliveira, Mônica. Op.cit, pp.146-147.

<sup>174</sup> Os inventários post-mortem revelavam a realidade de um pequeno segmento da população, a que tinha cabedal. Na década de 1830, por exemplo, o termo da vila de Barbacena contava com 19.358 habitantes livres. Para o mesmo período, existem apenas 245 inventários. Mesmo considerando a hipótese de sub-representação, devido ao desaparecimento de parte dos documentos, a desproporção entre o número de habitantes e o de inventariados é gigantesca. Para dados populacionais ver a Tabela 7. Sobre o conjunto dos inventários ver : Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi (AHMPAS).

disseminação da propriedade escrava sugere que as atividades desenvolvidas no termo de Barbacena foram capazes de fazer com que pequenos proprietários acumulassem pecúlio a ponto de investir no bem de maior valor no período.

#### **2.4 A estrutura demográfica da primeira metade do século XIX**

Neste item, iremos nos preocupar com o estudo da estrutura demográfica da escravaria inventariada da referida região. A partir dos resultados a serem expostos, acreditamos na possibilidade de lançar uma luz acerca do papel da reprodução natural e do tráfico de escravos na reiteração de sua principal força de trabalho.

De acordo com o mapa de população de Luís Maria da Silva Pinto<sup>175</sup>, o termo de Barbacena no ano de 1820 possuía uma população de 21.324 pessoas, desses, 8.334 ou 39% eram escravos, os pretos representavam 93,2% e os mulatos, 6,8% do número total de cativos.<sup>176</sup>

Apesar de importantes, estes registros não se referem aos escravos de acordo com definições normalmente utilizadas nos inventários<sup>177</sup> para diferenciar os escravos nascido no Brasil e os africanos. Eis um problema dos mapas de população apresentados. Se não levássemos em consideração este detalhe importante, poderíamos nos encontrar diante de um erro, pois a associação do preto ao africano nos levaria a acreditar numa representatividade de 93,2% para os escravos residentes no termo de Barbacena, o que seria uma proporção altíssima. Sendo assim, os dados dos mapas expostos infelizmente não são seguros para avaliarmos a representatividade dos crioulos e africanos na população escrava do território mineiro.<sup>178</sup> Não obstante, estes números

---

<sup>175</sup> Em 1837, Raimundo José da Cunha Matos publicou dois mapas de população. Um deles foi elaborado pelo Barão de Eschwege, no qual abarca a população total de Minas Gerais no ano de 1821, além de suas respectivas comarcas (Ouro Preto, Sabará, Rio das Mortes, Serro Frio e Paracatu) e o outro mapa, referente também à população mineira de 1821, desenvolvido pelo secretário do governo da província Luís Maria da Silva Pinto, que além de fazer alusão as comarcas, cita os termos existentes em Minas no ano referido. Ambos possuem uma divisão populacional conforme o estatuto jurídico, livres e escravos; e a cor, branco, pardos, mulatos e pretos. 52 MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da Província de Minas Gerais* (1837). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. v. 2, pp. 54-64.

<sup>176</sup> MATOS, Raimundo José da Cunha. *Op. cit.*, p. 55. 54

<sup>177</sup> Veja principalmente BERGAD, Laird W. *op. cit.*, *passim*

<sup>178</sup> Os problemas metodológicos inerentes aos mapas de população foram amplamente discutidos pela historiografia mineira, o que nos dispensa, portanto, de maiores detalhes. Para comentários acerca dos percalços existentes neste tipo de documento vejam, principalmente, LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.



permitem a construção de um panorama geral no qual o termo de Barbacena esteve inserido e onde os cativos.

Para compreender a estrutura demográfica dos cativos na região de Barbacena utilizaremos à historiografia relacionada ao tema da reprodução escravista e também realizaremos uma análise qualitativa sobre as fontes pesquisadas por Fábio Pinheiro no AHMPAS para as primeiras décadas do século XIX.

Para avaliarmos a proporção de escravos nascidos na África e no Brasil, temos que analisar como os cativos são descritos nos inventários post-mortem. Normalmente, encontramos nesses documentos as definições de pretos, crioulos, pardos, cabras e mulatos, utilizados para estabelecer as distinções entre os escravos. Para africanos e brasileiros há problemas de nomenclatura.<sup>179</sup> No contexto da escravidão brasileira devemos perceber que, para além da cor da pele, o que mais importava era o lugar social ocupado pelo indivíduo em seu meio de convivência. Preto significava ser nascido na África o que, por extensão, carregava o estigma da escravidão. O preto poderia até ser forro, mas fora escravo um dia. Ser reconhecido como preto era, na melhor das hipóteses, ser indicativo que o indivíduo era liberto.<sup>180</sup> Crioulo é o escravo nascido no Brasil. Douglas Libby aponta que, em Minas Gerais, a terminologia crioulo perpassava algumas gerações de indivíduos, não caracterizando necessariamente, a condição de escravidão, conforme supôs Hebe Mattos. Libby também diferencia a caracterização de crioulo em Minas em relação ao que ocorria no Rio de Janeiro. Segundo Mary Karasch, expressões como “pardo” “cabra” e “mulato” são associados normalmente aos crioulos pelo fato de serem de “nações brasileiras”, embora mantivessem identidades e comunidades tão distintas uma das outras quanto às nações africanas. Entretanto, o termo “preto”, embora fosse usado com maior probabilidade em relação aos africanos, não necessariamente estava vinculado somente aos mesmos, mas ocasionalmente aos negros nascidos no Brasil.<sup>181</sup>

Karasch também informa que no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, havia crioulos africanos, ou seja, oriundos das colônias lusas na África, tais como Cabo Verde, Príncipe, São Tomé, Angola ou Moçambique. Também aponta que

<sup>179</sup> Para a discussão sobre a nomenclatura que segue, cf. FARIA, Sheila S. de Castro. “Identidade e Comunidade Escrava: um ensaio”. *Tempo*, vol. 11, n. 22, pp. 122-146; KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 37-41.

<sup>180</sup> Cf. FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados. Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. P. 50.

<sup>181</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 37.

os crioulos brasileiros poderiam aparecer com referências às capitâneas, províncias ou vilas de origem (crioulo da Bahia, por exemplo).<sup>182</sup> Negro era um dos termos mais melindrosos para ser utilizado como referencial a alguém que vivera no Brasil durante os séculos XVIII ou XIX. A utilização destas designações é bastante controversa entre os pesquisadores. Karach utiliza o termo negro como sinônimo de escravo, durante os séculos XVIII e XIX. Para a autora não existia negro livre. Negro era todo preto, crioulo, pardo, cabra, mulato e índio, que estivesse sob o jugo da escravidão, que fosse um escravo. Portanto, o termo era considerado ofensivo quando utilizado para designar alguém que um dia tinha sido escravo, mas alcançara a liberdade. Negro e liberdade eram palavras totalmente antagônicas. Pardo, muitas vezes, era indicativo de mestiçagem, o que poderia conduzir à noção de cor da pele. Para Hebe Mattos, mesmo não havendo mestiçagem, o termo agiria como uma expressão curinga, sempre auxiliando em designações referentes a indivíduos de difícil caracterização. Mattos também sugere que pardo seria sinônimo de “não branco”, sendo muitas vezes associado a sujeitos livres ou libertos.<sup>183</sup> Para Sheila Faria, os escravos “pretos”, indicativo de origem africana, tinham filhos “crioulos” e estes, tinham filhos “pardos”<sup>184</sup> Douglas Libby apresenta algumas considerações acerca das designações de escravos nascidos no Brasil. Segundo ele, pardo era “a mais complexa das representações identitárias ‘nativas’”. Muitas vezes, “indivíduos que passaram a não ser rotulados como libertos, no século XVIII, eram identificados como pardos”.<sup>185</sup>

A expressão mais comum para “cabra” em Minas Gerais, segundo Libby, é de mestiço: refere-se a filhos em que os pais apresentam origens mistas como pardo, crioulo, mulato ou africano.<sup>186</sup> Karasch considera-os os brasileiros menos estimados, de uma mistura racial indeterminada, sendo, portanto, termo pejorativo.<sup>187</sup> Importante

<sup>182</sup> Idem, p. 38.

<sup>183</sup> MATTOS, Hebe Maria. “A escravidão moderna nos quadros do Império Português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica” in FRAGOSO, J; BICALHO, M F; GOUVEA, M F (org) **O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

<sup>184</sup> FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento. Fortuna e Família no Cotidiano Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 307.

<sup>185</sup> LIBBY, Douglas Cole. **A empiria e as cores: representações identitárias nas Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.**, p. 3.

<sup>186</sup> Idem.

<sup>187</sup> KARASCH, Mary C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 39. A autora ainda fala dos cafuzos, caribocos, indígenas, não pontuados em nosso trabalho (pp. 39-41). Menciona as expressões “negro novo”, “boçal” e “ladino”, referindo-se ao conhecimento da língua e adaptação ao Brasil (p. 43). Pontua a expressão “de nação”, comum também em nossa amostragem documental. Geralmente aplicava-se para nacionalidades desconhecidas, podendo

salientar que a bibliografia sobre o assunto merece maior aprofundamento, visto que as designações aqui apresentadas, certamente, não devem ser generalizadas. Para tentar escapar dessas armadilhas, utilizamos nesta dissertação apenas os termos registrados nos recenseamentos e inventários, conscientes dos limites dessas fontes sobre o assunto. Esperamos em outra pesquisa investigar mais profundamente as hierarquias das designações registradas nos recenseamentos e nos inventários. Por enquanto, nosso objetivo maior é compreender a importância e a reprodução da escravidão na região de Barbacena.

Expostas essas noções preliminares acerca dos critérios para realização da análise sobre a população escrava, apresentaremos as possibilidades de reprodução da estrutura demográfica dos cativos no termo de Barbacena para as primeiras décadas do século XIX. O nosso procedimento será feito através da análise qualitativa sobre os inventários pesquisados a por Fábio Pinheiro no AHMPAS.<sup>188</sup> A partir deste estudo, poderemos ter uma dimensão da forma pela qual o termo de Barbacena reiterou os plantéis de suas unidades produtivas.

Antes, porém é fundamental apresentar as diferentes interpretações existentes para a conformação da população escrava na província de Minas Gerais. Existem três vertentes historiográficas que merecem ser destacadas sobre o tema. A primeira delas é a defendida por Francisco Vidal Luna, Wilson Cano e, mais recentemente, por Laird Bergad, que postula a reprodução endógena como fator preponderante a partir do século XIX. Luna e Cano afirmam que a economia de Minas Gerais apresentava “um baixo grau de mercantilização”, sendo mais provável, portanto, que o crescimento da população escrava tenha sido resultado de causas naturais, quais sejam, o nascimento de escravos na própria província<sup>189</sup>.

Laird Bergad foi categórico ao dizer que a expansão da população de Minas Gerais no século XIX teria se sustentado com a reprodução natural, desde a última década do setecentos, tendo em vista a dinamização da economia mineira, neste ponto afastando-se dos autores anteriores. Segundo Bergad, a “decadência” de Minas não é uma realidade, uma vez que “um grande setor de subsistência e uma dinâmica esfera

---

representar tanto africano como brasileiro (pp. 42-3). Entretanto em nossa documentação, percebe-se que se trata de africanos sem maiores especificações.

<sup>188</sup> PINHEIRO, Fábio. W. A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 136.

<sup>189</sup> LUNA, F. V.; CANO, W. “Economia Escravista em Minas Gerais”. Cadernos IFCH/UNICAMP, Campinas, outubro de 1983, p. 13.

comercial dirigida aos crescentes mercados urbanos da capitania e do Rio de Janeiro” teriam configurado uma situação de coexistência de mercado interno e mercado externo. “Muitas fazendas tocavam os dois mundos com um cultivo de subsistência, produtos comerciais como tabaco ou café e, ainda, com a pecuária.”<sup>190</sup>

Para Bergad, Minas Gerais teria importado africanos em pequenas quantidades, posto que, em determinados momentos foram adquiridos em outras regiões do Brasil. Apesar disso, para Bergad a população escrava de Minas no século XIX “era em sua imensa maioria fruto da dinâmica demográfica interna da sociedade mineira.”<sup>191</sup> Enfim, apesar do autor apontar algumas retomadas do comércio escravagista em Minas durante breves intervalos (especificamente entre 1795, 1805-1815 e 1820-1830), para o dito este mercado não passou de uma “efêmera reanimação” em pequena escala.<sup>192</sup>

A segunda vertente historiográfica defende a supremacia da reposição de mão-de-obra via tráfico atlântico, tendo como maior representante Roberto Martins. Este autor inovou a historiografia na década de 1980, enfatizando que Minas era, em verdade, uma província dinâmica no início do século XIX, sendo, inclusive a que concentrava o maior percentual de escravos do país, contrariando os argumentos de Cano e Luna, Lembremos que desde os anos 1980, os novos estudos vinham questionando a ideia de uma decadência mineira após o auge minerador dos setecentos.<sup>193</sup> De acordo com Martins, os africanos continuavam entrando no país mesmo depois da lei de 1831, que proibia o tráfico de negros.<sup>194</sup> Para o autor, os políticos mineiros acabavam posicionando-se contrários ao fim do tráfico e buscavam anular os efeitos da referida lei.<sup>195</sup> A diversificação da economia mineira proporcionou nos anos 1820 um boom na importação de escravos, segundo Martins. Tanto fatores externos quanto internos contribuíram para que isso ocorresse. Externamente, o fim da escravidão em São Domingos e o fim do tráfico para os Estados Unidos e para as colônias inglesas,

<sup>190</sup> BERGAD, Laird W. *Escravidão e História Econômica; Demografia de Minas Gerais, 1720-1880*. Bauru: EDUSC, 2004, p. 70.

<sup>191</sup> BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: Edusc, 2004, p. 195.

<sup>192</sup> Idem, p. 201

<sup>193</sup> O debate sobre essa questão se inicia com mais ênfase nos anos de 1980, com os seguintes trabalhos: MARTINS, Roberto. *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Cedepal/UFMG, 1982; SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, *Cadernos IFCH/UNICAMP*, n. 17, 1985 e LENHARO, Alcir. *As tropas de moderação, Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil, 1802-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979. Como vimos no primeiro capítulo.

<sup>194</sup> MARTINS, Roberto Borges. “Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez”. In SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: HUCITEC/Fapesp/ABPHE, 1996, pp. 99-130

<sup>195</sup> Idem, p. 105.

holandesas e dinamarquesas, no início do século XIX, aumentaram a oferta de escravos para o Brasil. Ao mesmo tempo, internamente, o crescimento agropecuário proporcionado pela rearticulação da economia mineira e impulsionado pela vinda da Corte Real portuguesa ao país, demandava mais e mais escravos, para suprir a mão-de-obra necessária à produção para um novo mercado provincial e de produtos mineiros no Rio de Janeiro. Portanto, as décadas de 20, 30 e 40 do século XIX teriam visto aumentar a exportação de escravos para Minas, por causa de sua economia dinâmica<sup>196</sup>. Frago e Guedes verificaram que a província de Minas Gerais absorvera 40% dos cativos novos do Rio entre 1824 e 1830.<sup>197</sup>

Slenes apresenta uma argumentação parecida com a de Martins e defende a primazia do tráfico de escravos para a composição e renovação das escravarias mineiras. Porém, ele ressalta que nos anos 1840 o número de escravos nascidos no Brasil tendeu a aumentar. Mesmo assim, ele reafirma que o maior responsável pelo aumento da escravaria ainda era o tráfico negro<sup>198</sup>.

É importante destacar que os pesquisadores que defendem a hegemonia da reiteração da escravaria mineira por meio do tráfico Atlântico não contestam a existência da reprodução natural, e sim, questionam sobre sua importância exagerada atribuída por estudiosos da escravidão de Minas Gerais.

Por fim, uma terceira via interpretativa, representada por Douglas Libby, Clotilde Paiva, Carla Almeida, Afonso Alencastro, entre outros pesquisadores<sup>199</sup> preferem

---

<sup>196</sup> Idem, p. 108.

<sup>197</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FERREIRA, Roberto Guedes. Tráfico de Escravos, Mercadores e Fianças – Dois Bancos de Dados (despachos de escravos, passaportes e licenças). Relatório final apresentado ao Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa em História Social/UFRJ. pp 56-70. Os códices pesquisados foram 390, 411, 419, 421, 424, 425, 1000 e 1002. A discussão é bastante longa sobre as possibilidades de pesquisa nos códices apresentados pelos autores, pp 6, 7, 24, 27-32, 40-46. Frago, analisando os códices 390, 421, 424 e 425 de registros de saídas de tropeiros, apontara 48,4% dos cativos com destino a Minas Gerais, ao passo que as regiões agroexportadoras do Vale do Paraíba e Norte Fluminense absorveram juntas 36,5% dos escravos entre 1825 e 1833. Cf. FRAGOSO, J. Homens de grossa aventura – Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 177. A discussão acima foi publicada em artigo: FRAGOSO, João Luís; FERREIRA, Roberto Guedes. “Alegrias e artimanhas de uma fonte seriada. Os códices 390, 421, 424 e 425: despachos de escravos e passaportes da Intendência de Polícia da Corte, 1819-1833.” In BOTELHO, Tarcísio Rodrigues et alii (orgs.). História Quantitativa e Serial: um balanço. Goiânia: ANPUH, 2001, especialmente pp. 246-253.

<sup>198</sup> SLENES, R. W. “Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX”, Cadernos IFCH/UNICAMP, n. 17, 1985; ROCHA, Cristiany M. Histórias de famílias escravas – Campinas, século XIX. Campinas: Editora Unicamp, 2004, p. 66.

<sup>199</sup> LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988; PAIVA, Clotilde Andrade. População e economia nas Minas Gerais do século XIX. São Paulo: FFLCH/USP, 1996. (Doutorado) ; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. Op. cit.; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais, São João del Rei(1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002. Carla Almeida e Clotilde

conjugar a importância tanto da reprodução endógena quanto do tráfico Atlântico, de forma a esclarecer a realidade econômica mineira. Se a economia mineira era diversificada e dinâmica no início do século XIX, não haveria problemas em importar escravos, ao mesmo tempo em que a reprodução natural da escravidão se processaria nos plantéis, tendo em vista a difusão dos casamentos entre os escravos mineiros.

Herbert Klein destaca também a importância do tráfico para a manutenção das escravarias brasileiras, embora sublinhe a importância da reprodução endógena, especialmente no caso de Minas Gerais.<sup>200</sup> Para Klein, as fazendas mineiras eram de menores proporções que as cariocas e paulistas e ainda assim, apresentavam bastantes escravos até a década de 1870, por causa da “contínua importação de cativos de outras regiões e o crescimento de uma população escrava crioula.” A complexidade da estrutura produtiva mineira mostra um dos escassos casos de escravos envolvidos em produções local ou nacional, observa Klein.<sup>201</sup> Klein, em seus últimos trabalhos, tem reafirmado a importância da reprodução endógena em Minas, especialmente no artigo escrito com Clotilde Paiva sobre a Campanha em 1831 e no livro *O tráfico de escravos no Atlântico*.<sup>202</sup>

Mônica Oliveira, estudando a Zona da Mata mineira, demonstrou que havia uma tendência de crescimento do número de africanos no decorrer do século XIX. Os investimentos na obtenção de escravos africanos demonstram o vigor que a lavoura cafeeira alcançou a partir de meados do século XIX. A pesquisadora também constatou a existência de 29,19% de crianças crioulas nos plantéis da região estudada, o que sugere a importância da reprodução endógena para a reposição da mão-de-obra cativa. Portanto, a autora não descarta a reprodução interna das escravarias, embora deixe clara a necessidade de importação de escravos.<sup>203</sup>

---

Paiva, por exemplo, adotam a variável idade como um dos fatores que comprovava a presença da reprodução natural. Das autoras vejam respectivamente os capítulos 3 e 6 dos trabalhos de pesquisa para a verificação de adoção deste método.

<sup>200</sup> KLEIN, Herbert S. *A Escravidão Africana – América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 133.

<sup>201</sup> KLEIN, Herbert S. *A Escravidão Africana – América Latina e Caribe*. São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 139-144. O café mineiro passa a ser de destaque na década de 1880.

<sup>202</sup> PAIVA, Clotilde Andrade; KLEIN, Herbert S. “Escravos e livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha em 1831.” *Estudos Econômicos*. São Paulo: s.n, v.22, n.1, pp. 129-151, jan./abr. 1992; KLEIN, Herbert S. *O tráfico de escravos no Atlântico*. Ribeirão Preto: Funpec, 2004

<sup>203</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. *Negócios de Famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870*. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005, pp. 72 e 124.

Eduardo França Paiva tem a percepção que as duas possibilidades, reprodução natural e tráfico, podem não ser excludentes, mas complementares. De acordo com o pesquisador:

“O tráfico africano abastecia todas as categorias, mas nas maiores, além dos cativos importados, houve uma grande quantidade de nascimentos. Isto aponta para uma prática comum de formação de famílias dentro das posses de cada senhor e para a reprodução natural da mão-de-obra como importante estratégia de renovação e ampliação dos contingentes indivíduos de mancipios.”<sup>204</sup>

Podemos perceber que tanto a ideia da supremacia da reprodução da escravaria pelo tráfico Atlântico quanto pelo nascimento de escravos brasileiros encontram fortes argumentos na historiografia.

#### **2.4.1 A hipótese da supremacia do tráfico Atlântico para a reprodução escravista no termo de Barbacena**

Para procedermos à análise qualitativa dos inventários utilizados na pesquisa de Fábio Pinheiro, selecionamos pelo programa de computação do AHMPAS todos os inventários para o período estudado pelo pesquisador. O autor pesquisou 1.734 cativos arrolados em 161 inventários post-mortem. Seu objetivo era demonstrar que a região da Zona da Mata, subordinada ao termo de Barbacena até meados do século XIX, estava em expansão econômica, o que explicaria a hegemonia do tráfico Atlântico sobre a reprodução natural na reiteração do escravismo na região.

Em sua dissertação, talvez por desconhecimento sobre a diversidade de político-administrativa da região, o pesquisador utilizou, em seu banco de dados, informações de documentos que não pertencem à região a que o autor propôs pesquisar.<sup>205</sup> Não seria plausível que entre todos os documentos referentes ao período, cerca de pouco mais de trezentos disponíveis em 2007, a metade estivesse relacionada à Zona da Mata mineira. Entre 1809 e 1830, recorte temporal da pesquisa de Fábio Pinheiro, a economia mercantil de alimentos praticada nas unidades produtivas da Zona da Mata era pouco dinâmica. O centro econômico do termo de Barbacena neste período estava localizado na Serra da Mantiqueira. De acordo com as pesquisas de Mônica Ribeiro, a dimensão alcançada pela produção de café, a partir das décadas de 1830, na

---

<sup>204</sup> PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001. , p. 147.

<sup>205</sup> Fonte: AHMPAS. Inventários post-mortem, 1<sup>o</sup> e 2<sup>o</sup> varas cíveis.

Zona da Mata, esteve condicionada à capacidade de investimento de algumas empresas, auferida, não pela produção mercantil local de alimentos, bastante incipiente, mas por capitais oriundos de outras regiões mineiras voltadas ao mercado interno, principalmente, a região da Mantiqueira e Vertentes.<sup>206</sup>

Portanto, a grande maioria dos inventários que se encontram sob a guarda do AHMPAS, para o período entre 1809 e 1830, não são da região que viria a emancipar-se do termo de Barbacena. Mesmo porque, no período relativo à pesquisa, a região que viria se constituir como Zona da Mata ainda não se destacava pelo desenvolvimento econômico, principalmente nas décadas de 1810 e 1820.<sup>207</sup> É verdade que os inventários estão sob a jurisdição do termo de Barbacena e desse ponto de vista, as conclusões alcançadas pela pesquisa podem ser discutidas.

Um dos principais temas pesquisados pelo trabalho foi à participação dos grandes proprietários de escravos no tráfico. Sem dúvida, uma pesquisa que seve de referência, entretanto, também revela que esses proprietários não representavam especificamente a região que viria a se definir como Zona da Mata.<sup>208</sup>

Fábio Pinheiro demonstra que os grandes proprietários escravistas investiam na diversificação das atividades econômicas e que um número considerável de desses proprietários investia não apenas na compra de cativos, mas participava também no grande tráfico de escravos.<sup>209</sup> Muitos membros de algumas famílias de grandes fazendeiros estiveram envolvidos no lucrativo e poderoso tráfico de escravos destinado a

---

<sup>206</sup> As vilas de Barbacena e São João del Rei representavam, respectivamente, os centros políticos/econômicos das duas regiões citadas. Cf. OLIVEIRA, Mônica. Op. cit.

<sup>207</sup> Idem.

<sup>208</sup> Pinheiro, Fábio. Op. Cit pp 141-146.

<sup>209</sup> **Os dez maiores negociadores do tráfico de escravos para Minas Gerais (com remessas acima de 20 cativos), 1809-1830: Nome:** José Francisco de Mesquita, José Antônio Moreira, Joaquim Antônio Ferreira, José Fernandes de Oliveira Pena, Francisco Xavier Dias da Fonseca, Antônio José Moreira Pinto, Marcelino José Ferreira Armond, Antônio Joaquim de Oliveira Pena, Bernardo José Ferreira Rabelo, José Lourenço Dias. Fonte: Códice 421 e 424 do Arquivo Nacional (Banco de dados do IPEA). Apud. PINHEIRO, Fábio. W.A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007. P.136-143. Sem contar outros negociantes que também se envolveram neste lucrativo comércio tais como: João Fernandes de Oliveira Penna, João Neto Carneiro, Antonio Neto Carneiro, Honório Ferreira Armond, Simplício José Ferreira Armond, Mariano José Ferreira Armond, Lino José Ferreira Armond, Joaquim José Ferreira Armond, Antonio José Ferreira Armond. A propósito, Segundo Edna Maria Resende “Antonio Jose Ferreira Armonde, Flavio Jose Ferreira Armonde e Lino Jose Ferreira Armonde, a exemplo dos irmãos mais velhos, também exerceram diversas atividades integradas ao mercado”. Exploraram suas fazendas, plantaram alimentos, engordaram porcos, criaram gado, venderam queijos e toucinho. Traficaram escravos e forneceram créditos. Lino, o caçula, investiu fortemente em apólices e ações. RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008. P. 153-159.



empreendimentos agropecuários, mineradores e ao comércio local às vastas regiões de Minas Gerais.<sup>210</sup>

O dinamismo econômico da região do termo de Barbacena, entre 1809 e 1830, estava vinculado a regiões mais próximas a Serra da Mantiqueira do que outras regiões de fronteiras ainda muito indefinidas. A maioria grandes propriedades escravistas, pelo menos até os anos de 1830, não estava localizada na Zona da Mata.<sup>211</sup>

Feitas essas considerações, realizaremos a análise qualitativa de algumas fontes utilizadas para a pesquisa de Fábio Pinheiro, procurando compreender os motivos que o levaram a concluir que o tráfico Atlântico foi o fator hegemônico, definidor da composição demográfica da região de Barbacena.

Para Fábio Pinheiro os motivos que levam a pensar no papel do comércio de escravos na reiteração da escravidão na região pesquisada, entre 1809 e 1830, sintetizam-se em dois pontos, em primeiro lugar por ser um período incomum de desembarques de africanos no Brasil, mais precisamente no Rio de Janeiro, que teria sido estimulado, em grande parte, pela abertura dos portos em 1808 e pelo processo de extinção do tráfico Atlântico na década de 1820, onde se registrou um despejo anual de cerca de 29.000 almas, em média<sup>212</sup>. Em segundo lugar, a província de Minas Gerais estaria intimamente envolvida neste processo, como é de conhecimento da historiografia mineira, a mesma teria se destacado como uma das principais importadoras de escravos vendidos na praça mercantil carioca, absorvendo de 40% a 60% dos cativos remetidos deste local na segunda metade da década de 1820.<sup>213</sup>

Para demonstrar a hipótese de que o tráfico determinou a composição demográfica da região, o primeiro passo dado pelo pesquisador foi traçar a razão de masculinidade entre os cativos da escravaria em foco. Conforme Stuart Schwartz, um dos efeitos do tráfico de escravos na estrutura demográfica de uma determinada população escrava é o desequilíbrio sexual a favor dos homens.<sup>214</sup> Segundo Florentino, uma região na qual se constata um alto grau de integração no mercado e obedecendo,

---

<sup>210</sup> PINHEIRO, Fábio. W.A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007, p. 136.

<sup>211</sup> Oliveira, Mônica. Op. cit.

<sup>212</sup> Para melhor entender este processo e ter acesso aos dados anuais de desembarque de negreiros no Rio de Janeiro entre 1790 e 1830 veja FLORENTINO, Manolo. Op. cit., passim

<sup>213</sup> Idem, p.38 e MARTINS, Roberto Borges. Minas e o tráfico de escravos no século XIX, outra vez. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; e LAPA, José Roberto do Amaral. História econômica da independência ao império. São Paulo, ed. HUCITEC, 1996, passim

<sup>214</sup> O autor trabalha esta idéia em relação à dependência da Bahia com o tráfico transatlântico de escravos. SCHWARTZ, Stuart B. Op. cit., pp. 286-290.

deste modo, a uma lógica empresarial escravista, a tendência estrutural é a superioridade numérica dos homens em relação às mulheres.<sup>215</sup>

Tabela 13 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Inventariados

PERÍODO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%
1809-1819	367	61,5	229	38,5	596	100
1820-1830	717	63,0	421	37,0	1138	100
1809-1830	1084	62,5	650	37,5	1734	100

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud : PINHEIRO, Fábio. W. A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. p. 40.

De imediato, um outro dado no qual não se pode deixar passar em branco na tabela acima é o crescimento do contingente cativo inventariado da região. Ao longo da segunda e terceira décadas do século XIX a população escrava praticamente dobra, passando de 596 no período de 1809-1819 para 1138 almas na fase seguinte.

Visto esta questão, nota-se claramente na tabela acima o predomínio dos homens em relação às mulheres, onde os primeiros correspondiam a 62,5% da mão-de-obra escrava entre 1809 e 1830. Por sua vez, este domínio dos cativos do sexo masculino se reflete na razão de masculinidade, cujo índice variou entre 160 e 170 no decorrer do segundo e terceiro decênio do oitocentos, chegando a 166 quando levamos em conta o recorte temporal como um todo. Trata-se, portanto, de uma escravaria com um desequilíbrio significativo.

Diante desses dados, a proeminência do tráfico Atlântico para explicar a composição demográfica das escravarias da região ganha um argumento importante. Analisando a razão de masculinidade segundo a naturalidade do escravo (tabelas 14 e 15), o autor espera fortalecer ainda mais a sua hipótese.

Tabela 14 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Africanos

PERÍODO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL		RAZÃO
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	178	77,7	51	22,3	229	100	349
1820-1830	380	77,8	108	22,2	488	100	351
1809-1830	558	77,8	159	22,2	717	100	350

<sup>215</sup> FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p. 50 a p. 60.

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. p. 41.

Tabela 15 - Razão de Masculinidade entre os Escravos Crioulos

PERÍODO	MASCULINO		FEMININO		TOTAL		RAZÃO
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	181	51,4	171	46,6	352	100	105
1820-1830	329	51,4	311	46,6	640	100	105
1809-1830	510	51,4	482	46,6	992	100	105

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830. p. 42.

O autor demonstra, portanto, que o desequilíbrio sexual verificado na escravaria da região mais entre os africanos e menos entre os crioulos, confirma ser um forte indício da força do tráfico Atlântico para a composição demográfica das escravarias da região.

O contingente crioulo demonstrou-se muito menos desequilibrado do ponto de vista sexual. De maneira contundente, a constante razão de 105 expressa ao longo de todo o período, exposto na tabela, indica uma escravaria crioula praticamente equilibrada, o que não causa espanto, pois, segundo Florentino, a razão ente estes escravos jamais foi além de 120/100 ou 1,2/1 nas primeiras décadas do século XIX.<sup>216</sup>

Assim como Florentino constatou para a área rural fluminense, os índices expostos demonstram claramente que teriam sido os africanos os protagonistas pelo desequilíbrio sexual a favor dos homens na região do termo de Barbacena.

Uma outra influência determinante da empresa escravista no perfil demográfico dos cativos é a superioridade numérica dos adultos sobre os infantes e os idosos. Para isso, o autor observa a estrutura etária do contingente cativo na região.

<sup>216</sup> Nos dados do autor estas razões estão analisadas como 2,2/1 e 3,3/1. FLORENTINO, Manolo. Op. Cit. p.58.

Tabela 16 - Distribuição por Idade e Sexo

Faixa etária	Número de homens	%	Números de mulheres	%	Taxa de masculinidade	Total de escravos	%
0-14	296	27,7	252	39,7	54,0	548	32,2
15-40	596	56,0	313	49,3	65,5	900	53,4
< 40	174	16,3	69	11,0	71,6	243	14,4
Total	1066	100,0	634	100,0	62,7	1700	100,0

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 44.

É possível notar que a população economicamente ativa (15-40 anos) compreendia mais da metade dos mancipios entre os anos de 1809 e 1830 (53,4%), os infantes (0-14 anos) representavam quase um terço da força de trabalho e os idosos, somente, 14,4%.

Considerando somente os homens, a hegemonia adulta era mais acentuada (56,4%) em relação às demais faixas etárias, o mesmo não se pode constatar sobre as mulheres, onde apesar da predominância das adultas, estas contribuíam com menos da metade da mão-de-obra escrava feminina. Um dado interessante é a expressiva representatividade dos infantes do sexo feminino (39,7%), demonstrando, assim, que entre as mulheres o abismo entre este grupo etário e os adultos não é tão profundo se comparado aos homens.<sup>217</sup>

Se analisarmos no decorrer da segunda e terceira década do século XIX notar-se-á que o perfil apresentado no quadro anterior pouco se alterou, isto é, os adultos continuam como a principal força, mantendo-se um pouco mais da metade tanto no período de 1809-1819 (53%) quanto na fase seguinte (53,7%). Quantitativamente, a mudança mais expressiva se observa nos escravos adultos e nas inocentes, ambos, mais do que dobraram entre uma década e outra. Enquanto os primeiros passaram de 187 almas para 409 (um crescimento de 218%), as escravas entre zero e quatorze anos aumentaram de 83 para 169 almas, ou ainda, tiveram um crescimento de 203%.

<sup>217</sup> PINHEIRO, Op. Cit, pp.43-44.

Tabela 17 - Distribuição por Idade e Sexo, 1809 - 1819

Faixa etária	Número de homens	%	Números de mulheres	%	Taxa de masculinidade	Total de escravos	%
0-14	101	28,2	83	37,8	54,8	184	32,0
15-40	187	52,3	118	53,8	61,3	305	53,0
< 40	109	19,5	18	8,4	79,3	87	15,0
Total	357	100,0	219	100,0	62,0	576	100,0

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 45.

Tabela 18 - Distribuição por Idade e Sexo, 1820 - 1830

Faixa etária	Número de homens	%	Números de mulheres	%	Taxa de masculinidade	Total de escravos	%
0-14	195	27,5	169	37,8	53,5	364	32,3
15-40	409	57,6	195	53,8	67,7	604	53,7
< 40	105	14,9	51	8,4	67,3	156	14,0
Total	709	100,0	415	100,0	63,0	1.124	100,0

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 45.

O registro mais surpreendente observado nas tabelas, talvez esteja na elevada taxa de masculinidade entre os idosos, que por sinal, é mais alta em relação aos adultos. No geral, esta taxa foi de 71,6%, com uma variação significativa da segunda para terceira década (de 79,3% para 67,3%). Tais constatações podem ser elucidadas por duas hipóteses, primeira, estes altos índices podem estar relacionados a possíveis sub-registros<sup>218</sup> existentes nos inventários ou em uma segunda hipótese, num passado não muito longínquo a população cativa de Barbacena, cuja sociedade estava em processo de formação, era mais desequilibrada em relação às primeiras décadas do século XIX, resultando, naturalmente, em altas taxas de masculinidade que, entre um decênio e outro se apresentou de forma declinante devido, obviamente, ao desaparecimento gradual destes antigos cativos.

<sup>218</sup> Segundo Sérgio O. Nadalin, sub-registros, no jargão da demografia histórica, são aqueles registros que deveriam ter sido efetivados mas, por razões diversas (como esquecimento, perda, extravio, seleção etc.) foram perdidos. NADALIN, Sérgio Odilon. História e demografia: elementos para um diálogo. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, 2004, v. 1, p. 175.

De acordo com Fábio Pinheiro, não obstante, o cenário exposto não esconde o predomínio dos cativos adultos instalados nas propriedades da Mata, com ênfase para o seu forte crescimento, quantitativo entre os homens, não esquecendo, no entanto, do incremento registrado entre as cativas infantis.

Deste modo, segundo Fábio Pinheiro, o perfil demográfico constatado entre os cativos, mostra o predomínio dos homens em idade adulta (15-40 anos). Na próxima tabela, estão dispostos os escravos conforme a naturalidade, o que nos possibilita obter a variação da razão de africanidade entre os anos de 1809 e 1830.

Tabela 19 - Razão de Africanidade entre Escravos e o Termo de Barbacena, 1809-1830.

Período	Africanos		Crioulos		Total		Razão
	#	%	#	%	#	%	
1809-1819	229	39,5	352	60,5	581	100	65
1820-1830	488	43,3	640	56,7	1128	100	76,2
1809-1830	717	42,0	992	58,0	1709	100	72,2

Fonte: inventários post-mortem, 1<sup>a</sup> e 2<sup>a</sup> varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 46

De imediato, se nota a predominância dos crioulos sobre os africanos (58% contra 42%), na qual acabou resultando numa razão de africanidade muito baixa, 72,2. Embora o contingente africano tenha crescido em relação ao crioulo, e por sua vez, tenha elevado a razão de africanidade (65 para 76,2) entre a segunda e terceira década do oitocentos, os nascidos no Brasil continuaram sendo a maioria da escravaria residente na região.

Para Fábio Pinheiro, embora se constate uma predominância de crioulos, verifica-se também um crescimento quantitativo mais acelerado entre os africanos, ou seja, enquanto estes últimos tiveram um aumento de 213% os crioulos cresceram 181% no decorrer da segunda e terceira década do século XIX. O que demonstraria a incidência do tráfico sobre a composição demográfica escrava. Vejamos, então, outros dados da pesquisa de Fábio Pinheiro.

Tabela 20 - Razão de Africanidade entre os Escravos por Sexo, 1809-1830

Período	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
1809-1819	178	49,6	181	50,4	359	100,0	51	23,0	171	77,0	222	100,0	98,3	29,8
1820-1830	380	53,6	329	46,4	709	100,0	108	25,8	311	74,2	419	100,0	115	34,7
Total (1809-1830)	558	52,2	510	47,8	1068	100,0	159	24,9	482	75,1	641	100,0	109	33,0

Fonte: inventários post-mortem, 1ª e 2ª varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 48

Tabela 21 - Razão de Africanidade por Sexo e Faixa Etária, 1809-1830

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	31	10,6	262	89,4	293	100,0	6	2,4	245	97,6	251	100,0	12,0	2,4
Adultos (15-40)	400	67,5	192	32,5	592	100,0	120	38,9	189	61,1	309	100,0	208	63
Idosos (+ de 40)	118	70,2	50	29,8	168	100,0	27	40,9	39	59,1	66	100,0	236	69
Total	549	52,1	504	47,9	1053	100,0	153	24,5	473	75,5	626	100,0	109	32

Fonte: inventários post-mortem, 1ª e 2ª varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 49

De imediato podemos perceber a alta razão de africanidade entre os cativos do sexo masculino em idade adulta (208), dito de outro modo, o escravo economicamente ativo de origem africana representava 67,5% da força de trabalho masculina nas propriedades de Barbacena, entre os anos de 1809 e 1830. Além disso, os africanos adultos eram, quantitativamente, o grupo majoritário entre os escravos, com 400 almas, sendo seguido de longe pelos crioulos e crioulas infantes (262 e 245 respectivamente).

O autor observa também a alta razão de africanidade verificada entre os idosos do sexo masculino (236), ou seja, num passado recente, a população cativa teria possuído uma alta desproporção sexual a favor dos homens de idade mais avançada (mais de 40 anos) devido, sobretudo, a presença majoritária dos africanos.

As tabelas seguintes s permitem verificar a evolução do quadro esboçado

Tabela 22 - Razão de Africanidade por Sexo e Faixa Etária, 1809-1819

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	9	9,0	90	91,0	99	100,0	0	-	82	100,0	82	100,0	10	0
Adultos (15-40)	120	64,5	66	35,5	186	100,0	39	34,3	75	65,7	114	100,0	181	52
Idosos (+ de 40)	45	68,0	21	32,0	66	100,0	8	47,0	9	53,0	17	100,0	214	88,8
Total	174	49,5	177	50,5	351	100,0	47	22,0	166	78,0	213	100,0	98,3	28,3

Fonte: inventários post-mortem, 1ª e 2ª varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 50

Tabela 23 - Razão de Africanidade por Sexo e Faixa Etária, 1820-1830

Faixa etária	Homens						Mulheres						Razão	
	Africanos		Crioulos		Total		Africanos		Crioulos		Total		(a)	(b)
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%		
Infantes (0-14)	22	11,4	172	88,6	194	100,0	6	3,6	163	96,4	169	100,0	12,7	3,6
Adultos (15-40)	280	69,0	126	31,0	406	100,0	81	41,6	114	58,4	195	100,0	222	71
Idosos (+ de 40)	73	71,5	29	28,5	102	100,0	19	38,8	30	61,2	49	100,0	251	63,3
Total	375	53,4	327	46,6	702	100,0	106	25,7	307	74,3	413	100,0	114	34,5

Fonte: inventários post-mortem, 1ª e 2ª varas cíveis do AHMPAS. Apud: PINHEIRO, Fábio. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p. 50

De acordo com os dados de Pinheiro, percebemos o crescimento da população africana adulta na qual teria resultado na elevação da variação da razão de africanidade entre a segunda e a terceira década do século XIX (de 181 para 222) e um incremento de 233% (de 120 para 280 almas), bem superior se comparado ao aumento registrado nos crioulos infantes do sexo feminino e masculino, 198% e 191% respectivamente.

O pesquisador tenta demonstrar que o fato de existir uma baixa razão de africanidade geral não necessariamente implica em uma influência restrita do tráfico de escravos na reiteração dos plantéis. No termo de Barbacena entre 1809 e 1830, o escravo do sexo masculino, em idade adulta e de origem africana era a tônica nas propriedades desta região, ao contrário do cenário apresentado por Laird Bergad para Minas Gerais, onde os crioulos em idade útil (15-40 anos), denominado como



brasileiros pelo o autor, permaneceriam “mais numerosos do que os africanos [adultos] em todas as décadas depois de 1790” na província mineira.<sup>219</sup>

Neste sentido, Fábio Pinheiro considera pouco provável que a reprodução natural seja o condutor hegemônico responsável pela renovação dos escravos nas propriedades da região da Mata, como acredita Bergad ao defender de forma incisiva a reprodução endógena como renovador predominante da escravidão nas Minas Gerais oitocentista.

Para Pinheiro, as evidências expostas em sua pesquisa corroboram com a as pesquisas que defendem a não decadência da economia de Minas Gerais após o auge minerador e também os dados apresentados confirmariam a teoria de Roberto Borges Martins acerca da preeminência mineira no tráfico Atlântico, sobretudo, a partir da segunda década do século XIX.<sup>220</sup>

Consideramos que a pesquisa desenvolvida por Fábio Pinheiro uma grande referência para os estudos sobre a relação entre o tráfico Atlântico e a composição das escravarias na região do termo de Barbacena nas primeiras décadas do século XIX. Acreditamos, porém, que podemos vislumbrar em sua pesquisa, dados que confirmam também a importância da reprodução natural para a estruturação demográfica da escravidão na região. Concordamos que a influência do tráfico no termo de Barbacena é evidente, entretanto, podemos verificar, na própria pesquisa, que existem conjunturas diferenciadas, períodos de aceleração da oferta do tráfico (1810-1825) e de crise (1826-1830), em alguns momentos os efeitos do tráfico são maiores, em outros nem tanto. Como explicar o número crescente de crianças crioulas, tanto do sexo masculino como feminino. E cabe aqui uma ressalva importante: os inventários post-mortem revelam as escravarias no momento do falecimento dos senhores e as importações de escravos poderiam ter acontecido bem antes dessa data. Embora, acreditamos que muitas dessas importações de cativos tenham ocorrido nos anos 1810 e 1820, impulsionadas pelas pressões inglesas quanto ao fim do tráfico.

Os números não apresentaram nenhuma discrepância exorbitante para desconsiderarmos qualquer das duas formas mencionadas de reposição da mão-de-obra cativa. Os africanos predominaram em alguns decênios na composição do grupo em idade ativa, mas a significativa presença de crianças nascidas na região, até a idade de

---

<sup>219</sup> BERGAD, Laird. Op. cit., pp. 226-227. Apud : PINHEIRO, Fábio. W.A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p.51

<sup>220</sup> MARTINS, Roberto Borges. Op. Cit., pp. 107-108

15 anos, revela a possibilidade da reprodução endógena como mecanismo de reposição de parte da força de trabalho, ainda que encontremos parcela majoritária de africanos na faixa etária dos adultos nos inventários das décadas de 1810 e 1820.

Portanto, a hipótese de Douglas Cole Libby<sup>221</sup> acerca da relação complementar entre o tráfico de escravos e a reprodução natural na renovação da força de trabalho de Minas Gerais, pode ser pertinente para a região do termo de Barbacena nos primeiros decênios do século XIX, como reconhece o próprio pesquisador<sup>222</sup>, pois temos um forte crescimento de africanos adultos nas unidades produtivas e, ao mesmo tempo, em um ritmo mais lento, uma presença importante de crianças crioulas infantis na força de trabalho da região. Além disso, vale dizer também que a substancial presença de africanos em idade adulta na região do termo de Barbacena não necessariamente diminuía a capacidade de auto reprodução dos escravos, visto o aumento de crianças crioulas entre os escravos inventariados. Tal constatação contraria desta forma, o cenário encontrado por Herbert Klein e Francisco Luna no Vale do Paraíba paulista, onde a crescente incorporação de africanos teria enfraquecido a reprodução natural entre os cativos desta região.<sup>223</sup>

#### **2.4.2 A reprodução natural e o tráfico atlântico, como fatores complementares na reprodução escrava no termo de Barbacena durante a primeira metade do século XIX.**

Neste item pretendemos demonstrar que a reprodução natural e a ação do tráfico Atlântico tiveram efeitos complementares na composição da família escrava do termo de Barbacena na primeira metade do século XIX. É importante comparar os dados inventariados por Fábio Pinheiro, Adriano Teixeira e Ana Paula Rangel com as informações censitárias das listas nominativas de 1831/32. Além de relacionar com a conjuntura da economia do termo no período.

De acordo com as listas nominativas de 1831/32, a população do termo de Barbacena alcançara o total de 32.889 almas, das quais 18.023 eram livres, 472 pessoas

---

<sup>221</sup> LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988

<sup>222</sup> PINHEIRO, Fábio. W.A. O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata. c.1809- c.1830, p.51

<sup>223</sup> LUNA, Francisco Vidal e KLEIN, Herbert S. op. cit., p. 169.

foram registradas como forras, 12.909 almas foram identificadas como escravas e para 1.485 almas não constam informações.

Tabela 24 - Condição jurídica da população do termo de Barbacena (1831/32)

<b>Condição jurídica</b>	<b>População</b>
Escravo	12909
Forro	472
Livre	18023
coartado	0
S/inf.	1485
<b>Total</b>	<b>32889</b>

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

A população do termo de Barbacena também foi recenseada pelo critério de cor. Em relação à população livre, temos 58,9% sobre o total da população, dos quais, o censo registrou 67,74% ou 12.529 brancos; 24,26 % ou 4.486 pardos; 3,27% ou 605 cabras e caboclos; 2,96 % ou 563 crioulos; 1,3% ou 242 africanos e pretos e 0,03% ou 05 índios, os outros 0,35% ou 65 livres não foram identificados pelo critério da cor. Ao somarmos o número de escravos com todos os grupos de livres, excluindo os brancos, temos o seguinte cenário: os não brancos somam 20.266 pessoas, os considerados brancos constituem um grupo de 12.532 indivíduos; e 91 pessoas ficaram sem registro. Para verificarmos o percentual, retiramos as pessoas sem registro, temos assim 38,21 % de brancos e 61,79% de não brancos, destes, 63,69% eram escravos.

Os escravos representavam 41,1% do total da população ou 12.909 pessoas. Destas, o censo de 1831/32 registrou a presença de 6.085 crioulos ou 47,13% ; 5.753 africanos e pretos ou 44,57%, 1.015 pardos ou 7,86%, e 32 cabras e caboclos ou 0,25%, os outros 24 escravos ou 0,19% não foram identificados pela cor ou naturalidade. Considerando que o censo registrou a cor e a naturalidade de forma conjunta, e retirando os 24 cativos não identificados nos critérios de cor e naturalidade, podemos sugerir que os não africanos representariam aproximadamente 55,35% ou 7.132 almas, já os africanos representariam 44,65% da população escrava identificada pela naturalidade.

Tabela 25 - Distinção de naturalidade e cor sobre a população escrava, termo de Barbacena (1831/32)

<b>Critério de naturalidade e cor</b>	<b>População do termo</b>
Africano/Preto	5753
Crioulo	6085
Pardo	1015
Cabra e caboclo	32
S/inf. nesses critérios	24
<b>Total</b>	<b>12909</b>

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

Sobre a participação masculina e feminina, o censo de 1831/32 registra um contingente de 7.715 homens, o que representa 59,8% sobre o total, enquanto o número de mulheres representa 40,2% ou 5.194 pessoas.

Tabela 26 - Divisão entre os sexos na população escrava, termo de Barbacena (1831/32)

<b>Divisão entre os sexos</b>	<b>População</b>	<b>Percentual</b>
Homens	7.715	59,8%
Mulheres	5.194	40,2%
Total	12.909	100,0%

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

O desequilíbrio entre os sexos é um dos indícios para revelar a importância do tráfico Atlântico na conformação da população escrava, pois o tráfico privilegiava os africanos em detrimento das africanas. As pesquisas de Adriano Teixeira, Ana Paula Rangel e Fabio Pinheiro confirmam esta tendência. Para a pesquisadora, 59% eram homens e 41% mulheres entre os cativos contabilizados no total de inventários pesquisados para o período entre 1781 e 1821.<sup>224</sup> Adriano Teixeira em seu estudo sobre a vila de Barbacena encontrou através da análise de inventários post-mortem coletados

<sup>224</sup> RANGEL, Ana Paula, p 81

para os anos de 1791 a 1822, 62,18% dos escravos do sexo masculino e 37,82% de mulheres.<sup>225</sup>

Relacionado à divisão entre os sexos ao o critério de diferenciação quanto a naturalidade/cor, para a população masculina escrava identificada pelas listas nominativas de 1831/32, temos o registro de 3.997 africanos e pretos ou 51,8%; 3.143 crioulos ou 40,74%; 542 pardos ou 7,03%; 19 cabras e caboclos ou 0,25%; e ainda 14 escravos ou 0,18% sem identificação da cor/naturalidade. Em relação à cor das escravas, o censo de 1831/32 registrou 1.756 africanas e pretas ou 33,80% ; 2.942 crioulas ou 56,64%, 473 pardas ou 9,10%; 13 caboclas e cabras ou 0,25%, e também às 10 escravas ou 0,19% sem informações sobre sua cor/naturalidade.

Tabela 27 - Distinção quanto à naturalidade/cor. População masculina escrava do termo de Barbacena. (1831-1832)

<b>Naturalidade/cor</b>	<b>População</b>	<b>Percentual</b>
Africano e preto	3997	51,80%
Crioulo	3143	40,74%
Cabra e caboclo	19	0,25%
Pardo	542	7,03%
S/inf.	14	0,18%
Total	7715	100,00%

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

Tabela 28 - Distinção quanto à naturalidade/cor. População feminina escrava do termo de Barbacena. (1831-1832)

<b>Naturalidade/cor</b>	<b>População</b>	<b>Percentual</b>
Africano e preto	1756	33,80%
Crioulo	2942	56,64%
Cabra e caboclo	13	0,25%
Pardo	473	9,10%
S/inf.	10	0,19%
Total	5194	100,00%

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

<sup>225</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Op. cit., pp. 125 a 127.

O desequilíbrio entre os sexos no caso dos africanos; 69,48% de homens e 30,12% de mulheres; confirma a hipótese de supremacia do tráfico na região corroborando a pesquisa de Pinheiro. É interessante destacar que entre os crioulos e pardos há certo equilíbrio entre os sexos. No caso dos crioulos há o registro de 51,65% de homens e 48,35% de mulheres. Em relação aos pardos também há certo equilíbrio; 53,30% de homens e 46,70% de mulheres. Analisando esses números percebemos que a importância do grupo africano é determinante para o desequilíbrio entre os sexos. Também notamos, por outro lado, que os africanos, embora muito representativos, não são o grupo majoritário dos escravos. Excluindo 24 escravos sem registro de naturalidade, os africanos representam 44,65% da população escrava, enquanto os outros grupos registrados pelo censo constituem 55,44%, o que pode sugerir uma margem importante para a reprodução endógena.

Tabela 29 - Divisão entre os sexos na população escrava africana e preta. Termo de Barbacena (1831/32)

<b>Divisão entre os sexos</b>	<b>Africanos e pretos</b>	<b>Percentual</b>
Homens	3997	69,48
Mulheres	1756	30,12
Total	5753	100,00

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

Tabela 30 - Divisão entre os sexos na população escrava não africana. Termo de Barbacena (1831/32).

<b>Divisão entre os sexos</b>	<b>Não africanos.</b>	<b>Percentual</b>
Homens	3704	51,93
Mulheres	3428	48,07
Total	7132	100,00

Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

Tabela 31 - Distinção quanto à naturalidade da população escrava. Termo de Barbacena (1831-1832) \*

<b>Naturalidade</b>	<b>População</b>	<b>Percentual</b>
Africano	5753	44,65
Não africano	7132	55,35
Total	12885	100,00

\*Exclusão de 24 escravos sem registros de naturalidade  
 Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

Adriano Teixeira também considerou que embora a aquisição de escravos via tráfico Atlântico fosse ainda alternativa importante para os senhores da vila de Barbacena, a reposição da mão-de-obra via crescimento natural mostrou ser também uma opção. Os inventários analisados pelo pesquisador revelaram uma maior presença de escravos crioulos nos plantéis da vila, 57,63% em oposição a 42,37% de africanos.<sup>226</sup>

Apesar da pesquisa de Teixeira ficar restrita a vila de Barbacena e ao período entre 1791 a 1822, percebe-se a confirmação de uma tendência demográfica próxima, para o período entre 1780 e 1830, entre os trabalhos de Fábio Pinheiro, Ana Paula Rangel e as listas nominativas de 1831-1832. É interessante lembrar que este período se caracterizou pela expansão da economia na região. Depois de um período de rearticulação inicial até aproximadamente 1809<sup>227</sup>, a economia do termo de Barbacena foi consolidada nos anos seguintes, com alguns percalços conjunturais<sup>228</sup>.

Quanto ao alto percentual de africanos em idade ativa, entre 15 e 40 anos, demonstrado por Pinheiro, não tivemos como comparar, pois a estatística sobre a faixa etária dos escravos não estava disponível no site do Cedeplar durante a confecção deste trabalho. Todavia, as pesquisas de Adriano Teixeira confirmam os resultados obtidos por Fábio Pinheiro. Entre os escravos em idade produtiva (de 15 a 49 anos) os africanos predominavam (52,41%)

Em relação às crianças escravas, as pesquisas dos autores mencionados acima, convergem para a participação de cerca de 1/3 de crianças na composição da população escrava, ao passo que entre as crianças (de 0 a 14 anos) os crioulos

<sup>226</sup> TEIXEIRA, Adriano. Op. Cit.

<sup>227</sup> OLIVEIRA, Mônica. pp 100-129

<sup>228</sup> GRAÇA FILHO, Afonso, texto seminário de economia, p. e OLIVEIRA, Mônica 128--154

representavam 96,74% dos escravos para Adriano Teixeira<sup>229</sup> e 85,26% para Fábio Pinheiro<sup>230</sup>, o que confirma as conclusões acerca da simultaneidade da reposição da mão-de-obra via tráfico com a reprodução natural.

Também o percentual significativo de mulheres nos grupos não africanos, possibilitando o equilíbrio dos sexos nesses grupos, sugere maior capacidade de reprodução endógena na composição da população escrava. Fábio Pinheiro encontrou em sua pesquisa um expressivo número de crianças e mulheres férteis, sugerindo à ocorrência de reprodução natural relevante na escravaria inventariada. No item sobre aspectos demográficos da população escrava, o autor demonstrou que as crianças crioulas do sexo masculino e feminino cresceram, respectivamente, 198% e 191%.<sup>231</sup> Sendo assim, pode-se considerar que a presença de crianças e mulheres está para a reprodução natural, assim como, elevadas razão de masculinidade estão para a capacidade de se inserir ao tráfico.

Ana Paula Rangel, em sua pesquisa sobre casamento e família entre escravos e forros no termo de Barbacena entre 1781 e 1821<sup>232</sup>, utilizou como fonte principal os documentos de batismo e casamento do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Como fonte secundária arrolou 556 escravos através de pesquisa sobre os inventários post-mortem do AHMPAS. Os números apresentados pela pesquisadora acerca dos inventários não podem ser considerados representativos, senão dos plantéis específicos a que dizem respeito. O número de processos é pequeno, além disso, eles estão localizados em anos esparsos a partir de 1806, não constituindo uma série. A única relação que une os inventários é o fato de vincularem escravos que se casaram na Igreja, em algum momento entre 1781 e 1821.

Conhecendo os limites desta pesquisa em relação aos inventários, verificamos que alguns dos resultados auferidos pelo trabalho da pesquisadora estão em consonância com os dados registrados pelas listas nominativas de 1831/32, como veremos na comparação, posteriormente. Ana Paula Rangel encontrou 22,3% de uniões legítimas, 328 homens (58,99%) e 228 mulheres (41,01%); 425 crioulos (76,44%), 116 africanos (20,86%) e 15 outras qualificações (2,70%); 367 adultos (66%) e 189 crianças (34%).<sup>233</sup>

---

<sup>229</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. Op. cit., pp. 125 a 127.

<sup>230</sup> PINHEIRO, Fábio. Op.cit.

<sup>231</sup> PINHEIRO, Fábio. Op.cit. P.36

<sup>232</sup> RANGEL, Ana Paula. Op. Cit.

<sup>233</sup> RANGEL, Ana Paula. Op.cit.



Entre as previsíveis distorções, chama atenção à pequena participação de africanos na amostra utilizada por Ana Paula Rangel. Uma explicação possível é a inclusão do inventário de Antônio José de Abranches aberto em 1833<sup>234</sup>. Este senhor era proprietário de 159 cativos, entre estes, apenas 05 escravos eram africanos. Entretanto, Ana Paula Rangel argumenta que as escravarias analisadas seguiram a tendência de aumento da importância dos crioulos em sua composição.<sup>235</sup> Verificando a documentação pesquisada no AHMPAS, constatamos que somente nos inventários de Francisco Ribeiro Nunes (1806)<sup>236</sup> e o de José Correia Pinto (1820)<sup>237</sup>, havia mais africanos que crioulos. Esta tendência da maior participação de crioulos nos plantéis da região foi corroborada pelos dados levantados por Adriano Teixeira para a vila de Barbacena<sup>238</sup> e Fábio Pinheiro para o termo de Barbacena.

A pesquisadora destaca também que, apesar do percentual menor de africanos, esse grupo representava a maioria entre os escravos em idade produtiva, enquanto entre as crianças praticamente todos eram crioulos.<sup>239</sup> Os três trabalhos que abordam a região de Barbacena nas primeiras décadas do século XIX apresentam tendências demográficas semelhantes sobre a maioria crioula em termos gerais; a maioria africana em idade produtiva; o desequilíbrio entre os sexos acentuado pela alta taxa de masculinidade entre os africanos, a participação quase exclusiva de crianças crioulas, menos exclusiva para Pinheiro. São muitas as concordâncias entre os pesquisadores, e a maioria destas pode ser confirmada com os dados das listas nominativas, salvo algumas diferenças percentuais que não alteram muito a percepção da estrutura demográfica da população escrava.

A seguir poderemos verificar melhor que a inserção do tráfico de africanos não anulou o papel da reprodução endógena no quadro de ampliação do contingente escravo para a região de Barbacena. Devemos, então, tecer considerações acerca da sociabilidade dos cativos, em outras palavras, para além de uma mercadoria ou força de trabalho. Perceber o escravo enquanto agente social, um indivíduo que apesar dos embaraços do cativo era capaz de negociar e estabelecer laços familiares.

---

<sup>234</sup> Inventário post-mortem de Antônio José de Abranches, 1833. AHMPAS.

<sup>235</sup> RANGEL, Ana Paula, op.cit.

<sup>236</sup> Inventário post-mortem de Francisco Ribeiro Nunes, 1806. AHMPAS.

<sup>237</sup> Inventário post-mortem de José Correia Pinto, 1820. AHMPAS.

<sup>238</sup> TEIXEIRA, Adriano Braga. População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial, Barbacena, 1791/ 1822. Rio de Janeiro: UFRJ – Programa de Pós- Graduação em História Social, 2007. Dissertação de Mestrado pp. 125 a 127

<sup>239</sup> RANGEL, Ana Paula, p. 82. Rangel só encontrou um menino africano em todos os inventários pesquisados.

Manolo Florentino e José Roberto Góes consideram o parentesco escravo fator estrutural para a manutenção do regime escravista e o cimento da comunidade cativa. Ao recorrer ao mercado em busca de mão-de-obra, o senhor introduzia na senzala o “estrangeiro”, criando um estado virtual de guerra, que só poderia ser debelado por meio do estabelecimento de laços parentais. A paz na senzala dependia do parentesco. Era este que criava as condições para a constituição de um nós escravo e, ao mesmo tempo, fornecia ao senhor a renda política necessária para retornar ao mercado e introduzir novamente o estrangeiro num cativo agora pacificado, reproduzindo o ciclo.<sup>240</sup>

A partir dos inventários pesquisados por Fábio Pinheiro e também através da análise das listas nominativas de 1831/32 pretendemos verificar a formação de arranjos familiares em meio a uma incorporação crescente de estrangeiros e simultaneamente, a um incremento da população endógena.

Fábio Pinheiro arrolou 341 cativos das escravarias, cerca de 20% da população inventariada que possuía algum tipo de parentesco. O pesquisador identificou nos inventários o que Manolo Florentino e José Roberto Góes chamam de arranjo familiar primário, isto é, grupos formados por casais legalmente constituídos, com ou sem filhos, denominados de nucleares e os compostos apenas pelas mães e seus filhos, as famílias matrifocais. Conforme os autores, este tipo de relação parental, na capitania fluminense, “nunca conformou menos de 95% das famílias ou total de parentes capturados pelos inventários”<sup>241</sup>, entre fins dos setecentos e início do século XIX.

No termo de Barbacena, este grupo representava 100% dos escravos aparentados registrados nos inventários, de acordo com Pinheiro.<sup>242</sup> Porém, isso não significa necessariamente a ausência de outros arranjos familiares. Este parentesco que permitia a socialização do africano e sedimentava a comunidade cativa não era apenas de tipo marital ou consanguíneo, abarcava também parentes fictícios.<sup>243</sup>

Para Ana Paula Rangel, o alto índice de africanos no termo de Barbacena indica que não devia haver tantas dificuldades para os grandes proprietários da região na reposição da escravaria via mercado externo. Para a autora, é plausível pensar que os

---

<sup>240</sup> FLORENTINO, Manolo & GÓES, José Roberto. A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-c. 1850. Civilização Brasileira, 1997.

<sup>241</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José Roberto. Op. cit

<sup>242</sup> PINHEIRO, Fábio, Op.cit.

<sup>243</sup> E no escravismo da América portuguesa e posteriormente do Brasil, a principal forma de estender a rede de aparentados era, justamente, o compadrio. Este poderia significar a formação de alianças sociais entre os próprios escravos ou entre escravos e pessoas de condição jurídica superior como libertos e livres. Este tipo de abordagem pode ser mais bem elaborado através dos registros paroquiais, no caso do termo de Barbacena as fontes estão depositadas no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana.

escravistas do termo estivessem interessados em que a prole de seus escravos fosse propriedade sua. Também, quanto a agregar dependentes para a composição da mão-de-obra em uma economia em expansão fosse fundamental ou talvez não fosse a prioridade diante da inserção cada vez maior da mão de obra escrava, mas sem dúvida era politicamente importante, já que reforçava a hierarquia social. Mesmo que cativos se casassem com mulheres de condição jurídica superior, caso em que os filhos gerados nasceriam livres, ainda poderia haver vantagem para o senhor por meio de uma extensão de sua clientela propiciada pela produção de dependentes.

Rangel observou que durante o período colonial o princípio da igualdade entre os noivos era central na realização do casamento no Brasil, conforme aponta Sílvia Brügger. Segundo a autora, em se tratando de uma sociedade escravista, o primeiro pressuposto da igualdade social era a condição jurídica<sup>244</sup>. Portanto, na Colônia, e mesmo no Império, as uniões conjugais foram prioritariamente endogâmicas do ponto de vista do estatuto jurídico.<sup>245</sup> Rangel constatou que no Termo de Barbacena em 98% dos 700 casamentos envolvendo escravos, ambos os cônjuges eram cativos e em apenas 2% deles um cativo se uniu a um forro ou livre.<sup>246</sup>

Tabela 32 - Percentual de endogamia por estatuto jurídico entre escravos e forros.  
Termo de Barbacena ( 1781-1821)

Estatuto Jurídico	Endogamia		Exogamia		TOTAL	
	#	%	#	%	#	%
Escravo	689	98	11	2	700	100
Forro	46	70	20	30	66	100

Fonte : Registros de Casamento do Termo de Barbacena. AEAM. Apud: RANGEL, Ana Paula. p. 37

Em sua pesquisa, Ana Paula Rangel demonstrou que os africanos, de fato, preferiam se casar entre si. Entretanto, a pesquisadora percebeu que mulheres africanas, permanecerem mais apegadas a esse critério. Realmente, deve ter sido mais fácil, já que estavam em minoria. Contudo, é possível perceber a importância da questão para os homens, pois apesar da alta razão de masculinidade característica da população escrava africana, eles foram ainda endogâmicos. Porém, esta mesma característica fez com que

<sup>244</sup> BRÜGGER, Sílvia M. J. *Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)*, Niterói, 2002. Tese de Doutorado Departamento de História – UFF, p.247

<sup>245</sup> Idem

<sup>246</sup> RANGEL, Ana Paula, Op.cit.

em muitos casos a africanidade fosse abandonada enquanto critério de escolha conjugal, pesando outros fatores. A africanidade não era o critério soberano de aproximação entre os escravos, as condições no interior do cativo promoviam também os casamentos mistos do ponto de vista da naturalidade, por exemplo. Pode ser que os africanos preferissem casar-se com africanos e os crioulos com crioulos, mas nem sempre era possível. Para Ana Paula Rangel mais de 62% das escravas crioulas que se casaram em Barbacena entre o final do século XVIII e início do século XIX se uniram a africanos.<sup>247</sup>

Rangel verificou através da análise dos registros de casamento do termo de Barbacena, entre 1781 e 1821, um índice de endogamia superior a 60% em relação à naturalidade. Africanos e crioulos casavam-se preferencialmente dentro do grupo e não entre si, embora o nível de endogamia deste ponto de vista entre os escravos tenha sido de cerca de 39%, um índice considerável. Quanto aos inventários consultados, a pesquisadora também encontrou um nível de endogamia por naturalidade superior ao de exogamia, entretanto houve muito mais equilíbrio, 53% dos escravos casados foram endogâmicos e 47% exogâmicos.<sup>248</sup>

De acordo com as listas nominativas de 1831/32, foram registrados 3.070 escravos casados, o que representa 23,78 % da população cativa, confirmando os números da pesquisa realizada por Ana Paula Rangel. Entre os escravos africanos, 2.055 eram casados na Igreja, representando um percentual de 35,72% sobre o total deste grupo, o que sugere casamentos endogâmicos e exogâmicos, visto que a população feminina africana era de apenas 1.756 escravas para 3.997 escravos africanos.

Em relação aos crioulos apenas 846 eram casados, o que representa 13,90% sobre o total deste grupo. Esse suposto desinteresse pelo casamento neste grupo pode sugerir que houvesse mais incentivos para o casamento formal dos africanos, e principalmente pode significar um número muito representativo de crianças entre este grupo. Sobre os pardos, o suposto desinteresse pelo casamento formal também é expressivo, de 1.015 cativos, apenas 163 foram casados, o que significa 16,06%, as suposições para os percentuais reduzidos são as mesmas em relação aos crioulos.

Na tabela abaixo, podemos perceber que entre os escravos casados a maioria absoluta é de africanos. Como dissemos anteriormente, o cenário sugere que os africanos eram, em sua maioria absoluta, adultos, enquanto os não africanos teriam um contingente expressivo de crianças entre zero e 14 anos. Outra questão que pode ser

---

<sup>247</sup> RANGEL, Ana Paula. Op. Cit.

<sup>248</sup> Fonte: Inventários post-mortem 1a. E 2a. Varas. AHMPAS Apud: RANGEL, Ana Paula, Op.cit

considerada são os incentivos concedidos pelos proprietários no sentido de tentar incorporar o estrangeiro a comunidade estabelecida em seus plantéis. De acordo com Manolo Florentino e Roberto Góes, a paz nas senzalas dependia da constituição de famílias, princípio da comunidade. Se o crioulo, teoricamente, já estava inserido em uma família ou pelo menos não era, normalmente, um estranho na comunidade escrava, os africanos eram os outsiders, originários do tráfico Atlântico, por isso precisavam ser incorporados o mais rápido possível à comunidade para que o escravismo fosse mantido em paz.

Tabela 33 – CASAMENTOS. População escrava casada do termo de Barbacena. (1831-1832)

<b>Naturalidade/cor</b>	<b>População</b>	<b>Percentual</b>
Africano e preto	2055	66,94
Crioulo	846	27,56
Cabra e caboclo	05	0,16
Pardo	163	5,31
S/inf.	01	0,03
Total	3070	100,00

Fonte: Listas nominativas de 1831, APM.

A título de comparação, a população casada do termo de Barbacena foi registrada com total de 9.001 almas. Os indivíduos livres constituíam um grupo de 5.274 ou 58,59% dos casados. Em relação à totalidade dos livres que eram 18.023, os casados representavam 29,26%. Interessante observar a população forra, em números totais eram 472 pessoas, destas, 231 eram casadas, ou 48,94% do total desse grupo. O que pode sugerir um número significativo de alforrias entre as famílias escravas. Portanto, o grupo que internamente tinha o maior percentual de casados eram os forros africanos com 57,29%; de 185 pessoas, 106 eram casadas, depois o número de africanos livres, 50,29% casados, eram 29 unidos legitimamente pela Igreja Católica de um grupo de 57 africanos livres. O terceiro maior grupo era formado por forros de todas as naturalidades, 48,94% casados; do grupo de 472 forros, eram legitimamente unidos 231 indivíduos. Somente para comparar, o número de brancos casados era de 3.752, numa população de 12.532 pessoas consideradas brancas, isto significa que apenas 29,93%

dos brancos eram casados. Os outros grupos livres não brancos representavam 27,72%, ou seja, de uma população de 5.491 livres não brancos apenas 1522 eram casados legitimamente.<sup>249</sup> Para a nossa pesquisa não temos o percentual de crianças em cada grupo. No entanto, os números apresentados, retirados das listas nominativas de 1831/32, sugerem um grande incentivo para o casamento de escravos, destacando-se os africanos, principalmente os forros africanos, talvez casados ainda escravos. Esperamos que mais pesquisas e reflexões esclareçam estas questões.

No próximo item entraremos no momento de inflexão da trajetória ascendente da economia na região de Barbacena. Havia sinais de desaceleração e desarticulação estrutural do sistema produtivo. Os grandes proprietários da época tentaram manter o desenvolvimento da região, o que implicava necessariamente em conservar a estrutura escravista. Na mesma época, enquanto Juiz de Fora, parte do termo de Barbacena até 1850, tem grande ascensão econômica com o desenvolvimento da agro-exportação cafeeira e absorve cada vez mais a mão de obra escrava de diversas localidades. O que aconteceu com o Termo de Barbacena, veremos no próximo item.

## **2.5 A desaceleração econômica e demográfica escrava no termo de Barbacena**

O falecimento do senhor trazia, sem dúvida, expectativas e tensões aos cativos, o início de um período de incerteza, talvez fosse semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Os escravos percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades.<sup>250</sup> Esta tensão entre os cativos poderia ser agravada diante do falecimento de pequenos proprietários e também pelo visível declínio demográfico e econômico da escravaria do senhor falecido.

---

<sup>249</sup> Fonte: Listas nominativas de 1831/32, APM.

<sup>250</sup> CHALLOUB, Sidney, Op. cit.

Figura 10 - Igreja da Boa Morte. Barbacena, início do século XX.



Fonte: Arquivo Público Mineiro

Francisco Leite Ribeiro poderia ser considerado um médio proprietário na região de Barbacena, com seis escravos em 1854, entretanto, havia apenas duas cativas em idade produtiva, os outros escravos eram um idoso e três crianças. Joaquim Benguela com idade aproximada entre 60 e 70 anos. Na origem do seu nome e na sua idade revelava os sinais de um tempo em que o tráfico Atlântico desempenhara importante papel na reprodução da população escrava no termo de Barbacena. No inventário Joaquim estava avaliado em 150\$000. As duas escravas adultas eram Joana Crioula, de 40 anos, avaliada em 500\$000, e Esméria Crioula, de 20 anos, avaliada em 200\$000, as avaliações sugerem que as duas não estavam em boas condições para o trabalho, principalmente a escrava Esméria, por sua idade. As crianças eram Hermenegildo Crioulo, de 13 anos, Francisca Crioula de 11 anos e Maria Crioula de 1 ano, foram avaliadas respectivamente, 800\$000, 700\$000 e 150\$000.<sup>251</sup> A idade do único escravo adulto, a avaliação das duas escravas em idade produtiva e o número de crianças revela que a unidade produtiva não era muito dinâmica, a primeira vista imagina-se um declínio econômico. De fato, a situação de decadência de Francisco Leite Ribeiro era acentuada. Ana Paula Rangel investigando os registros de casamento e batismo no Arquivo da Arquidiocese de Mariana, encontrou cinco casais de escravos pertencentes a este senhor, nas primeiras décadas do século XIX.<sup>252</sup> Ao que parece, este

<sup>251</sup> Inventário post-mortem de Francisco Leite Ribeiro, 1854, AHMPAS.

<sup>252</sup> Livro de Casamentos, Termo de Barbacena, Prateleira E/ Número 15. AEAM, Apud: RANGEL, Ana Paula dos Santos. Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Rio de Janeiro: IFCS /UFRJ, 2008.

proprietário não conseguiu manter ao longo dos anos o mesmo padrão de posse de escravos. Além do evidente declínio demográfico da escravaria deste senhor, havia também o declínio econômico. Nas primeiras décadas do século XIX, Francisco Leite Ribeiro era proprietário de, pelo menos, dez escravos em idade produtiva. Entretanto, em 1854, restavam somente duas escravas nesta faixa etária.<sup>253</sup>

Este cenário de decadência estaria relacionado apenas aos infortúnios pessoais deste senhor? Como não temos dados para afirmar que Francisco Leite Ribeiro destruiu seu patrimônio, por conta exclusivamente de sua incapacidade para gerenciar seus bens, vamos analisar todas as hipóteses. Esta situação teria sido resultado dos movimentos estruturais do escravismo brasileiro na segunda metade do século XIX? Talvez fosse uma característica da escravidão mineira no período? Poderia também estar relacionada apenas à decadência da escravidão na região do termo de Barbacena ou mesmo às questões relacionadas ao sistema econômico local. Além dessas hipóteses, existem diversas outras. Inicialmente, dividiremos as várias possibilidades em três conjecturas. Na primeira, vamos considerar que, na verdade, não existia crise alguma, pelo contrário, havia expansão do sistema escravista, nesse sentido, Leite Ribeiro foi o principal responsável por sua decadência. Na segunda, analisaremos a possibilidade deste senhor, assim como os demais proprietários escravistas de Barbacena, ter se tornado refém de uma crise estrutural do escravismo brasileiro que se estabeleceu na região, com dimensões peculiares. Na terceira, podemos considerar que diante de um processo de crise econômica na região, alguns proprietários tiveram melhores condições de se readaptar, enquanto outros sucumbiram como Francisco Leite Barbosa.

Para a primeira hipótese, utilizaremos os registros demográficos dos mapas de população de 1833/35 que retratam a demografia do termo e dos distritos internamente<sup>254</sup>, também faremos uso dos dados do recenseamento de 1872<sup>255</sup> que retratam a demografia do termo e das paróquias existentes. As paróquias de 1872 representavam os distritos, ou à junção, ou ainda a separação destes, registrados pelos mapas de população de 1833/35.<sup>256</sup>

<sup>253</sup> RANGEL, Ana Paula, op.cit.

<sup>254</sup> Mapas de população de 1833-35, *Mapas de População: Arquivo Público Mineiro*. Apud MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: Seminários sobre economia mineira. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 1990. P 22-25. .

<sup>255</sup> Recenseamento geral do Império, 1872. IBGE: RJ.

<sup>256</sup> As listas nominativas de 1831/32 não nos permitem avaliar cada distrito separadamente. A pesquisa não utiliza a divisão por distritos e sim em quarteirões e fogos.



Existem historiadores que defendem que as Listas Nominativas não podem ser contrastadas com o Recenseamento Geral de 1872 devido aos erros e fragmentações das primeiras. Erros e fragmentações existem nas duas fontes tanto relativos à primeira quanto à segunda metade do século XIX, inclusive pelas omissões, dificuldades de coletas e mesmo negligência dos coletores. Porém, não entendemos isso como impedimento de uma confrontação analítica, com vias de um escrutínio sobre o perfil demográfico e socioeconômico de uma região, desde que o pesquisador esteja fundamentado de uma metodologia consistente, para avaliar os limites destas fontes e assim, buscar complementá-las com outros recursos documentais e metodológicos, como fizemos em nossa pesquisa munindo-nos dos inventários. Desde que o historiador não dispense o que Carlo Guinzburg denomina de “paradigma conjectural”, isto é a proposta da criação de um método interpretativo que torna real a possibilidade de observar nos dados, detalhes e informações aparentemente marginais, irrelevantes, redundantes e esparsos, indícios importantes e formas de acesso a uma determinada realidade. De maneira que, tais detalhes possam perfeitamente nos fornecer a chave para estes significados sociais, econômicos, culturais e psicológicos mais profundos, inacessíveis por outros métodos. Caso o historiador realize todo este percurso teórico e metodológico e o teste na empiria junto às fontes, perceberá que as listas nominativas podem ser confrontadas com o censo de 1872, resultando assim dados extremamente frutíferos para a pesquisa histórica.<sup>257</sup>

Mesmo considerando a margem de erro de alguns dados censitários pesquisados, e também suas lacunas, constatamos o crescimento populacional do termo de Barbacena, da primeira para a segunda metade do século XIX. A população total do termo, de acordo com os mapas de população de 1833/1835, circulou em torno de 36.159 habitantes<sup>258</sup>. O recenseamento de 1872 registrou aumento da população para aproximadamente 39.513, em sua totalidade<sup>259</sup>. Aparentemente, a economia da região do termo de Barbacena continuava em desenvolvimento. A população escrava da região mantinha uma grande relevância. Constata-se esta impressão comparando a

---

<sup>257</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney, *Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>258</sup> Fontes coletadas no Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte. População Total do Termo, 33.557. Nº. de livres do Termo, 17.725. Nº. de escravos do Termo, 14.246. Nº. de distritos do Termo, 26. *Mapas de População: Arquivo Público Mineiro*. Apud MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: *Seminários sobre economia mineira*. Belo Horizonte: UFMG/ Cedeplar, 1990. P 22-25.

<sup>259</sup> Em 1872 e 1873 o Termo de Barbacena abrangia a Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, Nossa Senhora dos Remédios, Santa Rita do Ibitipoca, Nossa Senhora do Desterro do Melo, Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, São Miguel e Almas de João Gomes. Recenseamento Geral de 1872. IBGE: RJ.

população escrava de Barbacena com outros registros populacionais de diversos termos importantes da província de Minas Gerais, como próspera região do termo de Juiz de Fora que estivera sob jurisdição barbacenense até 1850. Compare na tabela abaixo.

Tabela 34 - População Escrava (Recenseamento de 1872)

<b>Termo</b>	<b>Escravos</b>
Barbacena	10348
São João Del Rei	8092
Queluz	13995
Juiz de Fora <sup>260</sup>	14368
Leopoldina	15253
Mar de Espanha	12658

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

A vitalidade da economia do termo de Barbacena poderia ser comprovada pelo próprio recenseamento de 1872. A população escrava da região de Barbacena superou a população cativa do termo de São João Del Rei. Este termo possuía, segundo o Recenseamento de 1872, sete paróquias contendo 8.092 escravos, enquanto a região de Barbacena possuía, neste período, apenas seis paróquias, porém, com 10.348 cativos, aproximava-se, em sua agregação populacional escrava, com o termo de Queluz, que continha cerca de 13.995 escravos em nove paróquias. Os outros termos indicados na tabela estavam inseridos na dinâmica economia cafeeira agroexportadora, eram eles: Juiz de Fora com 14.368 cativos em quatro paróquias; Leopoldina com 15.253 municípios em oito paróquias e Mar de Espanha com 12.658 escravos em cinco paróquias. Esses dados poderiam sugerir que de fato a economia do termo de Barbacena mantinha seu dinamismo.

Entretanto, os números do Recenseamento de 1872 comparados aos dados dos mapas de população de 1833/35 podem sugerir algumas questões. Confira a tabela.

<sup>260</sup> Os dados do recenseamento sobre o município de Juiz de Fora estão incompletos, como veremos nos capítulo III. A lista de matrícula de escravos para o mesmo período ultrapassa 20 mil escravos.

Tabela 35 - Termo de Barbacena, Mapas de população, 1833/35 e Censo de 1872.

	<b>1833-1835</b>	<b>1872</b>
População Total do Termo	36.159	39.513
Nº. de livres do Termo	19.358	29.165
Nº. de escravos do Termo	16.801	10.348

Fonte: Mapas de População: Arquivo Público Mineiro. Apud: MARTINS, M. C. S.. In: Seminário sobre economia mineira: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. P. 22-25. Censo de 1872 . IBGE: RJ.

Torna-se evidente o aumento do número de livres de 19.358 para 29.165 e uma diminuição do número de escravos do termo da Barbacena de 16.801 para 10.348, relativo ao período entre 1833/35 e 1872. O que é mais intrigante é esta diminuição de escravos, além de parar de aumentar, declinar.

Em uma sociedade escravista, ser senhor de homens e de terras certamente determinava a riqueza de um indivíduo. É importante ressaltar que as desigualdades regionais não podem ser desconsideradas, já que as diferenças socioeconômicas sem dúvida podem determinar padrões de riqueza diferenciados. Entretanto, cremos que, pelo menos , para o termo de Barbacena a fortuna se associava à posse de terras e cativos, que foram fatores importantes no condicionamento do patrimônio dos indivíduos.

Kátia Mattoso, por exemplo, para a primeira metade do século XIX na Bahia considera ricos aqueles indivíduos que possuíssem mais de dez contos de réis (10:000\$000).

<sup>261</sup> Marcos Andrade, em seu estudo sobre Campanha da Princesa (Sul de Minas), apontou como mais afortunados os proprietários que detinham 20 cativos ou mais. <sup>262</sup>

Muitos proprietários de terras e escravos de Barbacena sempre se mostraram extremamente vinculados ao trabalho servil. O laço entre a terra e os escravos era não só o braço escravo indispensável ao trabalho da terra, como necessário para a obtenção das sesmarias nos tempos colônias e no início do Império brasileiro. <sup>263</sup>. Mesmo após a

<sup>261</sup> MATTOSO, Kátia. *Ser escravo no Brasil*. 3 ed., São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254.

<sup>262</sup> ANDRADE, Marcos. *Op cit*, 2005.

<sup>263</sup> STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba, com referência especial ao município de Vassouras*. São Paulo: Brasiliense, 1961, p. 63.

extinção do tráfico atlântico, os proprietários mais afortunados de Barbacena, eram grandes proprietários de escravos.<sup>264</sup>

Marcos Andrade encontrou uma situação bastante similar em seu estudo. Considerando a importância dos ativos na composição das fortunas, constatou que os três ativos de maior importância na composição da fortuna dos proprietários sul-mineiros eram os escravos, os imóveis e as dívidas ativas<sup>265</sup>.

Heloísa Teixeira, estudando Minas Gerais, mais especificamente Mariana, localidade distinta de Juiz de Fora e de Baependi (estudada por Marcos Andrade), pelo menos do ponto de vista demográfico e econômico encontrou, na segunda metade do XIX, patrimônios imobilizados em escravos (38,9%), imóveis (24,8%) e animais (5,9%).<sup>266</sup>

Também os proprietários de Barbacena continuaram priorizando seus investimentos em escravos e terras, independente das faixas de tamanho de posse, na segunda metade do século XIX. A análise da distribuição da riqueza e da posse de escravos entre os proprietários através dos inventários do termo de Barbacena permite-nos investigar a configuração econômica e demográfica da sociedade barbacenense oitocentista.<sup>267</sup>

Edna Resende verificou em seus estudos sobre o termo de Barbacena que na primeira metade do século XIX, somente 10,5% dos inventários não tinham escravos. Na segunda metade do oitocentos, esse número subiu para 18,2%. De acordo com a pesquisadora, nas décadas de 1870 e 1880, cerca de 30% dos proprietários não tinham cativo algum.<sup>268</sup> Edna Resende demonstrou através da análise de inventários post-mortem, a predominância de pequenos senhores de escravos no início do século XIX em Barbacena, entretanto, já para aquela época a pesquisadora constatou a marca da concentração de cativos nas grandes escravarias, na realidade a grande porcentagem da população escrava vivia em grandes unidades econômicas. Esta concentração foi acentuada, ao logo das últimas décadas do século XIX, segundo Resende.<sup>269</sup> De qualquer modo, mesmo com o declínio da posse escrava ao longo do tempo e a

---

<sup>264</sup> RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado), p.113-121.

<sup>265</sup> ANDRADE, Marcos. Op. cit., 2005, p. 66.

<sup>266</sup> TEIXEIRA, Heloisa Maria. *Reprodução e famílias escravas de Mariana (1850-1888)*. São Paulo: USP/FFLCH/História Econômica, 2001. (Dissertação de Mestrado em História Econômica).

<sup>267</sup> Ver RESENDE, Edna Maria. *Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840)*. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Tese de doutorado), pp.115-118.

<sup>268</sup> Resende, Edna. Op. Cit., p.117

<sup>269</sup> Idem.

concentração da posse de cativos em todo período estudado, os pequenos, médios e grandes proprietários continuavam priorizando seus investimentos em escravos e terras, de acordo com Edna Resende.<sup>270</sup>

As informações sobre o crescimento da concentração da propriedade escrava no termo de Barbacena, constatadas por Edna Resende, enfraquecem os argumentos relacionados à primeira hipótese. Francisco Leite Ribeiro viveu os seus últimos anos numa conjuntura desfavorável para seus negócios, portanto, a responsabilidade deste senhor no declínio de sua unidade produtiva deve ser relativizada. Entretanto, qual teria sido a causa dessa suposta conjuntura desfavorável a Leite Ribeiro? Uma crise estrutural do escravismo brasileiro ou uma crise econômica localizada? Em que medida a diminuição da população cativa e o crescimento muito acentuado da população livre poderia esclarecer estas questões?

Sobre o decréscimo da população cativa, podemos levantar a hipótese de um aumento do número das alforrias na segunda metade dos oitocentos, realidade que se fez presente em diversas regiões do império do Brasil. Também poderíamos considerar que esta diminuição estava relacionada ao número de óbitos de uma população com crescimento vegetativo negativo. A reprodução da mão de obra escrava estaria comprometida em função da extinção do tráfico atlântico. Portanto, as razões da decadência estariam relacionadas a uma suposta crise estrutural do escravismo brasileiro.

Entretanto, ao compararmos a proporção de escravos em relação à população livre do termo de Barbacena em 1872 com outros termos, tais como Juiz de Fora, Leopoldina e Mar de Hespanha, podemos constatar que os argumentos de aumento de alforrias, número de óbitos e crise de mão de obra em razão da extinção do tráfico atlântico não eram explicações satisfatórias.<sup>271</sup>

Também comparando a demografia escrava registrada, em termos absolutos, nos mapas de população de 1833/35 e no do recenseamento de 1872, para as regiões de Barbacena, Queluz, Juiz de Fora e Mar de Hespanha, verificamos o declínio da população cativa no termo de Barbacena, enquanto nos outros termos a população escrava foi ampliada no mesmo período.<sup>272</sup>

---

<sup>270</sup> Idem, p.119

<sup>271</sup> Recenseamento geral do Império de 1872.

<sup>272</sup> Ver mapas de população de 1833/35 e o recenseamento imperial de 1872.

Para tentar demonstrar que não existia crise de espécie nenhuma, de acordo com a primeira hipótese, havia ainda um argumento para explicar o declínio da população cativa do termo de Barbacena. O cenário de decadência do termo poderia estar mascarado por uma situação política administrativa. A questão relacionada à perda de diversos distritos que estiveram subordinados ao termo de Barbacena entre as décadas de 1830 e 1870, poderia explicar o decréscimo da população cativa.

A comparação entre os mapas de população de 1833/35 e o recenseamento imperial de 1872 não poderiam registrar o declínio, visto que diversos distritos foram emancipados no período. A perda territorial poderia ser a explicação. O termo perdeu supostamente 21 distritos entre 1831 e 1872. Na primeira metade do XIX, existiam 28 distritos. Todavia, no ano de 1872 o termo de Barbacena possuía apenas 06 paróquias, perdendo distritos para os termos de Juiz de Fora, Mar de Espanha, Rio Preto e Leopoldina. Aliás, toda a região pertencente a esses novos termos pertencera à jurisdição de Barbacena até 1850.

Faziam parte do termo de Barbacena em 1872, a paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, sede do termo; e as paróquias de Nossa Senhora dos Remédios, Santa Rita do Ibitipoca, Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca, São Miguel e Almas de João Gomes. Estas quatro paróquias constavam como distritos nos mapas de população de 1833/35. A sexta paróquia Nossa Senhora do Desterro do Melo<sup>273</sup>, foi incorporada ao termo somente em 1836, portanto, os mapas de população de 1833/35 não registraram como parte do termo de Barbacena.

De acordo com a primeira hipótese, o termo de Barbacena perdera distritos importantes com alta população escrava, entretanto, ainda figurava entre as regiões com maior número de cativos. Aparentemente, ocorrera apenas à divisão do termo e a região remanescente mantinha o desenvolvimento do sistema agrário escravista. Este dado novo promove a ressurreição da primeira hipótese. Afinal, Barbacena perdera distritos e isso justificaria o declínio demográfico da população escrava em termos absolutos. Entretanto, o fato novo não justificava o processo de concentração da propriedade escrava, verificado por Edna Resende, nem o crescimento do percentual de livres e conseqüentemente a

---

<sup>273</sup> A paróquia de Nossa Senhora do Desterro do Melo no período do censo de 1831-1832 não havia sido formada, somente o sendo pela junção de algumas áreas do Termo de Barbacena quatro ou cinco anos após a data da feitura das listas nominativas. Lei Nº. 52 de 9/ 4/ 1836. Artigo 4º O “Districto do Curato Mello, pertencente ao Município de Mariana foi incorporado ao Município de Barbacena”. SAVASSI, Altair. Barbacena. 200 anos. Vol. 1. Belo Horizonte, Minas Gerais. Lemi, 1991. P. 122.

diminuição do percentual de escravos. Mesmo assim, vamos verificar o argumento político administrativo.

Em relação ao argumento sobre a perda de distritos, para explicar a diminuição da população escrava no termo de Barbacena, podemos fazer uma análise mais criteriosa, visto que as fontes censitárias nos permitem investigar a situação de cada distrito e posterior paróquia. Além disso, os inventários podem confirmar a divisão política e administrativa.<sup>274</sup>

Somente na paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena havia 4.990 escravos empregados nos mais variados tipos de ocupações e 13.913 livres entre negros, mulatos, pardos e brancos num total de 18.903 moradores, de acordo com o recenseamento imperial de 1872.

É essencial observar a evolução demográfica de cada paróquia que compunha o termo, para perceber se há viabilidade para confirmar as outras duas hipóteses, a suposta crise estrutural do escravismo manifestando-se em Barbacena ou a crise da estrutura econômica local com possíveis repercussões na província de Minas Gerais e até em mercados mais distantes, ou simplesmente, admitir que tudo não passou de um engano e que Barbacena continuava viver a expansão econômica da primeira metade do século XIX.

Os números de cada uma das seis paróquias serão analisadas através dos dados censitários de 1833/35. Esses registros demográficos refletem décadas de expansão econômica na região, época da participação do tráfico atlântico, coexistindo com a reprodução natural na conformação da demografia escrava. Para este período verificamos um consenso na historiografia regional produzida na última década.<sup>275</sup>

Já para o período da segunda metade do século XIX, não existem trabalhos específicos para avaliar o desenvolvimento econômico da região. De acordo com as hipóteses propostas, a dinâmica econômica escravista, no período, teria três possibilidades de interpretação. Conforme a primeira hipótese, teríamos a continuidade da expansão econômica; para a segunda hipótese, teríamos a revelação da crise estrutural do sistema escravista refletindo em Barbacena, acentuada pela extinção do tráfico atlântico em 1850. De acordo com a terceira conjectura, os dados do recenseamento demonstrariam uma época de desaceleração econômica regional.

---

<sup>274</sup> Inventários post-mortem. AHMPAS.

<sup>275</sup> Ver capítulo II, itens relacionados a discussão historiográfica sobre a reprodução escrava no termo de Barbacena.

Somente pesquisando e analisando esses dados poderemos verificar qual hipótese tem mais fundamento.

Comparando os mapas de população ao recenseamento imperial notamos que dos 28 distritos presentes no censo de 1833/35, apenas 05 permaneceram em 1872.

Tabela 36 - Termo de Barbacena. Mapa de População de 1833/35<sup>276</sup>

Distritos	Total	Cativos	%	Livres	%
Barbacena.	2439	843	34,56	1596.	65,43
Remédios	2098	1055	50,28.	1043	49,71
J. Gomes	1087	545	50,13	542	49,86
Santa Rita	1013	338	33,36.	675	66,63
Conceição	1052	404	38,40.	648	61,59
<b>TOTAL</b>	<b>7689</b>	<b>3185</b>	<b>41,42.</b>	<b>4504</b>	<b>58,58</b>

Nossa Senhora do Desterro do Melo<sup>277</sup>

Fonte: Mapas de População: Arquivo Público Mineiro. Apud: MARTINS, Maria do Carmo Salazar.<sup>278</sup>

Tabela 37 - Termo de Barbacena. Recenseamento Imperial de 1872<sup>279</sup>

Paróquias	Total	Cativos	%	Livres	%
Barbacena.	18903.	4990.	26,40.	13913	73,60.
Remédios	3560	710.	19,94.	2850	80,06.
J. Gomes	4944	1078	21,80.	3866	78,20
Santa Rita	6134.	1901	31,00.	4233	69,00
Conceição	3590	850	23,68.	2740.	76,32
<b>TOTAL</b>	<b>37131</b>	<b>9529</b>	<b>25,66</b>	<b>27602</b>	<b>74,34</b>

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE<sup>280</sup>

**Desterro do Melo**, 2.382 habitantes, 1.563 livres, 819 cativos

**Total do Termo: 39.513 habitantes, 29.165 livres, 10.348 cativos.**

<sup>276</sup> Somente os distritos que permaneceram desde 1833/35.

<sup>277</sup> A paróquia de Nossa Senhora do Desterro do Melo no período do censo de 1831-1832 não havia sido formada, somente o sendo pela junção de algumas áreas do Termo de Barbacena quatro ou cinco anos após a data da feitura das listas nominativas. Lei Nº. 52 de 9/ 4/ 1836. Artigo 4º O “Districto do Curato Mello, pertencente ao Município de Mariana e à Freguesia de São José do Chopotó, é incorporado ao Município e Freguesia de Barbacena. SAVASSI, Altair. Barbacena. 200 anos. Vol 1. Belo Horizonte, Minas Gerais. Lemí, 1991. P. 122.

<sup>278</sup> Mapas de População: Arquivo Público Mineiro. Apud: MARTINS, Maria do Carmo Salazar. In: Seminário sobre economia mineira: Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 1990. P. 22-25.

<sup>279</sup> Somente os distritos que permaneceram desde 1833/35.

<sup>280</sup> Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE



Observamos pelo recenseamento de 1872 que o número de escravos e livres aumentou em termos absolutos nas seguintes paróquias: Barbacena, João Gomes, Santa Rita e Conceição de Ibitipoca. Enquanto, na paróquia de Remédios a população livre também aumentou, mas a população cativa foi reduzida consideravelmente.

Pela análise dos números dos mapas de população e do censo de 1872, podemos perceber também que embora tenha ocorrido o crescimento do número de cativo em números absolutos, em termos proporcionais, considerando o crescimento da população livre, houve um decréscimo considerável da população cativa em todas as paróquias do termo de Barbacena. A proporção do número da população livre avançou em todas as paróquias, principalmente em Remédios e João Gomes, paróquias nas quais a população escrava era superior a população livre, de acordo com o censo de 1833/35. Essas duas paróquias passaram a ter os maiores percentuais de população livre sobre a escrava, de acordo com o censo de 1872. Na Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena a população escrava representava apenas 26, 4% do total da população para o censo de 1872.

Figura 11 - Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena.

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	7085	3694	2080	1234	77
	Mulheres....	6828	2916	2546	1804	62
	Somma.....	13913	6610	4626	2538	139
Escravos	Homens.....	2696	.....	742	1954	.....
	Mulheres....	2294	.....	747	1547	.....
	Somma.....	4990	.....	1489	3501	.....
Somma geral		18903	6610	6115	6039	139

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Figura 12 - Nossa Senhora dos Remédios

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	1450	722	543	171	14
	Mulheres....	1400	709	516	166	9
	Somma .....	2850	1431	1059	337	23
Escravos	Homens.....	408	.....	187	221	.....
	Mulheres....	302	.....	131	171	.....
	Somma .....	710	.....	318	392	.....
Somma geral		3560	1431	1377	729	23

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Figura 13 - Santa Rita do Ibitipoca

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	2207	990	847	350	20
	Mulheres....	2026	959	803	246	18
	Somma.....	4233	1949	1650	596	38
Escravos	Homens.....	1047	.....	504	543	.....
	Mulheres....	854	.....	301	553	.....
	Somma.....	1901	.....	805	1096	.....
Somma geral		6134	1949	2455	1692	38

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Figura 14 - Nossa Senhora do Desterro do Melo

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	738	339	277	112	10
	Mulheres....	825	347	360	108	10
	Somma.....	1563	686	637	220	20
Escravos	Homens.....	452	.....	201	251	.....
	Mulheres....	367	.....	187	180	.....
	Somma.....	819	.....	388	431	.....
Somma geral		2382	686	1025	651	20

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Figura 15 - Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres	Homens.....	1400	687	484	202	27
	Mulheres....	1340	668	434	208	30
	Somma.....	2740	1355	918	410	57
Escravos	Homens.....	488	.....	174	314	.....
	Mulheres....	362	.....	184	178	.....
	Somma.....	850	.....	358	492	.....
Somma geral		3590	1355	1276	902	57

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Figura 16 - São Miguel e Almas de João Gomes.

CONDIÇÕES	SEXOS	ALMAS	Raças			
			Branços	Pardos	Pretos	Caboclos
Livres {	Homens.....	2440	1348	760	306	26
	Mulheres....	1426	595	556	260	25
	Somma.....	3866	1943	1316	556	51
Escravos {	Homens.....	615	.....	200	415	.....
	Mulheres....	463	.....	200	263	.....
	Somma.....	1078	.....	400	678	.....
Somma geral		4944	1943	1716	1234	51

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE

Portanto, a ideia de que a perda territorial tenha causado a diminuição da população escrava do termo não tem fundamento. Como vimos, os distritos que faziam parte do Termo em 1831/32 e permaneceram em 1872 diminuíram a participação percentual de escravos sobre a população total do termo de maneira considerável. A perda de territórios do termo não explicava a diminuição proporcional da população escrava e o aumento da população livre.

Entretanto, poderíamos sugerir que as perdas territoriais termo de Barbacena, ocorridas entre 1831/32 e 1872, provocaram uma diminuição de investimentos na região remanescente. Este fato teria ocorrido em virtude de muitos proprietários do termo de Barbacena priorizarem seus investimentos na próspera agro exportação cafeeira, onde estavam localizados municípios emancipados de Barbacena. Sem dúvida, famílias de grandes proprietários da região do termo Barbacena passaram a investir na produção cafeeira de Juiz de Fora, Mar de Hespanha, Leopoldina, entre outros municípios da Zona da Mata mineira.<sup>281</sup>

Mônica Oliveira em seu trabalho sobre a cafeicultura da zona da Mata Mineira, constatou que a ocupação da região tornou-se, uma alternativa de fixação e ampliação de negócios para os grupos sociais originalmente vinculados ao território mineiro. Desta forma, a região agroexportadora também se tornou uma possibilidade de

<sup>281</sup> Oliveira, Mônica, op.cit, p

investimentos para os capitais auferidos na economia mercantil de alimentos,<sup>282</sup> Cerca de 40% das famílias com maiores fortunas da Zona da Mata mineira em 1870 vieram do termo de Barbacena. Estas famílias representavam segmentos importantes entre os grandes proprietários, eram grandes investidores da região de Barbacena no início do século XIX.<sup>283</sup>

Entre os representantes dessas famílias de grandes proprietários que deixaram o termo de Barbacena, podemos citar o Comendador Francisco de Paula Lima, neto do Inconfidente Coronel José Aires Gomes, um dos maiores, senão o maior, detentor de terras ao longo do Caminho Novo, transformando-se, nos dizeres do historiador André Figueiredo, um potentado da Mantiqueira<sup>284</sup>. O Comendador ampliou a fortuna da família o que lhe possibilitou prestígio e relações políticas extremamente sólidas na região de Juiz de Fora.<sup>285</sup>

Outros proprietários de terras e escravos da região do termo de Barbacena permaneceram em um negócio certo e tradicional: o abastecimento para mercados em outras províncias e para Minas Gerais. A maioria continuava permanecendo nos limites do mercado local e da subsistência.

Sobre a possibilidade do desmembramento da Zona da Mata mineira, e particularmente Juiz de Fora, ter sido um fator decisivo para a desaceleração econômica que se estabeleceu em Barbacena, temos algumas informações que podem auxiliar a pesquisa. A partir dos relatórios das câmaras municipais de Barbacena, Juiz de Fora, São João del Rei e Ouro Preto no final da década de 1850 e em 1860, podemos constatar a capacidade arrecadadora dos respectivos municípios no período. De acordo com a tabela abaixo, verificamos que a arrecadação da câmara de Juiz de Fora representava, em 1859, três vezes mais que a arrecadação da câmara barbacenense. Nos anos de 1857 e 1860, a câmara de Juiz de Fora auferiu, pelo menos, o dobro arrecadado em Barbacena.

---

<sup>282</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit, pp. 84-89.

<sup>283</sup> Mônica Oliveira pesquisou as principais fortunas dos municípios da zona da Mata Mineira em 1870, já no auge da produção cafeeira e procurou resgatar suas origens. Os dados encontrados revelaram que 85% das fortunas tiveram origem na Comarca do Rio das Mortes. Das 20 famílias de maior fortuna, 08 vieram do Termo de Barbacena, 07 do Termo de São João del-Rei, 02 de Aiuruoca (Sul de Minas) e as outras vieram de Santa Bárbara (Região Metalúrgica), Rio de Janeiro e Vale do Paraíba Fluminense.<sup>283</sup> Do Termo de Barbacena vieram, por exemplo, os Ferreira Armond e Dias Tostes. OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Op. cit, pp. 273-274.

<sup>284</sup> RODRIGUES, André Figueiredo. Op. cit., 2002.

<sup>285</sup> ESTEVES, Albino. Álbum de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1915, p. 505.

Tabela 38 - Arrecadação das Câmaras Municipais entre 1857 e 1860

TERMOS	1857	1858	1859	1860
Barbacena	1:987\$976	1:812\$954	1:782\$476	2:000\$092
Juiz de Fora	4:481\$410	3:176\$160	6:269\$760	5:367\$880
Ouro Preto	9:055\$757	10:278\$120	11:976\$636	10:539\$134
São João del Rei	5:888\$358	7:225\$080	5:776\$800	6:074\$252

Fonte: Provincial Presidential Reports (1830-1930)<sup>286</sup>

No antigo termo de São João del Rei, verificamos uma certa estabilidade nas arrecadações da câmara municipal, comparando com a arrecadação da câmara de Barbacena constatamos que a primeira auferiu , no período entre 1857 e 1860, praticamente, três vezes mais que a última. Não temos dados para continuar esta comparação para cada ano, no período posterior a 1860, pela ausência de registros na fonte pesquisada. Sabemos, entretanto, que a arrecadação das câmaras de Barbacena e São João del Rei em parte do ano de 1861, de acordo com os relatórios do presidente da província de Minas Gerais, representou o montante de 2:009\$660 e de 2:374\$470 respectivamente. Neste mesmo período do ano de 1861, a câmara de Juiz de Fora arrecadou 4:803\$460 contos de réis.<sup>287</sup> Em relação à câmara da capital da província, verificamos uma arrecadação muito superior às outras câmaras acima mencionadas, para este período. Os dados apresentados são restritos a um período específico, não sabemos se na década de 1860, por exemplo, houve um declínio de arrecadação da câmara de São João del Rei. O que podemos constatar é que a arrecadação municipal de barbacenense era a menor entre as quatro analisadas.<sup>288</sup>

As informações que temos sugerem uma perda de arrecadação do município de Barbacena com o desmembramento da região da Zona da Mata mineira na década de 1850, haja vista que a arrecadação da câmara de Juiz de Fora, nos anos de 1857, 1858, 1859 e 1860, foi muito superior à arrecadação da câmara barbacenense. Estes dados nos fazem refletir em que medida o desmembramento e desenvolvimento econômico e demográfico da região da Zona da Mata mineira, ou particularmente de Juiz de Fora, tem relação com a desaceleração econômica que se estabeleceu no termo de Barbacena.

<sup>286</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930) [http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

<sup>287</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u264/000043.html>

<sup>288</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930) , <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u264/000040.html>

Mesmo que a perda de distritos não tenha sido uma das razões originárias da desaceleração da econômica local, visto que a população escrava declinara em relação a população livre, certamente ampliou as incertezas sobre a economia da região.

Diante dessas constatações, restaram-nos duas hipóteses para compreender as razões originárias que levaram a decadência da unidade produtiva do proprietário escravista Francisco Leite Ribeiro, fato que certamente expôs a sua escravaria a uma situação de expectativa e tensão sobre o destino de seus componentes.

Quanto à hipótese sobre a crise estrutural do sistema escravista ter se manifestado em dimensões próprias no termo de Barbacena, devemos considerar que, realmente, a partir dos anos de 1850 teve início uma época peculiar na história da escravidão no Brasil e em Minas Gerais, visto que este período foi posterior a extinção do tráfico Atlântico, também nesta época foram aprovadas leis que faziam referência direta a família escrava, como a Lei de 1869 que proibia a separação de famílias por venda ou doação e a Lei do Ventre Livre, que considerava livre toda criança nascida de mãe escrava. No terceiro capítulo, vamos analisar melhor essa legislação. Por enquanto, nosso objetivo é demonstrar que esta propalada crise estrutural do escravismo não significou a razão para que a região de Barbacena tivesse seu desenvolvimento econômico e demográfico afetado desde, pelo menos, a década de 1840.

Como explicar que antigos distritos de Barbacena, como Juiz de Fora e Mar de Hespanha, estavam em pleno crescimento da inserção de população escrava nas suas respectivas estruturas econômicas, com a ampliação proporcional da participação da população servil, enquanto em Barbacena, a proporção de escravos sobre a população total, declinara de 41,42% cativos na década de 1830 para 25,66%, de acordo com o Recenseamento de 1872? No caso de Juiz de Fora, o ápice de crescimento demográfico da mão de obra escrava ocorreu na década de 1870.

É verdade que o fim do tráfico atlântico impôs uma reordenação do escravismo brasileiro. Sem dúvida o preço da mão de obra escrava aumentou, por exemplo. De acordo com Douglas Libby, término do tráfico negreiro em 1850 se afigurou como condição indispensável para novos parâmetros ao regime escravista no Brasil, resultando, por isso, também em um divisor de águas para as tendências demográficas da população escrava do império brasileiro.<sup>289</sup> Novos padrões do escravismo brasileiro não significam dizer que o termo de Barbacena teria que sofrer necessariamente com uma

---

<sup>289</sup> LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense. 1989. P. 61

suposta crise do escravismo, enquanto regiões muito próximas, antigos distritos subordinados à Barbacena viviam uma plena expansão do sistema econômico escravista. O aumento de preço da mão de obra mancípia, por exemplo, não impediu que a Zona da Mata mineira ampliasse a sua população escrava, em termos percentuais, através do tráfico interprovincial e intraprovincial. Por que o termo de Barbacena teria que ter a sua população escrava diminuída, em termos percentuais para 25,67%? A razão desta situação poderia estar relacionada a elevação do preço dos escravos após o fim do tráfico atlântico. Enquanto a Zona da Mata mineira ampliava sua população escrava, em termos absolutos e proporcionais, apesar do aumento de preço dos cativos, o termo de Barbacena passou a ter, no início da década de 1870, o percentual de 74,34% de população livre e 25,66 de população escrava. Significa que a próspera Zona da Mata mineira tinha plenas condições de comprar escravos, enquanto na região de Barbacena, os proprietários escravistas, provavelmente, estavam perdendo a capacidade de manter a escravidão. A suposta crise estrutural do escravismo mineiro pode ser descartada como razão da diminuição da parcela de escravos sobre o total da população escrava em Barbacena, visto que a suposta crise não afetava economias de localidades próximas.

Em relação à avaliação do escravismo em Minas Gerais, Roberto Borges Martins, analisando os dados do recenseamento de 1872, veio a afirmar que, na segunda metade do século XIX, Minas Gerais chegou a possuir mais de 380 mil cativos. Para este contexto, Douglas Libby afirma possuir esta mesma província, de acordo também com o Recenseamento de 1872, a maior escravaria provincial do império, com aproximadamente de 367.443 indivíduos “correspondendo a 18,2% de sua população total” do Brasil. Segundo este autor, as percentagens escravas mineiras e paulistas eram quase idênticas, uma vez que ambas as províncias possuíam áreas e uma economia agrária com amplos setores direcionados para o mercado interno, numa imbricada relação de conjunto com setores envolvidos na cafeicultura para exportação<sup>290</sup>.

O decréscimo relativo da população cativa, na segunda metade do século XIX, evidenciado pelos números do censo de 1872 e confirmado pelas pesquisas de Edna Resende e Sheldon Carvalho<sup>291</sup> seria resultado da crise econômica ou era uma das razões dela?

Segundo João Fragoso a configuração da reprodução extensiva implica não apenas o arroteamento de mais terras, mas também, o crescimento demográfico. Em

---

<sup>290</sup> LIBBY, Douglas Cole. *Ibidem*, 52.

<sup>291</sup> Rezende, Edna, *op.cit.* Carvalho, Sheldon, *op.cit.*



outras palavras, é necessário mais homens para trabalhar as terras incorporadas à produção. No sistema agrário da economia de exportação do café, a incorporação de mais força de trabalho se fará, em parte, independentemente do crescimento demográfico. Será o tráfico de escravos internacional e depois interprovincial e intraprovincial que fornecerá parte desta força de trabalho.<sup>292</sup>

Portanto, na economia extensiva de abastecimento há uma exigência pela ampliação demográfica para manter o crescimento da produção. O que estava ocorrendo em Barbacena é que a proporção da população escrava diminuía, enquanto o percentual da população livre aumentava. Este processo ocorria não como resultado de uma crise estrutural do escravismo, mas em função da uma perda de poder aquisitivo na região.

No setor agrícola a desaceleração econômica era mais visível que na pecuária.<sup>293</sup> Em momentos de depressão econômica, a fazenda escravista de abastecimento, diferentemente da plantation, não tinha como reduzir áreas de monocultura em prol da lavoura de subsistência, com o intuito de diminuir os custos da manutenção da mão-de-obra escrava, tampouco podia compensar as perdas através da conversão cambial de divisas.<sup>294</sup> Na agricultura mercantil de abastecimento a venda dos produtos era imperiosa, mesmo nas conjunturas de baixa dos preços. Tendencialmente, nesses momentos desfavoráveis, ao invés de contrair a área cultivada, a fazenda escravista de alimentos se esforçaria para amenizar as perdas através do aumento da quantidade comercializada, tal como a economia camponesa.<sup>295</sup>

Podemos sugerir que estava ocorrendo uma ampliação do processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra livre, em função da desaceleração do crescimento econômico da região de Barbacena. É importante observar que a mudança nas relações de trabalho sempre ocorreu, mesmo antes da criação do termo em 1791. Esta situação, normalmente, ficava ao sabor das conjunturas, de momentos

---

<sup>292</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. (Dissertação de Mestrado em História), p. 40.

<sup>293</sup> Na pecuária, a reposição de mão-de-obra era menor, pois se empregava menos braços, mas o manejo do gado exigia a incorporação extensiva de terras. Ver: GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX*. Seminário sobre a Economia Mineira, p.170

<sup>294</sup> GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX*. Seminário sobre a Economia Mineira

<sup>295</sup> Witod Kula observa que nos períodos de baixa, de maneira diametralmente oposta ao funcionamento do mercado na economia capitalista, o produtor seria obrigado a vender mais para compensar as perdas e obter as mercadorias que não produzia a um preço mais elevado. Apud: GRAÇA FILHO, Afonso Alencastro. *As flutuações dos preços e as fazendas escravistas de São João del Rei no século XIX*. Seminário sobre a Economia Mineira, p.170.

melhores ou piores para a economia mercantil de alimentos. Como a primeira metade do século XIX foi bastante favorável para a produção de alimentos, com a ampliação dos negócios para a Corte, as conjunturas desfavoráveis não tiveram grande impacto sobre a economia do termo. Existem diversos registros sobre calamidades públicas, como os anos de seca rigorosa entre 1814 e 1817, acarretando a redução dos rebanhos e fome geral em Minas<sup>296</sup> e a epidemia que assolou o gado vacum em Minas Gerais, no período entre 1829 e 1834.<sup>297</sup> Percebe-se, portanto, que estes acontecimentos extremamente desfavoráveis não condenaram a economia mercantil de alimentos a um declínio irreparável.

Analisando os registros do recenseamento de 1872, constatamos que o número de habitantes livres negros e pardos constituía a maioria da população de Barbacena. Em uma totalidade de livres equivalente a 29.165, estes assumiam uma proporção de 4.657 pretos, 10.206 pardos e 328 caboclos, e, somando as três classificações, chega-se a 15.191(52,09%) não brancos para 13.974 (47,91%) considerados brancos. Caso se insira o total de escravos desta região, ou seja, 10.348 almas atinge-se uma quantidade de 25.539 (64,63%) não-brancos no termo de Barbacena em uma população de aproximadamente 39.513 pessoas, com apenas 13.974 brancos. Os considerados brancos representavam 35,37% da população total deste termo.

Para completar esta análise, percebemos que assim como os escravos, o contingente de homens livres, majoritariamente não-brancos, estava inserido preponderantemente nos trabalhos agrícolas e serviços domésticos.

No que tange principalmente a subcategoria “serviços domésticos” e “sem profissões declaradas”, como todas as outras ocupações, a análise do Recenseamento de 1872 suscita uma série de questionamentos. Segundo o historiador Douglas Colle Libby, muitos dos escravos e homens livres listados como trabalhadores no serviço doméstico, e como trabalhador sem profissões declaradas, exerciam, e em muitos casos estavam integrados diretamente no trabalho da agricultura ou da pecuária voltada para a economia doméstica e localmente mercantilizada.

Portanto, considerar rigidamente os dados censitários deste contexto e de outros, de forma a deixar escapar as deformações e distorções ocorridas e praticadas na época por quem administrava a coleta dos dados, como pelos coletores e mesmo pelos

---

<sup>296</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. p. 315. [s.n.t.].

<sup>297</sup> MINAS GERAIS. Resposta ao Inquérito do Ministério dos Negócios do Império sobre a situação da pecuária em Minas Gerais pela Presidência da Província de Minas Gerais, em 11 de dezembro de 1857. Códice S.P. 655, APM.

próprios moradores da região, pode obscurecer o entendimento das formas de organização sociocultural, econômica e demográfica de uma região ou país. De acordo com Libby:

Que uma boa parcela da mão-de-obra feminina livre e escrava tenha refluído para o trabalho doméstico entre os dois censos é mais ou menos aceitável, embora seja válido perguntar se muitas dessas mulheres não estariam engajadas na produção de hortaliças, na criação de animais ou em outras tarefas mais propriamente agrícolas do que domésticas. Mas não é plausível aceitar que um quarto dos escravos mineiros estivesse dedicado exclusivamente ao serviço doméstico em 1872, ou que mais de 10% dos homens livres da Zona da Mata e da região de Paracatu se encontrassem similarmente empregados. Temos aqui uma representação estatística errônea, e podemos ter certeza de que na verdade esses “serviçais” estavam de uma forma ou de outra, ligados a atividades agropecuárias. Desse modo, estamos afirmando que no Recenseamento há encobrimento estatístico de trabalho agrícola no chamado setor de serviços domésticos<sup>298</sup>.

Para Libby, tanto os escravos quanto os homens livres se encontravam engajados predominantemente no trabalho agrícola, como lavradores; nos serviços domésticos e na categoria dos declarados sem profissões.<sup>299</sup> Considerando as assertivas deste historiador, podemos inferir também para este termo que muitos destes escravos e homens livres, principalmente os considerados pelo censo de 1872 como sendo pretos livres, pardos livres e caboclos, registrados no setor de serviços domésticos e no setor de sem profissões, estavam integrados em atividade agropastoris voltada para o abastecimento local ou mesmo regional de Minas Gerais, sem esquecer de uma atividade fundamental, a economia de subsistência.

Outra questão que se coloca é saber de que tipo de unidade produtiva estava ocorrendo esta transição da mão de obra escrava para a livre. Não tem mistério, o

---

<sup>298</sup> LIBBY, Douglas Cole. Op.cit.P.90-91.passim

<sup>299</sup> No que toca também a relação das outras categorias como eclesiásticos (padres), fazendeiros, comerciantes e capitalistas devemos analisar crítica e cuidadosamente suas correlações censitárias devido às categorias do censo registrarem as profissões que eram consideradas específicas dos indivíduos recenseados. Libby afirma que tanto advogados quanto padres poderiam exercer suas principais profissões e funções, mas ao mesmo tempo se dedicar a atividades comerciais, fundiárias e capitalista-usurárias. LIBBY, Douglas Cole. Transformação e trabalho em uma economia escravista. São Paulo: Brasiliense. 1989. P.35-36. Ver também: ANDRADE, Marcos, Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. MG-Campanha da Princesa (1799-1850). UFF, 2005. P. 219. “O sacerdote podia, com tranqüilidade, exercer as funções requeridas pelo magistério sacerdotal e cuidar de seus animais e plantações, em suas diversas propriedades. O exercício de outras atividades pelos clérigos, além das atribuições ministeriais, já tinha sido observado por Saint-Hilaire, quando passou por São João del Rei em Março de 1819. “Os padres podiam ser boticários, fazendeiros, comerciantes e produzir tecidos. Nada mais comum ali do que padres fazendeiros”.

processo de transição das relações de trabalho não era característica essencial das grandes unidades produtivas. Estas fazendas de Barbacena eram quase autárquicas, caracterizadas pelo rebanho diversificado, tendas de ofícios manuais e policultura. A demanda externa à unidade se reduzia as poucas mercadorias inexistentes na região, como as ferragens, ferramentas, as peças de cobre para os engenhos, o sal, tecidos finos, a louça, a prataria, o vinho e outros artigos domésticos de menor importância.<sup>300</sup> Isto as dotava de uma boa aptidão para resistir às conjunturas adversas.

Entretanto, como os médios e pequenos proprietários poderiam resistir às crises conjunturais? Vimos que Francisco Leite Ribeiro teve sua unidade produtiva debilitada ao longo do tempo, provavelmente a unidade produtiva deste senhor foi perdendo a capacidade de incorporar novas terras, já que o processo de concentração fundiária e de mão de obra escrava fazia parte da estrutura econômica desde os tempos coloniais. Neste sentido as crises conjunturais tiveram grande repercussão em propriedades do porte daquele senhor.

A grande maioria dos senhores de terras e de escravos do termo de Barbacena era representada por proprietários de pequeno porte, de 1 a 5 escravos. Os efeitos das crises conjunturais sobre estes era devastador. Devido à estrutura econômica baseada na concentração de terras e escravos, esses proprietários estavam condenados normalmente à estagnação, a não ser que uma conjuntura favorável garantisse uma sobrevida para algumas destas unidades produtivas.

Com o agravamento de crises conjunturais, o pouco excedente da produção dos pequenos proprietários tendia a desaparecer. E uma das consequências comuns era a perda da capacidade de articulação com as outras unidades produtivas da região. Desta forma, as pequenas propriedades escravistas ficavam restritas a uma economia de subsistência. Portanto, não há dúvidas que estes pequenos proprietários teriam que se desfazer de seus poucos escravos pela venda ou alforria, mediante pagamento em dinheiro ou prestação de serviços.

Para confirmar as nossas impressões acerca da economia escravista de abastecimento é necessário comparar os dados registrados pelo recenseamento de 1872 com a pesquisa sobre os inventários post-mortem do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

---

<sup>300</sup> CARVALHO, Sheldon. Op.Cit.

Em relação à análise dos dados dos 491 inventários encontrados no AHMPAS para o período entre 1870 e 1888, observamos que estes dados cartoriais apontam para uma crescente concentração da propriedade privada de cativos em relação às pesquisas realizadas por Mônica Oliveira, Adriano Teixeira, Ana Paula Rangel e Edna Resende para a primeira metade do século XIX.<sup>301</sup>

Entendemos que os inventários post-mortem revelam a realidade de um pequeno segmento da população, a que tinha cabedal. Na década de 1830, por exemplo, o termo da vila de Barbacena contava com 19.358 habitantes livres. Para o mesmo período, existem apenas 245 inventários.<sup>302</sup> A desproporção entre o número de habitantes e o de inventariados é imensa. A hipótese de sub-representação é agravada devido ao desaparecimento de parte dos documentos ao longo do tempo. Mesmo assim, os inventários podem indicar informações muito próprias, relacionadas ao padrão de posse de escravos, a concentração de riqueza de uma sociedade, entre outras que veremos no decorrer do trabalho. Como se sabe, o inventário oferece o balanço dos bens amealhados ao longo da vida do inventariado. Naturalmente, a maioria dos proprietários que tiveram seus bens registrados nos inventários na segunda metade do século XIX começou a acumular ativos na primeira metade dos oitocentos. Aliás, foi nessa primeira metade do século XIX que a Corte portuguesa se instalou no Rio de Janeiro. Tal fato acelerou o crescimento da produção mercantil da vila de Barbacena e região. Estimulados a ampliar seus negócios, fazendeiros, tropeiros e negociantes, acumularam pequenas e grandes fortunas, produzindo e comercializando gêneros de abastecimento. Onde se assentava a fortuna da classe senhorial barbacenense? A análise dos inventários permite tecer algumas considerações acerca das atividades econômicas da região.

Mônica Oliveira constatou a disseminação da propriedade escrava nas primeiras décadas da existência do termo de Barbacena. Das quarenta e oito unidades pesquisadas, mais de 90% possuíam escravos, divididos em diversos plantéis, para o período entre 1780 e 1850. Edna Resende verificou que aproximadamente 10,5% dos

---

<sup>301</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870. Bauru (SP): EDUSC; Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2005. TEIXEIRA, Adriano Braga. Barbacena Colonial: uma vila mineira na última década do setecentos. In: *Anais do Primeiro Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora, 13 a 16 de junho de 2005. [www.lahes.ufjf.br](http://www.lahes.ufjf.br). RANGEL, Ana Paula dos Santos. Nos Limites da Escolha. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Dissertação de Mestrado, UFRJ, 2008. RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008.

<sup>302</sup> Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi.

inventários não possuíam escravos na primeira metade do século XIX.<sup>303</sup> Portanto, as autoras têm números semelhantes em relação à difusão da propriedade escrava no termo de Barbacena para o mesmo período.

Em relação à segunda metade do século XIX, entre 1850 e 1888, Edna Resende verificou que em 30% dos inventários não havia indicação de escravos. Os dados relacionados na tabela abaixo representam à análise de todos os inventários post-mortem, para o período entre 1870 e 1888, encontrados no Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi, coletados até setembro de 2011.

Tabela 39 - Seleção dos Inventários com Registro de Escravos.  
1870- 1888

Com registro de escravos	324	65,98%
Sem registro de escravos	146	29,74%
Incompleto ou inválido	21	4,28%
Total	491	100,00%

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Os dados da tabela correspondem a 491 inventários do 1SVC e do 2SVC do Termo de Barbacena. Do total, 65,98 %, 324 documentos continham escravos, enquanto 29,74% dos inventários, 146 documentos não havia registro de cativos. Ainda 4,28%, 21 inventários faltavam folhas ou não correspondiam aos limites administrativos ou temáticos desta pesquisa. Essa proporção de cativos presentes no número total de inventários, relacionado aos dados do censo de 1872, sugere o vigor do sistema econômico e também a disseminação da propriedade escrava no Termo de Barbacena.

<sup>304</sup> Se desconsiderarmos os 4,28% dos documentos que faltam folhas ou não são

<sup>303</sup> RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008, pp. 115-116.

<sup>304</sup> Os dados correspondem a todos os inventários encontrados no Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”.

possíveis verificar se existem ou não escravos, temos seguintes números: 68,94% de inventários com registros de escravos e 31,06% sem registros de escravos.

Constatamos, portanto, que o processo de disseminação da posse de escravos tendia a declinar ao longo das décadas do século XIX. O que significa em outras palavras que o grande proprietário estava cada vez mais concentrando os escravos do termo de Barbacena. Traduzindo em números, para Mônica Oliveira 90%, para Edna Resende 89,5 % de posse de escravos nos inventários da primeira metade do século XIX. Para Edna Rezende 70% de posse de escravos para o período entre 1850 e 1888. Nesta pesquisa apresentamos a posse de escravos em torno de 63, 53% para o período entre 1870 e 1888.

Em relação à concentração das riquezas no termo de Barbacena, Edna Resende analisou os inventários para verificar o monte mor dos proprietários do termo de Barbacena. Os donos de fortunas avaliadas em até 100:000\$000 (cem contos de réis) concentravam 12% da riqueza entre 1830 e 1849. Na segunda metade do século XIX, entre 1850 e 1888, passaram a concentrar 45,4% da riqueza. Em relação aos proprietários com bens avaliados em até 10:000\$000 ( dez contos de réis), em 1830/49 dispunham de 17,1% da riqueza e em 1850/88 passaram a dispor de 9,2 %.<sup>305</sup>

Por enquanto, são essas as primeiras impressões e que esperamos suscitem discussões para pesquisas posteriores. Existem diversas variáveis econômicas a se considerar que vão além dos limites desta dissertação. Obviamente não se pode desconsiderar as diferenças que marcaram a primeira e a segunda metade do século XIX. A inflação não pode ser ignorada. Além disso, no período próximo a extinção do tráfico atlântico ocorreu uma elevação do preço do escravo. Esses fatores contribuíram, provavelmente, para aumentar o valor do monte-mor. O enriquecimento dos grandes proprietários, contudo, não pode ser atribuído somente a estas variações conjunturais.

É importante ressaltar também que o desenvolvimento econômico e demográfico da região da Zona da Mata mineira, ou particularmente de Juiz de Fora, não representou a razão originária para a crise que se estabeleceu no termo de Barbacena, mas certamente ampliou as incertezas sobre a economia local. Visto que

---

<sup>305</sup> RESENDE, Edna Maria. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840). Tese de doutorado apresentada na UFMG em 2008, pp.118-119.

estabeleceu um outro dinamismo econômico para a região, inclusive absorvendo a mão de obra escrava de diversas regiões.<sup>306</sup>

O termo de Barbacena não passaria incólume por uma nova rearticulação da economia da mineira, e desta vez a sua posição não era tão favorável quanto nas décadas de 1780 e 1790. Pelo contrário, o eixo principal da economia mineira deixava de ser a produção agropecuária para se tornar a agro-exportação cafeeira que passava por um processo de ampliação desde a década de 1830 e consolidação nos anos de 1850.<sup>307</sup> A Zona da Mata mineira, região emancipada do termo de Barbacena em meados do século XIX, passava a ser o centro econômico regional já na década de 1850 e a região de Barbacena a periferia.<sup>308</sup>

É importante destacar que a desaceleração do crescimento econômico estabelecida na região de Barbacena ocorreu devido às limitações na própria estrutura econômica escravista de abastecimento. Foi nesta economia especificamente que constatamos a diminuição proporcional da população escrava, de acordo com os mapas de população de 1833/35 e o recenseamento de 1872. Se boa parte do capital mercantil barbacenense migrou para a Zona da Mata mineira, isso se deve a própria limitação da economia de abastecimento do termo de Barbacena. A migração de famílias e a inserção de capital de diversas regiões mineiras ampliaram as diferenças entre a dinâmica economia da Zona da Mata e a tradicional economia de abastecimento de termo de Barbacena.

Desta forma, o capital mercantil transferido do termo de Barbacena para a região da Zona da Mata mineira pode ser explicado tanto pelas oportunidades de investimentos na expansão da economia escravista agroexportadora cafeeira, quanto pelas limitações da economia escravista de abastecimento do termo de Barbacena.

Nesse sentido, a desaceleração do crescimento econômico em Barbacena está vinculada à sua própria dinâmica econômica local. A nossa hipótese é que a crescente concentração da propriedade escrava representou um fator determinante para impor uma aceleração na transformação das relações de trabalho, provocando uma rearticulação das atividades econômicas desenvolvidas no termo de Barbacena. O que sugere a perda da capacidade de acumular pecúlio. Enquanto os grandes comerciantes e proprietários concentravam a riqueza, limitando a possibilidade de ascensão econômica na sociedade

---

<sup>306</sup> FREIRE, Jonis, Op.cit.

<sup>307</sup> OLIVEIRA, Mônica. Op.cit.

<sup>308</sup> Ver população escrava da zona da mata na década de 1850



local, a maioria dos proprietários locais tinha dificuldade em manter seus escravos. Por esta razão, muitos pequenos proprietários não tiveram mais condições de investir no bem de maior valor no período, a propriedade escrava. Em uma constatação mais geral, percebemos um crescimento da presença do segmento livre frente ao cativo em larga escala, muito maior que no período de 1780 a 1850. Neste contexto, o grande crescimento da população livre sugere a rearticulação do sistema agrário da região do termo de Barbacena, pois a perda de escravos era contínua como foi observada no recenseamento de 1872 e na análise dos inventários. A incapacidade de acumulação de capital para a maioria dos proprietários escravistas da economia mercantil de alimentos em Barbacena, provocou à ampliação de trabalhadores livres vinculados a economia de subsistência.

Para Mônica Oliveira ocorreu uma ampliação da concentração de mão de obra escrava nas mãos de grandes comerciantes e fazendeiros deste termo. Dessa maneira, formou-se uma poderosa hierarquia social que dominava as maiores unidades produtivas e relações de poder, condição que também se respaldava nas relações de dependência pessoal e financeira com pequenos produtores locais. A posse da terra passou a depender cada vez mais das concessões dos grandes proprietários, principalmente após a Lei de Terras. Essa hierarquia social excludente tenderia a aprofundar-se nos dois extremos da pirâmide social, este processo teria se mantido e se aprofundado. De acordo com a autora:

Percebeu-se o aumento do número de unidades domésticas de tipo camponês, com mínima utilização de escravos e com uma produção voltada para o autoconsumo. Paralelamente, manteve-se a percentagem das grandes empresas escravistas vinculadas aos circuitos mercantis mineiros, com amplas possibilidades de reprodução interna, mas concentrando maior número de cativos, se comparado ao período anterior.<sup>309</sup>

Desta forma, as unidades produtivas como a do proprietário Francisco Leite Ribeiro tiveram tendência a desaparecer, propiciando uma imensa expectativa e tensão para a família escrava do plantel daquele senhor. O destino deles seria provavelmente o mesmo dos outros familiares, a separação. No inventário de Leite Ribeiro havia muitas dívidas passivas, mesmo assim Joaquim Benguela e Joana Crioula ficaram com a viúva do proprietário. Francisca Crioula foi partilhada no inventário entre os órfãos de Leite Ribeiro. Maria Crioula de 1 ano foi entregue a um herdeiro, provavelmente da família do proprietário. Esméria foi partilhada no inventário entre duas senhoras, não temos

---

<sup>309</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira-1780-1870. Bauru (SP): EDUSC; Juiz de Fora (MG): FUNALFA, 2005, p. 153.

informações sobre as ligações familiares das duas com o finado proprietário. Quanto a Hermenegildo de 13 anos, o escravo mais bem avaliado do plantel, não consta da partilha, provavelmente, sua venda pode ter sido utilizada para o pagamento das diversas dívidas de Leite Ribeiro.<sup>310</sup>

No próximo capítulo, vamos demonstrar os interesses que envolveram a manutenção da família escrava unida. Na primeira metade do século XIX verificamos que os africanos tinham percentuais de casamento superiores a população livre branca, de acordo com as listas nominativas de 1831/32. Entre as principais razões para o estímulo ao casamento de africanos estava a ideia da manutenção da ordem escravista, a paz nas senzalas, como sublinhou João Fragoso.<sup>311</sup> A partir do fim do tráfico, teoricamente as tensões não diminuiriam? Por que os proprietários escravistas de Barbacena reforçaram o estímulo para constituição de famílias? Teria relação com a descapitalização dos proprietários de Barbacena? A constituição de famílias equilibraria a diferença entre os custos da manutenção da mão de obra escrava e a possibilidade real de aumento do patrimônio com a reprodução natural? E a proximidade com a dinâmica economia da Zona da Mata mineira que provavelmente absorveria escravos barbacenenses, haveria alguma relação? Para os proprietários escravistas era mais rentável vender escravos ou manter os cativos em famílias? Os interesses dos proprietários escravistas no sentido de ampliar a suas posses de escravos sem precisar comprar, é um dos temas do capítulo III, que também vai tratar da estabilidade da família escrava nas décadas de 1870 e 1880.

---

<sup>310</sup> Inventário post-mortem de Francisco Leite Ribeiro, 1854, AHMPAS.

<sup>311</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. Op.cit.

### **CAPÍTULO III: POPULAÇÃO E FAMÍLIA ESCRAVA NAS DÉCADAS DE 1870 E 1880.**

#### **3.1 O padrão de posse de escravos nas décadas de 1870 e 1880**

As décadas de 1870 e 1880 representam um momento singular, época de desaceleração da economia de abastecimento do termo de Barbacena, do declínio proporcional acentuado de uma grande população escrava e de aplicação de leis conhecidas como emancipacionistas, em Minas Gerais e em todo território brasileiro. Este cenário que se desenhava no final do século XIX revelou-se bastante apropriado para a continuidade da formação de famílias escravas na região de Barbacena. Neste primeiro item avaliaremos a economia nessas últimas décadas, particularmente o padrão de posse escrava nas décadas de 1870 e 1880. Analisaremos em que medida a estrutura econômica beneficiou a formação de famílias.

A chegada da década de 1870 não trazia melhores perspectivas para a economia de abastecimento do termo de Barbacena, o ritmo de crescimento econômico diminuía desde meados do século XIX, a população continuava crescendo, embora sua economia revelasse sinais de rearticulação. A significativa diminuição proporcional de escravos em relação a população livre pode ser constatada pelo recenseamento de 1872, pelos relatórios do presidente da província de Minas Gerais de 1876 e pela análise dos inventários post-mortem, como veremos a seguir. Enquanto isso, a região agroexportadora da Zona da Mata mineira mantinha o dinamismo de sua economia cafeeicultora com a inserção crescente de municípios.<sup>312</sup>

Essa situação de crise econômica aliada às transformações que vinham ocorrendo no sistema escravista no Brasil e em Minas Gerais desde o fim do tráfico Atlântico em 1850, tais como a intensificação do tráfico interprovincial e intraprovincial; a proibição de separação das famílias escravas por compras e vendas, a partir de 1869 e, a libertação do ventre das escravas em 1871, com a criação de um fundo de emancipação para a libertação dos escravos, fazem parte do contexto para compreender a história da escravidão no termo de Barbacena e em Minas Gerais, durante as décadas de 1870 e 1880.

---

<sup>312</sup> Ver: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de Famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005.

Embora houvesse esse declínio econômico, a população escrava mantinha uma grande importância em Barbacena, com aproximadamente 10.348 cativos, o que correspondia a 26,18 % da população total.

Tabela 40 - Termo de Barbacena. Recenseamento de 1872

Nº. de escravos	10.348	26,18 %
Nº. de livres	29.165	73,81 %
População Total	39.513	100,00 %

Fonte: Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE.

Essa importância pode ser confirmada, também em termos absolutos, se compararmos a população escrava da região de Barbacena, com outras regiões que se destacavam pela alta demografia de cativos na província de Minas Gerais.

A jurisdição do termo de São João del Rei com 8.092 cativos, vinculada a economia de abastecimento e Juiz de Fora com 14.368 cativos, baseada numa economia agroexportadora cafeeira, demonstram a relevância da população escrava de Barbacena com mais de dez mil cativos.<sup>313</sup> Não podemos negar que apesar de todos os problemas econômicos, o Termo de Barbacena ainda se destacava entre as principais regiões escravistas da província de Minas Gerais.

O relatório do presidente da província de Minas Gerais registrava 9.697 cativos matriculados no termo de Barbacena, enquanto em Juiz de Fora foram matriculados 19.351 cativos em setembro de 1873.<sup>314</sup> Além dos dados do recenseamento de 1872 e dos diversos relatórios dos presidentes da província mineira, os inventários da região do termo de Barbacena também demonstram a relevância da população escrava.

Para realizar a pesquisa, relacionamos todos os inventários do Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi” em Barbacena, para o período entre 1870 e 1888. Nesta primeira abordagem, encontramos o total de quinhentos e trinta e um inventários. Posteriormente, selecionamos aqueles que registravam a posse de escravos. De todos os inventários pesquisados, 324 constavam escravos, 146 não faziam nenhuma referência à propriedade cativa e, em 21 inventários faltavam partes, estavam

<sup>313</sup> Recenseamento Geral do Império, 1872. IBGE.

<sup>314</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930) [http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas\\_gerais](http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas_gerais)

incompreensíveis ou estavam relacionadas a regiões desmembradas do termo de Barbacena naquele período.

Traduzindo em percentagens, 65,98% dos inventários pesquisados relacionavam escravos e 29,74% não relacionavam; além desses inventários, em 4,28% do total de inventários post-mortem não foi possível analisar por não serem próprios para a pesquisa, como explicamos acima. Contando apenas os inventários em que foi possível fazer a pesquisa, temos 68,94% de documentos com cativos e 31,06% sem cativos. Estes dados demonstram que apesar do declínio econômico do termo havia ainda um o grande apego à escravidão, constatação que corrobora com os estudos sobre escravidão nas Minas Gerais no final do século XIX.

Tabela 41 – Seleção dos inventários com registro de escravos. 1870- 1888.

Com registro de escravos	324	65,98%
Sem registro de escravos	146	29,74%
Incompleto ou inválido	21	4,28%
Total	491	100,00%

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Seguindo, desta maneira, a linha de análise, vamos nos ocupar agora de compreender a estrutura de posse de escravos destes 324 proprietários. Somados os escravos de todos estes senhores, obtemos um total de 2.679 cativos. A média encontrada é de 8, 27 escravos por senhor, número bastante significativo para uma localidade com economia voltada para a produção de alimentos. No entanto, esta é a média de todos os proprietários, sem distinção temporal ou de posse. Por isso, certamente encobre a concentração da propriedade cativa e o declínio demográfico da população escrava em relação à população livre no termo de Barbacena. O simples fato de dividir a análise dos inventários em duas décadas separadamente já revela o declínio populacional significativo dos mancipios, pelo menos, de acordo com ao inventários post-mortem existentes no AHMPAS. Para o período entre 1871 e 1879, a posse média alcançada ficou em 8,78 por inventário. Nos anos seguintes, entre 1880 e 1888, a média caiu para 7,41 cativos.

Apenas dois estudos sobre o termo de Barbacena se propuseram a verificar o padrão de posse dos escravos para a segunda metade do século XIX. Edna Resende, em uma

ampla abordagem, pesquisou 1.143 inventários entre 1830 e 1888.<sup>315</sup> Para o período entre 1830 e 1849, contabilizou 425 documentos, independente de possuírem ou não escravos. Para o período entre 1850 e 1888, contabilizou apenas os inventários com escravos, relacionou 668 documentos. Rezende encontrou 6.200 cativos para o período entre 1850 e 1888, resultando a média de 9, 28 mancípios por inventário. A análise da pesquisadora se restringiu a comparação sobre a posse de escravos entre dois períodos, 1830/1849 e 1850/88, não houve em sua pesquisa uma abordagem detalhada por anos ou décadas.<sup>316</sup>

A comparação entre os resultados obtidos por Edna Rezende com os nossos dados pesquisados sugere que no período entre 1850 e 1870 havia muito mais escravos do que no período posterior, entre 1871 e 1888. Provavelmente, entre as décadas de 1850 e 1870 havia mais de 10 escravos por proprietário. Sobre a comparação com os resultados pesquisados por Edna Rezende para o período entre 1830 e 1840, temos que fazer algumas ressalvas, visto que houve alterações no espaço administrativo de Barbacena, como por exemplo, o desmembramento da região da Zona da Mata. Para evitar possíveis distorções na comparação períodos distintos na história do termo fazemos este registro, o que não nos impede de citar os resultados obtidos pela pesquisadora.

Feito este registro, verificamos que Rezende constatou a média de 13,18 cativos por proprietário nas décadas de 1830 e 1840 para o termo de Barbacena, um grande declínio na média percentual em relação às décadas subsequentes, consideradas as ressalvas acima mencionadas. Essa diferença entre os resultados dos dois períodos estudados por Edna Resende ainda deve ser maior, pois a autora inseriu alguns inventários sem escravos na contabilidade do mesmo período.<sup>317</sup>

Carvalho pesquisou 405 inventários para o período entre 1871 e 1888, encontrando 8,49 mancípios por proprietário. O foco de seu trabalho foi às ações de liberdade em Barbacena.<sup>318</sup> Ao compararmos os nossos dados sobre o padrão de posse com os resultados obtidos por Carvalho, confirmamos nossas pesquisas, visto que as

---

<sup>315</sup> RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

<sup>316</sup> Edna Resende não fez uma análise compartmentada por décadas, sua reflexão sobre a escravidão teve objetivo de comparar dois momentos distintos, o período amplo entre 1830/49 e 1850/88, pois o foco de seu trabalho estava inserido na esfera política e social em Barbacena na década de 1830.

<sup>317</sup> RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008, pp.115-117.

<sup>318</sup> CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

diferenças estão dentro da margem de erro. No entanto, as comparações com os trabalhos de Rezende e Carvalho ficam restritas a partir desses dados, visto que esses pesquisadores utilizaram diferentes classificações e métodos para abordar a escravidão em Barbacena. Na tabela abaixo, apresentaremos a comparação entre as pesquisas, em relação à média de escravos por inventários.

Tabela 42 - Média de escravos por proprietário no termo de Barbacena, AHMPAS.

Trabalhos relacionados	Período	Média de mancipios por proprietário
Ecos do liberalismo	1830- 1849	13,18
	1850-1888	9,28
As perspectivas de senhores. Escravos e libertos.	1871-1888	8,49
A presente dissertação	1870-1879	8,79
	1880-1888	7,41

Fonte: RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008, pp. 115-117; CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

Desta forma, procuramos demonstrar que tanto às pesquisas realizadas no Arquivo Municipal de Barbacena como os dados censitários sobre mapas de população de 1833/35, o recenseamento de 1872 e os relatórios dos presidentes da província de Minas Gerais<sup>319</sup>, confirmam a importância da população escrava no termo de Barbacena em diversas décadas do século XIX, mesmo na época de declínio demográfico dos cativos, a partir de meados do século XIX. E também revelam a disseminação da propriedade escrava na região. Entretanto, as pesquisas nos inventários post-mortem podem tornar perceptível a concentração da propriedade escrava numa determinada época e ao longo do tempo. Vejamos as diferenças na estrutura de posse das diversas faixas de proprietários no período entre 1870 e 1888.

<sup>319</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930) <http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas>

Tabela 43 - Posse de Escravos no Termo de Barbacena. 1870-1888

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE	INVENTÁRIOS		ESCRAVOS	
	1 a 5 escravos	161	49,7 %	341
6 a 10 escravos	68	21,0 %	494	18,4 %
11 a 20 escravos	59	18,2 %	768	28,7 %
< 20 escravos	36	11,1 %	1076	40,2 %
Total	324	100,0 %	2679	100,0 %

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

No período entre 1870 e 1888, verificamos que a maioria dos inventários era formada pelos pequenos proprietários escravistas possuidores de 1 a 5 cativos, representavam aproximadamente 49,7% ou 161 do total. Entretanto, possuíam apenas 12,7% dos escravos. Se formos comparar com as pesquisas realizadas em períodos anteriores a 1871, vamos perceber que o número de pequenos proprietários teve uma ascensão desde a década de 1850. Edna Resende encontrou 29,9% ou 127 inventários de pequenos proprietários entre 1830 e 1849.<sup>320</sup> No período entre 1850 e 1888, a referida pesquisadora observou 35,3 % de pequenos proprietários sobre o total de inventários com escravos, o que sugere um aumento percentual do número de proprietários dessa faixa de posse nas décadas de 1870 e 1880, na medida em que comparamos com nossa pesquisa, e neste caso sem as ressalvas registradas para o período entre 1830 e 1849.

O que é mais significativo, entretanto, foi perceber que os proprietários dessa faixa de 1 a 5 escravos, tanto no período entre 1830/49 e 1850/88 na pesquisa de Rezende, como no período 1870/88 em nossa pesquisa, detinham um percentual reduzido de cativos em relação ao conjunto de proprietários. Em nossa pesquisa verificamos que estes proprietários possuíam apenas 12,7% do total de escravos inventariados. Um número pequeno de escravos, se comparado aos grandes senhores; mas com certeza esses poucos escravos faziam muita diferença na unidade produtiva destes pequenos proprietários, em sua labuta diária a terra para o sustento da família e no abastecimento de gêneros alimentícios para a região.

<sup>320</sup> Os percentual de pequenos proprietários escravistas pode ser um pouco maior visto que Rezende incluiu 45 inventários de não proprietários na contabilidade geral. Rezende, p.115.



Em se tratando da média de escravos, os pequenos proprietários possuíam 2,11 escravos entre 1870 e 1888. Constatamos também que à medida que os anos avançavam, no decorrer do século XIX, muitos pequenos proprietários perdiam seus escravos e outros tantos apresentavam apenas um ou dois cativos. Edna Rezende encontrou a média de 2,96 cativos por pequeno proprietário para o período entre 1830 e 1849 e 2,64 cativos para o período entre 1850 e 1888. Esses dados sugerem o empobrecimento da economia do termo de Barbacena ao longo do oitocentos.

Também verificamos que a soma dos pequenos e médios senhores representava mais de 2/3 dos proprietários do termo no período entre 1870 e 1888. Os senhores escravistas que possuíam entre 1 e 10 escravos compreendiam 70,7% de todos os proprietários inventariados. Os senhores escravistas possuidores de 6 a 10 escravos tinham em média 7,26 cativos entre 1870 e 1888, enquanto no período 1850/1888, segundo Rezende, possuíam 8,04 escravos, em média. Esses dados sugerem também o declínio da riqueza dos proprietários nesta faixa de posse de escravos.

Em relação aos grandes proprietários, estavam representados em 29,3% dos inventários, sendo que 18,2% pertenciam à faixa de 11 a 20 escravos e 11,1 % eram senhores de mais de 20 cativos. Os grandes proprietários concentravam 68,9% ou 1.844 escravos inventariados. Os proprietários com posses entre 11 e 20 municípios detinham 28,7% ou 768 cativos, enquanto os proprietários com mais de 20 municípios, concentravam 40,2% ou 1076 cativos. Na média geral dos grandes proprietários encontramos 19,41 escravos. Na faixa entre 11 a 20 temos a média de 13 cativos por proprietário, enquanto que na faixa acima de 20 verificamos a média de 29,89 cativos por proprietário. A desaceleração da economia deixava ainda mais explícita a concentração da propriedade escrava. Uma pequena minoria de senhores possuía mais de um terço de todos os escravos inventariados. Concordamos com Mônica Oliveira, Edna Resende e Carvalho<sup>321</sup> em relação ao processo crescente de concentração da maior parte da população cativa do termo nas mãos de um reduzido número de proprietários.

Percebe-se também que a propriedade escrava ainda era disseminada entre a população, constatamos também que a maior parte dos proprietários se encontrava no

---

<sup>321</sup> OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. Negócios de Famílias. Mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870. Bauru: Edusc; Juiz de Fora: Funalfa, 2005; RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008, pp.115-117; CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888). Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

limite da posse de escravos nas décadas de 1870 e 1880, com vários senhores possuindo apenas um escravo, tendo por outro lado senhores com até 131 escravos.<sup>322</sup>

Sobre o número de inventários com escravos, verificamos um declínio em todas as faixas de posse, principalmente entre os médios proprietários que representavam 44 inventários e passaram a representar 24, uma redução de praticamente 50%. Um declínio geral de aproximadamente 38% no número de inventários com escravos. No período entre 1870 e 1879 foram contabilizados 201 inventários e no período posterior foram relacionados apenas 123 inventários que tinham escravos.

Em relação à estrutura de posse dos senhores escravistas nas décadas de 1870 e 1880, constatamos que a propriedade escrava também declinou em todas as faixas. No período entre 1870 e 1879, os pequenos proprietários representados por 98 inventários ou 48% do total, detinham 212 cativos ou 12%, o que expressa uma média de 2,16 escravos por proprietário. Os 44 médios senhores ou 21,9% possuíam 326 escravos ou 18,5 %, expressando a média de 7,41 cativos por inventário. Os grandes proprietários controlavam 69,5% dos cativos e representavam 27,3% ou 59 proprietários, destes 25 senhores ou 12,4% concentravam 42,8% dos escravos inventariados. A média de posse entre os grandes proprietários girava em torno de 20,8 escravos, se reduzirmos entre aqueles senhores com mais de 20 escravos a média aumenta para 30,2 cativos por proprietário.

Tabela 44 - Posse de Escravos no Termo de Barbacena. 1870-1879

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE	INVENTÁRIOS		ESCRAVOS	
1 a 5 escravos	98	48,8 %	212	12,0 %
6 a 10 escravos	44	21,9 %	326	18,5 %
11 a 20 escravos	34	16,9 %	472	26,7 %
< 20 escravos	25	12,4 %	757	42,8 %
Total	201	100,0 %	1767	100,0 %

Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi". Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>322</sup> AHMPAS. Inventário de Carlos de Sá Fortes. Caixa: 281. Ordem: 01. 1876. 1SVC.

No período entre 1880 e 1888, os pequenos proprietários representavam 63 inventários ou 51,2% do total, detinha 129 almas ou 14,1% dos cativos, o que expressa uma média de 2,04 escravos por proprietário. Os 24 médios senhores ou 19,5% possuíam 166 escravos ou 18,2 %, expressando a média de 6,92 cativos por inventário. Os grandes proprietários controlavam 70,7% dos cativos e representavam 29,3% ou 36 proprietários, destes 11 senhores ou 9% concentravam 35,2% dos escravos inventariados. A média de posse entre os grandes proprietários era de 17,14 escravos, se reduzirmos entre aqueles senhores com mais de 20 escravos a média aumenta para 29,18 cativos por proprietário.

Tabela 45 - Posse de Escravos no Termo de Barbacena<sup>323</sup>. 1880-1888

DISTRIBUIÇÃO DA PROPRIEDADE	INVENTÁRIOS		ESCRAVOS	
1 a 5 escravos	63	51,2 %	129	14,1 %
6 a 10 escravos	24	19,5 %	166	18,2 %
11 a 20 escravos	25	20,3 %	296	35,5 %
< 20 escravos	11	9,0 %	321	35,2 %
Total	123	100,0 %	912	100,0 %

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

Constatamos que a média de posse escrava declinou em todas as faixas entre as décadas de 1870 e 1880. O declínio mais visível ocorreu na faixa dos médios e grandes proprietários em geral. No período entre 1870 a 1879, os médios e os grandes senhores tinham em média, respectivamente; 7,41 e 20,8 escravos por proprietário; enquanto no período entre 1880 e 1888, a posse média foi reduzida para 6,92 e 17,14 respectivamente. Os números sugerem que na década de 1880 a hierarquia social

<sup>323</sup> Alguns inventários podem constar crianças “ingênuas” arroladas como escravas. A participação das crianças “ingênuas” presentes, principalmente, nas grandes escravarias, a partir de 11 escravos, não devem constar nessa lista Na maioria dos casos há dúvidas. Nos casos em que a baixa idade das crianças torna visível a ilegalidade nos inventários, como também as fraudes nas idades, resolvemos analisar cada caso individualmente. Como muitos casos são duvidosos fizemos este alerta, certamente algumas crianças escravas relacionadas nesta tabela podem ser na verdade “ingênuas”. Sobre esta e outras questões envolvendo os ingênuos, veremos mais adiante neste capítulo.

excludente foi mantida<sup>324</sup>, apesar de o declínio demográfico escravista alcançar todas as faixas de posse, de acordo com os dados coletados nos inventários post-mortem.

Portanto, as décadas de 1870 e 1880 também têm a marca da concentração da propriedade escrava, numa época de desaceleração econômica do termo de Barbacena acompanhado pelas transformações no padrão escravista, tais como o fim do tráfico em 1850 e a Lei do Ventre Livre em 1871.

Para Carla Almeida, que examinou a região de Mariana para o período entre 1750 e 1850, a grande concentração de escravos nos maiores plantéis em regiões associadas ao mercado interno pode estar ligada à reprodução da população cativa, a diversificação interna das unidades produtivas, “que contribuía para redução dos custos de reprodução da empresa e assim liberava recursos para serem investidos em escravos”<sup>325</sup>, e grau de mercantilização da produção desta localidade.<sup>326</sup>

Possivelmente, as três hipóteses sugeridas por Carla Almeida sirvam de explicação para o fato de a concentração de escravos em Barbacena ter sido elevada desde a criação do termo. Nesta pesquisa, trabalharemos na tentativa de traçar indícios da reprodução natural. Mas não podemos descartar, por enquanto, a possível entrada via tráfico, mesmo considerando o empobrecimento da região.

Existem várias pesquisas verificando que a concentração da propriedade escrava representou um importante fator para o estabelecimento e desenvolvimento das famílias escravas em diversos períodos na América portuguesa e no Império brasileiro. Também existem vários estudos sobre a escravidão e família escrava nas décadas de 1870 e 1880 que chegaram as mesmas conclusões em relação à relevância da concentração da posse escravista nas regiões estudadas, tais como Magé, Paracatu e Oeste mineiro, Franca, estas vinculadas ao mercado interno e Bananal, esta última região de plantation.<sup>327</sup> Além

---

<sup>324</sup> Em relação à hierarquia social excludente, percebida nas diversas décadas analisadas nesta pesquisa, é importante destacar que o processo de decadência econômica do termo de Barbacena acompanhado das transformações no padrão da escravidão a partir de 1850, como explicara Douglas Libby, provocaram uma nova dinâmica demográfica e econômica na região, de modo que os investimentos em escravos já não se apresentavam tão representativos da inserção social dos indivíduos nos anos de 1880 quanto representaram, por exemplo, na década de 1850. A presença de proprietários não ligados às atividades agropecuárias e mercantis como profissionais liberais, por exemplo, nos impõe a busca de maior avaliação acerca da inserção social desses personagens cada vez mais presentes no final do século XIX.

<sup>325</sup> ALMEIDA, Carla M.C. de. Alterações nas unidades produtivas: Mariana- 1750-1850. Dissertação de Mestrado. UFF, Niterói, 1994, p.144.

<sup>326</sup> Idem. p. 143.

<sup>327</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888). Dissertação de Mestrado. Niterói: ICHF/UFF, 1994; PAIVA, Clotilde Andrade & LIBBY, Douglas Cole. Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. Estudos Econômicos. São Paulo: IPE/USP, 25 (2): 203-233, maio/ago. 1995; OLIVEIRA, Lélío. Economia e História: Franca, século XIX. Franca: UNESP-FHDSS, 1997;

de pesquisas que abordam um período mais amplo, entre 1850 e 1888, nas regiões de Juiz de Fora, região de plantation e as regiões vinculadas ao mercado interno como Mariana e Batatais, entre outras.<sup>328</sup>

As informações que temos sobre a região de Barbacena, nos sugerem que havia um contexto favorável para a continuidade da ampla constituição de famílias escravas. A perpetuação da concentração da população escrava nas grandes e médias propriedades representa um indício para confirmar nossa hipótese. Os números verificados por José Flávio Motta para Bananal entre 1801-1829 indicam que as diferenças na distribuição dos cativos nas diversas faixas de tamanho de plantel significaram distintas possibilidades de formação das famílias escravas. Motta observou uma relação direta entre a participação relativa dos maiores plantéis e a formação da família escrava<sup>329</sup>, o que foi comprovado analisando dois subperíodos distintos, pois nos anos de 1817 a 1829 houve uma elevação no peso relativo dos maiores plantéis e conseqüentemente uma maior participação de indivíduos em relações familiares.

É comumente suposto que as posses médias e grandes fossem mais favoráveis à formação de famílias e, por conseguinte à reprodução natural. Nos plantéis menores, a probabilidade de achar parceiro do sexo oposto e na faixa etária compatível era muito menor que nos maiores, apesar de nestes últimos haver, em geral, uma menor equidade de sexo. Além disso, em vários plantéis pequenos o número de cativos não passava de uma unidade. Outro fator que prejudicava a formação de famílias nos pequenos plantéis era a possibilidade, sempre presente, de o cativo ser negociado para plantéis maiores, pois nem sempre o pequeno proprietário tinha condições de conservar

---

MARCONDES, Renato L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. Texto para discussão. Série Economia. São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000.

<sup>328</sup> TEIXEIRA, Heloísa Maria. Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2001; GARAVAZO, Juliana. Os preços dos escravos inventariados em Batatais (São Paulo, 1850-1888). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 6; CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 7, 2005, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: ABPHE, 2005; Freire, Jonis. Escravidão e família escrava na Zona da Mata Mineira oitocentista. Tese de doutorado: Campinas: SP : Instituto de Filosofia e Ciências Humanas Universidade Estadual de Campinas, 2009. TEIXEIRA, Heloísa Maria. A não- infância: crianças como mão-de-obra em Mariana. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2008

<sup>329</sup> Ver: COSTA, Iraci Del Nero da. SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, v.17, n° 2, maio/ago., 1987. Em comparação com os resultados obtidos por Costa, Slenes e Schwartz para Lorena, Motta conclui: “Dessa forma, Bananal, considerada como um todo, aparentemente conformava um ambiente mais propício ao desenvolvimento das famílias escravas, pela presença mais marcante dos plantéis de maior tamanho em termos do número relativo de escravos que neles viviam; (...)” MOTTA, José Flavio. Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829). São Paulo: FAPESP: Annablume, 1999, p. 281-282.

os escravos mais produtivos. Entre tantos motivos possíveis para dificultar a formação de famílias nos pequenos plantéis, um deles podia ser a manutenção de uma criança nascida no pequeno plantel de 5 cativos, transformando uma pequena escravaria em um médio plantel de seis mancipios.<sup>330</sup>

Não podemos negar que havia diferenças, por parte dos proprietários, no estímulo ao matrimônio entre seus cativos, o que poderia contribuir para maior ou menor possibilidade de crescimento vegetativo. Embora, possamos considerar essas subjetividades em relação às decisões administrativas, econômicas e mesmo afetivas por parte dos proprietários, as maiores proporções de crianças foram, geralmente, encontradas nos grandes plantéis. Renato Pinto Venâncio encontrou variação da importância das crianças entre os proprietários, ao analisar a escravidão na região que envolvia os termos de Barbacena, de Queluz e partes do termo de Mariana e São João del Rei no século XIX. Segundo o autor, “Para alguns senhores a criança escrava era uma carga inútil, enquanto para outros se tornou um trabalhador em potencial, um bem precioso a ser protegido e conservado”.<sup>331</sup> Classificando os senhores segundo as duas representações, o autor conclui que os pequenos plantéis eram os que menos investiam na mão de obra infantil. Já os grandes e médios plantéis possuíam participação de crianças semelhante à população livre. Portanto, existiu de fato uma tendência maior de formação de famílias nos grandes e médios plantéis, como pretendemos demonstrar para o termo de Barbacena nos próximos capítulos.

Como representante dos grandes proprietários do termo de Barbacena podemos citar Carlos de Sá Fortes, em seu inventário<sup>332</sup> de 1876. Constatamos a presença de 131 cativos que foram divididos juntamente com seu dinheiro e fazendas para os seus herdeiros, alguns deles falecidos poucos anos depois. Mas o que nos interessa neste momento é registrar a presença de 24 casais devidamente identificados pela matrícula, assim como 49 crianças de 0 e 14 anos, 37,4% do total de escravos eram crianças, todos com pai ou mãe identificados. Também são citados os escravos

---

<sup>330</sup> Clotilde A. Paiva e Douglas C. Libby confirmam a afirmação anterior em estudo sobre municípios mineiros em dois períodos do século XIX: “O consenso, em função das maiores oportunidades para o acasalamento, as posses médias e grandes eram mais favoráveis à reprodução positiva. Mas devemos notar o inverso: reprodução influencia o tamanho” PAIVA & LIBBY, 1995, p.221

<sup>331</sup> A pesquisa foi realizada para a região da Mantiqueira-Metalúrgica no século XIX. VENÂNCIO, Renato Pinto. & LIMA, Lana Lage da Gama. Os órfãos da lei. O abandono de crianças negras no Rio de Janeiro após 1871. Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro:CEAA,15:24-33,1988. Ver também, VENÂNCIO, Renato Pinto. A riqueza do senhor: crianças escravas em Minas Gerais do século XIX. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro n. 21, p.97-108, dez. 1991.

<sup>332</sup> AHMPAS. Inventário de Carlos de Sá Fortes. Cx: 281. Ord: 01. 1876. 1SVC.

falecidos, pois deixaram órfãos, viúvas e viúvos. Sem dúvida formavam uma comunidade de longa data, constituindo complexas relações de compadrio. No entanto, os limites desta pesquisa impõem apenas fazer esta citação neste momento, visto que não tivemos acesso às fontes paroquiais, tais como registros de batismo e casamentos. Ainda neste trabalho, dentro das limitações das fontes censitárias e dos testamentos poderemos verificar o número de famílias nucleares e matrifocais, conforme estabelecemos no princípio desta dissertação.

Nos próximos itens analisaremos a constituição da estrutura populacional nas décadas de 1870 e 1880, os efeitos da chamada legislação emancipacionista sobre as famílias escravas no termo de Barbacena e o papel do tráfico intraprovincial e interprovincial na reprodução escrava da região, em um cenário de desaceleração econômica e concentração da propriedade cativa.

### **3.2 Conformação da estrutura populacional escrava**

Neste item temos o objetivo de tentar reconstituir a demografia escrava nas décadas de 1870 e 1880 na região do termo de Barbacena. Para esta finalidade dispomos dos relatórios dos presidentes de província entre 1874 e 1887, o Recenseamento Geral do Império de 1872, e trezentos e vinte quatro inventários sob a guarda do Arquivo Histórico Municipal Professor Altair Savassi, na cidade de Barbacena, Minas Gerais.

O Recenseamento Geral do Império de 1872 pode nos revelar um dos cenários possíveis para conformação da população escrava no termo de Barbacena. No entanto, este documento representa muito mais o resultado da dinâmica populacional escrava nas décadas anteriores aos anos de 1870. De qualquer modo, poderemos vislumbrar as tendências demográficas apontadas pelo recenseamento, mesmo aquelas que não se confirmaram nos anos seguintes.

O Censo de 1872 foi a única experiência de arrolamento populacional que logrou sucesso em contemplar quase que toda a população do Brasil, no seu período imperial e escravista. Antes desse Censo, o máximo que se tinha obtido em termos de arrolamentos populacionais eram censos de abrangências regionais e tentativas de se fazer algo mais ambicioso e amplo que, porém, foram abortadas antes de se concretizarem<sup>333</sup>.

---

<sup>333</sup> A modernização da gestão do estado requeria a disponibilidade de informações sobre a totalidade da população e suas principais características. Pode-se dizer, até mesmo, que “o interesse o governo imperial

De acordo com decreto nºs 4856 de 30 de novembro de 1871<sup>334</sup>, foi determinado que, em cada paróquia do Império, haveria uma comissão censitária composta de 5 membros e um corpo de agentes recenseadores, a ela subordinado, cujo número seria fixado pelos presidentes de província, tendo em vista a população de cada paróquia e sua distribuição no espaço. Estes recenseadores iriam de casa, em casa, encaminhar, para cada chefe de família, um “boletim de família”<sup>335</sup>, durante os 15 dias anteriores à 1º de agosto de 1872, data de referência do censo. Na sequência, ainda pelo decreto nº 4856, os “boletins de família”, uma vez preenchidos, seriam recolhidos pelos mesmos agentes recenseadores, no prazo de 10 dias após a data de referência<sup>336</sup>. Os dados constantes nos “boletins de família” seriam checados, e os erros corrigidos. Por fim, nos 5 dias seguintes, as comissões receberiam o material, e, após uma conferência e cumpridos outros trâmites legais, expediriam de volta para a Diretoria Geral de Estatísticas, na Corte.<sup>337</sup>

Além dos graves deficiências dos dados decorrentes da autodeclaração nos levantamentos censitários, mesmo em se tratando de sociedades mais letradas, deve-se considerar que os problemas referentes à falta de uniformidade das respostas, omissão e de erros de interpretação das questões se agravavam quando se considera que o número de pessoas que sabiam ler e escrever, pelos próprios dados do Censo de 1872, era quase igual ao número de famílias. Deve-se, com isso, considerar o farto volume de trabalho na checagem e correção das informações produzidas pelos próprios chefes de família, ou por algum outro residente alfabetizado, caso este existisse.<sup>338</sup>

---

brasileiro em realizar o censo geral da população de 1872 está dentro do espírito que predominava em todo o mundo ocidental no decorrer do Século XIX”. A clássica “Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império”, de Silva (1986) representa um dos principais trabalhos de recapitulação dos levantamentos populacionais para subsidiar o planejamento e descrever a elaboração dos trabalhos do censo de 1872. Outro estudo fundamental foi desenvolvido por Botelho (1998), neste trabalho o autor apresenta as experiências e relatos de diversos recenseamentos e contagens populacionais em cada capitania/província dos pais, que precederam o Censo de 1872.

<sup>334</sup> Os dois passos determinantes para que o censo se concretizasse foram dados com a promulgação da lei nº. 1829 de 09 de setembro de 1870 – que estabelecia a constituição de 3 censos decenais, que seriam executados pela Diretoria Geral de Estatística (DGE), também criada por essa lei, e do decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871, que tratava da fixação dos detalhes da execução do censo, ver Paiva, Martins, 1983, p. 4.

<sup>335</sup> Pelo decreto nº 4856, as comissões censitárias receberiam da Diretoria Geral de Estatísticas, os lotes de “boletins de família”, que eram os questionários do censo, e os redistribuiriam para os agentes recenseadores.

<sup>336</sup> O decreto nº 4856 de 30 de dezembro de 1871 também previa algumas sanções legais (multas) para aqueles que se recusassem a prover as informações ou respondessem erroneamente.

<sup>337</sup> PAIVA, Clotilde A.; MARTINS, Roberto B. Um estudo crítico do Recenseamento de 1872.

Relatório de Pesquisa. PNPE, 1983, p. 15.

<sup>338</sup> Idem.



De fato, a questão da baixa escolarização deve ter contribuído para os erros de planejamento logístico para a execução do censo, que derivaram, sobretudo, da subestimação dos problemas inerentes ao desafio de se recensear um país de proporções continentais, com a infraestrutura de meios de transporte e comunicação daquela época. Com isso, os prazos muito curtos inicialmente estipulados para o levantamento do censo não foram cumpridos e quatro das 21 províncias adiaram a data de execução do censo<sup>339</sup>, a publicação dos resultados do recenseamento ocorreram somente em 1876.<sup>340</sup> Especificamente em Minas Gerais, os trabalhos de coleta de informações censitárias para este Censo Geral se iniciaram em 1873.<sup>341</sup>

Roberto Borges Martins em pesquisa sobre economia e população da Minas Gerais oitocentista<sup>342</sup>, apontou divergências nos dados ocupacionais de Minas Gerais na comparação entre os que eram oficialmente divulgados pelo Censo de 1872, em relação aos que eram obtidos pela somatória dos dados paroquiais da Província.

Esse diagnóstico quanto à baixa qualidade do Censo de 1872, no tocante aos dados oficiais agregados do Brasil e províncias, gerou um movimento de valorização dos seus dados paroquiais e, no Cedeplar, motivou a construção de uma base de dados digital que contivesse os dados das 1.440 paróquias recenseadas. Uma vez constituída, essa base de dados possibilitou rever aspectos que estavam cristalizados na historiografia, como o número excessivo de escravos mineiros na agricultura (Paiva e Martins, 1983), além de propiciar as vantagens operacionais inerentes a quaisquer outras bases de dados digitais, de se fazer novas agregações espaciais e de outras naturezas.

Apesar de todas as limitações, o Recenseamento Geral de 1872 assume uma importância ímpar pelo momento histórico em que foi aplicado<sup>343</sup> e pela possibilidade de melhor análise dos resultados apurados, através da utilização de novas tecnologias da informação.

Feitas todas essas considerações vamos detalhar a conformação da população escrava no termo de Barbacena de acordo com o recenseamento finalizado

---

<sup>339</sup> São Paulo foi a província que mais atrasou o levantamento de informações, que se deu, por fim, em janeiro de 1874.

<sup>340</sup> Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da População do Império do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Leuzinger e Filhos, 1873-1876.

<sup>341</sup> 1º de agosto de 1873, Relatório dos presidentes da província de Minas Gerais <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/481/000067.html>, ver também: Recenseamento Geral do Império, de 1872. IBGE.

<sup>342</sup> MARTINS, Roberto Borges. A economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Cedeplar : Ed.UFMG, 1980.

<sup>343</sup> O Censo de 1872 representa o único censo de abrangência nacional do período imperial e escravista.

em agosto de 1873. Constatamos a presença de 5.706 escravos e 4.642 escravas. A maioria dessa população tinha idade entre 40 e 1 ano incompleto, ou seja, nasceu entre 1832 e 1872. Essa população correspondia a 8.626 dos escravos ou aproximadamente 83,36%. Notamos que 2.345 escravos ou 22,66% dos escravos estavam na faixa etária de 30 a 40 anos, portanto, escravos nascidos no período entre década de 1832 e 1841, tempo em que a economia do termo de Barbacena ainda viveu uma grande expansão. A população masculina nascida nesse período representava 56,28% ou 1.319 escravos, e a feminina possuía 43,72%. Os cativos com idade entre 20 e 30 anos, portanto, nascidos entre os anos de 1842 e 1851 correspondiam a 2.943 cativos ou 28,44% , representavam à maioria da população cativa. A população masculina nascida nesse período era de 911 escravos ou 54,19%. Nas duas décadas citadas, além da economia ainda se manter aquecida, havia a possibilidade da reprodução escrava pelo tráfico Atlântico, pela reprodução natural e pelo comércio interno.

A população nascida na década de 1850 representava a primeira geração na qual os efeitos do tráfico atlântico deixaram de interferir. Sem sombra de dúvidas, esses escravos eram de fato todos crioulos. Os fatores que de fato passaram a interferir decisivamente na conformação da população cativa foram a reprodução natural e o tráfico interno. Esta geração de cativos entre 0 e 19 anos, nascidos entre 1852 e 1871 representavam 3.338 almas ou 32,26%. De acordo com o recenseamento de 1872, o número de cativos do sexo masculino era correspondente a 50,73% ou 1.357 de meninos e adolescentes, enquanto as meninas escravas representavam 49,23% ou 1.318 escravas. Constatamos o declínio gradativo da diferenciação entre a população masculina e feminina desde a década de 1830, embora as diferenças não tenham sido muito significativas.

Até este momento da explicação, podemos fazer algumas observações. Em primeiro lugar, verificamos que o termo de Barbacena teve um grande declínio demográfico percentual de escravos, ao contrário da Zona da Mata para o mesmo período. Em segundo lugar, constatamos que o relativo desequilíbrio entre os sexos praticamente foi anulado a partir da década de 1850. Também percebemos que a maioria dos escravos do termo de Barbacena nascera nas décadas de 1830 e 1840, tempo em que a economia local não estava desacelerada e época na qual se podia contar com a reprodução de escravos por intermédio do tráfico atlântico.

Para compreender melhor os números do censo, temos que considerar a idade das pessoas ao final do processo de recenseamento, ou seja, ou seja até agosto de

1873 . O número de escravos com 15 a 19 anos era de 1.781. Em relação ao número de crianças escravas, o censo de 1872 registrou 1.567 almas ou 15,14% sobre o total de escravos do termo, das quais 801 almas masculinas ou 51,12%; e 766 almas femininas ou 48,88%. É bastante desafiador pensar que na curta faixa etária de 15 a 19 anos existiam 53,35% dos escravos de 0 a 19 anos, enquanto na faixa etária de 0 a 14 existiam apenas 46,65% de todos os escravos até 19 anos. As possibilidades de reprodução da mão de obra escrava estavam restritas ao comércio interno e a reprodução natural. Diante dessas possibilidades, poderíamos apostar no tráfico interno, no entanto, a desaceleração da economia não permitiria abusos que influenciassem sobremaneira na conformação populacional escrava, ou permitiria? Por que o número de crianças de 0 a 14 anos estava tão reduzido em 1873? Teria havido alguma catástrofe natural com a geração nascida na década de 1860 e início dos anos de 1870? Uma das explicações possíveis pode estar na condição jurídica de crianças de 0 a 2 anos. Há certamente na população registrada pelo censo uma parcela de pardos, pretos e caboclos livres que foram emancipados pela Lei do Ventre Livre em 1871, os chamados “ingênuos”. Os dados do Recenseamento Geral do Império, nos permitem apenas constatar que existiam 1.354 crianças pretas, pardas e caboclas livres com até 1 ano de idade. Podemos, entretanto, ter essa informação aproximada através dos relatórios dos presidentes de província.

Em 1874, foi publicado nos referidos relatórios a lista de escravos matriculados e o número de ingênuos em diversos municípios de Minas Gerais. Os dados deste relatório foram confeccionados em setembro de 1873, portanto, dois anos após a publicação da Lei do Ventre Livre.<sup>344</sup> No termo de Barbacena constava a matrícula de 9.697 escravos; destes, 5.502 do sexo masculino e 4.195 do sexo feminino. Além destes registros, constava também o número de ingênuos, 586, listados como filhos de mulher escrava. Esse número significa que 5,69% representavam os ingênuos, numa população de escravos e ingênuos somados.<sup>345</sup> É importante destacar que este percentual de ingênuos teria no máximo dois anos de idade, nasceram entre 1871 e 1873.

---

<sup>344</sup> <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/481/000063.html>

<sup>345</sup> As informações sobre as matrículas de escravos e a listagem de “ingênuos” foram coletadas até setembro de 1873 e publicadas no relatório do presidente da província de Minas Gerais em 1874. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/481/000063.html>

No mesmo relatório de 1874, havia o resultado do recenseamento de 1872 para Minas Gerais<sup>346</sup>. Os dados elaborados para as listas de matrículas foram coletados até setembro de 1873 e registraram uma população de 9.697 escravos matriculados, enquanto os escravos recenseados correspondiam ao número de 10.385, em agosto do mesmo ano.

Podemos fazer algumas considerações a respeito desses dados. Esses números podem sugerir que os registros do recenseamento foram menos confiáveis que aqueles obtidos através da formulação das listas de matrículas. Estas indicariam um compromisso maior entre os interesses dos proprietários escravistas e o governo de Minas, já que os dados registrados pelas listas de matrículas envolviam a conservação de patrimônios, por parte dos senhores, e a arrecadação de impostos, por parte da administração pública. Nesta primeira hipótese, portanto, os senhores de escravos temiam mais a ação coercitiva realizada pelo governo de Minas em relação ao registro da matrícula dos escravos do que a ação recenseadora também realizada através do governo provincial mineiro, por isso as listas de matrícula seriam mais confiáveis. Numa segunda hipótese, poderíamos pensar que ocorreu o contrário. Justamente por envolver o controle sobre o patrimônio, diversos proprietários escravistas não declararam de fato o número de escravos existentes. Essa hipótese explicaria porque, em um mês de diferença entre os dois registros, ocorreu a discrepância dos números. Em uma terceira hipótese, poderíamos pensar que as listas de matrículas estavam simplesmente incompletas e posteriormente todos os escravos seriam registrados igualmente, neste sentido a discrepância ocorreu em função, unicamente, do prazo exíguo estabelecido para elaboração das listas de matrícula.

Outra questão que merece ser destacada se relaciona as informações a respeito do número dos filhos livres da mulher escrava. Vimos que os dados coletados para o Recenseamento Geral do Império e para a confecção das listas de matrícula, publicadas no relatório do presidente da província de Minas Gerais, ocorreram na mesma época. Para o primeiro terminou em agosto, para a segunda finalizou em setembro. De acordo com as três hipóteses relacionadas acima, podemos verificar o grau de confiabilidade dos números citados. Na primeira hipótese, sugerimos que as listas de matrículas eram mais confiáveis, na medida em que os senhores temiam a ação coercitiva do governo da Província de Minas Gerais e, portanto declararam de fato “seus

---

<sup>346</sup> Os dados coletados pelo recenseamento de 1872 para Minas Gerais foram divulgados em 1874, antes da publicação nacional de 1876. Em Minas Gerais, os dados sobre a população foram coletados até agosto de 1873 e publicados no relatório do presidente da província de Minas Gerais em 1874. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/481/000074.html>.

ingênuos”. Em relação à segunda hipótese, consideramos que alguns senhores escravistas não registraram seus cativos de fato e também fizeram o mesmo em relação aos “ingênuos”, visto que os filhos livres das mulheres escravas poderiam ser mantidos junto as suas mães como se escravos fossem.<sup>347</sup> Sobre a terceira hipótese, podemos pensar também que os registros de filhos livres de mulher escrava estavam incompletos em virtude do pouco tempo para a elaboração das listas nominativas, entretanto, as correções seriam feitas nas próximas publicações.

Após estas considerações, é importante analisar com um pouco mais de profundidade os relatórios dos presidentes de província. Estas fontes primárias merecem uma detalhada investigação, são documentos que registram diversos assuntos, desde a catequese dos índios até reformas em igrejas e hospitais. Em relação à escravidão, há uma enorme diversidade de temas desde o registro de impostos sobre o comércio de escravos até a composição demográfica dos municípios de Minas Gerais. Sobre este último tema, verificamos progressão populacional cativa do termo de Barbacena nos relatórios presidenciais mineiros de 1874, 1880, 1883, 1884 e 1887.<sup>348</sup>

Em 1874, temos registros diferentes para a população escrava, como vimos, 10.348 escravos vivendo no termo de Barbacena, 9.697 cativos matriculados e 586 “ingênuos”. Em 1880, constatamos o registro de 8.987 cativos matriculados, assim como o relatório de 1883 que publicou 8.983 escravos registrados nas listas de matrículas. Nos anos de 1884 e 1887 houve a matrícula de 8.372 e 8.195 cativos respectivamente. Antes de analisar estes números é importante contextualizar o cenário no qual foram elaboradas estas listas de matrícula, assunto que será mais detalhado no próximo item.

A exigência da matrícula de todos os cativos foi uma consequência do contexto de recenseamento e controle sobre a população escrava, dos desdobramentos da Lei do Ventre Livre, como a criação do fundo de emancipação. Para receber recursos do fundo era exigido a cada município que tomasse a providência de registrar a matrícula dos cativos, pois a verba destinada pelo Ministério da Agricultura para o fundo de emancipação era proporcional ao número de escravos matriculados em cada município.<sup>349</sup>

---

<sup>347</sup> As diversas tentativas de burlar a Lei do Ventre Livre podem ser vistas no próximo item.

<sup>348</sup> <http://brazil.crl.edu> .

<sup>349</sup> Idem.

Portanto, haveria, teoricamente, um estímulo para que os municípios fornecessem as listas de matrículas para os governos provinciais. Por outro lado, muitos administradores municipais eram proprietários escravistas, haveria interesse deles nesses recursos do fundo de emancipação? Vamos voltar às três hipóteses. Na primeira os senhores de escravos temeriam a ação coercitiva do Estado e declararam seus escravos de fato. No entanto, como podemos explicar uma estabilidade na população escrava? No item 4, veremos que o tráfico intraprovincial e interprovincial eram pouco significativos neste período. Em relação ao tráfico interprovincial, a diminuição foi tão drástica que o governo mineiro não contava mais com este imposto sobre o comércio de escravos para as receitas da província, simplesmente pela falta de arrecadação.<sup>350</sup> Também o número de nascimentos, teoricamente, não justificaria a estabilidade demográfica, pois somente “ingênuos” nasceram a partir de 1871.

A segunda hipótese considera que alguns senhores escravistas não declaravam de fato o número de escravos que possuíam, principalmente no caso das listas de matrícula, visto que proporcionavam ao Estado um maior controle sobre o seu patrimônio, apesar de todas as ameaças, inclusive garantindo que os escravos não matriculados seriam libertados. Neste sentido, os números relacionados ao relatório de 1874 sugerem uma sub-representação da população escrava e “ingênuos”.

A terceira hipótese considera que os dados populacionais registrados em 1873 pelo relatório do presidente da província mineira estavam incompletos e ao longo dos anos os escravos foram matriculados. Essa hipótese, ilegal como a segunda, teria que admitir a ampliação do prazo para matricular os escravos, sem tempo determinado, somente assim explicaria a estabilidade populacional na década de 1880, principalmente entre 1884 e 1888.

Os dados registrados pelo Recenseamento Geral do Império e das listas de matrículas de 1873 podem ser confrontados com a pesquisa realizada nos inventários post-mortem. A nossa conclusão é que há possibilidade de articular a primeira com a segunda hipótese. Houve, certamente, uma resistência dos proprietários em matricular seus escravos, algo em torno de 5% a 10% de sub-registros, provavelmente. No caso, dos “ingênuos”, a sub-representação pode ter sido maior, tanto pelo fato da não aceitação da perda propriedade escrava, como também pela possibilidade da manipulação da data de nascimentos dessas crianças pelos escravocratas. O fundo de

---

<sup>350</sup> <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000119.html>

emancipação, certamente, não era bem visto pelos escravistas, como veremos nos próximos itens. Em relação, a estabilidade da população cativa nas duas décadas pesquisadas, consideramos que houve de fato um declínio real, de acordo com os inventários post-mortem. Esse declínio é registrado também pelos relatórios dos presidentes de província, de forma menos acentuada. Os registros seriam reduzidos de 9.697 em 1873, para 8.987 em 1880, um declínio de aproximadamente 8%. Concordamos com certa estabilidade populacional, entretanto, de acordo com os inventários a diferença entre uma década e outra é maior, assim como ao longo dos anos de 1880. Neste caso, consideramos os relatórios dos presidentes de província mais confiáveis do que os dados registrados pelos inventários post-mortem, o principal motivo está relacionado à representatividade da documentação das listas de matrícula registradas nos relatórios dos presidentes de província. Apesar, de todas as possíveis distorções, essa documentação retrata um universo muito mais representativo que os inventários post-mortem. Como foi comentado anteriormente, a análise dos inventários para fins de representação populacional é bastante restrito, uma vez que os proprietários que deixaram seus registros de bens e tiveram esses documentos preservados ao longo do tempo representam um universo bastante restrito.

Se fossemos considerar somente os inventários como fontes principais, poderíamos incidir no erro de acreditar que havia um declínio absurdo da população escrava. O que na verdade ocorre foi uma diminuição da documentação preservada no AHMPAS ao longo das décadas de 1870 e 1880. Isso não significa necessariamente declínio populacional, para confrontar os dados comparamos com o censo e com os relatórios de presidente de província, desta maneira outras conclusões foram tiradas. Existia sim um declínio em termos absolutos, mas não tão acentuados quanto sugeridos pelos inventários. Foi possível confirmar também o declínio percentual da população escrava sobre a livre, como explicamos no segundo capítulo.

Sobre número de ingênuos e de crianças escravas registradas pelos relatórios dos presidentes de província, não tivemos mais acessos a informações ao longo da década de 1870 e 1880. Portanto, não conseguimos fazer a comparação entre os resultados proporcionados pelos dados coletados através dos inventários e os relatórios de presidentes de província.

Em relação ao Recenseamento Geral do Império, consideramos os números aproximados. No entanto, essa fonte não nos permite saber a respeito da população ingênuo do termo de Barbacena, dois anos após a Lei do Ventre Livre. Sabemos

também os limites dessa fonte, visto que esta refletiu tendências demográficas que se confluíram para o ano de 1873, precisamente até agosto daquele ano. O que mais chama atenção, realmente, é o declínio proporcional da população cativa no termo de Barbacena, entre 1830 e 1880.

Sobre os dados coletados dos inventários, esta pesquisa, pode esclarecer algumas questões não respondidas pela consulta das duas fontes anteriores. Nossa abordagem começa no ano de 1870, três anos antes do recenseamento, numa época que ainda não existia a classificação de “ingênuos”, condição jurídica criada pela Lei do Ventre Livre em setembro de 1871. Também é importante ressaltar que de 1870 até 1873 foram coletados os dados de 79 inventários post-mortem do 1SVC e 73 inventários do 2SVC, ou seja, 152 inventários do total de 491, o que representa 30,96 % dos inventários do período entre 1870 e 1888.

Além disso, é importante esclarecer que os escravos registrados no censo em 1873 com 15, 16 e 17 anos eram considerados crianças em 1870. Para este ano foram coletados os dados de 51 inventários no Arquivo Municipal de Barbacena. Em 1871 foram coletadas informações de 26 e 23 inventários do 1SVC e do 2SVC respectivamente. Os escravos registrados pelo censo em 1873 com 15 e 16 anos eram considerados crianças em 1871. Neste ano, também aparecem os “ingênuos” em número muito pouco significativo. Também em 1872, escravos registrados com 15 anos pelo censo em 1873 eram crianças. Para este ano coletamos as informações de 16 inventários do 1SVC e 13 inventários do 2SVC, quanto ao número de ingênuos o percentual continuava muito baixo. Em 1873, pesquisamos 15 inventários do 1SVC e 8 do 2SVC, por acaso podemos ter encontrado alguma criança registrada pelo censo com 15 anos, entretanto poderia estar constando no inventário com 14 anos de idade. Feitas todas essas considerações queremos destacar mais uma vez a queda contínua do número de inventários ano a ano e conseqüentemente da população escrava no termo de Barbacena, lembramos, portanto, que a diminuição da documentação preservada pelo AHMPAS não significa necessariamente o declínio em números absolutos da população escrava.

Para procedermos à análise quantitativa da população cativa, trabalhamos com 324 inventários post-mortem que relacionam 2.679 escravos. Além destes, verificamos a presença de 311 “ingênuos”, dos quais 188 ou 60,45% estavam concentrados nas escravarias com mais de 20 escravos. Provavelmente, os proprietários escravistas consideravam utilizar a mão de obra “ingênuo” no trabalho compulsório até os 21 anos.



No período pesquisado, os escravos na faixa etária dos 15 e 44 anos<sup>351</sup> representavam a maioria com 1.563 almas ou 58,34% da população escrava. As crianças com a idade de 0 a 14 anos correspondiam a 23,06% do total ou 618 crianças, enquanto a população adulta na faixa etária acima de 44 anos representava o percentual de 17,35% ou 465 escravos. Além dessas faixas etárias, encontramos escravos sem a idade identificada, foram 33 pessoas. Portanto temos a soma total de 2679 escravos nos inventários post-mortem no termo de Barbacena para o período de 1870 até 1888.

A partir de 1871, com o advento das matrículas, os dados se tornaram mais completos e as idades dos cativos e ingênuos passaram a ser mais frequentemente descritas. Entre os adultos mais jovens, o predomínio dos homens, em média, é pouco mais de oito pontos percentual maior que a participação das mulheres. Esta diferença pode ser resultante de compra de escravos “mais produtivos”<sup>352</sup>, provavelmente herança dos tempos do tráfico atlântico e talvez do tráfico interno, mesmo com desaquecimento da economia local.

A maior diferença entre os sexos ocorre de fato na faixa etária entre 15 e 44 anos. Como vimos nos dados do Recenseamento Geral do Império de 1872, os escravos nascidos nas décadas de 1830 e 1840 sofriam muito mais a desproporção entre os sexos. Como a maioria dos inventários pesquisados pertence a década de 1870, principalmente ao período entre 1870 a 1873, há sem dúvida a influência do tráfico atlântico nessa faixa etária. Lembramos que 30,96% ou 152 dos 491 inventários pesquisados pertencem a estes quatro anos da década de 1870. Também não podemos descartar a influência do tráfico interno nesta faixa etária, assunto que será abordado nos próximos itens.

O maior equilíbrio entre os sexos em relação a faixa etária acima de 44 anos pode ser explicada pelo fim do tráfico atlântico, pela maior possibilidade dos homens em conseguir alforria, visto que as mulheres poderiam ser úteis nos afazeres domésticos, outra explicação possível seria o maior índice de mortalidade para os homens<sup>353</sup>

---

<sup>351</sup> Neste caso utilizamos o mesmo critério para divisão das faixas etárias de Fábio Pinheiro, Adriano Teixeira e Ana Paula Rangel, de 15 a 44 anos representaria a chamada idade produtiva.

<sup>352</sup> Os proprietários escravistas preferiam aos homens às mulheres, pois que, durante os últimos estágios da gestação, e os meses que se seguem ao parto, não podiam contar com a mão de obra das escravas para o trabalho. Ver: STEIN, 1961, p.92.

<sup>353</sup> De acordo com Jacob Gorender, (1988, p.190), os escravos mais velhos constituíam um peso no orçamento do proprietário escravista. Havia senhores que sustentavam seus velhos escravos, no entanto, muitos simplesmente alforriavam.

Tabela 46 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Sexo e faixa etária.

1870-1888<sup>354</sup>

		Faixas etárias									
Época	Sexo	0-14		15-44		< 44		S/ idade*		Total	
1870-1888	Masc.	318	51,5	846	54,1	248	53,3	19	57,6	1431	53,4
	Fem.	300	48,5	717	43,9	217	46,7	14	42,4	1248	46,6
	Total	618	100,	1563	100,	465	100,	33	100,	2679	100,

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 47 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Sexo e faixa etária.

1870-1888<sup>355</sup>

		Faixas etárias									
Período	Sexo	0-14		15-44		< 44		S/ idade*		Total	
1870-1879	Masc.	272	51,0	529	53,9	122	55,5	19	57,6	942	53,3
	Fem.	261	49,0	452	46,1	98	44,5	14	42,4	825	46,7
	Total	533	100,0	981	100,0	220	100,0	33	100,0	1767	100,
1880-1888	Masc.	46	54,1	317	54,5	126	51,4	-	-	489	53,6
	Fem.	39	45,9	265	45,5	119	48,6	-	-	423	46,4
	Total	85	100,0	582	100,0	245	100,00	-	-	912	100,

\* Não foi possível identificar a idade do cativo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>354</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>355</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 48 - População ingênua nos inventários do termo de Barbacena. Classificação de acordo com o sexo.<sup>356</sup>

Sexo	Período					
	1871-1879		1880-1888		1870-1888	
Masculinos	73	51,8	92	54,1	165	53,0
Femininos	68	48,2	78	45,9	146	47,0
Total	141	100,0	170	100,0	311	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

O que há de singular com relação às crianças é que, após 1871, surge uma nova condição social, os “ingênuos”. Conforme a tabela acima, a diminuição percentual de crianças escravas é visível na década de 1880, de acordo com os dados coletados através dos inventários. O número de ingênuos não é muito alterado nas duas décadas pesquisadas por dois motivos principais. O fator que mais influencia o certo equilíbrio entre o número de ingênuos nas duas décadas pesquisadas é o fato de termos encontrado 25 inventários de proprietários de mais de 20 escravos para a década de 1870 e apenas 11 inventários nesta categoria para a década de 1880. Verificamos que a grande maioria dos ingênuos estava relacionada nos maiores inventários. Mesmo com a possibilidade de sub-registro de ingênuos em detrimento de crianças escravas nos primeiros anos da década de 1870, e isto é um fato observável nos inventários, consideramos que a influência da fraude dos proprietários escravistas teve uma influência bem reduzida para a totalização dos nossos números, principalmente se compararmos com a grande influência proporcionada pela diminuição de inventários contendo mais de 20 cativos na década de 1880. Portanto, consideramos o número de ingênuos com indícios de sub-representação para década de 1870 deve ser registrado, embora o que mais influencia os números de ingênuos da década de 1880 foi a diminuição de inventários dos proprietários acima de 20 escravos preservados pelo Arquivo Municipal Altair Savassi.

Somando o número de crianças escravas e “ingênuas”, temos a continuação do crescimento progressivo de sua participação nas escravarias, certo equilíbrio entre os sexos na década de 1870. O desequilíbrio foi relativamente acentuado na década de 1880, talvez devido a valorização dos meninos para os proprietários escravistas.

<sup>356</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Provavelmente, com o passar do tempo, os escravistas perceberam que contabilizando os custos e os benefícios do investimento na criação de “ingênuos”, os meninos trariam mais vantagens, visto que as meninas haviam perdido a capacidade de reproduzir novos escravos. Essa possibilidade de percepção por parte dos escravistas pode ter ocorrido mesmo na década de 1870, no entanto, as diferenças mais substanciais entre o número de meninos e meninas ingênuas ficam mais evidentes na década de 1880, segundo os inventários post-mortem preservados pelo AHMPAS.

Relacionando a estrutura de posse e a faixa etária, constatamos que os menores plantéis tinham como características um percentual maior de escravos entre 15 e 44 anos, muito menor era o percentual de cativos acima de 44 anos, uma proporção próxima ao número de crianças escravas e “ingênuas” juntas. Esses plantéis eram menos propícios a constituição de famílias, neste sentido a reprodução natural se tornava menos viável. Se, por acaso, viesse a nascer uma criança, certamente o proprietário pensaria muito em mantê-la no plantel, em função dos custos da criação do menino ou da menina.

Nos demais tipos de plantel, o percentual de escravos com idade de 15 e 44 anos sempre representou a maior parcela. Entretanto, em nenhum deles havia a proporção de escravos em idade produtiva como nos pequenos plantéis. Essa diminuição relativa de escravos com idade de 15 a 44 nos plantéis médios e grandes era compensada pela participação das crianças.

Em relação aos escravos com mais de 44 anos, podemos perceber na tabela abaixo que o percentual era bastante semelhante entre os pequenos, médios e grandes plantéis. No entanto, verificamos que nos maiores plantéis havia uma sensível diminuição percentual, em função da proporção de crianças escravas. Se formos considerar também os “ingênuos” a diminuição proporcional dos escravos mais velhos se torna ainda mais visível.

Considerando a inserção dos “ingênuos” em todas as faixas de posse, verificamos uma alteração bastante significativa, principalmente, entre os grandes plantéis de 11 até 20 escravos, conseqüentemente o percentual de escravos acima de 44 anos declina também.

Os escravos com idades de 15 a 44 anos foram os mais representativos em todos os tipos de plantel, sua participação sempre representou algo em torno de 2/3. Na década de 1880 houve uma tendência geral de aumento dos escravos nesta faixa etária em todos os tamanhos de plantel registrados pelos inventários do AHMPAS.

Tabela 49 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena<sup>357</sup>. Estrutura de posse e faixa etária. 1870-1888

Posse	Faixa etária									
	0-14		15-44		<45		S/ idade*		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1-5	50	14,7	218	63,9	63	18,5	10	2,9	341	100,0
6-10	103	20,9	285	57,9	92	18,7	12	2,5	492	100,0
11-20	170	22,1	423	55,1	167	21,7	8	1,1	768	100,0
<20	295	27,4	637	59,1	143	13,2	3	0,3	1078	100,0
Total	618	23,1	1563	58,3	465	17,4	33	1,2	2679	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 50 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse e faixa etária. 1870-1879<sup>358</sup>

Posse	Faixa etária									
	0-14		15-44		<45		S/ idade*		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1-5	39	18,4	131	61,8	32	15,1	10	4,7	212	12,0
6-10	88	27,0	177	54,3	49	15,0	12	3,7	326	18,5
11-20	144	30,5	259	54,9	61	12,9	8	1,7	472	26,7
<20	262	34,6	414	54,7	78	10,3	3	0,4	757	42,8
Total	533	30,2	981	55,5	220	12,4	33	1,9	1767	100,0

\*Não foi possível identificar a idade do cativo.

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>357</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>358</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

Tabela 51 - Escravos nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse e faixa etária. 1880-1888<sup>359</sup>

Posse	0-14		15-44		< 45		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1-5	11	8,5	87	67,5	31	24,0	129	100,0
6-10	15	9,0	108	65,1	43	25,9	166	100,0
11-20	26	8,8	164	55,4	106	35,8	296	100,0
<20	33	10,3	233	69,5	65	20,2	321	100,0
Total	85	9,3	582	63,8	245	26,9	912	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

Em relação ao número de crianças escravas, a década de 1870 significou o último momento de presença significativa nos plantéis, em função das consequências da Lei do Ventre Livre. Neste sentido, de acordo com os inventários post-mortem, verificamos a presença de 27,4 % de crianças escravas nos plantéis acima de 20 escravos, enquanto nas menores escravarias o percentual era reduzido a 14,7% do plantel. Por outro lado, começa a aparecer nos inventários dos anos de 1870 os “ingênuos”, estabelecendo uma nova realidade no cenário da escravidão no termo de Barbacena.

Tabela 52 - “Ingênuos”, inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse.<sup>360</sup>  
1870-1888

Posse	“Ingênuos”
1 a 5	11
6-10	34
11-20	78
<20	188
Total	311

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>359</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

<sup>360</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888

Tabela 53 - “Ingênuos” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse.  
1870-1879<sup>361</sup>

Posse	“Ingênuos”
1 a 5	06
6-10	18
11-20	31
<20	86
Total	141

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

Tabela 54 - “Ingênuos” nos inventários do termo de Barbacena. Estrutura de posse.  
1880-1888.<sup>362</sup>

Posse	“Ingênuos”
1 a 5	05
6-10	16
11-20	47
<20	102
Total	170

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

A partir de setembro de 1871, o “ingênuo” fazia parte da família escrava, entretanto, juridicamente não era um escravo. Interessante analisar o tipo de percepção que o proprietário escravista passava a ter dessa nova personalidade jurídica criada pela Lei do Ventre Livre. Os pequenos proprietários, possivelmente, teriam rejeição ao “ingênuo”, ainda maior que a criança escrava. Na década de 1870, encontramos o registro de 11 ingênuos entre 98 pequenos proprietários, o que representa uma média de 0,11 “ingênuo” por proprietário, já a média de crianças escravas era de 0,39. Nos anos

<sup>361</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>362</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

de 1880, encontramos nos inventários apenas 5 “ingênuos” para 66 proprietários, média de 0,07. Se ainda sobravam crianças escravas nessa faixa de posse, a média era de 0,16. Definitivamente, os pequenos proprietários escravistas não se interessavam pelas crianças escravas ou “ingênuas” nas décadas de 1870 e 1880.

Em relação aos médios proprietários, os números são os seguintes, na década de 1870, as médias eram de 0,40 “ingênuos” e duas crianças escravas por proprietário. Na década de 1880, temos as médias de 0,66 “ingênuos” e 0,63 crianças escravas por médios proprietários.

Sobre os grandes proprietários de 11 a 20 escravos verificamos que possuíam em média 4,24 crianças escravas e 0,91 “ingênuos” por proprietário na década de 1870. Nos anos seguintes constatamos a média de 1,04 crianças escravas e 1,88 “ingênuos”. Percebemos, claramente, neste segmento de proprietários o desaparecimento das crianças escravas e ascensão, nem tão avassaladora, do número de ingênuos, é verdade que a média dos “ingênuos” dobrou entre as décadas de 1870 e 1880.

Nas grandes escravarias acima de 20 cativos observamos que a média de crianças escravas era de 8,19, enquanto a média de “ingênuos” era de 5,37. Verificamos que na década de 1880 o número de inventários dos grandes proprietários com mais de 20 escravos foi reduzido à metade em relação à década de 1870, os maiores proprietários de escravos chegavam ao fim. Na década de 1870, a média de crianças escravas nessas propriedades era de 10,92 cativos por senhor, enquanto o número de ingênuos era de apenas 3,58. Na década seguinte, restavam em média três crianças escravas por proprietário, enquanto a média de ingênuos era de 9,27. De fato, as crianças libertas filhas de escravas estavam muito bem valorizadas entre os grandes proprietários acima de 20 escravos.



Tabela 55 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena.

Estrutura de posse <sup>363</sup>. 1870-1888

Posse	Crianças				Total	
	Escravas		“Ingênuas”		#	%
1 a 5	50	82,0	11	18,0	61	100,0
6 a 10	103	75,18	34	24,82	137	100,0
11 a 20	170	68,4	78	31,6	248	100,0
<20	295	61,1	188	38,9	483	100,0
Total	618	66,5	311	33,5	929	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 56 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena.

Estrutura de posse. 1870-1879 <sup>364</sup>

Posse	Crianças				Total	
	Escravas		“Ingênuas”		#	%
1 a 5	39	86,7	06	13,3	45	100,0
6 a 10	88	83,0	18	17,0	106	100,0
11 a 20	144	82,3	31	17,7	175	100,0
<20	262	75,3	86	24,7	348	100,0
Total	533	79,1	141	20,9	674	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>363</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888<sup>364</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

Tabela 57 - Crianças escravas e “ingênuas” nos inventários do termo de Barbacena.

Estrutura de posse<sup>365</sup>. 1880-1888

Posse	Crianças				Total	
	Escravas		“Ingênuas”		#	%
1 a 5	11	68,8	05	31,2	16	100,0
6 a 10	15	66,7	16	33,3	31	100,0
11 a 20	26	35,6	47	64,4	73	100,0
<20	33	24,4	102	85,6	135	100,0
Total	85	33,3	170	66,7	255	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Observando por década, nota-se que a porcentagem de crianças escravas diminuiu entre o total de crianças no termo de Barbacena. A diminuição da porcentagem de crianças escravas na população cativa deve-se ao ventre livre das escravas. Por outro lado, os ingênuos que correspondiam a 20,9% do total das crianças na década de 1870, passaram a representar 66,7 % nos anos de 1880.

As maiores proporções de crianças foram computadas nos grandes plantéis. Entre todas as faixas de tamanho de plantéis, a queda da participação infantil foi visível na passagem das duas décadas pesquisadas. A redução das crianças escravas estimulou todos os segmentos de proprietários escravistas, com exceção dos pequenos proprietários, a buscar no “ingênuo” um substituto para mão de obra cativa. Os pequenos proprietários, talvez não se empenhassem nessa busca porque pouco utilizava o trabalho das crianças escravas, visto que o custo da manutenção das crianças devia ser bastante alto para este segmento.

Os dados da tabela abaixo sugerem que, após a Lei do Ventre Livre, os proprietários com menos de vinte escravos preferiam investir ou conservar a mão de obra em idade produtiva. As crianças escravas e as “ingênuas” sofreram desvalorização pela grande maioria dos proprietários, a exceção foram os senhores escravistas com mais de vinte cativos.

<sup>365</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

Tabela 58 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse<sup>366</sup>.

1870-1888

Posse	Adultos escravos		Crianças escravas e “ingênuas”		Total	
	#	%	#	%		
1-5	291	82,7	61	17,3	352	100,0
6-10	389	73,7	137	26,3	526	100,0
11-20	598	70,7	248	29,3	846	100,0
<20	783	41,8	483	38,2	1266	100,0
Total	2061	68,9	929	31,1	2990	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 59 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse.

1870-1879<sup>367</sup>

Posse	Adultos escravos		Crianças escravas e “ingênuas”		Total	
	#	%	#	%	#	%
1-5	173	79,4	45	20,6	218	100,0
6-10	238	69,9	106	30,1	344	100,0
11-20	328	65,2	175	34,9	503	100,0
<20	495	58,7	348	41,3	843	100,0
Total	1234	64,7	674	35,3	1908	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>366</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888<sup>367</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

Tabela 60 - Escravos adultos, crianças escravas e “ingênuas”. Estrutura de posse <sup>368</sup>.

1880-1888

Posse	Adultos escravos		Crianças escravas e “ingênuas”		Total	
	#	%	#	%	#	%
1-5	118	88,1	16	11,9	134	100,0
6-10	151	83,0	31	17,0	182	100,0
11-20	270	78,7	73	21,3	343	100,0
<20	288	68,9	135	31,1	423	100,0
Total	847	78,3	255	21,7	1082	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

Separando por segmento social, as crianças correspondiam a 31,1% do total da população escrava nas décadas de 1870 e 1880. Desse total de crianças, 66,5% eram escravas e 33,5% eram “ingênuas” considerando as duas décadas. Se considerarmos somente o período entre 1870 e 1879, verificamos que as crianças correspondiam a 35,3% do total da população cativa. Desse total, 79,1% representam crianças escravas e 20,9 “ingênuos”. Relacionando apenas o período entre 1880 e 1888, o total de crianças corresponde a 21,7% da população escrava. Do total de crianças para este período; 33,3% eram escravas e 66,7% “ingênuas”.

As diferenças acentuadas entre as décadas de 1870 e 1880 ocorrem por uma razão principal. A maior concentração de crianças estava nas grandes propriedades escravistas, principalmente, naquelas acima de vinte cativos. Na década de 1870, tivemos acesso a vinte e cinco inventários de proprietários de maior porte, enquanto na década de 1880 foram apenas onze inventários deste tamanho. Sem dúvida, isso influenciou na proporção entre crianças escravas e “ingênuas”. Na medida em que a década de 1870 representou uma época de grande participação de crianças escravas nos inventários, enquanto o número de “ingênuos” ainda era pequeno. Na década de 1880, a tendência seria uma grande ampliação do número de ingênuos sobre o número de crianças escravas, o que proporcionaria certo equilíbrio entre o percentual de crianças escravas e “ingênuas” na soma das duas décadas analisadas. Entretanto, há apenas onze

<sup>368</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

inventários com mais de vinte escravos para esta década, o que desequilibra o percentual de ingênuos e crianças escravas no total nas duas décadas pesquisadas.

A nossa hipótese considera que os grandes proprietários continuaram a estimular a formação de famílias escravas para garantir a reprodução da mão de obra de suas unidades produtivas pelo maior tempo possível. Nesse sentido a reprodução natural seria o meio mais adequado para manter o funcionamento da produção agropecuária do termo de Barbacena. Ainda não podemos descartar a possibilidade do comércio de escravos no sentido de conservar a reprodução da mão de obra escrava, entretanto, não podemos esquecer que a economia local não passava por seus melhores momentos. De qualquer forma, teremos ainda um item exclusivo para abordar este tema. Por enquanto, essa é reconstrução possível da conformação demográfica da população escrava do termo de Barbacena. A população cativa vivia uma composição inesperada com os filhos livres das mulheres escravas. Os chamados “ingênuos” foram inseridos como mão de obra numa espécie de compensação pelas mudanças impostas pela Lei do Ventre Livre.

### 3.3 Os significados da Lei Rio Branco de 1871

Figura 17 - Lei Nº 2040, de 28 de setembro de 1871.

#### LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.....

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º, se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltrataram, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 2.º - O governo poderá entregar a associações, por elle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder d'estes em virtude do Art. 1.º, § 6.º.

§ 1.º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até a idade de 21 anos completos, e poderão alugar esses serviços, mas serão obrigadas:

1.º A criar e tratar os mesmos menores;

2.º A constituir para cada um d'elles um pecúlio, consistente na quota que para este fim fôr reservada nos respectivos estatutos;-

3.º A procurar-lhes, findo o tempo de serviço, apropriada colocação.

§ 2.º - A disposição d'este artigo é applicável às Casas dos Expostos, e às pessoas a quem os juizes de órfãos encarregarem da educação dos ditos menores, na falta de associações ou estabelecimentos criados para tal fim.

§ 4.º - Fica salvo ao Governo o direito de mandar recolher os referidos menores aos estabelecimentos públicos, transferindo-se neste caso para o Estado as obrigações que o § 1.º impõe às associações autorizadas.

Art. 3.º - Serão anualmente libertados em cada provincia do Império tantos escravos quantos corresponderem à quota anualmente disponível do fundo destinado para a emancipação...

Art. 4.º - É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O governo providenciará nos regulamentos sobre a colocação e segurança do mesmo pecúlio.

§ 1.º - Por morte do escravo, a metade do seu pecúlio pertencerá ao cônjuge sobrevivente, se o houver, e a outra metade se transmitirá aos seus herdeiros, na forma da lei civil. Na falta de herdeiros o pecúlio será adjudicado ao fundo de emancipação, de que trata o art. 3.º...

§ 4.º - O escravo que pertencer a condôminos e fôr libertado por um dêstes, terá direito a sua alforria indenizando os outros senhores da quota do valor que lhes pertencer. Esta indenização poderá ser paga com serviços prestados por prazo não maior de sete anos...

§ 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.

§ 8.º - Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum dêles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado...

Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 1.º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o govêrno a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º - Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3.º - Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se êstes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

§ 5.º - Em geral, os escravos libertados em virtude desta lei ficam durante 5 anos sob a inspeção do govêrno. Êles são obrigados a contratar seus serviços sob pena de serem constringidos, se viverem vadios, a trabalhar nos estabelecimentos públicos. Cessará, porém, o constringimento do trabalho, sempre que o liberto exigir contrato de serviço.

Art. 8.º - O Govêrno mandará proceder à matrícula especial de todos os escravos existentes do Império, com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida.

§ 1.º - O prazo em que deve começar e encerrar-se a matrícula será anunciado com a maior antecedência possível por meio de editais repetidos, nos quais será inserta a disposição do parágrafo seguinte.

§ 2.º - Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados não forem dados à matrícula, até um ano depois do encerramento desta, serão por êste fato considerados libertos.

§ 4.º - Serão também matriculados em livro distinto os filhos da mulher escrava, que por esta lei ficam livres. Incurrerão os senhores omissos, por negligência, na multa de 100\$000 a 200\$000, repetidas tantas vêzes quantos forem os indivíduos omitidos, e por fraude nas penas do art. 179 do código criminal.

§ 5.º - Os párocos serão obrigados a ter livros especiais para o registro do nascimento e óbitos dos filhos de escravas, nascidos desde a data desta lei. Cada omissão sujeitará os párocos à multa de 100\$000.

Art. 9.º - O Govêrno em seus regulamentos poderá impor multas até 100\$000 e penas de prisão simples até um mês.

Art. 10º - Ficam revogadas as disposições em contrário. Manda, portanto, a tôdas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém. O Secretário de Estado de Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas a faça imprimir, publicar e correr.

Fonte: Senado Federal- subsecretaria de informações.<sup>369</sup>

A lei Rio Branco, de número 2.040 de 28 de setembro de 1871, também conhecida por Lei do Ventre Livre, resultou de intensas disputas entre a elite política brasileira. De acordo com esta Lei, “Os filhos da mulher escrava, que nascerem no Império desde a data desta lei, serão considerados de condição livre”.<sup>370</sup> Parlamentares escravocratas criticavam a referida Lei por considerá-la um desrespeito à propriedade<sup>371</sup> A legislação tentava contornar este argumento oferecendo uma indenização aos proprietários, da seguinte forma:

*“E fica estipulado no §1º Os ditos filhos menores ficaram em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indenização 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos, (...)”*<sup>372</sup> Lei Rio Branco, Nº 2.040 – de 28 de Setembro de 1871. Apud: CONRAD, Robert (1978, p. 366).

<sup>369</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm)

<sup>370</sup> Lei Rio Branco, Nº 2.040 – de 28 de Setembro de 1871. Apud: CONRAD, Robert, 1978, p. 366.

<sup>371</sup> ABREU, Martha, 1997, p. 113.

<sup>372</sup> Lei Rio Branco, Nº 2.040 – de 28 de Setembro de 1871. Apud: CONRAD, Robert. Op. cit, p. 366.

De acordo com a interpretação da historiadora Martha Abreu, essa lei feria um dos grandes pilares da relação escravista, ou seja, a prerrogativa dos senhores de “conceder” benesses a seus cativos como a alforria. Essa prática de concessões funcionaria para os senhores como uma maneira de controlar suas escravarias, uma vez que apenas os “bons cativos” receberiam essas graças senhoriais. Neste sentido, a historiadora argumenta que a Lei Rio Branco libertava os filhos de todas as escravas sem a anuência de seus proprietários, mesmo os filhos das escravas ingratas e que não se enquadravam no modelo padrão do “*bom escravo*”.<sup>373</sup> Entretanto, a historiadora percebe que os senhores passaram a abdicar da indenização garantida pela lei e usufruíram dos serviços das crianças até a idade de 21 anos.<sup>374</sup>

A argumentação desenvolvida por Hebe Mattos e Ana Lugão Rios corrobora com a afirmação de Martha Abreu de que o que o ponto central na discussão sobre a libertação do ventre nada mais era do que a questão da autoridade senhorial. Segundo, estas pesquisadoras a decretação de leis que beneficiavam os escravos foi sentida pelos senhores como uma interferência em sua autoridade e no seu direito exclusivo de conceder *benesses* aos seus mancipios e, em retribuição, ter a *gratidão* dos mesmos.<sup>375</sup>

Sem dúvida, o prejuízo econômico e a possibilidade de ter sua autoridade restringida representaram fatores determinantes para a oposição dos proprietários escravistas a Lei do Ventre Livre. No entanto, consideramos indispensável à compreensão dos efeitos da Lei do Ventre livre para as crianças de famílias escravas.

Essas crianças filhas de escravos nascidas após a Lei Rio Branco passaram a ser classificadas como “ingênuas”. Elas permaneceriam sob os cuidados dos donos de suas mães até o oitavo ano de vida. Em seguida, o proprietário poderia fazer a opção de receber uma indenização de seiscentos mil réis por criança, em títulos do governo com rendimento de 6%, ou utilizar os serviços do menor até que este completasse 21 anos. Todas as crianças que fossem abandonadas por senhores deveriam ser educadas por associações com esse propósito.<sup>376</sup>

A primeira vista temos a impressão de uma legislação com espírito humanitário<sup>377</sup>, inserindo ideais de transformação na realidade social brasileira. No entanto, algumas das faces desta lei revelavam os vínculos com a conservação da ordem

---

<sup>373</sup> ABREU, Martha, Op. cit, pp. 111, 112.

<sup>374</sup> Idem, p. 115.

<sup>375</sup> RIOS, Ana Lugão. e MATTOS, Hebe. 2005, p. 49-51.

<sup>376</sup> GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888, p.51

<sup>377</sup> Joaquim Nabuco considerava a Lei Rio Branco o “*primeiro ato de legislação humanitária de nossa História*”. NABUCO. Joaquim, 2000. p. 51.

social. O poder de decisão dos proprietários escravistas sobre o destino dos “ingênuos” com oito anos de idade, revelou a face mais conservadora desta Lei. Os escravistas poderiam continuar com os menores explorando seus serviços até a idade de 21 anos ou entregá-los ao governo, recebendo uma indenização de 600 mil réis devido aos anos de cuidado que seriam pagos em títulos de renda com juros anuais de seis por cento.<sup>378</sup>

Embora os “ingênuos” tivessem a sua condição jurídica de livres assegurada pela Lei Rio Branco, a liberdade não era de fato sua condição real, uma vez que devia obediência ao proprietário de sua mãe escrava e, inclusive, deveria indenizá-lo caso desejasse usufruir de sua total liberdade. Assim, a lei do Ventre Livre deixava aos proprietários escravistas todos os instrumentos para continuarem explorando esta mão-de-obra.<sup>379</sup> Reconhece-se aí uma situação contraditória, pois os “ingênuos” teriam que pagar por uma condição de liberdade que já lhes pertencia legalmente por nascimento. Vivendo em propriedades escravistas, os filhos livres das escravas foram mantidos em quase sua totalidade na mesma condição servil dos cativos de fato.<sup>380</sup>

A historiografia da década de 1980, possuía uma visão extremamente negativa da Lei Rio Branco. Diversos autores, como Ademir Gebara, consideravam que a Lei apenas tinha a face do fazendeiro em crise estrutural do escravismo. Para este autor, “a lei passou a servir tanto para o encaminhamento de um processo de desescravização em longo prazo, quanto para a abertura de inúmeras possibilidades de manobra para o fazendeiro, enquanto a transição perdurasse.”. Para Gebara, a legislação adotada no Brasil assegurou a disciplina e o tempo necessário na preparação dos escravos para se integrarem ao novo sistema de trabalho. Desta forma a Lei do Ventre Livre contribuiu para a manutenção de um sistema social estável.<sup>381</sup>

Sobre as considerações de Ademir Gebara é importante desenvolver duas reflexões a respeito do que ocorreu na aplicação da legislação de 1871 de acordo com nossa pesquisa no termo de Barbacena. Em primeiro lugar, acreditamos que não haja nenhuma evidência que as manobras na Lei tenham assegurado a disciplina e o tempo necessário na preparação dos escravos para se integrarem ao trabalho livre na região. No caso específico desta jurisdição pesquisada, constatamos que a transição do trabalho escravo para o livre tem suas origens antes mesmo da criação do termo e foi intensificada

---

<sup>378</sup> ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e Libertos: Estratégias de Sobrevivência Familiar em Época de Transição, 1871- 1895*, Campinas, CMU/UNICAMP, 1997, p. 40-41; CONRAD, Robert. 1978, p. 366.

<sup>379</sup> ALANIZ, op. cit., p. 40-41.

<sup>380</sup> ALANIZ, Anna Gicelle García. 1997, p. 40-41.

<sup>381</sup> GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888*, p. 33; LAMOUNIER, Maria Lúcia, *Da Escravidão ao Trabalho Livre*, p. 120.



em meados do século XIX, devido à desaceleração econômica da região. As alforrias compradas pelos escravos, as condicionais, entre outras foram comuns, durante todo período da existência do termo de Barbacena.

Nas décadas de 1870 e 1880 houve, de fato, certa estabilidade da população cativa no termo de Barbacena, entretanto, não temos dados ainda para saber se essa estabilização ocorreu em função dos efeitos da Lei Rio Branco ou de uma acomodação econômica na região de Barbacena. Pode ser que Gebara esteja certo, os efeitos práticos da Lei do Ventre Livre tenham proporcionado certa estabilidade demográfica aos escravos. Para apurar melhor a análise, utilizamos dados de outros termos no sentido de visualizar melhor essa possibilidade levantada por Gebara.

Tabela 61 - Escravos matriculados nas décadas de 1870 e 1880

Período	Termos/ escravos matriculados			
	Barbacena	Juiz de Fora	Queluz	São João del Rei
1873	9.697	19.351	-	-
1880	8.987	20.713	7.488	6.697
1881	8.983	21.808	4.322*	6.697*
1883	8.372	21.582	4.158	3.795
1887	8.195	20.905	4.016	3.175

Fonte: Provincial Presidential Reports (1830-1930)<sup>382</sup>

\*Os números referentes a estes termos estão assim mesmo registrados nos relatórios dos presidentes de província. Se estes números expressam a realidade, houve em Queluz uma queda drástica da população escrava em um ano, é no mínimo estranho. Assim como chama atenção a repetição do número de escravos matriculados após um ano e dois anos depois, uma queda abrupta do número de escravos matriculados.

De acordo com os dados registrados pelos relatórios de presidentes de província, a possível estabilidade defendida por Gebara fica restrita a Juiz de Fora e Barbacena. Teríamos que ter acesso a mais dados para realizar uma análise mais segura das tendências demográficas e econômicas.

Gostaríamos de destacar também uma outra questão expressa por Gebara. Não acreditamos que a Lei Rio Branco teve apenas um sentido, seja o benefício aos escravos ou privilégios aos senhores. Por ser uma legislação bastante complexa, e com

<sup>382</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930) <http://www.crl.edu/brazil/provincial/minas>

implicações sociais ainda maiores, entendemos que a Lei Rio Branco tem várias faces. O espírito da lei não é homogêneo. Robert Conrad observou que a Lei não era aplicada em benefício dos escravos.<sup>383</sup> Concordamos com Conrad em parte, pois é evidente que existiram fortes interesses para que não ocorressem transformações substanciais na estrutura escravista, e alguns desses interesses conservadores foram muito bem sucedidos.<sup>384</sup> Por outro lado, acreditamos que também existiram pressões bem sucedidas por mudanças nas relações de trabalho brasileiras.<sup>385</sup>

Para concluir o preâmbulo deste item, é importante deixar claro que consideramos que as contradições e lacunas da Lei Rio Branco proporcionaram espaços de manobra, mas isto não pode ser entendido como resultado de um planejamento articulado por grupos de legisladores escravistas, foi muito mais fruto de um embate político, das disputas empreendidas por interesses diversos em relação ao “elemento servil”. A responsabilidade pelas manobras possibilitadas aos escravistas, portanto, não pode ser creditadas somente a inoperância de alguns grupos políticos emancipacionistas, ou as ambiguidades produzidas pela disputa política entre os legisladores. Essa conta deve ser dividida com o poder executivo, com o judiciário<sup>386</sup>, enfim com a sociedade brasileira de modo geral, como veremos no decorrer deste trabalho.

Em suma, temos as interpretações de Martha Abreu, Hebe Matos e Ana Lugão Rios percebendo mudanças consolidadas pela Lei Rio Branco, no sentido de garantir conquistas de direitos pelos escravos e, por outro lado, temos a interpretação de Ademir Gebara e Anna Alaniz, entendendo que havia um sentido muito mais conservador, de uma transição lenta e estável comandada pelos escravocratas. Consideramos que não há uma política uniforme, há disputas por espaços de poder como a própria Martha Abreu<sup>387</sup> revelou ao sublinhar que os escravocratas perderam as crianças escravas, mas fizeram dos “ingênuos” seus “escravos provisórios”, como diria Joaquim Nabuco.<sup>388</sup> Além dessa constatação, acreditamos que não exista essa divisão tão definida entre os interesses dos proprietários de escravos e os outros. A sociedade

---

<sup>383</sup> CONRAD, Robert. 1978. p. 366.

<sup>384</sup> Em Barbacena, veremos no capítulo IV, como se processou a transição do trabalhador escravo para o livre, sua origem remota até as décadas de 1870 e 1880. Além da importância das famílias escravas neste processo.

<sup>385</sup> O simples fato de terminar a compra e a venda de seres humanos como uma instituição nacional é a maior prova de mudanças bem sucedidas. Sabemos que este processo não é caudatário da Lei do Ventre Livre, especificamente. No caso de Barbacena houve até mesmo uma estabilização demográfica da população escrava. Mas de qualquer forma o fato de ter ocorrido o término institucionalizado da escravidão não deixa de ser uma mudança significativa.

<sup>386</sup> Sobre ações de liberdade em Barbacena, ver Carvalho, op. cit.

<sup>387</sup> ABREU, Martha, Op. cit, p. 115.

<sup>388</sup> NABUCO, Joaquim. 2000. p. 23

brasileira era bem mais complexa e os interesses sobre a escravidão podiam ser consensuais ou conflitantes, independente do indivíduo ser ou não ser proprietário escravista. Neste sentido, não há ingênuos, em sentido amplo. Vários segmentos da sociedade brasileira participaram de diversas manobras por múltiplos interesses sobre a escravidão, como veremos neste capítulo.

Joaquim Nabuco criticava a Lei de 28 de setembro de 1871 e a sociedade brasileira complacente. Este político do império foi um crítico contundente da Lei Rio Branco e da forma como esta foi aplicada. Dizia que a Lei era uma “ficção de direito”, pois as crianças nasciam juridicamente livres, mas de fato aos oito anos de idade elas eram avaliadas em 600\$000. E é verdade que Nabuco chamava as crianças nascidas após a lei que libertou o ventre das escravas de “escravos provisórios”, em função dos senhores poderem usufruir os serviços dessas crianças até elas completarem 21 anos de idade.<sup>389</sup>

Segundo dados obtidos no Relatório do Ministro da Agricultura de 1885, do total de quatrocentos mil ingênuos registrados até aquele momento, apenas cento e dezoito foram entregues ao Estado em troca da indenização de 600\$000, número que não correspondia a 0,5% do total de crianças nascidas livres de mãe escrava em todo o país<sup>390</sup>, muitos proprietários escravistas se utilizavam, realmente, das brechas da lei para apropriarem-se indevidamente da mão-de-obra infantil. Esta situação foi favorecida pela inoperância do governo central, uma vez que os recursos públicos eram escassos para assumir o encargo de sustentar e instruir as crianças libertadas pela lei de 1871. Neste sentido, seria mais razoável para os administradores públicos que os “ingênuos” permanecessem com os senhores escravistas até a idade de 21 anos.<sup>391</sup>

Em relação ao registro de matrículas dos escravos e a operacionalidade do fundo de emancipação regulamentados em decorrência da Lei Rio Branco, temos várias observações a proceder. Em primeiro lugar, consideramos que diversas obrigações impostas pela Lei Rio Branco causaram transtornos para os proprietários escravistas em Barbacena e também em diversas localidades mineiras. Constatamos a resistência dos senhores escravistas no sentido de registrar seus cativos e também os filhos livres das mulheres escravas nas listas de matrícula, outra resistência pode ser percebida em

---

<sup>389</sup> Idem.

<sup>390</sup> CONRAD, Robert. 1978, p. 366.

<sup>391</sup> ALANIZ, Op.cit, p. 17-27.

relação ao processo de libertação dos escravos com os recursos do fundo de emancipação.<sup>392</sup>

No item anterior, verificamos que no termo de Barbacena havia uma discrepância entre o número de escravos contabilizados pelo Recenseamento de 1872 e o contingente de mancipios anotados nas listas de matrículas publicadas nos relatórios da presidência da província de Minas Gerais. Ao comparar a situação de Barbacena com outros termos tivemos algumas surpresas.

Tabela 62 - Termos da Província de Minas Gerais, população escrava em 1873.

Termos	Recenseamento de 1872(1)	Matrículas de 1873(2)
Barbacena	10.348	9.697
Juiz de Fora	14.368 (3)	19.351
Leopoldina	15.253	15.029
Mar de Espanha	12.658	12.314
Queluz	13.993	8.263
São João del Rei	8.092	-

(1) Recenseamento finalizado em agosto de 1873 em Minas Gerais. Fonte: Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE. Ver também, Relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais.

(2) Listas de matrículas registradas até setembro de 1873. Fonte: Relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais.<sup>393</sup>

(3) No termo de Juiz de Fora nem todas as paróquias foram recenseadas integralmente. De acordo com o Recenseamento de 1872, no município de Juiz de Fora foram contabilizados 7.171 cativos, enquanto nos distritos de Chapéu D'Uvas, Rio Preto e Paula Lima foram registrados 1.584, 4.103 e 1.510 escravos, respectivamente, perfazendo o total de 14.368 cativos.<sup>394</sup>

Constatamos que, normalmente, o número de escravos matriculados foi inferior ao contingente de cativos recenseados, com exceção do termo de Juiz de Fora, onde ocorreu um déficit na avaliação do recenseamento de 1872. As possíveis justificativas para este fato são bastante variadas. A nossa hipótese, como foi analisada no item anterior, é que esta diferença entre os dados do Recenseamento de 1872 e os números do registro de matrícula reside principalmente na certa resistência dos proprietários escravistas em terem as informações de seus cativos sob controle do governo de Minas, e também pelo Ministério da Agricultura. Por outro lado, essa

<sup>392</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/482/000016.html>

<sup>393</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/481/000063.html>

<sup>394</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872. IBGE

resistência pode ter sido atenuada por uma ameaça e uma compensação. Aqueles proprietários que não cumprissem a obrigação de matricular seus escravos no prazo designado teriam seus escravos libertos.<sup>395</sup> Não temos notícia de nenhum caso de emancipação por este motivo em Barbacena.

A compensação estava relacionada à criação do Fundo de Emancipação previsto na Lei Rio Branco. De acordo com o número de escravos matriculados em cada termo, haveria a disponibilidade de recursos públicos para financiar o processo de emancipação. Esse fundo seria financiado por um tributo sobre propriedade na transferência de escravos e por seis loterias anuais, mais um décimo das outras loterias existentes no Império.

De fato haveria alguma vantagem para os proprietários escravistas em matricular seus escravos. Neste caso, percebem-se, claramente, as brechas na legislação de 1871, pois, certamente, interessava aos senhores escravistas a disponibilidade deste recurso, mas não a emancipação de seus escravos.

No relatório do presidente da província de Minas Gerais do ano de 1875, constatamos que a administração pública registrava a falta de empenho dos proprietários escravistas para libertar seus escravos mediante indenização. O governo de Minas Gerais insistia que o Ministério dos Negócios da Agricultura havia exigido a declaração do número de escravos libertados na Província e o prazo para tal execução fora estabelecido entre 1872 até fins de 1874. Neste relatório de 1875, a secretaria da presidência informa que todos os juízes municipais e de órfãos teriam sido notificados das determinações do governo central, no entanto, o registro do número de cativos libertados estava muito aquém das expectativas. Em Barbacena, foram libertados apenas trinta e seis escravos neste período.<sup>396</sup> Em 1881, apenas 12 cativos foram libertados, numa população de 8.983 escravos matriculados. Esses recursos de liberados em 1881 representavam a 3ª cota do fundo de emancipação<sup>397</sup>, a primeira foi citada no relatório de 1875. Na divulgação da 5ª cota do Fundo de Emancipação, em 1885, a secretaria da presidência da província advertia que dez municípios não tinham declarado a relação de

---

<sup>395</sup> “Art. 8º sº 2º Os escravos que, por culpa ou omissão dos interessados, não forem dados á matricula até um ano depois do encerramento desta, serão por este facto considerados libertos” In: A Lei Rio Branco. In: CONRAD. Robert. Op. Cit. P. 369. “Art. 1º sº 7º Serão considerados libertos os escravos que no prazo marcado não tiverem sido dados á matricula, e esta clausula será expressa e integralmente declarada nos editais e nos anúncios pela imprensa”. “A Lei Saraiva-Cotegipe” In: CONRAD. Robert. Op. Cit. P. 371. Há que se mencionar que os prazos foram diferenciados de acordo com as diferenciadas regiões em sua concretude social. Principalmente em Minas Gerais esta tomou sua execução a partir de 1872-1873.

<sup>396</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/482/000016.html>

<sup>397</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000066.html>

escravos libertados, Barbacena estava entre estes<sup>398</sup>, com uma população escrava de aproximadamente 8.300 escravos.

Maria Lúcia Lamounier e Adriano Gebara têm outra percepção sobre a criação da lista de matrícula e do fundo de emancipação. Segundo estes autores, essas medidas foram revertidas contra os escravos. O fundo de emancipação teria contribuído largamente para a submissão e aquiescência dos escravos ao projeto de emancipação gradualista, já que com ele eram estabelecidos critérios preferenciais para a liberdade, como a família, o comportamento e outros.<sup>399</sup>

Em Barbacena, há fortes indícios que houve a diminuição do processo de emancipação para os escravos, no entanto, afirmar categoricamente que isso foi determinado, exclusivamente, pela Lei Rio Branco, talvez seja exagero.<sup>400</sup> A dinâmica demográfica escravista foi diferente dentro da província mineira, nos diversos termos e seus distritos, no mesmo período entre 1870 e 1888. Sobre a questão da submissão e aquiescência dos escravos ao projeto de emancipação, talvez fosse mais interessante relativizar essa informação, pois a administração do fundo de emancipação representou um dos maiores problemas para o governo de Minas Gerais. Em outras palavras, o percentual de libertações foi muito pequeno, além disso, em muitos casos não se respeitou os critérios estabelecidos pela legislação para emancipação<sup>401</sup>, houve diversos registros de fraudes, enfim, várias irregularidades. Por exemplo, escravistas recebiam indenizações supervalorizadas<sup>402</sup>; os municípios protelavam a entrega da relação de libertos pelo Fundo de Emancipação<sup>403</sup>, em uma atitude suspeita; libertos sexagenários eram declarados escravos para que proprietários escravistas recebessem a indenização pública após a Lei Souza Dantas.<sup>404</sup> Portanto, a ideia de que o fundo de emancipação

---

<sup>398</sup> A protelação da entrega da relação de libertos pode indicar a manipulação dos recursos públicos utilizados para libertação dos escravos. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u285/000033.html>

<sup>399</sup> GEBARA, Ademir. O mercado de trabalho livre no Brasil, 1871-1888, p. 33; LAMOUNIER, Maria Lúcia, Da Escravidão ao Trabalho Livre. LAMOUNIER, 1998: p.119.

<sup>400</sup> Sobre este tema, verificamos progressão populacional cativa do termo de Barbacena nos relatórios presidenciais mineiros de 1874, 1880, 1883, 1884 e 1887.

<sup>401</sup> Em 1883, diante de tantas irregularidades e descumprimentos dos critérios utilizados para classificar os escravos, a administração provincial de Minas Gerais reafirma o compromisso com as regras estabelecidas pelo Ministério da Agricultura. Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000069.html>

<sup>402</sup> Proprietários escravistas aumentavam os preços dos escravos em relação ao registrado na matrícula, ou mesmo, já matriculavam acima do preço, com a conivência das juntas de classificação de escravos nos municípios. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000070.html>

<sup>403</sup> Barbacena, Juiz de Fora, Sabará e mais sete municípios não declararam, dentro do prazo, a relação dos escravos libertos pelo Fundo de Emancipação, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u285/000033.html>

<sup>404</sup> Libertos sexagenários foram classificados como escravos após a Lei Souza Dantas, o proprietário escravista contava com a indenização. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u287/000034.html>  
<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u286/000025.html>

teria criado uma pedagogia de submissão e aquiescência dos escravos ao projeto de emancipação gradualista não tem fundamento em Barbacena, como confirmaremos com mais informações neste item. Além de Barbacena, acreditamos que, provavelmente em outras regiões de Minas Gerais, essa ideia de a Lei Rio Branco tivesse estimulado uma postura de submissão aos escravos não se sustenta.

É importante reforçar a ideia de que a Lei Rio Branco não tem um caráter homogêneo, muito menos os agentes públicos encarregados de implementá-las estariam articulados no sentido de beneficiar escravos, nem tão pouco os proprietários escravistas. A secretaria da presidência da província mineira destacava que o número de filhos de mulheres escravas se elevava em Minas Gerais em 1875. No relatório consta que o número de “ingênuos” era de 29.409 crianças, sendo 14.781 meninos e 14.628 meninas. Na perspectiva formal, a Lei do Ventre livre estava sendo cumprida pela administração da província mineira. Isso significava que o governo de Minas Gerais trabalhava em consonância com as determinações do Ministério da Agricultura, e, portanto, com o governo central. Neste sentido, o governo mineiro receberia, no mínimo, os recursos públicos determinados pela legislação. Além disso, certamente, agentes de diversos níveis esperavam o reconhecimento pelo desempenho de suas funções, basta consultar os relatórios dos presidentes da província de Minas para verificar que em boa parte dos discursos há a intenção deste reconhecimento público.<sup>405</sup>

Por outro lado, deixando o aspecto formal de lado, constatamos que os filhos livres de mulheres escravas eram mantidos no cativeiro como se fossem escravos. Em nossas pesquisas não foi difícil encontrar o registro de fraudes sobre o fundo de emancipação, a burla de matrículas dos escravos com a conivência das autoridades locais, entre diversas denúncias. Entretanto, é difícil encontrar denúncias como as que foram feitas por Joaquim Nabuco. As denúncias sobre uma política de Estado e a contundência de suas críticas parecem não ter lugar nos relatórios dos presidentes de província de Minas Gerais. É importante deixar claro que esta análise sobre os relatórios presidenciais está restrita no período entre 1871 a 1888. Posteriormente, os governos republicanos devem ter feito muitas críticas as políticas implementadas durante o império.

Em relação à situação real dos “ingênuos”, o historiador Rômulo Andrade, investigando a escravidão na segunda metade do século XIX para a Zona da Mata mineira, analisou um manual de orientação agrícola redigido pelo padre e proprietário

---

<sup>405</sup> <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u286/000025.html>

de terras e de escravos Antônio Caetano da Fonseca que visava “ensinar” os escravistas a se adequarem à conjuntura vigente de escassez de mão-de-obra. Entre as alternativas, o padre explicava que as crianças poderiam ser utilizadas nos trabalhos da fazenda assim que completassem cinco anos, porém apenas em serviços adequados às suas forças e por pouco tempo: o objetivo maior do trabalho infantil não era produzir ‘fruto’, mas sim moralizá-las, o que seria estimulado com a introdução da doutrina cristã, e fortalecer seus músculos; somente após os dez anos é que poderiam oferecer algum serviço de maior relevância.<sup>406</sup>

Os ingênuos não eram avaliados como indivíduos e sim pelos serviços que viriam prestar aos senhores de suas mães. Em diversos casos a condição de ingênuo, por vezes, foi esquecida e as crianças libertas pela lei de 1871 foram avaliadas como escravas.

“Temos a tendência de pensar que, finalmente, o valor do escravo criança desaparece com a promulgação da lei de 1871; até atribuímos a falta de precisão sobre o sexo, o nome, a cor e a idade ao fato de que a criança ingênua interessava agora menos aos seus senhores. Na realidade, a falta de dados sobre os ingênuos é talvez mais uma maneira dos senhores aproveitarem-se de situações pouco claras. De qualquer maneira, os senhores nunca deixaram de bem conhecer o valor real dessas crianças.”<sup>407</sup> (MATTOSO, 1991, p. 93)

Juliana Garavazo, estudando uma amostragem de quatrocentos e quatro inventários post-mortem lançados em Batatais para o período de 1850-1888, encontrou uma relação de cento e vinte um ingênuos e deste total dezesseis tiveram seus serviços avaliados. A autora calculou em £ 12,8 o valor médio dos serviços prestados pelos ingênuos<sup>408</sup>

Heloísa Teixeira pesquisando inventários post-mortem em Mariana no mesmo período de Juliana Garavazo constatou que existiam apenas informações sobre o nome, idade, filiação e condição jurídica para 188 ingênuos. Entretanto, houve associação aos valores das mães para trinta e oito ingênuos, e para outros doze, houve descrição dos valores dos serviços prestados.<sup>409</sup>

As atribuições de valores aos serviços dos ingênuos e as omissões da condição de livres para os filhos das escravas nascidos após 28 de setembro de 1871

---

<sup>406</sup> ANDRADE, Rômulo. 2002.

<sup>407</sup> Segundo Mattoso, de fato o valor de mercadoria não mais existe, mas foi habilmente substituído pelo valor-trabalho ligado à idade da criança. MATTOSO, 1991, p. 93

<sup>408</sup> GARAVAZO, 2005.

<sup>409</sup> TEIXEIRA, 2001.



constituem-se de mecanismos de adaptação à legislação vigente, a fim de evitar “prejuízos” ao patrimônio escravista. O “valor dos serviços prestados” era uma forma de avaliar o uso da força de trabalho de indivíduos que poderiam, compulsoriamente, ser utilizados como mão-de-obra até os vinte e um anos de idade e, junto com a omissão deliberada da condição de ingênuas para algumas crianças, pode corroborar a ideia de que, na prática, a situação dos filhos das escravas não havia mudado substancialmente depois da lei de 1871.

No termo de Barbacena constatamos a manutenção de vários filhos de escravas libertos pela Lei do Ventre Livre arrolados como escravos, com inclusive seus preços estabelecidos na descrição dos bens. Stanley Stein constatou que “senhores escravistas” tratavam os ingênuos como escravos, exatamente nas mesmas condições que estariam “se a Lei de 1871 não existisse”. De acordo com Stein: “os fazendeiros se acomodaram às modificações legais em sua propriedade escrava causada pela lei e com a frase “apenas seus serviços” ou “serviços prováveis” acrescentada, listavam e davam preços aos ingênuos com todos os outros escravos”<sup>410</sup>.

Joseli Mendonça pesquisou denúncias de políticos como as do Deputado Aristides Espínola na Assembleia Geral, que declarava a burla da Lei do Ventre Livre, por meio da venda de libertos órfãos em hastas públicas, divulgadas por edital, praticada por vários senhores de Barra Mansa e corroborada por autoridades locais<sup>411</sup>.

Concordando com Joseli Mendonça e Stanley Stein, constatamos no termo de Barbacena uma grande quantidade de ingênuos arrolados com suas mães escravas tendo seus serviços avaliados nos inventários. Estes registros começam a aparecer por volta de 1875, de forma bastante concentrada nas grandes escravarias.

Percebemos também o lançamento de “ingênuos” listados como escravos e com preços estipulados, com seus valores descritos nas avaliações, não de seus serviços, mas de suas próprias pessoas<sup>412</sup>. Em um inventário de um senhor de escravos de nome Carlos José Pereira, datado de novembro de 1880, constam crianças cativas nascidas

---

<sup>410</sup> STEIN, Stanley. J. Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900. Op. Cit. P. 273.

<sup>411</sup> MENDONÇA, Joseli Nunes. Entre a mão e os anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil. P. 79.

<sup>412</sup> Encontramos ingênuos sendo lançados em inventários como escravos até aproximadamente 1881, não são muitos documentos, mas fica registrada a possibilidade de fraude. Ver: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventário. Cx: 21. Ord: 25. 1875. 1SVC. Inventário. Cx: 27. Ord: 22. 1875. 1SVC. Inventário. Cx: 71. Ord: 11. 1875. 1SVC. Inventário. Cx: 80. Ord: 12. 1875. 1SVC. Inventário. Cx: 151. Ord: 03. 1880. 1SVC. Inventário. Cx: 26. Ord: 21. 1 SVC. Inventário. Cx: 64. Ord: 09. 1878. 2SVC.

aproximadamente em novembro de 1871, ou seja, após a Lei do Ventre Livre, porém listadas como cativas deste senhor.<sup>413</sup>

Em cerca de 30 inventários, encontramos crianças cativas que, segundo suas idades declaradas nos arrolamentos, nasceram no ano de 1871, porém, meses antes da promulgação da Lei do Ventre Livre. Várias crianças escravas foram relacionadas com suposta data de nascimento anterior a setembro de 1871. Há a possibilidade que muitos escravistas pudessem alterar as idades dos cativos no momento da matrícula ou batismos. Essas possibilidades eram reais segundo alguns políticos e autoridades religiosas contemporâneas locais<sup>414</sup>. De acordo com Chalhoub:

Alguns padres queriam saber como verificar a data precisa de nascimento dos indivíduos levados a pia batismal. A orientação do ministro, Barão de Itaúna, aos párocos foi para que simplesmente acreditassem na palavra dos senhores. Deixassem o assunto “a própria consciência” deles, pois que “o caráter brasileiro é avesso a fraudes repugnantes aos sentimentos religiosos”<sup>415</sup>.

Chalhoub verificou que, aos juízes de órfãos de cada município, cabia fiscalizar as associações de expostos, particulares e locatários de serviços desses ingênuos. Porém, a lei de 1871 não previa a fiscalização dos procedimentos instrutivos em relação aos senhores de escravos e fazendeiros. Esse autor ressalta a inoperância de conselheiros para tomar uma decisão no sentido de manter escolas e associações agrícolas. Os argumentos para a permanência dos ingênuos com seus patronos era fundamentada em razão dos “valores da Família”, tais conselheiros preferiam, desta forma, mantê-los em convívio com o trabalho escravo na unidade produtiva escravista onde nasceram. Confirmava-se a ideia da manutenção da família escrava e na permanência do ingênuo próximo a sua mãe<sup>416</sup>.

Joseli Nunes Mendonça afirma que a Lei do Ventre Livre regulamentava que os filhos das escravas, mesmo ainda cativos, não poderiam ser afastados de suas mães e seus pais antes dos 12 anos. Neste sentido essas determinações criavam formas legais de manter não só a família escrava congregada, mas também reafirmava mecanismos para mantê-la próxima de seus senhores. A manutenção da proximidade

---

<sup>413</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventário. Cx: 151. Ord: 03. 1880. 1SVC.

<sup>414</sup> Encontramos cativos arrolados variando de uma idade de 2 a 15 anos, durante os anos de 1871 até 1888. Incluindo entre estes, muitas crianças nascidas após 1871 e mesmo assim continuavam arroladas como escravos contendo até seus preços de avaliação. Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários 1 SVC e 2 SVC. 1870-1888.

<sup>415</sup> CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. Op. Cit. P. 269-270. Passim.

<sup>416</sup> CHALHOUB, Sidney. Machado de Assis, historiador. Op. Cit. P. 276-279. Passim.

entre membros da família já havia sido prevista pela própria lei de 1871 quando determinara que, em casos de transmissão de escravos, os cônjuges não poderiam ser separados, como também não poderiam ser separados os filhos menores de 12 anos do pai e da mãe. Em relação aos libertos, impunha maiores limites às suas possibilidades de escolha e tal restrição tendia a fazer com que eles permanecessem no domínio dos antigos senhores<sup>417</sup>.

A lei que libertou o ventre da escrava contrariou uma determinação expressa na lei de 1869 que protegia a união familiar. Em 1869 a legislação do “elemento servil” transformou em direito dos mancipios a manutenção das famílias. Através da Lei nº 1.695 de 15 de setembro 1869, proibiu-se a separação de famílias, ou seja, do pai, mãe e filhos menores de 15 anos. Na lei de 28 de setembro de 1871 essa idade caiu para 12 anos caso a mãe fosse vendida e para oito anos na possibilidade de o senhor dispensar os serviços do menor que tivesse nascido depois da lei.<sup>418</sup> Se comparar a lei que deu proteção aos laços familiares com a que libertou o ventre da mulher escrava, percebemos que ocorreu um retrocesso com relação à idade em que as crianças poderiam ser separadas de suas mães ou pais, ou seja, de 15 anos passou-se para 12 anos de idade.<sup>419</sup>

Embora, houvesse de fato este retrocesso em relação aos direitos da família escrava, por outro lado, os escravos com laços familiares foram classificados acima dos cativos sem famílias para fins de emancipação. Para a legislação imperial ter laços familiares tinha o significado restrito aos membros consanguíneos. Normalmente, os cônjuges com ou sem filhos, os viúvos com filhos e as mães solteiras com seus filhos estavam bem classificados.<sup>420</sup> Na verdade, essa classificação revela um dos objetivos de uma política de Estado que não teve grande êxito em Minas Gerais, como explicamos acima, baseados nos relatórios da presidência da província. Em Barbacena fica evidente a pequena contribuição do fundo de emancipação e da utilização das listas de classificação para emancipação dos escravos.

A Lei Rio Branco também estabeleceu meios pelos quais os escravos poderiam formar um pecúlio. Segundo o Art. 4º da Lei Rio Branco, “É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e

---

<sup>417</sup> MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. Entre a mão e os anéis. Op. Cit. P.110.

<sup>418</sup> CONRAD, Robert. 1978. p. 366.

<sup>419</sup> GUIMARÃES, Elione S. 2006a, p. 263.

<sup>420</sup> Provincial Presidential Reports (1830-1930), <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000069.html>

economias”.<sup>421</sup> De fato, a formação de pecúlio era um direito consuetudinário. Muito antes de sua regulamentação em lei, os cativos já possuíam pecúlio e vários escravos, através de negociações com seus senhores, conseguiram comprar sua liberdade. A partir de 1871, o direito ao pecúlio passava a ser reconhecido pela legislação formal, assim como o “consentimento” do senhor para que o escravo pudesse exercer atividades rentáveis.<sup>422</sup> A autoridade senhorial estaria preservada neste caso. A alforria ainda era uma concessão do senhor.<sup>423</sup>

Antes da lei de 1871 o senhor tinha o direito de revogar a alforria por ingratidão. É também por intermédio da Lei de 28 de setembro de 1871, artigo 4º § 9, que esta disposição desaparece. Entretanto, Sidney Chalhoub assinala a revogação da alforria não era uma prática muito utilizada pelos senhores.<sup>424</sup>

Para concluir este item, é importante destacar a diversidade de interpretações a respeito da Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre. Os homens que viveram naquela época debateram intensamente seus significados, desde a formulação desta Lei até a sua aplicação. A lei Rio Branco foi criticada tanto pelos favoráveis ao fim da escravidão quanto por aqueles defensores de sua manutenção. Para muitos políticos e escravocratas, ela estava interferindo no direito de propriedade resguardado pela Constituição do Estado.<sup>425</sup> As críticas mais ferrenhas ao projeto de lei que libertava o ventre da mulher escrava vieram das regiões brasileiras mais vinculadas ao braço escravo: Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Eram regiões comprometidas com o principal produto da economia brasileira nesse período: o café. O desapego ao trabalho escravo, segundo Emília Viotti da Costa, foi mais lento nas áreas em que havia uma grande necessidade de braços para lavoura como é o caso do Sudeste brasileiro no final do século XIX, devido aos cafezais.<sup>426</sup> Na região do termo de Barbacena, com sua estrutura econômica escravista produtora de alimentos para o mercado interno, constatamos que um dos principais resultados obtidos pela Lei do Ventre Livre foi transformar os filhos das escravas em “ingênuos”. Essa alteração jurídica sobre os filhos das mulheres escravas sofreu pesadas críticas, como

---

<sup>421</sup> Lei Rio Branco, Nº 2.040 – de 28 de Setembro de 1871. Apud: CONRAD, Robert. 1978, p. 366-369.

<sup>422</sup> Uma das possibilidades abertas aos cativos da área rural para a formação de um pecúlio era a venda dos produtos de suas culturas de alimentos, gratificações pelos trabalhos realizados em dias santos ou nos sábados e domingos, etc. Na área urbana os escravos podem ter encontrado nas atividades de venda de produtos, no trabalho a jornal e até mesmo na prostituição mecanismo para a acumulação de um pecúlio que depois poderia ser utilizado para a compra de sua liberdade ou de um ente querido.

<sup>423</sup> FARIA Sheila S. de castro. (2004, p. 147); XAVIER, Regina C. L. 1996, p. 71.

<sup>424</sup> CHALHOUB, Sidney. 1990, pp. 136-137

<sup>425</sup> COSTA, Emília Viotti da. 1998, p. 420-421; 451.

<sup>426</sup> Idem. p. 449; 452; 465; ABREU, Martha. 1997. p. 112.

vimos neste item. Poderíamos dizer como Joaquim Nabuco que eram escravos provisórios. Por outro lado, houve garantia de direitos, principalmente, às famílias escravas, entre eles, a interdição da separação das famílias em qualquer forma de alienação. Esses resultados verificados, tanto pelos críticos da Lei do Ventre Livre quanto por aqueles que valorizam a legislação concorreram para manter a unidade familiar, principalmente entre as pequenas escravarias, como veremos no item 3.6. Os “ingênuos” e suas famílias teriam um longo percurso para alcançar a liberdade de fato, o que Nabuco pensava ser provisório, levou tempo demais para passar.

### **3.4 O comércio de escravos nas décadas de 1870 e 1880**

Neste item, faremos uma análise do que representou o comércio de escravos interprovincial e intraprovincial para Minas Gerais e especificamente para Barbacena. Nosso objetivo é demonstrar que o comércio de escravos teve reduzida participação na conformação populacional no termo de Barbacena. A descapitalização dos pequenos proprietários e a maior concentração da propriedade cativa nas mãos dos grandes proprietários escravistas, ao longo das décadas, principalmente a partir de meados do século XIX, além do aumento do preço dos cativos com o fim do tráfico Atlântico, criaram um cenário de grande desigualdade. Os maiores proprietários escravistas, em virtude da desaceleração econômica do termo, priorizaram a reprodução natural de suas escravarias, mas não deixaram de adquirir cativos dos pequenos proprietários e também, eventualmente, de senhores escravistas de outras regiões. Esta tendência se configurou de forma crescente, refletida no reduzido comércio de escravos interprovincial e intraprovincial nas décadas de 1870 e 1880. Os grandes proprietários escravistas foram principais os responsáveis para manter em Barbacena um ligeiro balanço positivo das compras sobre as vendas de escravos no termo. De qualquer forma, este comércio foi pouco expressivo nas décadas de 1870 e 1880 na região do termo de Barbacena, como demonstraremos neste item, através dos relatórios de presidentes de província de Minas Gerais, do Recenseamento Geral do Império de 1872 e dos livros de registros de compra e venda de escravos do termo de Barbacena.

Camila Flausino, em sua pesquisa sobre o tráfico interno de escravos para Mariana no período entre 1850 e 1886<sup>427</sup>, explica que a prática do comércio de escravos

---

<sup>427</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.

dentro do território brasileiro foi intensificada a partir da proibição do tráfico Atlântico, em 1850, e perdurou até as vésperas da abolição da escravidão como uma das alternativas à reposição de mão de obra cativa. O comércio interno quando praticado entre diferentes regiões de uma mesma província era chamado de tráfico intraprovincial; e entre províncias diferentes era chamado de interprovincial. O comércio interno de escravos representou uma das possibilidades de reprodução da escravidão, a outra foi o investimento na reprodução natural. Para Camila Flausino, uma possibilidade não excluía a outra, de modo que tanto o comércio interno quanto a reprodução natural podem ter coexistido, contribuindo para o crescimento da população cativa mineira no século XIX.<sup>428</sup>

As medidas referentes à proibição do tráfico atlântico africano para o Brasil fizeram com que o preço dos cativos se elevasse consideravelmente. O recurso ao comércio de escravos teria sido mais utilizado por fazendeiros com melhores condições financeiras, provocando uma rearticulação interna do escravismo brasileiro. O tráfico interno tornou-se mais evidente quando as províncias do Norte, com a economia em crise econômica, começaram a enviar grande número de seus cativos para a região Centro-Sul.<sup>429</sup> Ao que tudo indica, Minas Gerais dependeu menos dos escravos nordestinos que, por exemplo, o Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>430</sup> É possível que a explicação esteja no fato de Minas Gerais possuir uma maior quantidade de mão-de-obra cativa que as demais províncias, mão-de-obra essa acumulada ao longo dos anos de escravidão, através de importações como quer Martins ou crescimento natural positivo como querem Luna e Cano<sup>431</sup>. De fato, a província de Minas chegou ao término do regime escravista brasileiro com o maior plantel escravo do Império.

O tráfico interno guardava muitas semelhanças com o tráfico atlântico, principalmente no que se refere à preferência por escravos adultos do sexo masculino em idade produtiva. Essa supremacia masculina uma vez mais parece demonstrar que a localidade ainda vivenciava um período de desenvolvimento econômico.<sup>432</sup> Por outro lado, questões políticas e sociais, em determinados momentos, também foram importantes para definir os rumos da escravidão no Brasil, especialmente no último quartel do século XIX,

---

<sup>428</sup> Idem, pp.63-63.

<sup>429</sup> Ibidem, pp.63

<sup>430</sup> COSTA: 1989, p. 95.

<sup>431</sup> Para o debate sobre a origem do aumento da população escrava na província de Minas Gerais no século XIX, ver: MARTINS: 1982. LUNA & CANO: 1983.

<sup>432</sup> MOTTA, op. cit., 1999, p. 299.

quando vários grupos sociais brasileiros se envolveram nos debates emancipacionistas.<sup>433</sup>

Na década de 1880, o tráfico interno sofreu uma queda considerável, até desaparecer por completo. Em Minas Gerais, o governo fez cumprir a legislação que determinou a aplicação de novo imposto no valor de Rs 2:000\$000 por escravo traficado para outra província<sup>434</sup>, apesar das contundentes reclamações de proprietários escravistas.<sup>435</sup> Essa medida foi tomada em resposta ao temor de que a concentração de escravos na região Centro-Sul acabasse por alienar o apoio de outras províncias à instituição servil. O comércio interprovincial de escravos foi tão reduzido em Minas Gerais, em função do imposto, que a secretaria da presidência da província de Minas Gerais verificou a insignificância deste tributo para colaborar no custeio das despesas da província.<sup>436</sup> Em 1885, o comércio interprovincial foi proibido pela Lei Saraiva - Cotegipe.<sup>437</sup>

Em relação ao tráfico intraprovincial de escravos em Minas Gerais, também houve uma ascensão desde a década de 1850. De acordo com Roberto Martins, os registros de mudança de domicílio revelaram que, entre 1881 e 1884, aproximadamente 12.636 escravos, por ano, foram transferidos entre os municípios mineiros, um número pelo menos 56% mais alto que a média dos anos 1873 e 1881.<sup>438</sup>

Sobre a análise da documentação referente ao comércio interno de escravos, devemos levar em conta que nem todas as transações podem ter sido registradas ou que nem toda a documentação encontra-se devidamente preservada, fazendo-nos crer que o tráfico de cativos pode ter sido maior que os dados conhecidos. Uma explicação seria o fato de que os registros oficiais das negociações envolvendo escravos podiam nem chegar a acontecer, isto porque cada registro estava sujeito a um imposto de transferência de propriedade. Procurando sonegar este imposto, compradores e vendedores de escravos lançaram mão de procurações no ato da transação, delegando poderes legais ao titular para efetuarem vendas de cativos, sem registrarem a transação nas coletorias municipais.<sup>439</sup>

---

<sup>433</sup> Sobre as variáveis não econômicas interferindo nos rumos da escravidão, ver: FRAGOSO, João Luís R. & Florentino, Manolo G. O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia (Rio de Janeiro, c. 1790- c. 1840). Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.

<sup>434</sup> Relatório dos presidentes de província de Minas Gerais. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u282/000018.html>

<sup>435</sup> Relatório dos presidentes de província de Minas Gerais. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u282/000019.html>

<sup>436</sup> Relatório dos presidentes de província de Minas Gerais <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/490/000119.html>

<sup>437</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006.p.15.

<sup>438</sup> Martins, 1982, p.33.

<sup>439</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006, p.65.

Muitas vezes, essas procurações podiam estar ornamentadas por um ou mais substabelecimento de procurações, quando o comprador pretendia revender o escravo em seguida a outro proprietário. Nestes casos, é possível imaginar que o registro final tenha sido postergado intencionalmente, evitando assim, o pagamento do imposto da Meia Sisa<sup>440</sup> em uma possível negociação posterior.<sup>441</sup>

Os limites da pesquisa sobre os livros de registros de compra e venda de escravos podem ser ampliados, na medida em que façamos à utilização de outras fontes. Nesta dissertação, abordamos também os dados de Recenseamento Geral do Império de 1872. Nesta fonte, temos, ao menos, a alguma noção da importância do tráfico interprovincial para a composição da população escrava no termo de Barbacena no início da década de 1870.<sup>442</sup> No termo de Barbacena havia 10.348 escravos, destes, 9.500 eram nascidos em Minas Gerais, 174 vieram de outras províncias e 674 eram africanos, o que não descarta a hipótese de alguns destes últimos terem vindo de outras províncias. Também pode ter ocorrido de algum escravo, nascido em Minas, ter sido vendido para outra província e, posteriormente, ter retornado, via tráfico interprovincial para o termo de Barbacena. De qualquer maneira, o percentual de escravos mineiros é muito superior aos outros, considerando que os africanos vieram diretamente do tráfico atlântico para Barbacena ou mesmo que tenham vindo através do tráfico interprovincial. Os escravos mineiros representavam 91,81% da população cativa de Barbacena, enquanto os africanos correspondiam a 6,51% e aqueles que foram registrados pelo Recenseamento como “nascidos em outras províncias” representavam apenas 1,68%.<sup>443</sup>

Para verificar a influência do tráfico intraprovincial sobre toda a população escrava de Barbacena, podemos analisar a configuração demográfica a partir da divisão entre os sexos, pois é suposto que uma das semelhanças entre o tráfico Atlântico e o tráfico interno era a preferência por escravos do sexo masculino. Entre os 9.500 escravos nascidos em Minas Gerais, havia 5.157 ou 54,28% de escravos do sexo masculino e 4.343 escravas, ou 45,72%, esta diferença pode ser explicada pelo tráfico intraprovincial,

---

<sup>440</sup> A Meia Sisa era o imposto obrigatório pago nas Coletorias dos municípios no ato de transmissão da propriedade escrava. Em 1855, estabeleceu-se por Lei nº 840 de 15 de dezembro, que o valor pago deveria ser de 40\$000, substituindo o imposto de 5% estabelecido até aquela data. Em 1876, a Lei nº 2314 de 11 de julho, fez com que a taxa fosse elevada para 50\$000. Embora não houvesse uma legislação a respeito sobre quem deveria pagar o imposto, geralmente era o comprador quem fazia. PARREIRA, 1990, pp.213-218.

<sup>441</sup> FLAUSINO, Camila Carolina. Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886). Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006, p.65

<sup>442</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE.

<sup>443</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE.



principalmente nas décadas de 1850 e 1860, isto se os proprietários de Barbacena tiveram condições financeiras para realizar essas compras. Em relação aos africanos temos a seguinte proporção, 64,54% de homens e 35,46% de mulheres, neste caso, não resta dúvida da influência do tráfico Atlântico até meados do século XIX. Sobre os nascidos em outras províncias, verificamos que os homens correspondiam a 65,52% e as mulheres a 34,48%.<sup>444</sup>. Neste caso fica demonstrado que dentro do percentual de 1,68% da população cativa barbacenense com matrícula relacionada a outras províncias existia uma maioria masculina, em função das preferências dos proprietários locais.

Quanto ao critério sobre a idade produtiva para auferir o nível de comércio de escravos, seria pouco esclarecedor verificar os números da população masculina em idade produtiva do Recenseamento, visto que encontramos muitas crianças com suas famílias sendo compradas e vendidas no termo de Barbacena, o que indica uma tendência bem diferente desta ideia de relacionar tráfico interno à homens com idade de 15 a 45 anos. Também temos que considerar que muitos escravos poderiam ter sido comprados nas décadas 1850 e 1860, em idade produtiva, e nos anos de 1870, não estarem mais nesta faixa etária. Outro fator que também pode incidir num erro de avaliação é contexto de matrículas de escravos e ingênuos e a própria metodologia adotada pelo Recenseamento, não identificando os filhos livres das mulheres escravas, como analisamos nos itens anteriores deste capítulo. O Recenseamento de 1872 registrou mais de 1.600 crianças consideradas pretas, pardas e caboclas, sem indicar a condição jurídica delas e de seus pais. Sobre as matrículas de escravos, também analisamos nos itens anteriores que neste período não era rara a adulteração da data de nascimento dos filhos de escravos, em função da emancipação formalizada pela Lei Rio Branco. Diante do exposto, é importante analisar os livros de registros de compra e venda de escravos, lembrando que a relação que apresentaremos prioriza a década de 1870 e 1880. Portanto, os resultados podem ser diferentes daqueles apresentados pelo Recenseamento de 1872 que relatava apenas as tendências para o início da década de 1870.<sup>445</sup>

Analisando os registros de compra e venda de escravos de Mariana, Camila Flausino verificou que as mulheres escravas, no período de 1850 e 1886, não ultrapassavam a proporção de homens, embora alcançassem maior proximidade em algumas faixas etárias, dos 15 aos 40 anos. No entanto, somente no segmento entre 35 e

---

<sup>444</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE.

<sup>445</sup> Em anexo, apresentaremos todos os registros pesquisados.

39 anos, a população feminina ultrapassou a masculina no comércio interno, correspondendo a 51,43% de mulheres registradas neste segmento.<sup>446</sup> Em outras faixas etárias, apesar da proximidade, as mulheres não ultrapassavam a população masculina envolvida no tráfico interno. As mulheres corresponderam aos seguintes percentuais em relação à faixa etária: 47,78% nas idades de 30 a 34 anos; 45,72% no segmento de 25 a 29 anos; 46,67% na faixa etária de 20 a 24 anos; e 46,27%; no segmento de 15 a 19 anos. Na faixa etária mais jovem a diferença aumentava, como nas idades de 10 e 14 anos, com 39,78%; e no segmento com menos de 10 anos, o percentual feminino correspondia a 41,76%. É importante destacar que esses números correspondem ao período de 1850 e 1886. A própria pesquisadora considera que não havia tanta diferença entre os sexos, principalmente na década de 1870. Entre a população escrava crioula havia um equilíbrio de fato. O fator que desequilibrava a relação entre os sexos era a maior presença de africanos sobre as africanas.<sup>447</sup> No cômputo geral, Camila Flausino verificou em sua pesquisa a proporção 57,3% contra 42,2%, o que demonstra a supremacia da população mancípia masculina no tráfico interno para todo o período de 1850 e 1886.<sup>448</sup>

Ao pesquisarmos os livros de registros de compra e venda de escravos do 1º e 2º ofícios que cobrem os anos de 1872 a 1888, verificamos 278 registros de negociações envolvendo escravos.<sup>449</sup> Uma das constatações mais evidentes é o processo de avanço de escravos crioulos das escravarias. Vinte e dois anos após a proibição do tráfico Atlântico, há um reduzido número de africanos sendo comercializados na região de Barbacena, e os que restam tem idade avançada, por esse motivo, seus preços são baixos.<sup>450</sup> Observamos também que os proprietários do termo de Barbacena venderam 51 cativos para outras regiões e compraram 51 mancípios de diversas localidades mineiras e também do Rio de

<sup>446</sup> FLAUSINO, op.cit.p.82

<sup>447</sup> FLAUSINO, op. cit. p. 82.

<sup>448</sup> FLAUSINO, op. cit. p.78

<sup>449</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Total dos livros de compras e vendas de escravos encontrados. Livro de notas de venda de escravos: Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 42. Ordem: 24 2SVC. Barbacena. Data: Julho de 1872 a Setembro de 1874. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 12 2SVC. Barbacena. Data: 09/04/1877 a 11/08/1880. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 42. Ordem: 23 2SVC. Barbacena. Data: 11/11/1880 a ?/05/1882. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 07 2SVC. Barbacena. Data: 16/05/1882 a 08/05/1886. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 08 2SVC. Barbacena. Data: 30 de Junho de 1886 a 06 de Fevereiro de 1888. Total: 278 escrituras de compra e venda de escravos. Estes documentos são equivalentes a 18 anos. Contudo, pode ter havido muito mais fontes como estas porque se prestarmos atenção existem algumas pequenas lacunas referentes aos anos de 1870-1872, 1875-1876 e não encontramos dados suficientes para estas datas.

<sup>450</sup> Ver: “Sob o Jugo do Cativo” e “Uma relação perigosa”. In: MATTOS, Hebe. Maria. Das cores do silêncio. Op. Cit.

Janeiro.<sup>451</sup> No entanto, o maior volume de compra e venda de escravos ocorreu dentro do próprio termo, foram 176 registros entre 1872 e 1888 (ver tabela). As evidências que dispomos, revelam que a região de Barbacena estaria mantendo sua mão-de-obra escrava, precisávamos saber em que condições.

Esses dados sugerem que os proprietários escravistas do termo de Barbacena não investiam no tráfico interprovincial ou intraprovincial como a principal forma de reprodução da população escrava. Essas constatações sugerem outros tipos de investimentos dos proprietários escravistas de Barbacena, de acordo com suas possibilidades financeiras.

Tabela 63 - Termo de Barbacena - Registro de compra e venda de escravos - 1872-1888.

Compras externas		Vendas externas		Compras e vendas internas		Total	
51	18,35%	51	18,35%	176	63,30%	278	100%

Fonte: Livro de Notas de Compra e venda de Escravos, Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”.

Tabela 64 - Termo de Barbacena - Registro de compra e venda de escravos - 1872-1888

Compras externas		Vendas externas		Total	
51	50,00%	51	50,00%	102	100%

Fonte: Livro de Notas de Compra e venda de Escravos, Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”.

Mais importante destacar nesta avaliação sobre os registros de compra e venda de escravos é que a participação feminina representava a maioria dos mancipios negociados. E mais instigante, as mulheres são a maioria em transações comerciais realizadas internamente e também externamente, seja na compra ou venda. Parece ficar evidente que a economia local não seguia os padrões de desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

Em relação aos cativos comprados por proprietários do termo de Barbacena, as escravas correspondem a 60,78% ou 31 almas. O que nos sugere pensar em interesses vinculados a reprodução natural da mão de obra, mesmo “ingênua”, já que os filhos

<sup>451</sup> Carlos Pereira de Sá Fortes proeminente laticinista local, entre os anos de 1882 e 1886, também aparece comprando e vendendo escravos dentro do Termo de Barbacena, Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Livros de notas de compra e venda de escravos. Cx: 51. Ord: 07. 2SVC. 1882 a 1886. P. 47 v a 48. Passim.

acompanhavam as mães no cativo. Entre essas escravas há certo equilíbrio entre jovens mulheres, também há um número considerável de crianças. A média de idade era de 19 anos.<sup>452</sup>

Tabela 65 - Escravas compradas por proprietários do termo de Barbacena. Tráfico interprovincial e intraprovincial. 1872-1888

1- Francelina Parda - 1:150\$000 - 17 anos - Costureira. Sabará.
2- Delfina Crioula - 29 anos - Serviços domésticos. Carandaí.
3- Joanna Crioula -12 anos- filha de Delfina - Serviços domésticos. Carandaí.
4- Ilezena Crioula - 10 anos- filha de Delfina - Carandaí.
5- Theodora Parda - 6 anos- filha de Delfina - Carandaí
6- Francisca Crioula -300\$000-22 anos-Serviços domésticos - Chopotó, Piranga.
7- Rosalina Parda - 18 anos - Lavadeira. - Montes Claros.
8- Luzia Crioula - 8 anos - serviços domésticos. Montes Claros.
9- Martinha crioula - 22 anos - Serviços domésticos. Montes Claros.
10- Joana Crioula - 14 anos - Serviços domésticos. Santo Antonio do Monte.
11- Gertrudes Crioula Fula - 14 anos - Serviços domésticos. Santo Antonio do Monte <sup>453</sup>
12- Magdalena Crioula - 800\$000 - 31 anos-Serviços domésticos. São José Del Rei
13- Francelina Crioula -500\$000 - 24 anos-Serviços domésticos. Corte
14- Carolina Crioula - 400\$000 - 30 anos-Serviços domésticos. São José Del Rei. <sup>454</sup>
15- Florentina Crioula - 400\$000 - 19 anos - Serviços domésticos. Chopotó <sup>455</sup>
16- Vicência Parda - 1:500\$000 - 26 anos- Cozinheira. Pitangui.
17- Deolinda Parda - 1:150\$000 - 11 anos- Serviços domésticos. Sabará
18- Jesuína Crioula - 1:400\$000 - 26 anos - Serviços domésticos. Sabará
19- Deolinda Crioula - 23 anos Serviços domésticos. São José Del Rei

<sup>452</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos, Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”.

<sup>453</sup> As onze primeiras escravas estão relacionadas no Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 42. Ord:24 2SVC. Julho de 1872 a setembro de 1874.

<sup>454</sup> Da 12ª a 14ª escrava estão relacionadas no Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 51. Ord:7. 2SVC. 16 de maio de 1882 a 8 de maio de 1886.

<sup>455</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx:51. Ord:8. 2SVC. 30 de junho de 1886 a 06 de Fevereiro de 1888.

20- Rosa Crioula (mulher de Antonio) - 44 anos - Fiandeira. Itapecerica
21- Catarina Crioula - 33 anos - Serviços domésticos. Itapecerica
22- Cezaria Crioula - 1:200\$000 - 16 anos - Costureira. Mercês
23- Rita Crioula - 1:050\$000 - 18 anos - Serviços domésticos. São José Del Rei.
24- Marcolina Parda - 11 anos - Serviços domésticos. Sete Lagoas
25- Eduvirges Parda - 12 anos - Serviços domésticos. Sete Lagoas
26- Adelaide Parda - 1:500\$000 - 14 anos -Serviços domésticos. Rio de Janeiro
27- Malvina Parda - 19 anos - Serviços domésticos. Corte
28- Leocádia Preta - 14 anos - Serviços domésticos. Maranhão para Corte
29- Ignácia Crioula - 1:000\$000 - 28 anos - Serviços domésticos. Ubá
30- Marinha Crioula-700\$000 - 30 anos - Serviços domésticos. Tamanduá
31- Maria Preta-1:400\$000- 28 anos-Serviços domésticos. Entre Rios <sup>456</sup>

Por outro lado, verificamos que também entre os escravos vendidos, do termo de Barbacena para outras regiões, as escravas representam a maioria. Dos 51 escravos comercializados para diversas localidades, 31 ou 60,78% eram do sexo feminino.<sup>457</sup> Há de fato, uma igualdade entre a entrada e a saída de escravas do termo, foram 31 cativas que chegaram e 31 que deixaram a região. Podemos argumentar que outras localidades também procuravam escravas com o mesmo objetivo dos proprietários de escravistas de Barbacena. Observamos que o município de Juiz de Fora era o principal comprador. No entanto, o número era pouco expressivo para a economia agroexportadora. De acordo com a pesquisa realizada por Jonis Freire para Juiz de Fora, constatamos que o número de escravos comprados de Barbacena era pouco significativo<sup>458</sup>, pelo menos para os três grandes proprietários escravistas agroexportadores pesquisados por Freire<sup>459</sup>. Além disso, em Juiz de Fora, a população escrava masculina envolvida nos negócios do tráfico interno sempre foi superior a feminina.<sup>460</sup> Portanto, não possuímos dados para afirmar que o município de Juiz de

<sup>456</sup> Da 16ª escrava até a 31ª, foram relacionadas no Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx:51. Ord: 12. 2SVC. 04 de Abril de 1877 a 11 de Agosto de 1880.

<sup>457</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos, Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”.

<sup>458</sup> FREIRE, Jonis. Op.cit.p.108

<sup>459</sup> Dos três escravistas, Dias Tostes, Barbosa Lage e Paula Lima, os dois primeiros tiveram sua fortuna originada da economia mercantil de alimentos do termo de Barbacena. FREIRE, Jonis. Op. cit, p.110.

<sup>460</sup> FREIRE, Jonis. Op. cit.p.108.

Fora ou qualquer outra região estivesse comprando escravas para fins de reprodução natural da mão de obra das fazendas.

Tabela 66 - Escravas vendidas por proprietários do termo de Barbacena. Tráfico interprovincial e intraprovincial. 1872-1888

32- Herculana Parda - 1:000\$000 - 25 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
33- Catarina, mulher de Elias - 40 anos - Serviços domésticos. Rio Novo.
34- Josefa Crioula - 10 anos - Serviços domésticos. Rio Novo
35- Virginia Crioula - 500\$000 - 14 anos - Serviços domésticos. Prados
36- Maria Crioula-25 anos-Costureira. Juiz de Fora.
37- Rita Crioula - 31 anos- Serviços domésticos. Juiz de Fora.
38- Eva Crioula - (filha de Rita) - 13 anos-Serviços domésticos. Juiz de Fora.
39- Maria Crioula - 1:000\$000 - 22 anos - Serviço braçal. Rio Novo
40- Anna Crioula - 650\$000 - 27 anos - Serviços domésticos. São José Del Rei
41- Rita Crioula - 23 anos - (mulher de João Crioulo) - Serviços domésticos. São José Del Rei). <sup>461</sup>
42- Rosalina Crioula - 1:000\$000 - 30 anos - Roceira - Juiz de Fora.
43- Bárbara Crioula - 1:000\$000- 23 anos-Serviço de roça. Juiz de Fora. 462
44- Maria Crioula - 1:000\$000 - 30 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
45- Francelina Crioula - 500\$000 - 24 anos - Serviços domésticos. Mar de Espanha.
46- Francisca Parda - 600\$000 - 20 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
47- Benvinda Crioula - 1:000\$000 - 25 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
48- Bárbara Parda - 500\$000 - 38 anos - Serviços domésticos. Mar de Espanha.
49- Iria Crioula - 500\$000 - 18 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
50- Luisa Crioula - 400\$000 - 20 anos - Serviços domésticos. Mar de Espanha.
51- Joana Parda - 31 anos - Serviços domésticos. Corte
52- Maria Crioula - 400\$000 - 28 anos - Serviços domésticos. Valença <sup>463</sup>

<sup>461</sup> Da 1<sup>a</sup> a 10<sup>a</sup> escrava relacionadas estão registradas no Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 42. Ord:24 2SVC. Julho de 1872 a setembro de 1874.

<sup>462</sup> Livros de Notas de compra e venda de Escravos.Cx: 42. Ord:23. 2SVC. 11/11/1880- 10-5-1882

<sup>463</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 51. Ord:7. 2SVC. 16 de maio de 1882 a 8 de maio de 1886.

53- Maria Preta - 600\$000 - 22 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
54- Floriana Crioula - 260\$000 - 27 anos - Serviços domésticos. Lima Duarte.
55- Rita Preta - 400\$000 - 34 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
56- Rita Preta - 400\$000 - 29 anos - Serviços domésticos. Além Paraíba
57- Anacleta Parda - 550\$000 - 18 anos - Serviços domésticos. Corte
58- Cecília Preta - 300\$000 - 37 anos - Serviços domésticos. Além Paraíba <sup>464</sup>
59- Eva Crioula - 900\$000 - 32 anos - Cozinheira. Juiz de Fora.
60- Ana Parda (Crioula) - 1:600\$000 - 16 anos. Chopotó.
61- Joana Preta - 1:700\$000 - 28 anos - Serviços domésticos. Juiz de Fora.
62- Virgínia Preta, filha de Joana - 500\$000 - 9 anos. Juiz de Fora. <sup>465</sup>

Em relação ao comércio de escravos dentro do termo de Barbacena, verificamos que foram negociados 94 escravas e 82 escravos, a proporção seria de 46,59% de cativos do sexo masculino e 53,41% para as cativas. Portanto, a proporção é menos equilibrada do que os negócios feitos fora do termo, de qualquer forma surpreende a maioria feminina no tráfico interno.<sup>466</sup>

Que fatores afinal fizeram com que os senhores escravistas preferirem comprar as mulheres? O interesse na reprodução natural seria o principal fator? Encontramos 154 mancípias e 122 mancípios, percentualmente significa dizer que 55,4 % correspondiam às escravas contra 44,6 % de escravos, demonstrando a supremacia feminina no tráfico interno de escravos de Barbacena no período de 1872 e 1888. Mas como explicar a presença de tantas crianças nas transações comerciais?

Talvez a investigação sobre os preços dos cativos nos esclareça algumas questões. De acordo com José Flávio Motta, houve um comportamento distinto dos preços médios reais de homens e mulheres ao longo do tempo. De fato, as escravas sofreram contínua desvalorização nas décadas de 1860 e 1870.<sup>467</sup> Em Juiz de Fora a média dos preços dos cativos era de um conto duzentos e trinta e nove réis (1:239\$000). Os homens tiveram preços médios superiores ao das mulheres, respectivamente, um conto trezentos e setenta

<sup>464</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx:51. Ord:8. 2SVC. 30 de junho de 1886 a 06 de Fevereiro de 1888.

<sup>465</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx:51. Ord: 12. 2SVC. 04 de Abril de 1877 a 11 de Agosto de 1880.

<sup>466</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos, Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi".

<sup>467</sup> MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 26, no. 52, 2006, p. 41.

e seis réis (1:376\$000) e um conto quarenta e três mil réis (1:043\$000). Em Barbacena, considerando que em diversas transações comerciais não constam os preços, o preço médio para as mulheres era de aproximadamente 900\$000, enquanto o valor estimado para os homens era de 1:200\$000.<sup>468</sup> Como podemos perceber, também no termo de Barbacena, as mulheres tinham uma avaliação menor.

Analisando os dados do o período estudado, o preço dos homens foi maior que o das mulheres, apesar da maioria feminina. Isso significa que o preço mais baixo da escrava pode ter influenciado na compra. Como explicar que não influenciou tanto em Juiz de Fora?

Comparando as faixas etárias, percebemos que, em média, os escravos, tanto do sexo masculino quanto do feminino, eram mais caros entre as faixas de 15 a 45 anos (idade considerada produtiva). Nessa faixa também houve maior incidência de transações comerciais. Entretanto, a média de preços dos homens foi sempre maior que a das mulheres.

E as crianças? Representavam o segmento mais barato do mercado de escravos, principalmente aquelas abaixo de 12 anos. Elas eram comercializadas junto com os seus pais, principalmente depois da Lei de 1869 e da Lei Rio Branco de 1871. Crianças escravas ou “ingênuas” estavam presentes tanto no comércio externo ao termo, como também e especialmente nas transações dentro do termo, sugerindo que os vendedores, neste caso, representassem proprietários em dificuldades financeiras fazendo negócios com senhores com maiores recursos financeiros, ou proprietários se desfazendo de heranças, ou ainda senhores redirecionando seus investimentos.

Camila Flausino, estudando o tráfico de escravos envolvendo Mariana no período 1850-1886, mostra-nos que 27,2% das negociações envolvendo escravos correspondiam àqueles com menos de quinze anos, sendo 16,1% meninos e 11,1% meninas. <sup>469</sup> No termo de Barbacena, percebemos, claramente, a nítida preferência por meninas. Normalmente, as crianças vêm acompanhadas nas negociações pelos pais ou pela mãe. Na faixa de 12 a 14 anos, a maior parte das crianças negociadas é constituída por meninas. <sup>470</sup>

Para a localidade de Constituição, pertencente à região cafeeira do Oeste Paulista, José Flávio Motta observou que a participação das crianças escravas nas

---

<sup>468</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos. AHMPAS.

<sup>469</sup> FLAUSINO, Camila. 2006, p.82.

<sup>470</sup> Ver anexo. Livro de Notas de Compra e venda de Escravos. AHMPAS.



negociações variou, no período 1861-1869, entre pouco mais de um quarto (26,6% dos homens) e pouco mais de um terço (35,6% das mulheres) e reduziu-se, no intervalo 1874-1880, para menos de um quinto (respectivamente, 15,9% e 19,7% dos indivíduos dos sexos masculino e feminino). “Tomados eles e elas conjuntamente, tal participação igualou-se a 17,2% em 1874-80; entretanto, se somássemos ao contingente de cativos as 59 crianças ingênuas que acompanharam seus pais e/ou mães negociados naqueles sete anos, o mesmo percentual elevar-se-ia para 25,1%, bem mais próximo do observado no decênio anterior (30,0%).”<sup>471</sup> Para as cidades do Vale do Paraíba Paulista de Guaratinguetá e Silveiras, também envoltas na produção cafeeira, José Flávio Motta e Renato Leite Marcondes encontraram, entre os escravos comercializados para a década de 1870, a porcentagem de 28% de escravos com menos de quinze anos.<sup>472</sup>

No termo de Barbacena, percebemos que ao longo dos anos, das décadas de 1870 e 1880, foram desaparecendo das negociações as crianças escravas em idades mais baixas e aparecem as “ingênuas”. Essas, descritas como apêndices dos familiares escravos, foram, em algumas situações, inseridas nas transações. Outro indicativo de que a vida do filho da escrava nascido após a Lei de 1871 não passou por grandes transformações.

Os indícios de que os senhores escravistas estavam interessados nas crianças e na presença feminina em suas escravarias pode ser comprovado pela relação de famílias cativas comercializadas no mercado de escravos do termo de Barbacena.<sup>473</sup> Uma grande proprietária de cativos demonstra forte apego pelas “crias” de sua fazenda. Em inventário, consta um testamento reservando dinheiro e terras para afilhados “crias da casa”.<sup>474</sup>

---

<sup>471</sup> MOTTA, José Flávio, 2005.

<sup>472</sup> MOTTA, José Flávio; MARCONDES, 2000, p.272

<sup>473</sup> Famílias comercializadas: trinta e duas famílias (32) inteiras comercializadas. Porém, pode haver muito mais, uma vez que há listas inteiras de escravos de um mesmo senhor sendo comprados ou vendidos mencionando cativos de um, dois, três e cinco anos de idade, contudo não mencionando laços familiares, entretanto a própria idade dos cativos denota presença de famílias escravas durante toda a segunda metade do século XIX.

<sup>474</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventário de Dona Maria Luiza de Sá Fortes. Cx:79. Ord: 08. 1888. 1SVC.

Tabela 67 - Famílias Escravas Negociadas no Período de 1872 A 1888. Julho de 1872 a setembro de 1874.<sup>475</sup>

63- Rita Parda - 21 anos - Roceira. (filho de Rita já liberto).
64- Malvina Crioula - 10 anos: Total de Malvina e Rita Crioula: 940\$000.
65- Rita Crioula - 1:000\$000 - 28 anos e sua filha de 1 ano e meio.
66- Sebastiana Crioula com filho de 18 meses - 680\$000 - 26 anos
67- Elias Africano - 50 anos
68- Catarina, mulher de Elias - 40 anos
69- Josefa Crioula - 10 anos. Filha.
70- Ambrosio Crioulo-5 anos. Filho
71- Ivo Crioulo - 2 anos. Filho. 4:150\$000
72- Joaquim Africano - 42 anos.
73- Hilária Africana, mulher de Joaquim - 34 anos.
74- Izabel Crioula. Filha do casal.
75- Philomena Crioula. filha do casal.
76- Thomazia Crioula. Filha do casal.
77- Antonia Crioula. Filha do casal.
78- José Crioula. Filho do casal.
79- Leonor Crioula. Filha do casal.
80- João Crioulo - 42 anos
81- Constância Crioula, mulher de João Crioulo - 40 anos.
82- Clementina Crioula - (filha do casal).
83- Rita Crioula - (filha do casal).
84- Bento Crioulo - (filho do casal).
85- Vicência Crioula - (filha do casal).
86- Joanna Crioula - (filha do casal).
87- Seraphina Crioula - (filha do casal). Total do valor das duas famílias escravas: 8:0000\$000)
88- Victoriano Crioulo - 28 anos

<sup>475</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 42. Ord: 24 2SVC. Julho de 1872 a setembro de 1874.

89- Maria Crioula - 25 anos - Total do valor de Victoriano e Maria - 3:000\$000.
90- Delfina Crioula - 29 anos
91- Joanna Crioula - 12 anos - Filha de Delfina
92- Ilezena Crioula - 10 anos. Filha de Delfina
93- Theodora Parda- 6 anos. Filha de Delfina. Total do valor desta família: 2:000\$000.
94- Antonio Sebastião Crioulo - 36 anos
95- Victória Crioula - (mulher de Antonio) - 31 anos.
96- Marcolino Crioulo-( filho de Antonio e Victória)-4 anos.
97- Marinho Crioulo - (filho de Antonio e Victória) - 2 anos. Total do valor desta família escrava: 2:000\$000.
98- Rita Crioula - 31 anos
99- Eva Crioula - (filha de Rita) - 13 anos
100- Thomé Crioulo - (filho de Rita) - 7 anos.
101- Felisbino Pardo - (filho de Rita) - 4 anos. Total do valor desta família escrava: 2:750\$000
102- Generosa Crioula - 300\$000 - 36 anos
103- Malvina Parda - 300\$000 - (filha de Generosa) - 8 anos.
104- Maria Crioula - 25 anos
105- Luis Crioulo - (filho de Maria Crioula) - 9 anos. Total do valor desta família escrava: 1:200\$000.
106- Benta Crioula - 35 anos. Filha.
107- Thereza Crioula - 12 anos. Filha.
108- Balbino Fula - 6 anos. Total desta família escrava: 545\$000.
109- Beatriz Crioula - 23 anos
110- Romana Crioula - (filha de Beatriz) - 5 anos.
111- Antonia Crioula - (filha de Beatriz) -3 anos.
112- Agostinho Crioulo - 200\$000 - 6 anos - (filho dos escravos Eliseu e Graciana).
113- João Crioulo - 30 anos
114- Rita Crioula - 23 anos - (mulher de João Crioulo)

115- Ananias Crioulo - (filho de João Crioulo e Rita Crioula). Total do valor desta família escrava: 2:700\$000.
116- Joana Crioula - 14 anos
117- Gertrudes Crioula Fula - 14 anos - Valor das duas escravas: 2:000\$000. (é possível que estas escravas sejam da mesma família, porém não vem referência).

Tabela 68 - Livro de compra e venda de escravos 04/04/ 1877 a 11/08/ 1880<sup>476</sup>

118- Rita Africana - 53 anos
119- Geraldo Crioulo. Filho de Rita -14 anos Total do valor desta família escrava: 2:000\$000
120- Antonio Africano - 62 anos
121- Bendicto Crioulo - 10 anos. Filho.
122- Beraldo Crioulo - 8 anos. Filho.
123- Rosa Crioula (mulher de Antonio) - 44 anos
124- Eva Crioula - 31 anos.
125- Firmino Pardo (filho de Eva) 9 anos. Total do valor desta família escrava: 2:500\$000
126- Cezaria Crioula - 1:200\$000-16 anos. filha de Eva
127- Venância Parda - 670\$000 - 13 anos. Filha de Eva
128- Joana Preta - 1:700\$000 - 28 anos.
129- Virgínia Preta - (filha de Joana) - 500\$000 - 9 anos.

Tabela 69 - Livro de compra e venda de escravos 11/11/1880 – 10/05/1882<sup>477</sup>

130- Manoel Pardo – 36 anos
131- Martinha Crioula - 36 anos.
132- José Crioulo - 15 anos - filho de Manoel e Martinha
133- Pedro Crioulo - 13 anos - filho de Manoel e Martinha.

<sup>476</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx:51. Ord: 12. 2SVC. 04 de Abril de 1877 a 11 de Agosto de 1880.

<sup>477</sup> Livros de Notas de compra e venda de Escravos. Cx: 42. Ord: 23. 2SVC. 11/11/1880- 10-5-1882.

134- Maria crioula - 11 anos - filha de Manoel e Martinha.
135- Luzia Preta - 300\$000 - 46 anos
136- João Crioulo - 1:400\$000 - 19 anos - filho de Luzia
137- Sebastião Crioulo - 600\$000 - 17 anos - Roceiro. filho de Luzia
138- Gabriel, 58 anos
139- Antonia, 50 anos (casada com Gabriel) - 1:800\$000 preço total
140- Jacintho, 30 anos
141- Esposa de Jacintho, nome não identificado.
142- Floriano Crioulo. 48 anos.
143- Perpétua Crioula. 30 anos, casada com Floriano. Total do valor do casal: 2:000\$000.

Tabela 70 - Livro de compra e venda de escravos .Maio de 1882 a 8 de maio de 1886.<sup>478</sup>

144- João de cor Preta. 61 anos
145- Silveria 50 anos. Mulher de João de cor Preta. Total dos dois escravos: 700\$000
146- Benvinda Crioula - 1:000\$000 - 25 anos - Teófilo Crioulo, filho de Benvinda. 2 anos.
147- Miguel Crioulo - 34 anos.
148- Anna Crioula - 35 anos - (mulher de Miguel). Total desta família escrava: 2:000\$000.
149- Joana Parda - 31 anos.
150- Cezária Parda - 15 anos - (filha de Joana). Total desta família escrava: 1:000\$000.

Marcos Ferreira de Andrade, aborda em seu trabalho sobre Campanha da Princesa, os incentivos e investimentos feitos pelos proprietários do Sul de Minas em famílias escravas voltada para o controle e reprodução da mão-de-obra escrava, inclusive como estratégias para enraizar e atrelar suas escravarias no interior de suas propriedades.<sup>479</sup>

<sup>478</sup> Livro de Notas de Compra e venda de Escravos: Cx: 51. Ord: 7. 2SVC. 16 de maio de 1882 a 8 de maio de 1886.

<sup>479</sup> ANDRADE, Marcos, Ferreira de. Família, fortuna e poder no Império do Brasil. MG- Campanha da Princesa (1799-1850). Op. Cit. P. 278-300. Passim

Portanto, a análise sobre o comércio de escravos no termo de Barbacena sugere que os proprietários escravistas estavam muito mais preocupados em reproduzir sua escravaria naturalmente, mesmo porque, a economia da região não permitia grande investimento no tráfico interprovincial e intraprovincial. Os negócios realizados demonstram o interesse desses proprietários em conseguir famílias, mulheres e crianças, fossem estas ingênuas ou escravas. Neste sentido, o mercado de escravos revela a fragilidade econômica dos proprietários do termo e a necessidade imperiosa de buscar soluções para reproduzir a mão de obra das fazendas barbacenenses. Por este motivo, as famílias escravas representavam o centro de interesse, principalmente dos grandes proprietários escravistas, já os pequenos, mal tinham condições de manter uns poucos escravos.

A presença de mulheres, crianças e famílias escravas nas transações comerciais escravistas não decorria, portanto, apenas da preferência dos proprietários escravistas de Barbacena, diante da desaceleração econômica, era resultado de uma imposição do mercado de escravos à economia barbacenense, em desaceleração desde meados do século XIX. Essa economia descapitalizada foi deixando de recorrer à compra de escravos, principalmente de homens em idade produtiva, porque os proprietários da região não tinham condições financeiras para comprar escravos. A saída para esses senhores foi incentivar ainda mais a reprodução natural, utilizando os "ingênuos" como se fossem escravos, a fim de manter suas unidades produtivas funcionando.

Nos próximos itens vamos analisar as características das famílias escravas do termo de Barbacena e a estabilidade diante da morte do senhor e do mercado de escravos.

### **3.5 A estrutura familiar escrava**

No inventário de José Rodrigues Costa encontramos famílias escravas típicas das grandes propriedades escravistas do termo de Barbacena na década de 1870.<sup>480</sup> São famílias nucleares, crioulas, com mais de dois filhos nas grandes escravarias. No inventário analisado existem trinta e um escravos relacionados, todos estão inseridos em relações familiares consanguíneas. Constatamos a presença, tanto de famílias nucleares quanto matrifocais. Dos 31 escravos, havia 17 mancípios do sexo feminino. Do total de escravos neste inventário verificamos a presença de dezessete crianças com 12 anos ou

---

<sup>480</sup> Inventário de José Rodrigues Costa, 2svc , cx.74, ordem 10, 1876. AHMPAS

menos. Era evidente a prática do proprietário escravista no sentido de estimular a formação de famílias e a reprodução natural como instrumento de reposição da mão de obra na sua unidade produtiva.

Neste item analisaremos a constituição das famílias escravas identificadas nos inventários post-mortem do AHMPAS, na cidade de Barbacena (MG) no período de 1870 a 1888. Nesses documentos verificamos um elevado número de grupos familiares. As famílias nucleares predominam nos anos de 1870 e as matrifocais na década de 1880. Também constatamos a concentração das unidades familiares nas maiores escravarias. A população escrava pesquisada era formada predominantemente por crioulos e havia relativo equilíbrio entre os sexos, fatores que aumentavam as oportunidades de criação dos vínculos familiares.

Para realização deste trabalho utilizamos 491 inventários post mortem lançados no termo de Barbacena para o período 1870-1888.<sup>481</sup> Dentre esse total considerado, verificou-se que em 324 autos realizaram-se avaliações de escravos, o que significa que aproximadamente 60% dos inventariados barbacenenses faleceram na condição de escravistas. O cômputo das informações a respeito de escravos e ingênuos revelou a presença de 2.679 escravos e 311 “ingênuos”.

Em relação ao número de famílias, foi possível identificar a presença de 440 famílias escravas compostas por 1.871 membros. Tais resultados indicam que a inserção de escravos e ingênuos em famílias escravas mostrou-se significativa. Em relação às crianças, aproximadamente 70% dos infantes escravos e 100% dos ingênuos foi possível identificar algum tipo de laço parental.

Na década de 1870, verificamos o envolvimento em laços familiares de 986 escravos e 141 “ingênuos”, estes números representam o percentual de 59,07% do total de escravos e ingênuos arrolados no período. Nos anos 1880, o parentesco foi reconstituído para 574 escravos e 170 ingênuos, o que corresponde a 68,76% dos escravos.

O conceito de “família” utilizado no presente estudo obedece a definição utilizada por Costa, Slenes e Schwartz. Nesse sentido, a família não se refere apenas àquelas legitimamente constituídas, mas também a mães e pais solteiros convivendo com seus filhos, ou viúvos (as) com seus filhos. A família seria “o casal (unido ou não perante a Igreja), presentes ou não ambos os cônjuges, com seus filhos, caso houvesse; os

---

<sup>481</sup> O número de inventários corresponde a todos os documentos desta categoria pertencentes ao acervo do AHMPAS.

solteiros (homens ou mulheres) com filhos e os viúvos ou viúvas com filhos. Em qualquer dos casos, os filhos deveriam ser solteiros, sem prole e coabitar junto aos pais”.<sup>482</sup>

Somente foram considerados os laços parentais explícitos na documentação. Tal decisão deve, provavelmente, sub-registrar a quantidade de famílias escravas e indivíduos inseridos nestas famílias, pois o escrivão pode ter omitido esse tipo de informação no momento da descrição e avaliação dos bens inventariados.

As fontes utilizadas não nos permitem identificar casos de uniões mantidas apenas “no papel”, com casais separados de fato, embora partes de um mesmo plantel, nem entes separados espacialmente devido a empréstimos, aluguéis, etc.

Há que se ressaltar também que, muitas vezes, famílias de mães solteiras são na realidade arranjos consensuais. Outras vezes, em função das condições de produção do documento, famílias matrifocais nada mais são que famílias nucleares e legítimas sem a descrição do chefe masculino.

A ilegitimidade aqui é entendida não como promiscuidade, pois o mais provável é que muitas dessas famílias vivessem em uniões consensuais estáveis, apenas não legalizadas perante a Igreja. Botelho atenta para o seguinte:

[...] a possível ausência do pai escravo deve ser posta em dúvida, já que pode estar sendo influenciadas pela documentação utilizada. Apenas os laços conjugais legalmente sancionados eram levados em consideração. Assim muitos núcleos familiares que apareciam constituídos apenas de mãe e filhos poderiam na verdade contar com a presença de um parceiro masculino fixo, que também dividiria atribuições e encargos.<sup>483</sup>

Alida Metcalf, em seu estudo em Parnaíba (SP), afirma que esse tipo de família parece ter sido uma etapa comum no ciclo de vida dos escravos, as mesmas teriam uma duração abreviada e posteriormente “evoluiriam” em famílias nucleares. Segundo a pesquisadora “Em outras populações escravas, historiadores constataram que mulheres escravas frequentemente tinham seus primeiros filhos antes do casamento. [...] Posteriormente, casavam e formavam famílias nucleares com seus cônjuges e seus filhos”.<sup>484</sup> A ocorrência de nascimentos antes do casamento não impedia, portanto, a sua posterior realização, formando desta maneira famílias legalmente constituídas,

---

<sup>482</sup> COSTA; SLENES; SCHWARTZ, 1987, p.257.

<sup>483</sup> BOTELHO, 1994, op. cit, p.164.

<sup>484</sup> METCALF, Alida Christine. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. História e População. Estudos sobre a América latina. São Paulo: ABEP, 1990, p.208.



embora nem sempre isso ocorresse, não podemos dizer que esses relacionamentos tenham sido instáveis e pouco duradouros.

A formação de uma família legalmente constituída, entendida aqui como nuclear, pode ter legado a essas pessoas uma maior “proteção” moral e legal. Entretanto, as famílias ilegítimas, matrifocais, provavelmente, contaram com a presença do pai escravo, pelo menos em seus anos iniciais os laços familiares que as constituíram devem ter sido respeitados e talvez também reconhecidos por seus senhores e pela sociedade de um modo geral. A pesquisadora Sheila Faria atenta para o fato de que “Se até os não casados reivindicavam a companhia da família, que se dirá dos legalmente unidos?”<sup>485</sup> Aos proprietários de escravos e a sociedade daquela época não deve ter passado despercebido os perigos de um não reconhecimento dos laços familiares estabelecidos pela população escrava. O não reconhecimento destes laços muitas vezes provocou ações violentas e agressivas ao domínio senhorial, como homicídio, fugas, infanticídio, formação de quilombos; levando a historiografia a enfatizar a resistência escrava.<sup>486</sup>

As famílias escravas do termo de Barbacena estabeleceram relações com todos os estratos da sociedade - livres, escravos, libertos/forros - nota-se por parte das mesmas uma liberdade de movimento da população que estudamos, que certamente alargou suas solidariedades bem como alargou a família escrava. Na necessidade de obter laços mais sólidos de reciprocidade e amizade, “o escravo encontrou no sistema de compadrio, do parentesco religioso, uma alternativa para criar uma família sua mais ampla”.<sup>487</sup>

Nesta dissertação não abordaremos as famílias extensas e nem as ampliadas através do método quantitativo, em função da natureza das fontes utilizadas e também devido ao objetivo maior desta pesquisa em compreender a formação da família escrava na conjuntura das duas décadas finais do regime escravista no Brasil. Para ampliar esta pesquisa é indispensável ter acesso aos livros de casamento e batismo pertencentes ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana visando a reconstituição dos laços de compadrio, além de uma abordagem quantitativa sobre os documentos do AHMPAS para um período mais extenso.

Pretendemos reconstituir a organização familiar dos escravos entre 1870-1888. Esse período é destacado pela instituição de leis transformadoras do sistema escravista. O proprietário que fora proibido de adquirir escravos via Atlântico desde

---

<sup>485</sup> FARIA, 1998, op. cit., p.315.

<sup>486</sup> Sobre os problemas criados pela retirada do escravo de seu local de moradia habitual bem como do convívio de parentes conferir, por exemplo, MATTOS, 1998, op. cit. SCHWARTZ, 1989, op. cit. p. 19.

<sup>487</sup> MARCÍLIO, 1991, op. cit., p. 13

1850, naquele momento se via sucessivamente carregado de privações para a manutenção/reprodução de sua mão-de-obra cativa: não pôde dispor, em vendas, doações ou heranças, de seus escravos de acordo com sua vontade apenas, sendo obrigado a respeitar a não separação das famílias constituídas em seu plantel (1869); viu o ventre de suas escravas ser libertado e formar-se a categoria de ingênuos (1871); além disso tudo, a obrigatoriedade da matrícula de seus escravos permitiu que o poder do Estado fiscalizasse melhor o seu patrimônio. Entretanto, a instituição da lei que garantia a liberdade para os filhos de escravas nascidos após 1871 parece não ter sido empecilho para a manutenção da mão-de-obra dos plantéis, visto que os senhores tinham o direito de utilizá-los até que completassem 21 anos.

Horácio Preto, menino escravo de um ano, teria nascido em 1871, supostamente, meses antes da Lei Rio Branco, era o filho mais novo de Francisca Preta. A sua mãe foi registrada como solteira na lista de matrícula, mas tinha outros três filhos, Vicente de 6 anos, Luzia de 4 anos e João de 2 anos. Entre diversas informações deste inventário, a que mais chama atenção é a existência de 10 crianças e somente seis adultos. Portanto, este senhor pode ser considerado um grande proprietário, em função da presença das crianças. De todas as dez crianças, a mais velha tinha nove anos. As vésperas da Lei Rio Branco, este senhor passou a ser proprietário de dez crianças. Entretanto, em pouco tempo, Horácio Preto faleceu. No inventário de 1876, Francisca não foi relacionada, assim como seu filho Horácio, ficamos sem saber o destino dessa mãe que teve seus filhos na época da aprovação da Lei Rio Branco. E por destino ou artimanha do proprietário escravista nasceram escravos. Os filhos de Francisca foram separados na partilha, enquanto as outras crianças permaneceram juntas de suas respectivas mães.<sup>488</sup>

Para compreender a constituição da família escrava no termo de Barbacena, é importante visualizar o percentual de crianças escravas e ingênuas inseridas nestas famílias. Na década de 1870, verificamos a presença de 496 crianças com vínculos familiares, na década seguinte observamos o declínio para 248 infantes inseridos em famílias.

---

<sup>488</sup> Inventário de Francisco José Diniz, caixa 69, ordem 20, 2SVC, 1876.

Tabela 71 - Crianças escravas e ingênuas identificadas em famílias. Termo de Barbacena. (1870-1888) <sup>489</sup>

Período	Crianças		Mulheres		Homens		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1870-1879	496	44,01	374	33,19	257	22,80	1127	100
1880-1888	248	33,33	294	39,52	202	27,15	744	100

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Em relação às crianças, constatamos que todos os ingênuos foram identificados nas famílias, enquanto as escravas, em muitas situações, não havia maiores informações. Das 618 crianças escravas relacionadas nas décadas de 1870 e 1880, somente 433 tiveram seus nomes vinculados a algum tipo de família, nuclear ou matrifocal, portanto, aproximadamente 30% dessas crianças não têm indicação do nome do pai ou da mãe. A grande maioria desses casos está relacionada aos inventários do início da década de 1870, quando as matrículas de escravos ainda não eram obrigatórias. Nesses inventários, em muitos casos, não havia a menor preocupação na identificação familiar de crianças ou adultos, o máximo que se conseguia era saber o estado conjugal, além do preço e da idade, estas últimas informações, normalmente presentes, estavam relacionadas aos interesses patrimoniais do proprietário escravista. Em algumas situações só foi possível perceber a existência da família, a partir da análise de todo plantel, a divisão entre os sexos, as idades de cada escravo, alguma informação de outros cativos registrados na partilha, enfim, buscando meios para ter a certeza que determinado escravo era membro de uma família nuclear ou matrifocal.

Sobre as mulheres consideradas adultas, maiores de 14 anos, já em idade produtiva, identificamos 668 escravas com vínculos familiares, de um total de uma população feminina de 934 almas registradas nos inventários do AHMPAS, para o período de 1870 a 1888. Em termos percentuais representa 71,52 % de cativas com laços de família. A primeira constatação é que foi mais fácil reconhecer algum vínculo familiar nas mulheres do que nos homens, a condição de mãe é registrada com mais frequência que a de pai.

<sup>489</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Também percebemos que a participação de mulheres chega a ultrapassar a inserção de crianças nas famílias na década de 1880. Uma das hipóteses para a ocorrência deste fato seria reflexo da Lei de 1871 que incentivava a manumissão dos escravos, priorizando aqueles com ligações familiares, através do pecúlio e do fundo de emancipação criado pelo estado. Como vimos no capítulo anterior, os efeitos da Lei Rio Branco foram bastante limitados em Barbacena. Para alguns autores clássicos, como Robert Conrad <sup>490</sup>, existiria uma relação entre a diminuição do número de filhos entre as escravas e o aumento da mortalidade infantil após a lei de 1871. A mortalidade, as transações comerciais e as alforrias fornecidas por proprietários seriam responsáveis pela queda do número de escravos nas regiões voltadas para a economia interna durante as últimas décadas do século XIX. Peter Eisenberg observou um aumento do número de alforrias no período posterior à lei de 1871, a partir da análise de duas mil e noventa e três cartas de alforria levantadas em Campinas, para 1798 a 1888. Segundo o autor, “se na primeira metade do século a taxa de crescimento das alforrias parece ter sido mais ou menos igual à taxa de crescimento da população escrava, nas décadas de 1870 e 1880 as alforrias dispararam, enquanto a população escrava entrou em declínio.” Essa transformação acompanhou o crescimento do movimento abolicionista. <sup>491</sup> No caso específico do termo de Barbacena verificamos um envelhecimento da população, o que certamente, influenciou na taxa de mortalidade. Consideramos que o aumento do preço dos escravos, desde o fim do tráfico Atlântico até o aumento de impostos das décadas de 50, 60 e principalmente, 70 e 80, prejudicaram muito o negócio dos proprietários escravistas. Também entendemos que o controle maior exercido pelo Estado sobre as escravarias, nas décadas de 1870 e 1880, enfraqueceu política e economicamente os escravistas. No entanto, a razão central para a diminuição da população infantil em Barbacena pode estar relacionada ao progressivo declínio econômico da região. A reprodução natural representava uma solução paliativa para os problemas dos proprietários escravistas. Para os pequenos proprietários o crescimento da família

---

<sup>490</sup> Observando as estatísticas, Robert Conrad revela que os filhos registrados como ingênuos eram em número muito menor do que o de crianças que as escravas poderiam ter dado à luz. “No final do sétimo ano após a passagem da lei, apenas 278.519 crianças tinham sido registradas, das quais 218.418 estavam registradas como vivas. O recenseamento de 1872, contudo, registrava 439.027 escravas entre as idades de onze e quarenta anos, isto é, cerca de duas mulheres em idade de ter filhos para cada ingênuo que nascera, que fora registrado e que sobrevivera entre 1871 e 1879. Da mesma forma, em 1883, havia 835 escravas nas nove lavouras de café do Conde de Nova Friburgo, mas apenas 337 ingênuos.” Para o autor, esses números indicavam um índice de mortalidade elevado ou então um índice baixo de natalidade, ou ambos, para os filhos das escravas. CONRAD, 1978, p.143

<sup>491</sup> EISENBERG, 1987, p.179

escrava poderia agravar seus problemas econômicos, visto que não era por falta de mão de obra que ocorreu a diminuição do crescimento econômico, pelo contrário, foi a desaceleração econômica da região que impediu a absorção de mais mão de obra escrava, principalmente pelos pequenos proprietários. O que verificamos constantemente nas fontes primárias, desde meados do século XIX, foi a própria estrutura econômica se desfazendo dos escravos em função de sua própria desaceleração.

Voltando a questão das escravas com vínculos familiares, percebemos que o número de mulheres, alguma vez casadas, era superior ao contingente de mães solteiras na década de 1870. Entretanto, na década de 1880, o número de mães solteiras supera as mães casadas. Uma análise mais apurada pode ser conseguida com a utilização de pesquisa sobre o livro de casamentos do termo de Barbacena, pertencente ao Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Utilizando as fontes que dispomos, percebemos as mudanças ocorridas na constituição da família escrava, principalmente a diminuição da população infantil escrava, crescimento do número de ingênuos e o aumento do número de mães solteiras na década de 1880.

Tabela 72 - Escravas casadas, viúvas ou mães solteiras. Termo de Barbacena. (1870-1888)<sup>492</sup>

Período	Casadas ou viúvas		Mães solteiras		Outras mulheres		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%
1870-1879	148	26,91	133	24,18	269	48,91	550	100
1880-1888	73	19,01	109	28,39	202	52,60	384	100

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Robert Slenes observou a diminuição de casamentos no período de 1872 e 1887 nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo.<sup>493</sup> Na historiografia sobre o tema, verificamos que existem diversos autores que relacionam a Lei Rio Branco com a diminuição de casamentos. Sheila Faria, em seu estudo para o Rio de Janeiro, verifica,

<sup>492</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>493</sup> Slenes calcula índices que variam de -28,1% a -81,8% e que representam a queda na porcentagem de escravos casados de seis regiões das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro entre 1872 e 1887. Slenes, Na senzala, uma flor, p. 86. SLENES, Robert, 1999, p.86.

além de outras causas, o surgimento desta Lei, como explicação possível para o fato.<sup>494</sup> José Flávio Mota e Renato Marcondes afirmam que a legislação, produzida desde 1869, teria tornado mais resistentes os proprietários escravistas aos casamentos dos escravos, embora não tenham se mostrado contrários as uniões consensuais.<sup>495</sup> A queda do número de casamentos seria uma estratégia dos escravistas para se adequar a nova legislação. Os casamentos legais permitiriam que os escravos garantissem direitos consagrados em lei, o que colocaria em risco o poder dos senhores escravocratas.<sup>496</sup>

É possível que os proprietários de cativos da região de Barbacena também estivessem preocupados com algumas mudanças advindas da legislação de 1869 e 1871, e talvez as uniões consensuais estivessem mais de acordo com os interesses dos escravocratas. Nesse sentido, concordamos com Botelho<sup>497</sup> sobre os motivos que levaram a família escrava em Barbacena, assim como em Montes Claros, ter se buscado mais a união consensual do que o casamento formal. De fato, as mudanças na legitimidade escrava ocorreram no “controlar” branco e não no “lar” negro, ou seja, as mudanças estão mais ligadas à postura senhorial perante a oficialização das uniões cativas do que ao caráter passageiro de tais relacionamentos.

Uma outra questão relevante é a relação entre a dimensão da propriedade e a presença das famílias escravas. As possibilidades para o estabelecimento de vínculos de parentesco cresciam à medida que aumentava o número de escravos nas propriedades. Entre aquelas com até cinco escravos, o menor número de indivíduos e o alto índice de masculinidade, conjugado à dificuldade de legitimação de uniões entre escravos de propriedades distintas, deve ser visto como a causa da menor incidência de vínculos familiares. Os mesmos empecilhos restringiam as possibilidades de estabelecerem-se vínculos familiares para os homens nas maiores escravarias: “o enorme excedente de homens sobre mulheres reduzia o ‘pool’ de possíveis esposas. Contudo, esse alto índice de masculinidade, junto com o maior tamanho do plantel, fazia com que as mulheres tivessem uma escolha bem maior de potenciais maridos”<sup>498</sup> e, conseqüentemente, a presença das famílias escravas aumentaria. Ademais, para os grupos menores, “nas situações em que as famílias fossem constituídas, a eventual prole resultante poderia implicar a mudança na própria faixa de tamanho (por exemplo, um casal que gerasse

---

<sup>494</sup> FARIA, Sheila, Sheila de Castro Faria, “Família escrava e legitimidade: estratégias de preservação da autonomia”, *Estudos afro-asiáticos*, 23 (1992), pp. 123-125/1992, pp.123-125.

<sup>495</sup> Marcondes & Mota, 2000, p. Marcondes & Motta, “A família escrava em Lorena e Cruzeiro”, p.125

<sup>496</sup> FARIA, Sheila. *Op.cit*, p. 17.

<sup>497</sup> BOTELHO, Tarcísio.1994.

<sup>498</sup> SLENES, Robert. Na senzala, uma flor, pp. 75-76.

três filhos)”.<sup>499</sup> “Não é difícil imaginar as complicações que podiam surgir quando esse tipo de união ocorria: residências diferentes, separação forçada, conflitos sobre tratamento humano e direitos de propriedade”.<sup>500</sup> Complementando os fatores que dificultavam tais uniões, Sheila Faria observa o caráter migrante da população livre, sendo os escravos “um bem que acompanhava o dono para onde ele fosse”, além de terem sido “o primeiro alvo dos credores na liquidação de dívidas”. Soma-se a este o fato de que os cativos “não se resignariam com facilidade ao afastamento de sua família, mesmo não sendo legalmente casados”.<sup>501</sup>

As tabelas abaixo demonstram que as relações de parentesco cresciam à medida que aumentavam o tamanho da propriedade em escravos. Assim, ao que tudo indica e corroborando os resultados de vários outros estudiosos da família escrava, as maiores escravarias conformavam um ambiente relativamente mais propício ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos.

Tabela 73 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1870-1888.

Período	Padrão de posse de escravos em família <sup>502</sup>									
	1 a 5		6 a 10		11 a 20		< 20		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>1870-1879</b>	<b>86</b>	<b>7,63</b>	<b>139</b>	<b>12,33</b>	<b>274</b>	<b>24,31</b>	628	<b>55,73</b>	<b>1127</b>	<b>100</b>
<b>1880-1888</b>	<b>38</b>	<b>5,11</b>	<b>61</b>	<b>8,20</b>	<b>272</b>	<b>36,56</b>	<b>373</b>	<b>50,13</b>	<b>744</b>	<b>100</b>

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>499</sup> Motta & Marcondes, “A família escrava em Lorena e Cruzeiro”, p. 105.

<sup>500</sup> Stuart Schwartz, Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 313.

<sup>501</sup> Faria, “Família escrava e legitimidade”, p. 117.

<sup>502</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

Tabela 74 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1870-1879.

Período	Padrão de posse de famílias por plantel 1870-1879 <sup>503</sup>									
	1 a 5		6 a 10		11 a 20		< 20		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>Matrifocal</b>	<b>23</b>	<b>8,46</b>	<b>29</b>	<b>10,66</b>	<b>33</b>	<b>12,13</b>	48	<b>17,65</b>	<b>133</b>	<b>48,90</b>
<b>Nuclear</b>	<b>3</b>	<b>1,10</b>	<b>14</b>	<b>5,15</b>	<b>34</b>	<b>12,50</b>	<b>88</b>	<b>32,35</b>	<b>139</b>	51,10
<b>Total</b>	<b>26</b>	<b>9,56</b>	<b>43</b>	<b>15,81</b>	<b>67</b>	<b>24,63</b>	<b>136</b>	<b>50,0</b>	<b>272</b>	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi". Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

Tabela 75 - Padrão de posse de escravos em família. Termo de Barbacena, 1880-1888.

Período	Padrão de posse de famílias por plantel 1880-1888 <sup>504</sup>									
	1 a 5		6 a 10		11 a 20		< 20		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
<b>Matrifocal</b>	<b>7</b>	<b>4,17</b>	<b>11</b>	<b>6,55</b>	<b>43</b>	<b>25,59</b>	48	<b>28,57</b>	<b>109</b>	<b>64,88</b>
<b>Nuclear</b>	<b>2</b>	<b>1,19</b>	<b>5</b>	<b>2,98</b>	<b>19</b>	<b>11,31</b>	<b>33</b>	<b>19,64</b>	<b>59</b>	35,12
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>2,98</b>	<b>16</b>	<b>8,33</b>	<b>64</b>	<b>38,09</b>	<b>85</b>	<b>50,60</b>	<b>168</b>	100,0

Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi". Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.

Verifica-se que mais de 70% as famílias pertenciam a senhores com dez ou mais escravos e ingênuos na década de 1870, proporção que atinge quase 90% nos anos de 1880. As famílias nucleares são mais concentradas nas grandes escravarias do que as famílias matrifocais. Assim, conclui-se que, além de concentrarem a grande maioria das famílias escravas arroladas, os grandes plantéis também se caracterizavam pelas maiores taxas de legitimidade das relações familiares ali estabelecidas.

Entretanto, principalmente nos anos de 1870, encontramos algumas famílias nucleares nas médias e pequenas escravarias. Na faixa de 1 a 5 escravos foram quatorze e no segmento de 6 a 10 registramos 34 famílias. Nas grandes escravarias, realmente, está a maioria das famílias nucleares. Duas delas estão relacionadas num plantel de doze

<sup>503</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi". Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1879.

<sup>504</sup> Fonte: Arquivo Histórico Municipal "Professor Altair Savassi". Inventários. 1SVC e 2SVC. 1880-1888.



escravos. Aloísio Preto de 50 anos e sua esposa, Tereza de 40 anos, foram registrados no inventário como pais de Vicente de 13 anos. Também, Pedro Pardo e Bárbara Preta, de 40 e 35 anos, respectivamente, foram anotados na documentação como pais de Luzia Parda de 3 anos. Constatamos que neste inventário a metade dos escravos tem vínculos familiares. Também percebemos que, provavelmente, o nascimento de Luzia ajudou para que o proprietário se tornasse um grande senhor de escravos.

Para concluir este item, verificamos que a distribuição das famílias escravas, segundo tamanho do plantel, revela que escravarias de diversos tamanhos proporcionaram a convivência familiar dos escravos barbacenenses, porém é bastante notório que a grande maioria das famílias identificadas concentrava-se em plantéis com posses superiores a dez pessoas. A alta concentração de crianças e mulheres residentes nas maiores propriedades, como vimos nos itens anteriores, não nos permite imaginar outra possibilidade que não a da reprodução.

Camilo Maria Ferreira, membro de uma família tradicional do termo de Barbacena que teve sua chácara descrita por Richard Burton como a melhor residência da cidade <sup>505</sup>, faleceu em 1882 <sup>506</sup> e deixou testamento libertando seus escravos, para alguns se ônus, para outros, condicionalmente. <sup>507</sup> Este senhor escravocrata tinha propriedades no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora, além de 215 escravos 84 “ingênuos”. <sup>508</sup>

A prática deste proprietário na formação de famílias escravas com fins de reprodução natural representava herança de seus ascendentes, desde o final do século XVIII. Ana Paula Rangel registrou em sua pesquisa sobre a família escrava no termo de Barbacena <sup>509</sup>, o Alferes Francisco Ferreira Armond, um dos maiores proprietários escravistas entre o final do século XVIII e início do século XIX. O que chamou atenção de Ana Paula sobre este fazendeiro foi o alto percentual de escravos casados no plantel deste senhor, morto em 1814. <sup>510</sup> O historiador Fábio Pinheiro, em sua pesquisa sobre o tráfico Atlântico, destacou um dos maiores fazendeiros e traficantes de escravos

---

<sup>505</sup> BURTON, Richard. Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho. p. 84

<sup>506</sup> AHMPAS. Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados. 1885. 1SVC. Cx. 61/17

<sup>507</sup> AHMPAS. Testamento de Camilo Maria Ferreira, 1856. Transcrito no Inventário de 1885. 1SVC. Cx. 61/17.

<sup>508</sup> Relação original de todos os escravos e ingênuos que pertenceram ao finado Conde de Prados. In: ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888. p. 289-304.

<sup>509</sup> RANGEL, Ana Paula. Op.cit.

<sup>510</sup> AHMPAS. AHMPAS, Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814. 2SVC. Cx. 20/18.

mineiros de nome Marcelino José Ferreira.<sup>511</sup> A época era de expansão econômica, 1809 a 1830, e a reprodução natural foi utilizada de forma complementar ao tráfico Atlântico.<sup>512</sup> Na década de 1850, estava evidente a desaceleração econômica da região de Barbacena. E a reprodução natural já se configurava como a principal forma de reposição da mão de obra escrava. Em 1856, Camilo Maria Ferreira, o Conde de Prados, escreveu seu testamento, planejando o destino de seus escravos<sup>513</sup>. Camilo era neto de Francisco Ferreira e filho de Marcelino Ferreira, o Barão de Pitangui.<sup>514</sup> Esses proprietários escravocratas aprenderam a manipular a reposição da mão de obra escrava de acordo com as conjunturas. E a conjuntura da segunda metade do século XIX, impunha ao Conde de Prados incentivar, ainda mais a formação de famílias.

Em Barbacena, descartada a influência significativa do comércio interno escravo na reposição da mão de obra, de acordo com o Recenseamento de 1872<sup>515</sup> e os livros de registros de compra e venda de escravos na década de 1870<sup>516</sup>, fica evidente que os grandes proprietários do termo de Barbacena estiveram incentivando, principalmente, a partir na segunda metade do século XIX, à formação e manutenção das famílias escravas para reprodução da mão de obra e utilizando o “ingênuo” como se fosse escravo, a partir dos anos de 1870.

---

<sup>511</sup>Arquivo Nacional. Intendência de Policia. Códice 421 e 424 (Banco de Dados do IPEA). Apud PINHEIRO, Fabio, p. 160-163.

<sup>512</sup> PINHEIRO, Fábio. Op. cit.

<sup>513</sup> AHMPAS. Testamento de Camilo Maria Ferreira, 1856. Transcrito no Inventario de 1885. 1SVC. Cx. 61/17.

<sup>514</sup> RESENDE, Edna. Op. Cit. P.156

<sup>515</sup> Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE.

<sup>516</sup> AHMPAS. Livro de registro de compra e venda de escravos.

### 3.6 A estabilidade da família escrava

Figura 18 - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Barbacena, início do século XX.<sup>517</sup>



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

O objetivo deste item é apresentar os resultados de uma análise acerca da estabilidade familiar entre os escravos do termo de Barbacena no período de 1870-1888. Como observamos nesta dissertação, a região estava voltada para o mercado interno e apresentava uma população escrava com características típicas de uma população que se reproduzia naturalmente.<sup>518</sup>

Para Fragoso e Florentino<sup>519</sup> a estabilidade da família escrava estaria vinculada a dois movimentos se destacam na reprodução da empresa escravista mercantil: o da compra e venda de cativos e o da passagem de escravos de uma geração

<sup>517</sup> Havia no termo de Barbacena 4.657 pretos livres, de acordo com o Recenseamento Geral do Império. Entretanto, o número de pretos cativos ainda era maior, chegava a aproximadamente 6.500 almas. Em relação aos pardos, a parcela de livres era maior que o de escravos. Recenseamento Geral do Império de 1872, IBGE.

<sup>518</sup> Nos itens anteriores, constatamos ser a reprodução entre os escravos a via que propiciava a manutenção do plantel. Mesmo durante o período estudado, em que a reprodução não garantiria o fornecimento de mão-de-obra por toda a vida. Os “ingênuos” teriam a obrigação legal de prestar serviços ao senhor de sua mãe, no máximo, até os 21 anos de idade. FLORENTINO & MACHADO, 2000, p. 54-55.

<sup>519</sup> FRAGOSO & FLORENTINO, 1987, p.163-164.

para outra de senhores, através de heranças/partilhas. Qual seria o comportamento das famílias escravas de Barbacena frente a tais movimentos?

Segundo Herbert Gutman, a estabilidade familiar entre escravos estaria ligada ao ciclo de vida dos proprietários. Na juventude destes, aconteceria o momento da formação do plantel através das compras, heranças e doações. Na maturidade, ocorreria a estabilização da obtenção de escravos por compras e doações e também haveria o crescimento das relações familiares proporcionando a ocorrência da ampliação via reprodução natural. No fim da vida do proprietário ou após sua morte, as famílias escravas conheceriam a desintegração devido às doações, partilhas ou vendas.<sup>520</sup>

O ato da partilha dos bens de um proprietário foi sem dúvida um dos momentos que mais causou expectativas e tensões para os escravos e suas famílias. A possibilidade de esfacelamento dos laços consangüíneos e fictícios sempre presentes chegava ao seu ápice no momento da morte de seus senhores, quando os cativos se deparavam “(...) com aquilo que todos eles temiam muito: a venda para um dono novo e desconhecido”.<sup>521</sup> Segundo Sidney Chalhoub:

“(...) o falecimento do senhor era para os escravos o início de um período de incerteza, talvez semelhante em alguns aspectos à experiência de ser comprado ou vendido. Eles percebiam a ameaça de se verem separados de familiares e de companheiros de cativeiro, havendo ainda a ansiedade da adaptação ao jugo de um novo senhor, com todo um cortejo desconhecido de caprichos e vontades.”<sup>522</sup>

A análise das partilhas pode ser um instrumento para estimar a estabilidade das famílias escravas após a morte do proprietário. Entretanto há que se ter em mente que os Autos de Partilha dos inventários não querem dizer exatamente a realidade da situação dos escravos quando da morte de seu senhor. Estes documentos têm apenas o objetivo de dividir as riquezas entre os herdeiros, sendo os escravos, uma significativa parcela desta riqueza. José Flávio Motta e Agnaldo Valentin, analisando um processo de inventário de uma escravista de Apiaí, região, à época (primeiro quartel do século XIX), voltada para a agricultura de subsistência, ressaltaram a possibilidade de as separações ou mesmo as permanências familiares após a partilha serem apenas aparentes, pois, algumas vezes, os desfechos descritos pelo documento eram reajustados

<sup>520</sup> GUTMAN, Herbert. *The Black Family in Slavery and Freedom*. New York: Pantheon, 1976.

<sup>521</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1990.

<sup>522</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia Das Letras, 1990

entre os herdeiros no que tangia à alocação dos cativos. Dessa forma, ainda que na partilha constasse a separação ou permanência de uma família escrava, teríamos apenas um indício apontando para a ruptura efetiva. Um exemplo da fragilidade metodológica causada pela utilização da partilha está nos inventariados que deixaram como herdeiros apenas suas viúvas com filhos menores. Mesmo que houvesse ocorrido a separação das famílias escravas na partilha, possivelmente, estas continuariam a viver unidas. , apesar da divisão para efeitos práticos, não houve separação de fato: os filhos, sendo menores de idade, estavam sob a tutela do pai, assim como seus bens.<sup>523</sup>

Outra situação problemática revelava-se nos casos em que o herdeiro ficava apenas com parte de um escravo. Sabemos que se trata apenas de uma transação financeira, mas os inventários não nos permitem saber com quem realmente ficou este escravo. Assim como não se dividiu o escravo ao meio por ter sido ele objeto da partilha, o mesmo vale para uma família, embora, neste caso, uma divisão meramente formal seja menos fácil de identificar. Mesmo com as ressalvas acima qualificadas, consideramos a análise das partilhas um passo a mais na tentativa de conhecer a estabilidade da família escrava.

Parece-nos plausível que a estabilidade da família esteja relacionada com o proprietário, fosse ele favorável ou não ao estabelecimento de relações familiares entre os cativos. Entretanto, "a inserção do escravo em redes de parentesco estáveis variava de acordo à sua própria história (idade, origem) e a história do plantel ao qual pertencia".<sup>524</sup> Além disso, não podemos acreditar que os senhores fossem os únicos a determinar a vida dos escravos. Certamente, estes também possuíam mecanismos de negociação e pressão (sabotagem da produção, fuga, suicídio, assassinatos, etc.). Conforme Slenes, os senhores "não puderam construir suas posses exatamente como eles queriam"; muito menos eles conseguiam transformar seus trabalhadores em "máquinas desprovidas de todas as formas de união e solidariedade" e reduzidas a "condições anômicas de existência".<sup>525</sup> Sem dúvida, os escravos tinham um espaço de manobra, entretanto, essas escolhas estavam condicionadas a determinados limites, impostos pela própria unidade produtiva em que eles estavam inseridos.

Nos capítulos anteriores verificamos que mesmo sem as leis protecionistas à família, os escravos buscavam se casar. É bem verdade que havia riscos para os

---

<sup>523</sup> MOTTA, José Flávio: VALENTIN

<sup>524</sup> FLORENTINO, Manolo e GÓES, José, 1997, p. 115.

<sup>525</sup> SLENES, Robert. 1999, p.114.

escravos compoem famílias, uma vez que eles eram uma das principais riquezas de seus senhores, o que poderia torná-los uma solução para problemas financeiros de seus donos. Em caso de crise econômica, os escravos, enquanto parte de um patrimônio senhorial, poderiam ser vendidos. Esta era uma situação que costumava se manifestar nos pequenos plantéis, devido a uma maior sujeição aos contratemplos econômicos.<sup>526</sup>

Cristiany Rocha observa que antes das leis protecionistas havia sempre a possibilidade de separação de famílias com a morte do proprietário, mas sugere ser necessário estudar até que ponto isso ocorria.<sup>527</sup> A pesquisadora considera que o número de famílias escravas é subestimado nos inventários, geralmente são mencionados apenas os casais com os filhos menores, sendo que os maiores não são considerados filhos, a viuvez não é muito mencionada, as mães “solteiras” ou viúvas são registradas dessa forma somente se relacionadas aos filhos pequenos.<sup>528</sup> Ela questiona a partilha como momento de separação de famílias como uma regra geral.<sup>529</sup> Avaliando o impacto da partilha sobre as famílias escravas a pesquisadora concluiu:

(...) consideramos que a avaliação do impacto da morte do senhor sobre a vida familiar dos escravos deve ser feita através de abordagens mais qualitativas, que permitam o cruzamento de várias fontes além dos inventários. (...) a simples comparação entre lista de avaliação e partilha do inventário pode produzir imagens distorcidas do cotidiano dos escravos. O acompanhamento das famílias ao longo do tempo e das gerações de proprietários pode nos ajudar a compreender melhor os efeitos causados pelas mudanças na vida dos senhores sobre as famílias de escravos.<sup>530</sup>

A pesquisadora ainda pôde perceber que, mesmo quando houve a separação entre pais, mães e filhos, esta podia não ser efetiva. Esses familiares, supostamente separados, eram legados a herdeiros que ainda coabitavam a mesma posse, como no caso de herdeiros menores, ou mesmo que assim não fosse tinham além da proximidade

---

<sup>526</sup> SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp 275-276; SLENES, R. W. **Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 72.

<sup>527</sup> ROCHA. Op. Cit., pp. 40-41.

<sup>528</sup> ROCHA. Op. Cit., pp. 92-93.

<sup>529</sup> ROCHA. Op. Cit., p. 103.

<sup>530</sup> ROCHA, Cristiany Miranda. **Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 107. Idem. **Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. (Tese de Doutorado em História).

afetiva a geográfica. Ou seja, na prática aqueles escravos continuavam vivendo com suas famílias ou muito próximos a elas.<sup>531</sup>

Slenes, em “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista” (Campinas), corrobora a hipótese de separação não física: cita um casal vendido para o vizinho do inventariante e o filho libertado em testamento, sob tutela de amigo do inventariante, provavelmente morador na mesma região.<sup>532</sup>

Luciano Figueiredo diz que no século XVIII era comum no Brasil a coabitação de famílias: “esses domicílios múltiplos representam os mais consoantes com a realidade econômica e social da região [mineradora].”<sup>533</sup> Isso poderia explicar a maior estabilidade de casais escravos e a maior separação de filhos escravos em herança. Os herdeiros poderiam viver juntos. Além disso, no caso de órfãos, os escravos eram mantidos unidos na prática. Se isso ocorria no XVIII, teria mudado no século seguinte? Figueiredo acredita que a crise na produção aurífera contribuiu para a desestruturação desse tipo de família. Teria realmente acontecido essa desestruturação? Nossos inventários mostram que muitos dos herdeiros permaneciam vivendo juntos após a morte de seus pais, portanto parece que a tese defendida por Slenes e Rocha pode ser verificada também para o termo de Barbacena.

Florentino e Góes consideram que a maior parte das famílias permaneceu unida.<sup>534</sup> Em estudo sobre a província do Rio de Janeiro para o período entre 1790 e 1830, utilizando-se de inventários post-mortem, tiveram a possibilidade de conhecer 138 famílias cativas, congregando 377 parentes. Os pesquisadores afirmaram que a família escrava permanecia unida mesmo depois da partilha dos bens do proprietário e que a maior parte dos parentes ultrapassou esta delicada etapa de suas vidas. Segundo seus dados, três em cada quatro famílias permaneceram unidas após a divisão dos bens. Além de ser uma instituição estável, a família conseguia de maneira bem razoável ultrapassar as barreiras da alta mortalidade de seus membros, em especial as crianças, e em todas as conjunturas do mercado de mão-de-obra africana. Os pesquisadores constataram a presença de muitas crianças com até nove anos listadas sozinhas, sem

---

<sup>531</sup> ROCHA. Op. Cit, p. 119.

<sup>532</sup> SLENES, R. W. “Senhores e subalternos no Oeste Paulista”. In: ALENCASTRO, L F (org). **História da vida privada no Brasil 2: Império – a corte e a modernidade nacional**. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 273-78.

<sup>533</sup> FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**. Op. cit, p. 137.

<sup>534</sup> FLORENTINO, M.; GÓES, J. R. **A paz das senzalas: Famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790 – c. 1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, pp. 99 e 102.

pertencer a um grupo familiar. Os pesquisadores consideram que a alta mortalidade dos adultos justifica essa realidade.<sup>535</sup>

Para Eduardo França Paiva existem casos em que não há menção de famílias, mas a aparente existência dessas. De acordo com o autor, os inventários muitas vezes tomam a constituição de famílias para a elaboração de suas listas, porém costumam não mencionar o parentesco dos escravos presentes.<sup>536</sup>

Instruídos pelas observações feitas acima, podemos valorizar ainda mais a análise das partilhas na tentativa de conhecer a estabilidade da família escrava. Nesta dissertação, relacionamos aproximadamente 1.871 cativos ligados por laços de parentesco que constituíam 440 famílias descritas em nossa documentação, representavam 62, 58 % da população escrava. A significativa porcentagem de vivência em família nos plantéis de Barbacena sugere a existência de vínculos familiares estáveis entre os escravos. Como afirmam Florentino e Góes,

“pouco adianta descobrir que o parentesco se traduz no aparecimento de esposas, maridos, filhos, irmãos, avós, netos, tios, sobrinhos e primos, se estas relações não passarem de instantes fugidios e frágeis, presas fáceis no mercado que, onipresente, aparta”.<sup>537</sup>

O período analisado nesta dissertação está inserido no contexto da publicação de duas leis que proibiram a separação de famílias escravas. O Decreto Nacional nº 1695 de 15/09/1869, artigo 2º, proibia a separação de escravos casados e também declarou ilegal a separação de uma mãe ou de um pai de seus filhos menores de 15 anos por venda ou doação. Em 1871, a Lei Rio Branco concedeu plena liberdade aos filhos nascidos de escravas, confirmou os direitos adquiridos em 1869, entretanto, os filhos menores podiam ser separados não mais aos 15, e sim aos 12 anos.<sup>538</sup> De qualquer forma, teoricamente, o casamento e a formação de famílias seriam incentivados.

Para Cristiany Rocha o Decreto Nacional de 1869 e a Lei Rio Branco, vieram apenas confirmar um direito consuetudinário, segundo a pesquisadora:

<sup>535</sup> FLORENTINO, Manolo ; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico, Rio de Janeiro, c.1790 – c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 116.

<sup>536</sup> PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e Universo Cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, pp. 162-163.

<sup>537</sup> FLORENTINO, Manolo ; GÓES, José Roberto . 1997, p. 115.

<sup>538</sup> SLENES, R. W. Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.p.101.



“Portanto, ao que parece, muito antes da lei de 1871 proibir a separação de casais e de pais e filhos menores de 12 anos (em qualquer tipo de transmissão de propriedade) [Lei de 15 de setembro de 1869], a prática entre os senhores de escravos de Campinas já era a de preservar esses núcleos familiares nas partilhas, sobretudo os casais. Assim, podemos considerar que aquela lei veio formalizar uma prática já existente desde a primeira metade dos Oitocentos.”

Concordamos com Cristiany Rocha sobre esta possibilidade ser de fato real em diversas regiões brasileiras. Em relação às grandes e médias escravarias do termo de Barbacena há fortes indícios de que a manutenção dos laços familiares foi mantida para casais e pais e filhos menores de 12 anos. Entretanto, para os pequenos plantéis, devido a sua instabilidade econômica, constatamos que as Legislações de 1869 e de 1871 foram importantes no sentido de preservar a da família escrava em Barbacena.

É fundamental conhecer os detalhes das legislações acima referidas para acompanhar os acontecimentos que envolveram as famílias escravas no termo de Barbacena. O Decreto 1.695 de 1869 garantia especificamente que os casais e pais e filhos menores de 15 anos não poderiam se separados pelas compras e vendas particulares ou judiciais, além de regulamentar os negócios envolvendo todos os escravos nas execuções por dívidas e partilha entre os herdeiros.

Figura 19 – Decreto N<sup>o</sup> 1695, de 14 de setembro de 1869

**DECRETO N. 1695 - DE 15 DE SETEMBRO DE 1869**

*Prohíbe as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica.*

Hei por bem Sanccionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral:

**Art. 1<sup>o</sup>** Todas as vendas de escravos debaixo de pregão e em exposição publica, ficão prohibidas. Os leilões commerciaes de escravos ficão prohibidos, sob pena de nullidade de taes vendas e de multa de 100\$000 a 300\$000, contra o leiloeiro, por cada um escravo que vender em leilão. As praças judiciaes em virtude de execuções por divida, ou de partilha entre herdeiros, serão substituidas por propostas escriptas, que os juizes receberão dos arrematantes por espaço de 30 dias, annunciando os juizes por editaes, contendo os nomes, idades, profissões, avaliações e mais característicos dos escravos que tenham de ser arrematados. Findo aquelle prazo de 30 dias do annuncio judicial, o juiz poderá renovar o annuncio por novo prazo, publicando em audiencia as propostas se forem insignificantes os preços offercidos, ou se forem impugnados por herdeiros ou credores que requireirão adjudicação por preço maior.

**Art. 2<sup>o</sup>** Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciaes, é prohibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos.

**Art. 3<sup>o</sup>** Nos inventarios em que não forem interessados como herdeiros ascendentes ou descendentes, e ficarem salvos por outros bens os direitos dos credores, poderá o juiz do inventario conceder cartas de liberdade aos escravos inventariados que exhibirem á vista o preço de suas avaliações judiciaes.

**Art. 4<sup>o</sup>** Ficão revogadas as disposições em contrario.

José Martiniano de Alencar, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Justiça, assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro, em quinze de Setembro de mil oitocentos sessenta e nove, quadragésimo oitavo da Independencia e do Imperio.

Com a rubrica de Sua Magestade o Imperador.

José Martiniano de Alencar.

Chancellaria-mór do Imperio. - José Martiniano de Alencar.

Transitou em 20 de Setembro de 1869. - José da Cunha Barbosa.

Fonte: Senado Federal. Subsecretaria de informações. <sup>539</sup>

<sup>539</sup> <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=58079&norma=73932>

De fato, a Lei Rio Branco ampliou os direitos dos escravos, além da compra e venda, ficou proibida a separação dos cônjuges e os filhos menores em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos. Embora, a idade dos filhos menores tenha diminuído de 15 para 12 anos.

Figura 20 – Decreto Nº 2040, de 28 setembro de 1871

LEI Nº 2.040, DE 28 DE SETEMBRO DE 1871

Declara de condição livre os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daquelles filhos menores e sobre a libertação annual de escravos.....

A Princesa Imperial Regente, em nome de S. M. o Imperador e Sr. D. Pedro II, faz saber a todos os cidadãos do Império que a Assembléa Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1.º - Os filhos de mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta lei serão considerados de condição livre.

§ 1.º - Os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei.

§ 6.º - Cessa a prestação dos serviços dos filhos das escravas antes do prazo marcado no § 1.º, se por sentença do juízo criminal reconhecer-se que os senhores das mães os maltratam, infligindo-lhes castigos excessivos.

Art. 2.º - O governo poderá entregar a associações, por elle autorizadas, os filhos das escravas, nascidos desde a data desta lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores delas, ou tirados do poder destes em virtude do Art. 1.º. § 6.º.

§ 7.º - Em qualquer caso de alienação ou transmissão de escravos, é proibido, sob pena de nulidade, separar os cônjuges e os filhos menores de doze anos do pai ou da mãe.

§ 8.º - Se a divisão de bens entre herdeiros ou sócios não comportar a reunião de uma família, e nenhum deles preferir conservá-lo sob seu domínio, mediante reposição da quota, ou parte dos outros interessados, será a mesma família vendida e o seu produto rateado...

Art. 6.º - Serão declarados libertos:

§ 1.º - Os escravos pertencentes à nação, dando-lhes o governo a ocupação que julgar conveniente.

§ 2.º - Os escravos dados em usufruto à Coroa.

§ 3.º - Os escravos das heranças vagas.

§ 4.º - Os escravos abandonados por seus senhores. Se estes os abandonarem por inválidos, serão obrigados a alimentá-los, salvo o caso de penúria, sendo os alimentos taxados pelo juiz de órfãos.

Fonte: Presidência da República, Casa Civil. <sup>540</sup>

As legislações de 1869 e 1871 foram cumpridas de fato no termo de Barbacena? Analisamos os inventários de 1870 e 1871 e comparamos com aqueles realizados após a Lei Rio Branco, é possível perceber algum indício de mudança na postura de inventários dos pequenos proprietários. São alguns casos, mas de fato existiram. Em relação aos grandes e médios senhores escravistas não foi possível perceber nenhuma alteração significativa entre 1870 e setembro de 1871.

Ao analisarmos o inventário de Maria Delfina Duarte, verificamos que a morte da proprietária acarretou a separação da família escrava. Todos os familiares, dois adultos e três crianças foram usados no pagamento de dívidas e custas do processo. <sup>541</sup> A divisão da família escrava pode ter acontecido em função dos problemas econômicos vividos pela proprietária. O fato de ser uma pequena proprietária pode ser um indício de que outros do mesmo segmento de posse escrava não teriam condições de manter as famílias unidas. Percebemos que, provavelmente, cinco anos antes da morte da proprietária, ela possuía apenas três escravos. Este fato pode corroborar com a tese de

<sup>540</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LIM/LIM2040-1871.htm)

<sup>541</sup> AHMPAS. Inventário de Maria Delfina Duarte, 1SVC, 1870. Caixa: 24. Ordem: 21.

que outros pequenos proprietários provavelmente não possuíam condições econômicas de manter famílias escravas, principalmente, quando havia a ampliação dos seus membros. Provavelmente, em muitos casos, as famílias escravas dos pequenos proprietários eram separadas por diversos tipos de alienação, inclusive pela partilha dos bens dos proprietários mortos, dentro do previsto na Lei de 1869.

Também em 1870, o inventário de Domingos Francisco de Sales revela a manutenção da unidade familiar. Este proprietário escravista possuía 20 cativos. Neste caso, a estabilidade econômica do proprietário falecido permitiu quitar todos os pagamentos sem separar as famílias escravas.<sup>542</sup>

Exemplo de mudança ocorrida em virtude da Lei Rio Branco é o inventário de Venceslau de Campos de 1872, este proprietário possuía apenas quatro escravos. A família foi mantida junto ao herdeiro. Formalmente, a Lei Rio Branco cumpria sua função, em relação aos pequenos proprietários. Nas grandes e médias escravarias, onde estava concentrada a maioria da população escrava de Barbacena, constatamos que a Lei do Ventre Livre não provocou nenhuma grande mudança.

Em termos gerais, o período entre 1870 e 1888, foi caracterizado pela estabilidade entre as famílias escravas, tanto as nucleares quanto as matrifocais. Duas questões relevantes devem ser analisadas para o melhor entendimento da tabela abaixo. Em primeiro lugar, na década de 1880, verificamos a ampliação proporcional das famílias matrifocais sobre as nucleares. Esta situação é verificada principalmente entre os pequenos e médios proprietários. Entre os grandes proprietários com mais de 11 escravos, somando as famílias nucleares e matrifocais das duas décadas pesquisadas verificamos certo equilíbrio entre os dois tipos de família, com ligeira vantagem para as nucleares, com 174 famílias contra 172 matrifocais. Outro aspecto importante é registrar novamente que na década de 1880 encontramos menos da metade de inventários de proprietários acima de 20 escravos que os relacionados na década anterior.

Nas tabelas abaixo, podemos observar o destino das famílias escravas, após a partilha dos inventários no período de 1870 e 1880.

---

<sup>542</sup> Inventário de Domingos Francisco de Sales. Caixa 186. Ordem 3. 2SVC.

Tabela 76 - Estabilidade das famílias matrifocais. Termo de Barbacena, 1870-1888<sup>543</sup>.

Posse	Unidade mantida (1)		Separação Parcial (2)		Separação total		Sem informação		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1- 5	19	7,85	3	1,24	3	1,24	5	2,07	30	12,40
6-10	25	10,33	4	1,65	5	2,07	6	2,48	40	16,53
11-20	62	25,62	8	3,31	2	0,82	4	1,65	76	31,40
< 20	77	31,82	14	5,79	1	0,41	4	1,65	96	39,67
<b>Total</b>	<b>183</b>	<b>75,62</b>	<b>29</b>	<b>11,99</b>	<b>11</b>	<b>4,54</b>	<b>19</b>	<b>7,85</b>	<b>242</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

A unidade foi mantida no cativo ou livres.

A maior incidência de separação parcial está nas faixas de 13 a 14 anos , na década de 1870, protegidos pela legislação de 1869 e posteriormente ignorados pela Lei Rio Branco.

Tabela 77 - Estabilidade das famílias nucleares. Termo de Barbacena, 1870-1888<sup>544</sup>.

Posse	Unidade mantida (1)		Separação Parcial (2)		Separação total		Sem informação		Total	
	#	%	#	%	#	%	#	%	#	%
1- 5	3	1,51	1	0,50	-		1	0,505	5	2,51
6-10	15	7,58	2	1,01	1	0,505	1	0,505	19	9,60
11-20	39	19,70	10	5,05	2	1,01	2	1,01	53	26,77
< 20	102	51,51	15	7,58	1	0,505	3	1,51	121	61,12
<b>Total</b>	<b>159</b>	<b>80,30</b>	<b>28</b>	<b>14,14</b>	<b>4</b>	<b>2,02</b>	<b>7</b>	<b>3,54</b>	<b>198</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

A unidade foi mantida no cativo ou livres.

A maior incidência de separação parcial está nas faixas de 13 a 14 anos , na década de 1870, protegidos pela legislação de 1869 e posteriormente ignorados pela Lei Rio Branco.

O fator mais importante para determinar o destino das famílias escravas estava relacionado ao tamanho das posses cativas. Podemos verificar que 84,29% das famílias escravas nucleares das propriedades com mais de 20 cativos conseguiram a manutenção de sua unidade no cativo ou libertos. Entre as famílias matrifocais também não foi muito diferente, 80, 2% destas também se mantiveram unidas nas

<sup>543</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

<sup>544</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventários. 1SVC e 2SVC. 1870-1888.

propriedades com mais de 20 escravos. Também nas grandes escravarias com até 20 escravos, havia grande estabilidade, aproximadamente 78,29% das famílias nucleares e matrifocais conseguiram se manter juntas. De acordo com Slenes:

“(…) era possível, nos plantéis com dez escravos ou mais [médias e grandes posses], para a grande maioria das mulheres, se não dos homens, formar uniões sexuais, e criar famílias relativamente estáveis no tempo. O fato de a grande maioria dos escravos casados pela Igreja terem cônjuges pertencentes ao mesmo senhor indica, indiretamente, que não era prática comum nesses plantéis a separação de esposos por venda ou pela partilha de heranças. Também os dados sobre a presença ou ausência dos pais (tabela 4) indicam, que, nos plantéis médios e grandes era possível para os escravos manterem a unidade da família nuclear na grande maioria dos casos, pelo menos até que as crianças chegassem aos 15 anos de idade. (...) Com isto, não quero contestar que a escravidão teve um impacto negativo sobre a família, mesmo nos plantéis médios e grandes. Contudo, o que é importante aqui, em vista da historiografia sobre o assunto, é que a maioria das crianças nestes plantéis passava boa parte de seus anos formativos na companhia de seus dois pais. Foi neste contexto, e não em famílias quebradas, sem pai presente ou nem mesmo conhecido, que essas crianças foram socializadas.”<sup>545</sup>

De fato, foram nas grandes propriedades que a família escrava conseguiu seu estabelecimento e sua estabilidade. Entretanto, em diversos segmentos de posse foi possível alcançar a manutenção da unidade após a partilha dos inventários no termo de Barbacena nas décadas de 1870 e 1880.

Nas pequenas propriedades, tanto as famílias nucleares quanto as famílias matrifocais também conseguiram a manutenção da unidade na maioria dos casos nas décadas de 1870 e 1880, entretanto, numa proporção menor que nas maiores escravarias, em cerca de 60% das partilhas. Não há dúvidas que as famílias inseridas em pequenas propriedades foram favorecidas pelas legislações de 1869 e 1871.

Das 30 famílias matrifocais registradas nos inventários dos senhores com posse até cinco escravos, dezenove mantiveram a unidade integralmente após a partilha. Destas, três famílias foram alforriadas. Apenas três sofreram a separação total, quatro tiveram separação parcial, dois casos que envolviam crianças na faixa de 13 a 14 anos e também duas situações relacionadas a crianças muito novas em 1870. Para cinco famílias deste segmento de proprietários, ficamos sem saber qual foi o destino dessas famílias matrifocais.

---

<sup>545</sup> SLENES, Robert. Op. cit., 1987, p. 221.

Em relação às famílias nucleares pertencentes aos pequenos proprietários, encontramos apenas cinco núcleos familiares legítimos para todo o período de 1870 e 1888. Destes, constatamos que três mantiveram sua unidade após a partilha, uma delas teve a filha separada, antes da Lei do Ventre Livre e sobre a quinta família não foi possível saber o que aconteceu.

Nas grandes escravarias com mais de onze escravos, verificamos a manutenção da unidade de cerca de 80% das famílias escravas nucleares ou matrifocais, seja no cativo ou libertas. Apenas seis famílias foram separadas integralmente, três matrifocais e três nucleares. Estas foram separadas em partilhas realizadas em 1870 e 1871 e provavelmente, a separação foi apenas formal, já que envolvia herdeiros que residiam na propriedade do inventariado. O que de fato, mais nos interessa destacar é a separação parcial nas grandes propriedades. Das quarenta e sete famílias escravas que perderam seus membros parcialmente, trinta e nove envolviam crianças de 13 e 14 anos. O que demonstra o infortúnio causado pela alteração da faixa etária protegida pela Lei de 1869. Essas crianças eram altamente valorizadas na relação dos inventários, tanto na década de 1870 como na década de 1880. É verdade, que muita dessas, provavelmente, não perderam os vínculos com suas famílias, entretanto, fica evidente que os interesses dos grandes proprietários escravistas foi defendido, neste caso, pela Lei Rio Branco.

Quanto à legitimação do matrimônio, acreditamos que também representou um fator a mais para se conseguir a unidade familiar após a partilha. No caso do termo de Barbacena, como a propriedade escrava estava muito concentrada, o que realmente teve um peso maior para se alcançar a estabilidade foi a inserção nas maiores escravarias.

O mercado também poderia ser uma ameaça à estabilidade familiar entre os escravos, de acordo com José Flávio Motta:

“Não há dúvida de que as vendas, permutas, doações e demais transações envolvendo escravos evidenciam a fragilidade característica das famílias desses indivíduos no contexto do cativo. Conformavam momentos críticos, à semelhança dos processos de partilha nos inventários dos escravistas, momentos estes nos quais relacionamentos construídos com dificuldade, e que amiúde se mantinham estáveis por largos períodos, eram postos sob a ameaça de possíveis e cruéis rupturas”.<sup>546</sup>

---

<sup>546</sup> MOTTA, José Flávio. 2001, p.14.

Ao pesquisarmos os livros de registros de compra e venda de escravos do 1º e 2º ofícios que cobrem os anos de 1872 a 1888, verificamos 278 registros de negociações envolvendo escravos.<sup>547</sup> Destes, 181 ou 64,1% do total, tratavam com cativos isolados. Apesar de as escrituras não trazerem a condição familiar desses escravos, muitos filhos (as), pais, mães, irmãos (ãs) podiam estar inseridos nessas negociações. Os casos de transações envolvendo conjuntos de escravos que não eram descritos como tendo laços familiares entre si, nada podemos afirmar, entretanto, essas pessoas poderiam perfeitamente estar envolvidos em relações familiares.<sup>548</sup>

Embora não haja registro de idade para muitos escravos comercializados, nos chama atenção a presença de 32 cativos com idade de 13 e 14 anos, o que corresponde a 17,3% em um universo de aproximadamente 185 escravos com idades declaradas. No item sobre comércio de escravos, relacionamos duas meninas que supostamente teriam 14 anos, Joana e Gertrudes. Há indícios que elas eram irmãs, foram vendidas juntas de um proprietário do termo de Barbacena para um escravista de outra localidade. Não contabilizamos as duas como pertencendo a uma família, mesmo porque faltavam os pais, de qualquer maneira este fato revela a possibilidade de existirem muitos casos semelhantes.

Em nossas pesquisas, as crianças aparecem com frequência, formalmente acompanhadas dos pais. Entretanto, existiam formas de negociar crianças, mesmo com a vigência da lei Rio Branco. O pesquisador Rômulo Andrade, utilizando as Escrituras de Compra e Venda de Escravos da Zona da Mata Mineira, observou estratégias senhoriais para burlar as leis que proibiam os escravos menores de serem separados da família. Segundo o autor, após 1871, “ainda se negociou expressivo contingente de menores (...), sob a alegação de que se tratava de crianças com ‘filiação desconhecida’, ou com ‘mãe falecida’”.<sup>549</sup>

---

<sup>547</sup> Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Total dos livros de compras e vendas de escravos encontrados. Livro de notas de venda de escravos: Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 42. Ordem: 24 2SVC. Barbacena. Data: Julho de 1872 a Setembro de 1874. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 12 2SVC. Barbacena. Data: 09/04/1877 a 11/08/1880. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 42. Ordem: 23 2SVC. Barbacena. Data: 11/11/1880 a ?/05/1882. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 07 2SVC. Barbacena. Data: 16/05/1882 a 08/05/1886. Livro de notas de venda de escravos: Cx.: 51. Ordem: 08 2SVC. Barbacena. Data: 30 de Junho de 1886 a 06 de Fevereiro de 1888. Total: 278 escrituras de compra e venda de escravos. Estes documentos são equivalentes a 16 anos. Contudo, pode ter havido muito mais fontes como estas porque se prestarmos atenção existem algumas pequenas lacunas referentes aos anos de 1870-1872, 1875-1876 e não encontramos dados suficientes para estas datas.

<sup>548</sup> MOTTA, José Flávio. MARCONDES. 2000, p. 293.

<sup>549</sup> ANDRADE, Rômulo. 1998, p. 95.

Por outro lado, José Flávio Motta analisando o tráfico de escravos na província de São Paulo durante o período de 1861-1887, adverte para o fato de que nem sempre as vendas de crianças isoladas retratavam o rompimento de relações familiares. Segundo o autor, muitas vezes, a criança seria adquirida por um padrinho ou madrinha e até mesmo a mãe liberta.<sup>550</sup>

Sobre as negociações envolvendo famílias escravas em conjunto, constatamos a presença de 27 famílias comercializadas, contendo 99 pessoas, portanto, aproximadamente 30% das negociações no mercado de escravos envolviam famílias reunidas. Frágoso e Florentino examinando oito grandes fazendas de Paraíba do Sul estimaram que, dos 1171 escravos comprados até 1872, nada menos que 33,6% foram adquiridos juntamente com outros parentes de primeiro grau.<sup>551</sup> Rômulo Andrade encontrou a proporção de 10% dos cativos negociados na Zona da Mata mineira no período 1860- 1887 junto com seus cônjuges e filhos. A estimativa cresce para 22% se agregarmos mães solteiras e seus filhos. O autor considera que, mesmo que a família fosse negociada em conjunto, não deixava de haver uma ruptura com a cadeia comunitária e de parentesco mais amplo.<sup>552</sup> Motta e Marcondes, ao analisarem as escrituras de compra e venda de escravos para Guaratinguetá e Silveiras da década de 1870, avistam 17% dos cativos comercializados junto com outros parentes. Para Motta e Marcondes, no tráfico conviviam manutenção e ruptura, pois, apesar dos registros de compras e vendas envolvendo famílias, não é possível saber se tais negociações abrangiam todos os indivíduos que compunham estas famílias.

"Também é obvio que, se sairmos do âmbito estrito da família nuclear ou matrifocal, e pensarmos no elenco dos tios, avós, sogros, cunhados etc., e mesmo indo mais além, nas relações de compadrio, a preservação observada da família não significa a manutenção da, decerto complexa, rede de relacionamentos, firmada pelos escravos. Vale dizer, indiscutivelmente o tráfico representou um dos elementos da violência inerente ao sistema escravista. Todavia, apesar dessa violência sempre presente, para [vários cativos] o dramático momento da venda não significou o completo esfacelamento da vida familiar".<sup>553</sup>

<sup>550</sup> MOTTA, José Flávio. 2001, p.16.

<sup>551</sup> FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. 1987.

<sup>552</sup> ANDRADE, Rômulo. "Havia um mercado de famílias escravas?" 1998, p. 97.

<sup>553</sup> Motta, José Flávio; Marcondes, Renato Leite. O comércio de escravos no Vale do Paraíba paulista: Guaratinguetá e Silveiras na década de 1870", Estudos Econômicos, vol. 30, nº 2, (2000), p. 293.



Outra questão que devemos destacar para o caso de Barbacena é o fato das negociações no mercado de escravos ocorrerem dentro do próprio termo de Barbacena, na maioria dos casos. Foram 176 registros internos (63,31%), contra 102 externos (36,79%), entre 1872 e 1888. De acordo com os dados pesquisados nos livros de registros de compra e venda de escravos, a maior parte dos escravos, vendidos e comprados, trocava de proprietário, mas não haveria impedimento de estar próximo da família. O termo de Barbacena era caracterizado pela presença predominante de pequenos proprietários, em sua maioria passava por dificuldades financeiras nas décadas de 1870 e 1880. A solução encontrada por muitos desses proprietários era vender seus escravos para os maiores proprietários da própria região. O que sugere que as separações poderiam não ser, necessariamente, a ruptura definitiva de relações familiares. Por este motivo, o rompimento das famílias escravas não foi mais drástico.

Por tudo que foi visto, podemos dizer que, no período estudado, a escravidão não impossibilitava a manutenção de laços familiares estáveis. Os dados indicam que os senhores geralmente seguiam a política de não separar famílias nem em contratos de venda ou doação, nem no momento da partilha. Vimos também que havia limites para essa prática senhorial e reação dos pequenos proprietários em caso de dificuldades econômicas era alienar os escravos. Neste ponto, a Lei Rio Branco foi reveladora, a tradição da manutenção da unidade familiar acabava diante da dificuldade financeira do proprietário, por isso a imposição da Lei, a ameaça da alforria para o escravo daquele senhor.

No termo de Barbacena, a maioria das famílias arroladas permaneceu totalmente ou parcialmente unida após a partilha. Além disso, verificamos também que o mercado de escravos não teve a dimensão suficiente para comercializar muitos escravos além dos limites da região, o que certamente contribuiu para a proximidade dos membros das famílias escravas. Portanto, não foram as tradições que definiram a estabilidade, o que ocorreu de fato foi revelação da fragilidade do mercado de escravos diante da crise econômica.

Robert Slenes argumenta que as relações tecidas por estes cativos com seus senhores devem ter sido levadas em consideração no momento da alienação ou transmissão. Para o autor os laços engendrados possivelmente foram respeitados pelos senhores, seja pelas relações estabelecidas, entre senhores e cativos, seja pelo medo de alguma atitude de revolta diante das expectativas de quebra em suas relações afetivas. Segundo Slenes:

“(…) a família era, de fato, importante para a experiência dos escravos nas fazendas do Sudeste, a tal ponto que a maioria de mulheres e crianças cativas nessas propriedades viviam numa família conjugal estável, dentro dos limites definidos por uma alta taxa de mortalidade.”<sup>554</sup>

A realidade do termo de Barbacena nos revela que existia de fato a prática da manutenção da unidade da família escrava, entretanto, percebemos que a instabilidade econômica e as dívidas de um considerável número de pequenos proprietários impossibilitaram que este costume fosse mantido, em diversas situações. Por outro lado, a desaceleração da economia da região, acabou promovendo um interesse ainda maior pela formação e manutenção das famílias escravas na região. A situação econômica do termo de Barbacena concorreu para a concentração da propriedade escrava, os grandes senhores de escravos possuíam 68,9% do total de cativos inventariados; 78,64 das famílias e 84,03% dos escravos inseridos nas famílias da região. Portanto, o reduzido número de proprietários escravistas, com escravarias acima de 10 almas, teve papel fundamental na formação e manutenção das famílias escravas. Para muitos senhores escravistas a situação econômica da região do termo de Barbacena obrigava-os a estimular a reprodução da mão de obra cativa e zelar pela manutenção da unidade familiar.

Na década de 1880, constatamos que alguns grandes proprietários tomaram a iniciativa de alforriar seus escravos, de forma condicional ou sem condições, enquanto outros permaneceram com suas escravarias até as vésperas de 13 de maio. No primeiro caso, está Camilo Maria Ferreira, o Conde de Prados, com propriedades no Rio de Janeiro, em Juiz de Fora e Barbacena.<sup>555</sup> O plantel deste escravocrata era caracterizado pela grande quantidade de famílias escravas. Ao apresentar a relação de escravos e ingênuos<sup>556</sup>, os herdeiros declararam que “o mesmo senhor por seu falecimento, em 14 de agosto de 1882, deixou todos os seus 241 escravos libertos, com e sem ônus, conforme consta da presente relação e das cartas de liberdade registradas em 15 do referido mês de agosto próximo passado no Cartório dos Doutores de Cerqueira Lima e

---

<sup>554</sup> SLENES, R. W. Na senzala, uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

<sup>555</sup> AHMPAS. Inventário e partilha amigável do Dr. Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados. 1885. 1SVC. Cx. 61/17.

<sup>556</sup> Não consta o valor dos 245 escravos, matriculados em 1871, libertados com condição de prestarem serviço, aos quais foi concedida liberdade plena pelos herdeiros.

Joaquim Jose Palhares no Rio de Janeiro.<sup>557</sup> A relação de escravos e ingênuos especifica o número de libertos com obrigação de prestarem serviços: sessenta e seis escravos libertos, menores de 35 anos, com obrigação de prestarem serviços até 13 de fevereiro de 1897. Quarenta e um escravos libertos, menores de 45 anos, com obrigação de prestarem serviço até 13 de fevereiro de 1892. Sete escravos maiores de 45 anos, com obrigação de prestarem serviço até de 13 de fevereiro de 1887. Vinte e seis ingênuos que acompanham seus pais acima mencionados, com obrigação de prestarem serviços. Cento e um escravos libertos sem qualquer ônus. Cinquenta e oito ingênuos que acompanham seus pais acima mencionados, sem qualquer ônus. Total, 215 escravos e 84 ingênuos relacionados. Famílias inteiras emancipadas, muitas condicionalmente. Certamente, este proprietário tomou uma atitude pouco comum para alguém que não costumava alforriar muitos escravos.

Importante notar que em 1856 o comportamento de Camilo era outro. Em seu testamento deixou libertos, incondicionalmente, apenas nove de seus escravos. A dezoito deles ofereceu liberdade com prestação de serviços a seus herdeiros. Quatorze escravos trabalhariam por cinco anos para pagar a sua liberdade e quatro prestariam serviços por dez anos como pagamento. Cada escravo deveria, ainda, pagar 200\$000 (duzentos mil-réis) aos herdeiros para conquistar definitivamente a liberdade.<sup>558</sup> Realmente, este proprietário tinha grande preocupação com o futuro de sua escravaria, sempre mantendo muitas famílias em seu plantel, Camilo, continuava manobrando suas estratégias para conservação da mão de obra nas suas unidades produtivas, seja em Juiz de Fora ou em Barbacena. Este escravocrata também agia dentro de certos limites. A comparação desses dois momentos de Camilo sugere que não havia muitas possibilidades de escolha para o antigo proprietário barbacenense. Dentro do leque de opções de alforrias, ele determinou que parte dos escravos pagasse pela liberdade.

---

<sup>557</sup> Relação original de todos os escravos e ingênuos que pertenceram ao finado Conde de Prados. In: ALBUQUERQUE, Antonio Luiz Porto e. Formação e apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais, 1808-1888. p. 289-304.

<sup>558</sup> AHMPAS. Testamento de Camilo Maria Ferreira, 1856. Transcrito no Inventario de 1885. 1SVC. Cx.61/17.

Figura 21 – Praça Conde de Prados. Barbacena, década de 30 do século XX.



Fonte: Arquivo Público Mineiro.

O segundo caso envolve uma proprietária que manteve seus escravos até as vésperas da abolição. O plantel de Maria Luiza Sá Fortes também era caracterizado por um grande número de famílias escravas, sua morte ocorreu em junho de 1888.<sup>559</sup> Em 1877, esta proprietária elaborou seu testamento, libertando cinco cativos com a condição de ficarem livres após a sua morte. Os cativos faziam parte de uma entre várias famílias de seu plantel.<sup>560</sup>

Em seu testamento, a proprietária afirma: “Deixo liberto a Izaias marido de Rita parda, e bem assim a Baldonia e seu marido Malaquias e a bem destes também liberto a Eduardo crioulo”<sup>561</sup>. Esse documento também permite perceber que a proprietária mantinha relações estreitas com ex-escravos dela: “Deixo a Luiza, que já libertei por cartas a quantia de quinhentos mil-réis”.<sup>562</sup> Ainda no testamento verificamos a doação de famílias de escravos para seus sobrinhos e afilhados.<sup>563</sup>

No dia 03 de maio de 1888, os sobrinhos e afilhados da proprietária conseguiram autorização judicial para libertar de todos os escravos de Maria Luiza Sá

<sup>559</sup> AHMPAS. Inventário de Dona Maria Luiza de Sá Fortes. Cx: 79. Ord: 08. 1888. 1SVC. Fl 36. v 37.

<sup>560</sup> AHMPAS. Livro de Registro de testamentos. Testamento de dona Maria Luiza de Sá. Cx: 286. Ord: 09. Livro 19. 1877. 1SVC.

<sup>561</sup> AHMPAS. Testamento de dona Maria Luiza de Sá. Cx: 286. Ord: 09. Livro 19. 1877. 1SVC.

<sup>562</sup> No recibo de pagamento da herança a Luiza, consta a região de permanência da liberta. Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi”. Inventário de Dona Maria Luiza de Sá Fortes. Cx: 79. Ord: 08. 1888. 1SVC. P.67. v. 68.

<sup>563</sup> Esta proprietária não tinha filhos, nem foi casada.

Fortes de 84 anos. Dez dias antes da formalização da Lei Áurea, os parentes da proprietária estabeleceram contratos de trabalho com os ex-cativos e suas famílias.<sup>564</sup>

Este relato evidencia que a proprietária não tinha condições de tomar qualquer decisão. A atuação da família sugere que diante da iminência da Lei Áurea, a única decisão que poderia reverter algum benefício para a família de Maria Luiza Sá Fortes seria libertar os escravos, antes que o Estado o fizesse.

Vimos, portanto, duas situações em que as escolhas foram bastante restritas. No caso do Conde de Prados a conjuntura econômica talvez tenha sido mais determinante para as suas ações. Enquanto, no caso de Maria Luiza, as circunstâncias políticas tenham pesado mais. Nesse sentido, senhores e escravos tinham possibilidades de escolha, entretanto, em número limitado.

O tema sobre a estabilidade da família escrava no contexto da abolição da escravidão remete a outras questões do período como a inserção destes ex-escravos e suas famílias no mercado de trabalho livre e o destino de diversas crianças “ingênuas” e escravas diante das mudanças nas suas condições jurídicas. Questões como essas que merecem um aprofundamento no futuro.

---

<sup>564</sup> AHMPAS. Prestação de Contas de Testamentaria de Dona Maria Luiza de Sá Fortes. Cx: 141. Ord: 01. 1890. 1SVC. Fl. 67- 68.v. AHMPAS . Inventário de dona Maria Luiza de Sá Fortes. Cx: 79. Ord: 08. 1888.

## CONCLUSÃO

O estabelecimento de uma economia escravista de abastecimento na região de Barbacena teve suas origens vinculadas à abertura do Caminho Novo no início do século XVIII, integrando diversas regiões de Minas Gerais e da região centro-sul da América portuguesa, e à crescente importância das atividades agrícolas e pastoris em Minas Gerais, a partir da segunda metade do século XVIII. Neste período, houve progressivo deslocamento da população para a região sul da província mineira, em função das mudanças que se processavam na dinâmica da economia, cujo eixo passava a se transferir das atividades de mineração para a produção agrícola.

A queda nos resultados dos investimentos auríferos levava a população cada vez mais à procura das atividades agrícolas. A criação do Termo de Barbacena em 1791 representava a conquista da autonomia político-jurídica à região sertões da Mantiqueira da Capitania de Minas. Isso ocorria em virtude do grande crescimento econômico e demográfico dessa região.

A precoce especialização agrícola da região transformou-a num celeiro estratégico e fornecedor de produtos ao mercado litorâneo. Com a transferência da Corte para o Brasil, o eixo de escoamento da produção se ampliou ainda mais para o mercado do Rio de Janeiro. A posição geográfica privilegiada, sobretudo no triângulo formado pelas vilas de São João, Barbacena e Campanha, principal entreposto comercial, fazia com que a região fosse o corredor pelo qual circulavam todas as mercadorias. Desse modo, as vilas se transformaram em centros de redistribuição dos produtos importados trazidos do Rio de Janeiro, amplificando suas atividades comerciais. A posição estratégica da região foi reforçada pela política joanina de integração da região centro-sul que visava, em seus objetivos econômicos, garantir a produção e o abastecimento da Corte.

No intervalo de 1808-1820, o termo de Barbacena teve o maior crescimento dentre todos os outros da Comarca do Rio das Mortes, apesar de possuir neste período de 10 a 12% da população da Comarca. A expansão dos domínios territoriais, à beira das estradas, era um mecanismo de controle das terras e das rotas comerciais constitutivas do mercado interno. A posse das terras mais férteis e melhor localizadas garantia, sobretudo, a sustentação pelos potentados do poder de mando local e do seu prestígio.

Na capitania, depois província de Minas Gerais, a população livre e liberta aumentou em importância, entre 1767 e 1821. Ao final do século XVIII ainda mais escravos pagavam por suas alforrias e, assim, a população forra tornou-se quase tão grande quanto a escrava. A mão-de-obra livre passou a ter na capitania cada vez mais importância, apontando para a existência de um grande número de unidades produtivas atuando com base na mão-de-obra familiar. A historiografia mineira demonstra que muitos livres e forros tiveram mais acesso à propriedade escravista neste período.

Na região de Barbacena, as pequenas unidades produtivas eram mais representativas no conjunto das propriedades. No processo de abertura da fronteira, havia espaço, tanto para a pequena produção camponesa quanto para as produções de maior porte.

A evolução do sistema agrário na região do termo de Barbacena, entre o final do século XVIII e meados do século XIX, revelou a consolidação de algumas características estruturais já presentes em outros sistemas de abastecimento interno, como a difusão da posse de escravos, a produção extensiva e a constituição de uma hierarquia social. No topo da hierarquia, estava um reduzido grupo de proprietários, vinculado às grandes unidades de produção, concentrando um maior número de cativos, além de estarem sempre articuladas aos circuitos mercantis mineiros, com grande capacidade de reprodução interna. As unidades produtivas de tipo camponês se caracterizavam pela mínima utilização de cativos, representavam a maioria dos proprietários locais, estavam localizados na base da hierarquia social e tinham pequena capacidade de auto reprodução porque sua economia estava direcionada ao mercado local e a subsistência.

No cruzamento dos dados pesquisados nos inventários com os registros censitários da década de 1830, constatamos que mesmo com a exclusão da maioria da população, de acordo com os registros de inventário, o padrão de disseminação da propriedade escrava sugere que as atividades desenvolvidas no termo de Barbacena foram capazes de fazer com que pequenos proprietários livres, libertos e mesmo cativos acumulassem pecúlio a ponto de investir no bem de maior valor no período, o escravo.

A grande quantidade de cativos e a disseminação da propriedade escrava caracterizam a região de Barbacena não só como uma sociedade possuidora de escravos, mas, sobretudo, uma sociedade escravista, definida como aquela na qual o principal objetivo da renda extraída ao trabalhador cativo é a reiteração da diferença socioeconômica entre a elite escravocrata e todos os outros homens livres.

Este sistema agrário, mesmo estando fora da grande produção agroexportadora possuía os traços estruturais fundamentais do escravismo, atestado pela hegemonia do trabalho escravo, em que até o homem pobre, mas não despossuído, tinha acesso à propriedade de cativos. Em diversas regiões da América portuguesa foi demonstrado que existia um número considerável de escravos que possuíam escravos. No termo de Barbacena não foi diferente. Foi através da participação dos ativos terra e escravo na composição da riqueza que se estabeleceu a hierarquização social no Termo de Barbacena.

Ao compararmos os dados referentes ao termo de Barbacena com outros termos mineiros que se destacavam pela economia escravista, confirmamos a nossa hipótese sobre a importância do braço escravo e o relevante dinamismo econômico da região. Barbacena possuía 16.801 escravos, sendo esse número 46,46 % do total de sua população; Mariana possuía 20.673 escravos, 35,83% de sua população total; e São João del Rei, da população de 22.135 registrada no mapa de população, 44,43 % ou 9.836 eram escravos. Tais números corroboram para demonstrar o desenvolvimento econômico e demográfico da região de Barbacena.

A reprodução da mão de obra escrava em Barbacena acompanhou as conjunturas do tráfico Atlântico nas primeiras décadas do século XIX; existiram períodos diferenciados, períodos de aceleração da oferta do tráfico (1810-1825) e de crise (1826-1830), em alguns momentos os efeitos do tráfico foram maiores, em outros nem tanto. A influência do tráfico no termo de Barbacena é evidente; entretanto, como explicar o número crescente de crianças crioulas, tanto do sexo masculino como feminino?. Certamente, havia uma relação complementar entre o tráfico de escravos e a reprodução natural na renovação da força de trabalho para a região do Termo de Barbacena nos primeiros decênios do século XIX, pois temos uma forte presença de africanos adultos nas unidades produtivas e, ao mesmo tempo, em um ritmo mais lento, uma presença importante de crianças crioulas infantes na força de trabalho da região.

Em meados do século XIX, constatamos a desaceleração da economia do termo de Barbacena, verificamos a diminuição da proporção escravos em relação à população total do termo, de acordo com os mapas de população de 1833/35 e o recenseamento de 1872. Também a câmara municipal registrou a diminuição da capacidade de arrecadação na década de 1850. Se boa parte do capital mercantil barbacenense migrou para a Zona da Mata mineira, isso se deve à própria limitação da economia escravista de abastecimento do termo de Barbacena. A migração de famílias e



a inserção de capital de diversas regiões mineiras ampliaram as diferenças entre a dinâmica economia da Zona da Mata e a tradicional economia de abastecimento de termo de Barbacena.

A crescente concentração da propriedade escrava sob controle dos grandes proprietários limitou a possibilidade de ascensão econômica na sociedade local; os pequenos proprietários passaram a ter maiores dificuldades para manter seus escravos. Verificamos o crescimento da presença do segmento livre frente ao cativo em larga escala, muito maior que no período de 1780 a 1850. A incapacidade de acumulação de capital para a maioria dos proprietários escravistas da economia mercantil de alimentos em Barbacena provocou à ampliação de trabalhadores livres vinculados à economia de subsistência.

Alguns pequenos proprietários passaram a vender ou alforriar seus escravos. As libertações poderiam ser realizadas mediante pagamentos integrais ou parcelados, também condicionadas ou sem ônus. Alguns fatores contribuíram para o estabelecimento desses acordos, entre eles a ascendência escrava ou liberta de significativa parcela desses senhores mais modestos, o trabalho conjunto, no dia-a-dia, de donos e propriedades e a acentuada e mútua dependência.

Dessa maneira, formou-se uma poderosa hierarquia social que dominava as maiores unidades produtivas e relações de poder, condição que também se respaldava nas relações de dependência pessoal e financeira com pequenos produtores locais. A posse da terra passou a depender cada vez mais das concessões dos grandes proprietários, principalmente após a Lei de Terras. Essa hierarquia social excludente tenderia a aprofundar-se nos dois extremos da pirâmide social.

A década de 1870 não trazia melhores perspectivas para a economia escravista de abastecimento do termo de Barbacena, a perda de escravos pode ser constatada pelo recenseamento de 1872, pelos relatórios do presidente da província de Minas Gerais de 1876, e pela análise dos inventários *post-mortem*; enquanto isso, a região agroexportadora da Zona da Mata mineira mantinha o dinamismo de sua economia cafeeicultora com a inserção crescente de municípios.

Essa situação de crise econômica aliada às transformações que vinham ocorrendo no sistema escravista no Brasil e em Minas Gerais desde o fim do tráfico Atlântico em 1850 - tais como a intensificação do tráfico interprovincial e intraprovincial; a proibição de separação das famílias escravas por compras e vendas, a partir de 1869, e a libertação do ventre das escravas, em 1871, com a criação de um

fundo de emancipação para a libertação dos escravos, - fazem parte do contexto para compreender a história da escravidão no termo de Barbacena e em Minas Gerais, durante as décadas de 1870 e 1880.

A Lei Rio Branco foi criticada tanto pelos favoráveis ao fim da escravidão quanto por aqueles defensores de sua manutenção. Para muitos políticos e escravocratas, ela estava interferindo no direito de propriedade resguardado pela Constituição do Estado. Na região do termo de Barbacena, com sua estrutura econômica escravista, constatamos que o principal resultado obtido pela Lei do Ventre Livre foi transformar os filhos das escravas em “ingênuos”, significava que essas crianças continuariam a viver nas senzalas até os 21 anos. Por outro lado, houve garantia de direitos, principalmente, às famílias escravas, entre eles, a interdição da separação das famílias em qualquer forma de alienação.

A exigência da matrícula de todos os cativos foi uma consequência do contexto de recenseamento e controle sobre a população escrava, dos desdobramentos da Lei do ventre livre como a criação do fundo de emancipação. Para os dados coletados em 1873, verificamos registros diferentes para a população escrava, 10.348 escravos vivendo no termo de Barbacena, 9.697 cativos matriculados e 586 “ingênuos”. Essa diferença, talvez, esteja relacionada à resistência dos senhores escravistas, no sentido de registrar seus cativos e os filhos livres das mulheres escravas nas listas de matrícula. Outra possibilidade de resistência pode estar vinculada ao processo de libertação dos escravos com os recursos do fundo de emancipação.

Na década de 1870, constatamos também que embora houvesse esse declínio econômico, a população escrava mantinha uma grande importância em Barbacena, com aproximadamente 10.348 cativos, o que correspondia a 26,18 % da população total. Entretanto, a disseminação da posse de escravos tendia a declinar. O que significa, em outras palavras, que o grande proprietário estava cada vez mais concentrando os escravos do termo de Barbacena.

Do total, 65,98 %; 324 documentos continham escravos, enquanto 29,74% dos inventários, 146 documentos não havia registro de cativos. Ainda 4,28%, 21 inventários faltavam folhas ou não correspondiam aos limites administrativos ou temáticos desta pesquisa. Os grandes proprietários concentravam 68,9% ou 1.844 escravos inventariados. A desaceleração da economia deixava ainda mais explícita a concentração da propriedade escrava.

A concentração da propriedade escrava representou um importante fator para o estabelecimento e desenvolvimento das famílias escravas em diversos períodos na América portuguesa e no Império brasileiro. As informações que temos sobre a região de Barbacena, nos sugerem que havia um contexto favorável para a continuidade da ampla constituição de famílias escravas. A perpetuação da concentração da população escrava nas grandes e médias propriedades representa um indício para confirmar nossa hipótese.

Não podemos negar que havia diferenças, por parte dos proprietários, no estímulo ao matrimônio entre seus cativos, o que poderia contribuir para maior ou menor possibilidade de crescimento vegetativo. Embora possamos considerar essas subjetividades em relação às decisões administrativas, econômicas e mesmo afetivas por parte dos proprietários, as maiores proporções de crianças foram, geralmente, encontradas nos grandes plantéis. De fato, após a Lei do Ventre Livre, os proprietários com menos de vinte escravos preferiam investir ou conservar a mão-de-obra em idade produtiva. As crianças escravas e as “ingênuas” sofreram desvalorização pela grande maioria dos proprietários, a exceção foram os senhores escravistas com mais de vinte cativos. No entanto, a Lei Rio Branco, impôs a todos os proprietários a conservação da unidade familiar, esta legislação afetou, principalmente, os pequenos proprietários.

Os grandes proprietários continuaram a estimular a formação de famílias escravas para garantir a reprodução da mão de obra de suas unidades produtivas pelo maior tempo possível, mesmo utilizando os “ingênuos”. Nesse sentido, a reprodução natural seria o meio mais adequado para manter o funcionamento da produção agropecuária do termo de Barbacena, ainda mais numa economia descapitalizada. A alta concentração de crianças e mulheres residentes nas maiores propriedades, não nos permite imaginar outra possibilidade que não a da reprodução.

Em relação à estabilidade das famílias escravas, verificamos que as partilhas não ameaçaram tanto sua integridade nas décadas de 1870 e 1880. Menos ainda as vendas, embora existam indícios de que muitos escravos comercializados, supostamente sem laços familiares, podem ter sido membros de famílias separadas. Constatamos, também, que o fator mais importante para determinar os destinos da família escrava estava relacionado ao tamanho das posses cativas. Podemos verificar que 84,29% das famílias escravas nucleares das propriedades com mais de 20 cativos conseguiram a manutenção de sua unidade no cativo ou libertos. Entre as famílias matrifocais também não foi muito diferente, 80,2% destas, também se mantiveram unidas nas

propriedades com mais de 20 escravos. A estabilidade era característica de todas as grandes escravarias a partir de 11 escravos, a média geral era de 78,29% de famílias que conseguiram ficar unidas. Para os maiores proprietários do termo de Barbacena, a situação econômica da região obrigava-os a estimular a reprodução da mão de obra escrava e garantir a estabilidade das famílias escravas. Para os pequenos proprietários, a situação econômica precária tornava a família escrava um transtorno em momentos de instabilidade. Nesse sentido, a Lei Rio Branco foi fundamental no sentido de manter as famílias unidas. Nesta dissertação verificamos a venda de famílias inteiras no período entre 1871 e 1888. Por terem condição econômica instável, os pequenos proprietários escravistas não tiveram, certamente, a oportunidade de registrar um número maior de inventários. Livres, libertos e mesmo escravos que possuíram cativos em algum momento de suas vidas pouco registraram a dinâmica econômica muito particular dos pequenos proprietários escravistas. Como verificamos nesta dissertação, foi um número reduzido de pequenos senhores que estão documentados nos inventários como proprietários de famílias escravas.

Para finalizar é importante destacar as hipóteses principais desta dissertação. Procuramos demonstrar como os proprietários escravistas utilizaram as famílias escravas para reiteração da mão de obra cativa na região. Apresentamos as razões que fizeram da família escrava a principal forma de manutenção da escravidão no decorrer da história do termo de Barbacena.

A concentração da propriedade escrava comprovada pela pesquisa dos inventários post-mortem e dos livros de compra e venda de escravos do AHMPAS, revelaram o padrão de posse escrava e a concentração da riqueza no termo de Barbacena. A análise desta documentação revelou que a maioria das famílias escravas viveu nas grandes escravarias. Essa realidade foi facilitada pela estabilidade econômica dos maiores proprietários. As vendas, partilhas e outras formas de alienação, pouco ameaçavam as famílias escravas que formaram grandes comunidades mantidas através de diversas gerações. A faixa etária compatível e o maior equilíbrio entre os sexos também foram fatores decisivos para a maior presença das famílias escravas nos grandes plantéis. A concentração da propriedade escrava, portanto, representou um elemento decisivo para a formação e estabilidade das famílias cativas concorrendo para manutenção da escravidão na região.

A diminuição do crescimento econômico do termo de Barbacena, em meados do século XIX, também foi outro fator fundamental para explicar a importância

da família escrava na reprodução da escravidão na região. A análise dos inventários post-mortem, do Recenseamento Imperial de 1872, dos mapas de população de 1833/35, das listas nominativas de 1831/32, dos relatórios dos presidentes de província, e dos livros de compra e venda de escravos demonstram a desaceleração da economia local. A arrecadação municipal declinou, membros das maiores famílias barbacenenses passaram a investir na região cafeeira da Zona da Mata mineira. O mercado de escravos tornou-se pouco significativo, de acordo com o Recenseamento de 1872 e dos livros de compra e venda de escravos, principalmente se comparado às primeiras décadas do século XIX, quando o tráfico atlântico foi importantíssimo para reprodução da escravidão na região. A concentração da propriedade escrava foi fator que alimentou a desaceleração econômica, a hierarquia excludente da sociedade barbacenense se aprofundou nas extremidades da pirâmide social. O percentual de escravos diminuía de forma considerável, enquanto a população livre aumentava em ritmo acelerado. Na Zona da Mata mineira, região cafeeira, investia-se preferencialmente no tráfico interprovincial e intraprovincial, enquanto na região de Barbacena o investimento foi direcionado para a formação e estabilidade das famílias escravas, em detrimento do mercado de escravos. A rearticulação econômica da região de Barbacena favorecia ainda mais que grandes proprietários incentivassem a formação de escravarias repletas de famílias. Enquanto isso, os pequenos proprietários barbacenenses perdiam a capacidade de acumular pecúlio. O Recenseamento de 1872, os inventários post-mortem e os relatórios dos presidentes de província revelavam o aumento da população livre e liberta vinculada a economia de subsistência.

A desaceleração econômica do termo de Barbacena pode ser constatada com todas as suas evidências através de duas análises principais, entre diversas possibilidades de explicação. A primeira, a mais reveladora, é a simples comparação entre o desenvolvimento acelerado da economia barbacenense das primeiras décadas do século XIX com as transformações econômicas ocorridas em meados do oitocentos na mesma região. A segunda análise consiste na comparação entre as economias da ampla região desmembrada do termo de Barbacena, principalmente com a região cafeeira da Zona da Mata mineira. A diferença entre a expansão da economia de abastecimento de Barbacena e o desenvolvimento da cafeeira exportadora de Juiz de Fora, por exemplo, na segunda metade do século XIX, é muito flagrante. A desaceleração econômica influenciou decisivamente para que os proprietários escravistas barbacenenses priorizassem a formação e a estabilidade de famílias cativas para a

reiteração da escravidão, em detrimento do mercado de escravos interprovincial; de acordo, principalmente, com os dados do Recenseamento de 1872; ou mesmo do tráfico intraprovincial, de acordo com os registros de compra e venda de escravos, inventários post-mortem e o censo de 1872..

Outro fator fundamental estimulou a reiteração da escravidão na região de Barbacena foi a Lei Rio Branco de 1871. Não restam dúvidas que esta legislação garantia direitos aos escravos. Entre eles, a unidade familiar. Esta lei, ao garantir a estabilidade, sempre ameaçada pelas partilhas, vendas e outras formas de alienação, impôs a muitos proprietários uma carga muito pesada, principalmente aos pequenos proprietários, mais suscetíveis às instabilidades econômicas. Quanto aos maiores proprietários, a obrigatoriedade da unidade familiar não trouxe maiores consequências. A instituição da figura jurídica do “ingênuo” poderia acarretar enormes prejuízos para os proprietários escravistas, no entanto, os “ingênuos” foram utilizados como se fossem escravos e mantidos juntos a suas famílias. A Lei Rio Branco favoreceu a unidade familiar escrava, nas escravarias estáveis foi apenas confirmada, nos plantéis ameaçados pela instabilidade das partilhas, das vendas e outras alienações, sua unidade foi garantida. Desta forma, a Lei Rio Branco favoreceu a reiteração do escravismo na região de Barbacena.

Em 1887, foi registrada pelos relatórios da presidência da província de Minas Gerais a existência de 8.195 escravos matriculados na região do termo de Barbacena. Os relatórios oficiais não informam o número de “ingênuos”. A escravidão parecia resistir às pressões para o seu fim em Barbacena. A família escrava, sem dúvida, concorreu para a manutenção das escravarias na região.

## REFERÊNCIAS

### FONTES PRIMÁRIAS

#### I - Arquivo Histórico Municipal “Professor Altair Savassi” (AHMPAS)

- 1 - Inventários post mortem do Termo de Barbacena (1870-1888).
- 5 - Livros de Compra e Venda de Escravos (1872-1888).

#### II - Arquivo Público Mineiro. APM.

- 1 - Listas Nominativas do Termo de Barbacena de 1831-1832
- 2 - Mapas de população de 1833-1835.

#### III - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE

- 1- Recenseamento Geral do Império de 1872

#### IV - Center for Research Libraries

- 1 - Relatórios de Presidentes de Província de Minas Gerais (1837-1888)

### FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marta, MATTOS, Hebe Maria. *Etnia e identidades: resistências, abolição e cidadania*. Tempo, Rio de Janeiro, nº 6, 29-35, 1998.

ALANIZ, Anna Gicelle García. *Ingênuos e Libertos: Estratégias de Sobrevivência Familiar em Época de Transição, 1871- 1895*, Campinas, CMU/UNICAMP, 1997.

ALMEIDA, Carla M.C. de. *Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750-1850*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1994.

\_\_\_\_\_. “Demografia e laços de parentesco na população mineira: Mariana 1750-1850. In: *População e Família*, CEDHAL/USP, v.1, n 1, jan/jun. 1998.pp. 235-260

\_\_\_\_\_. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas Colonial, 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

\_\_\_\_\_. *A população escrava em Minas Gerais*. Revista Eletrônica de História do Brasil, Juiz de Fora, UFJF, v.3,n.1.jan/jul.1999.

ALMEIDA, Carla & OLIVEIRA, Mônica (orgs). *Nomes e números*. Alternativas metodológicas para a História Econômica e social. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2006.

ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Junia F. A *Estrada Real na história das Minas Gerais*. In Revista: *História & Perspectivas*, n] 20/21, 1999, UFU.

ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais. (1831-1840)*. Belo Horizonte. Dissertação de Mestrado em História: UFMG, 1996.

\_\_\_\_\_. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. Minas Gerais. Campanha da Princesa, (1799-1750). Niterói: Tese de Doutorado em História: UFF, 2005.

ANDRADE, Marcos, Ferreira de. *Família, fortuna e poder no Império do Brasil*. MG-Campanha da Princesa (1799-1850).

ANDRADE, Rômulo. Garcia de. *Casamento entre escravos na região cafeeira de Minas Gerais*. In: *Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas*. V. 22, número 2, jul./ dez. 2002, 177-197.

\_\_\_\_\_, *Família escrava e estrutura agrária na Minas Gerais Oitocentista*. População e Família. CEDHAL/USP, v. 1 jan./jun., 1998, p. 181-209.

\_\_\_\_\_,(a) *Havia um mercado de famílias escravas? ( A propósito de uma hipótese recente na historiografia da escravidão)*. In: *Lócus: Revista de História de Juiz de Fora*, v. 4 , 1, 1998, p. 93-104.

\_\_\_\_\_, *Estrutura agrária e família escrava nas Minas Gerais Oitocentista*. *Revista Eletrônica do Brasil*, vol 1, n02, 1997. <http://www.rehb.ufjf.br/>.

\_\_\_\_\_, *A família escrava na perspectiva da micro-história (Estudo em torno de um inventário e um testamento oitocentista: Juiz de Fora, 1872-76)*. In: *Lócus: Revista de História: Núcleo de História Regional/ EDUUFJF*, 1996, p. 99-121.

\_\_\_\_\_, *Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX*. Tese de Doutorado em História. São Paulo: USP, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ampliando os estudos sobre a família escrava...Revista Universidade Rural*, Série Ciências Humanas. Vol, 24 (1-2):101-113, jan/jun, 2002

\_\_\_\_\_. *Legitimidade, Compadrio e Mortalidade de Escravos*. Freguesias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. In: *Revista Eletrônica do Cedeplar*, 2009. Disponível: [www.cedeplar.ufmg.br](http://www.cedeplar.ufmg.br).

ANASTASIA, Carla M. J. & FURTADO, Junia F. A *Estrada Real na história das Minas Gerais*. In Revista: *História & Perspectivas*, n/ 20/21, 1999, UFU, p.33-55.

ANASTASIA, Carla. “Salteadores, bandoleiros e desbravadores nas matas gerais da Mantiqueira (1783-1786).” In PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do paraíso*. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 115-138.



ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3.ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, 1982

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Arrolando habitantes do passado: as listas nominativas sob um olhar crítico*. In: Revista Lócus. Juiz de Fora. Vol 14, nº 1. 2008, p. 113-132.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais. Editora SATERBLTDA, BH, 1971 p. 268

BERGAD, Lair. *Escravidão e História Econômica. Demografia de Minas Gerais. 1720-1888*. Bauru: EDUSC, 2004.

BERLIN, Ira. *Gerações de Cativo*. Uma história da escravidão nos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Record, 2006.

BORGES, Célia Maia. *Escravos e Libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade - Minas Gerais - séculos XVIII e XIX*. 1. ed. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005. v. 1. 25

BOTELHO, Tarcísio. *Famílias e escravarias: demografia e família escrava no Norte de Minas Gerais no século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. São Paulo: USP, 1994.

\_\_\_\_\_. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte: ABEP, 2000

\_\_\_\_\_. *Família e escravidão em uma perspectiva demográfica: Minas Gerais (Brasil), século XVIII*. In: LIBBY & FURADO (orgs), *Trabalho Livre, trabalho escravo. Brasil e Europa, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006. p.223-251.

\_\_\_\_\_. *População e escravidão nas Minas Gerais, c. 1720*. Anais eletrônicos do 12º Encontro da Associação Brasileira de Estudos de População – ABEP. Belo Horizonte: ABEP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Batismo e Compadrio de Escravos: Montes Claros (MG), século XIX*. *Locus – Revista de História*, vol. 3. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, p. 108-115.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim *Legitimidade, Casamento e Relações Ditas Ilícitas em São João del Rei (1730 - 1850)*. Diamantina, MG: *Anais do IX Seminário sobre Economia Mineira* - CEDEPLAR-UFMG, 2000.

\_\_\_\_\_. **J. Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX)**, Niterói, 2002. Tese de Doutorado Departamento de História – UFF

\_\_\_\_\_. *Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos em São João del Rei, 1730-1850*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20-24 de Setembro de 2004.

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal*. Família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII e XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989)*. A Revolução Francesa da Historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a morro Velho**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1976. P. 93

CANO, Wilson & LUNA, Francisco Vidal. Economia escravista em Minas Gerais In: Cadernos IFCH. Unicamp. 10, out. 1983.

\_\_\_\_\_. A reprodução natural de escravos em Minas Geras (século XIX): uma hipótese. In: *Ensaio Sobre a formação econômica regional no Brasil*. Campinas, SP: editora da Unicap, 2002. p. 34-47.

CARDOSO, Ciro F. S. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.

CARRARA, Ângelo. Minas e Currais. Produção Rural e mercado interno de Minas Gerais- 1674-1807. JF: EDUFJF. 2006.

CARVALHO, Sheldon Augusto Soares. *As perspectivas de senhores, escravos e libertos em torno do pecúlio e das redes familiares no desagregar da escravidão em Barbacena (1871-1888)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 2008.

CASTILHO, *Entre a Locomotiva e o Fiel da Balança: A transição da mão de obra no Sul de Minas*. Dissertação de Mestrado em História. Juiz de Fora. ICH: UFJF, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil. 1850-1888*. Trad. Fernando de Castro Ferro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1975.

COSTA, Iraci del Nero da, LUNA, Francisco Vidal. Vila Rica: nota sobre casamentos de escravos (1726- 1826). *África* (Centro de Estudos Africanos da Usp), n 4, 1981, p. 105-109.

COSTA, Maria Lúcia Prado. *Fontes para o Sul de Minas: Os trabalhadores de Paraguau e Machado (1850-1900)*. Belho Horizonte: Mazza Edições, 2002.

COSTA, Iraci Del Nero da. SLENES, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart B. A família escrava em Lorena (1801). Estudos Econômicos. Demografia da Escravidão. São Paulo: IPE/USP, v.17, n° 2, maio/ago., 1987, p. 257

CUNHA, Alexandre. *Paisagem e população: algumas vistas de dinâmicas espaciais e movimentos das populações nas Minas do começo do dezenove*. Anais eletrônicos do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais – ABEP, Ouro Preto, ABEP, 2002.

ENGEMANN, C. *De Laços e de Nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do oitocentos*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2006. Carlos.

\_\_\_\_\_. Da comunidade escrava e suas possibilidades, séculos XVII- XIX. In: FLORENTINO, Manolo (Org). *Tráfico, cativo e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e famílias no cotidiano colonial*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sinhás Pretas, Damas Mercadoras. As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João del Rei (1700-1850)*. Niterói: PPGHI/UFF. (Tese apresentada em concurso para professor titular em História do Brasil), 2004.

FERREIRA, Roberto Guedes. “*Estrutura de Posse e Demografia Escrava em Porto Feliz (São Paulo, 1798-1843)*”. In: Boletim de História Demográfica. Disposto no [http://historia\\_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/rg.pdf](http://historia_demografica.tripod.com/bhds/bhd41/rg.pdf). Capturado em 01/07/2009. p.6

FIGUEIREDO, Luciano Raposo. *Barrocos Famílias: Vida familiar em Minas Gerais no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FLAUSINO, Camila Carolina. *Negócios da escravidão: tráfico interno de escravos em Mariana (1850-1886)*. Dissertação de Mestrado, UFJF: Juiz de Fora, 2006

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico de escravos entre África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

\_\_\_\_\_, Manolo & GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico Atlântico no Rio de Janeiro*: Civ. Brasileira, 1997.

FRAGA Júnior, Walter. *Caminhos da liberdade: escravidão, emancipação na Bahia, 1870-1910*. (Tese de Doutorado em História). IFCH: UNICAMP, 2004.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul (1850-1920): um estudo de relações não-capitalistas de produção*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. (Dissertação de Mestrado em História),

FRAGOSO, João Luis R. *Homens de Grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Alternativas metodológicas para história econômica e social: micro-história italiana, Fredrik Barth e a história econômica colonial*. In: ALMEIDA, Carla M. de C. e OLIVEIRA, Mônica R. de, (Orgs). *Nomes e Números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: ed. UFJF, 2006.

\_\_\_\_\_. & FLORENTINO, M. Marcelino, filho de Inocência Crioula, neto de Joana Cambinda: um estudo sobre as famílias escravas em Paraíba do Sul (1835-1872). In: *Revista Estudos Econômicos*. Número 17 (2) São Paulo IPE-USP, 1987.

\_\_\_\_\_. *O Arcaísmo como projeto*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCISCO, Raquel Pereira. *Laços da senzala, arranjos da flor de maio: relações familiares e de parentesco entre a população escrava e liberta – Juiz de Fora (1870-1900)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2007. (Dissertação de Mestrado em História).

FREIRE, Jonis. Casamento, Legitimidade e Família. Em Freguesia Escravista na Zona da Mata Mineira. In: *Revista Locus. Revista de História de Juiz de Fora*. Vol II, ano 1 e 2. p.51-73, 2005.

\_\_\_\_\_. *Compadrio em uma freguesia escravista: Senhor Bom Jesus do Rio Pardo (MG) (1838-1888)*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. 42. ed. Rio de Janeiro:ed:Record, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Nacional, 1977

FURTADO, Júnia Ferreira (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma História do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)* São Paulo: Brasiliense, 1986.

GENOVESE, Eugene D. *O Mundo dos senhores de escravos: dois ensaios de interpretação*. Trad. Laís Falheiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GENOVESE, Eugene. *A Terra prometida: O mundo em que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*. Família, Trabalho, Terra e Conflito. (Juiz de Fora – MG, 1828-1928). São Paulo: Annablume, 2006.

GINZBURG, Carlo. *O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico*. In: *A Micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito: um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. Vitória: Lineart, 1993.

GOMES, Ângela. Questão social e historiografia no Brasil do pós-1980: notas para um debate. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n° 34, jul/dez, 2004, p. 157- 183.

GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. Histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.

GRAHAM, Richard. *Escravidão, Reforma e Imperialismo*. SP: Perspectiva, 1979.

GRAÇA FILHO, A., PINTO, F., MALAQUIAS, C. Famílias escravas em Minas Gerais nos inventários e registros de casamento. O caso de São José do Rio das Mortes. In: *Vária História*, Belo Horizonte, vol. 23, n. 37: p. 184-207, jan/jun 2007.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *A Princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUDEMAN, S. & SCHWARTZ S., Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, in: REIS, João José (org.), *Escravidão e invenção da liberdade: estudos sobre o negro no Brasil*, São Paulo: Brasiliense, Brasília CNPq, 1988.

GUEDES, Roberto. *Na pia batismal família e compadrio entre escravos na freguesia de São José do Rio de Janeiro (primeira metade do século XIX)*. Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense, 2000. (Dissertação de Mestrado em História).

GUIMARÃES, Carlos Magno, REIS, Liana Maria. *Agricultura e Escravidão em Minas Gerais (1700/1750)*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

GUIMARÃES, Geraldo. O Caminho Novo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São João Del-Rei*, v. 4, p. 27-43, 1986, p. 29

GUERZONI FILHO, Gilberto, & NETTO, Luís Roberto. Índices de nupcialidade da população forra em Minas Gerais no século XIX. *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, Anais. Olinda: ABEP, 1988.

GUTMAN, Herbert. *The black family in slavery and freedom, 1725-1925*. New York: Vintage, 1976.

GUTIERREZ, Horácio. *Senhores e escravos no Paraná, 1800-1830*. Dissertação de mestrado. São Paulo: USP, 1989.

\_\_\_\_\_. Demografia escrava em economias não-exportadoras: Paraná, 1800-1830. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 297-314, 1987.

KARASCH, Mary. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

KJFERVE, Tânia Maria G. & BRUGGER, Silvia Maria. Compadrio: relação social e libertação espiritual em sociedades escravistas (Campos, 1754-1766). *Estudos Afro-Asiáticos*. nº 20. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991.

LABURTHE-TOLRA, Philippe & WARNIER, Jean Pierre. *Etnologia e antropologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LARA, Silvia. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro – 1750-1808*. Rio de Janeiro: paz e terra, 1988.

\_\_\_\_\_. "Blowin in the wind. E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. In Projeto História, nº 12, 1995.

LENHARO, Alcir. Tropas da moderação. O abastecimento da Corte na formação política do Brasil (1808- 1842). São Paulo: Símbolo, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista: Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. & PAIVA, Caminhos alternativos: escravidão e reprodução em Minas Gerais no século XIX. *Estudos Econômicos*: São Paulo: IPE/USP, 25(2), mai/ago, 1995

\_\_\_\_\_. & GRIMALDI, Márcia. Economia e estabilidade: economia e comportamento demográfico num regime escravista, Minas Gerais no século XIX. *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro. N 7, p. 413-442. dez, 1988.

LIBBY, Douglas C. "As Populações Escravas das Minas Setecentistas: um balanço preliminar." In: RESENDE, Maria E. L. de; VILLALTA, L. C. História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 01. Belo Horizonte: Autêntica, Companhia do Tempo, 2007, p. 430.

LUNA, Francisco Vidal. Casamentos em São Paulo. In: NADALIN, S., MARCÍLIO, M. & BALHANA, A. (orgs). História da População: estudos sobre a América Latina. São Paulo, abep, 1990, p. 226-236

\_\_\_\_\_. Minas Gerais: escravos e senhores – análise da estrutura populacional econômica de alguns centros mineratórios (1718-1804). In: Ensaios Econômicos. São Paulo: IPE/USP. V. 8, 1981.

\_\_\_\_\_. *Observações sobre o casamento de escravos em São Paulo (1829)*. In: Anais do VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP). Olinda, 3; 215-233, 1988.

\_\_\_\_\_ & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, IPE-USP, 13(1):211-21, 1983.

\_\_\_\_\_. São Paulo: população, atividades e posse de escravos em vinte e cinco localidades (1777-1829). *Estudos Econômicos*, São Paulo, 28(1): 99-169, jan-mar 1998. p. 104.

LUNA & KLEIN, Economia e sociedade escravista: Minas Gerais e São Paulo em 1830. In: *Estudos Populacionais*., Campinas, v. 21, n. 2, p. 173-193, jul./dez. 2004.

MACHADO, C. *A trama das vontades*. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais, passagem do século XVIII para XIX). Rio de Janeiro. Tese de Doutorado em História: UFRJ/IFCH, 2006.

\_\_\_\_\_. (a) Casamentos de escravos e negros livres e a produção da hierarquia social em uma área distante do tráfico Atlântico. In: FRAGOSO, FLORENTINO, JUCÁ, CAMPOS (Orgs). *Nas rotas do Império*. 1 ed. Vitória Lisboa: Edufes, 2006, pp, 489-516.

MARCÍLIO, Maria Luiza (org.). *Demografia Histórica: Orientações e técnicas e metodológicas*. São Paulo: novos umbrais, 1973.

\_\_\_\_\_ (org). *População e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

MARCONDES, Renato L. A propriedade escrava no Vale do Paraíba paulista durante a década de 1870. Texto para discussão. Série Economia. São Paulo: FEA/USP-Ribeirão Preto, 2000.

MARTINS, Roberto Borges. *Growing in Silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*. PhD Dissertation, Vanderbilt University, 1980.

MARTINS, Roberto B. A economia escravista da Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1982

\_\_\_\_\_, “Minas no século XIX: tráfico e apego à escravidão à escravidão numa economia não exportadora.” In: *Estudos Econômicos*, vol 13, nº 1: USP, 1983.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar. *Revisitando a província: comarcas, termos e distritos e população de Minas Gerais em 1833-35*. Anais do V Seminário sobre Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR, 1990. pp.12-29.

MARTINS, Maria do Carmo Salazar, LIMA, Maurício Antônio de Castro, SILVA, Helenice Carvalho Cruz. *População de Minas Gerais na segunda metade do século*

XIX: *novas evidências*. Artigo apresentado no X Seminário sobre economia mineira. UFVJM. 2008. Disponível: [www.cedeplar.ufmg/diamantina.2002/textos/doc.pdf](http://www.cedeplar.ufmg/diamantina.2002/textos/doc.pdf)

MATTOS de CASTRO, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. Laços de família e direitos no final da escravidão. In.: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da Vida Privada no Brasil: Império*. 7a reimpressão. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser Escravo no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MAXWELL, Kenneth, *Devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil- Portugal, 1770- 1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

METCALF, Alida Christine . Vida familiar dos escravos em São Paulo no século XVIII: o caso de Santana do Parnaíba. *Estudos Econômicos*. SP. 17 (2), 229-243, mai/ago, 1987.

\_\_\_\_\_. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. *História e População. Estudos sobre a América latina*. São Paulo: ABEP, 1990.

MATTOS, Hebe Maria. *Ao Sul da História*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil Século, XIX*. Rio De Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MINTZ & PRICE, *O nascimento da Cultura Afro – Americana: uma perspectiva antropológica*. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.

MOTTA, José Flávio, *Corpos escravos, vontades livres: estrutura de posses de cativos e família escrava em núcleo cafeeiro (Bananal, 1801- 1829)*. Tese de doutorado em economia, USP, 1990.

MOTTA, José Flavio. Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos em Constituição (Piracicaba), 1861-1880. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 26, no. 52, 2006

NADALIN, Sérgio Odilon. *História e Demografia: elementos para um diálogo*. Campinas: Associação Brasileira de Estudos Populacionais- ABEP, 2004.

NEVES, M. de F. R. das. Ampliando a família escrava: o compadrio de escravos em São Paulo no século XIX. In: NADALIN, S. O., MARCÍLIO, M.L. (orgs.), *História e população: estudos sobre a América Latina*, São Paulo: ABEP, IUSSP, CELADE, Fundação SEADE, 1990

OLIVEIRA, Mônica, Ribeiro, *Negócios de Família: mercado, Terra e poder na formação da cafeicultura mineira- 1780-1870*. Bauru/ SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.



\_\_\_\_\_. *Imigração e Industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)*. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1991.

PAIVA, Clotilde Andrade. *População e Economia nas Minas Gerais do século XIX*. Tese Doutorado em História. São Paulo: FFLCH/USP, 1996.

\_\_\_\_\_. & KLEIN, Herbert S. *Escravos e Livres nas Minas Gerais do século XIX: Campanha, 1831*. São Paulo: *Estudos Econômicos*, 22 (1): 133-134, jan-abr. 1992.

PAIVA, Eduardo França. *Escravos e libertos nas Minas Gerais do século XVIII: estratégias de resistência através dos testamentos*. São Paulo: Annablume, 1995.

\_\_\_\_\_. *Escravidão e universo cultural na colônia: Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2001.

PASCOAL, Isaías. *A economia agrária e poder político no Sul de Minas: formação de uma identidade política conservadora na primeira metade do século XIX*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. IFCH: UNICAMP, 2000.

\_\_\_\_\_. *Reprodução e força de trabalho no Sul de Minas\_século XIX\_ no contexto de uma formação econômica não exportadora*. Tese de Doutorado Em Ciências Sociais, IFCH: UNICAMP, 2005.

PINHEIRO, Fábio. *O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros. Zona da Mata. 1809-1830*. Dissertação de mestrado. UFRJ. 2007

PINHEIRO, Fábio. *Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais. C. 1809-C. 1830*. In: *XIII Anais do XIII Seminário Sobre a Economia Mineira*. [www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario\\_diamantina/2008](http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008)

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POUTIGNAT, Philippe. *Teorias da etnicidade*, seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederik Barth. São Paulo: UNESP, 1998.

RAMOS, Donald. *Vila Rica: profile of a colonial Brazilian urban center*. *The Americas*, Washington, v. 35, n 4, p. 495-526, abr. 1979

RANGEL, Ana Paula dos Santos. *Nos Limites da Escolha*. Matrimônio e Família entre Escravos e Forros. Termo de Barbacena – 1781-1821. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2008. (Dissertação de Mestrado em História)

REIS, João José & SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: cia das letras, 1989.

RESENDE, Edna. Ecos do liberalismo: ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado imperial, Barbacena (1831-1840) Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 2008.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio. *O trabalho do fogo, perfis de domicílios enquanto unidades de produção e reprodução na Minas Gerais oitocentista*. Tese de Doutorado, UFMG, 2008.

RIOS, Ana Maria Lugão, “ *Família e transição* (Famílias negras em Paraíba do Sul, 1889-1920) Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1990.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas em Campinas ao longo do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: UNICAMP/ IFCH, 1999.

ROCHA, Cristiany Miranda. Histórias de famílias escravas: Campinas, século XIX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004, p. 107. Idem. Gerações da senzala: famílias e estratégias escravas no contexto dos tráficos africano e interno. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2004. (Tese de Doutorado em História).

RODRIGUES, André Figueiredo. *Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo*. Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH/USP. 2002.

SAINT-HILLAIRE, August. Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia: São Paulo: USP, 1975

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru: EDUSC, 2001.

\_\_\_\_\_. *Segredos internos*. Engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 3 ed, 2005.

SLENES, Robert, *Na senzala uma flor*. Esperanças e recordações na formação da família escrava. Brasil, Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX. *Cadernos IFCH-UNICAMP*, n.17. Campinas, junho 1985. 345

\_\_\_\_\_. Escravidão e família: padrões de casamento e estabilidade familiar numa comunidade escrava. Campinas, século XIX. In: *Estudos Econômicos*. São Paulo: 17(2), 1987.

\_\_\_\_\_. Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX. *Revista Brasileira de História*, 8:16, mar. 1988. (Reeditado em: Arantes, Antônio Augusto, et al. *Colcha de retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. 2ª ed, Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

\_\_\_\_\_. Senhores e subalternos no Oeste paulista. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil: Império*. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

novembro de 2008. (Texto apresentado para discussão nas linhas de pesquisa em História Social da Cultura e História Social do Trabalho – CECULT/Unicamp)

SOARES, Marisa de Carvalho. *Devotos da cor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Marina de Mello. *Reis Negros no Brasil escravista: História da festa de coroação do Rei Congo*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2002.

SOUZA, Sônia Maria. “Terra, família, solidariedade: Estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870- 1920)”. Tese de Doutorado: UFF, 2003.

SCHOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del. (Org.) *Revisão do paraíso: os brasileiros e o estado em 500 anos de história*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SOBRINHO, Juliano Custódio. *Negócios Internos: estrutura produtiva, mercado e padrão social em uma freguesia sul mineira de Itajubá (1785-1850)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas: Juiz de Fora, 2009.

TEIXEIRA, Adriano Braga. *População, Sistema Econômico e Poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena –1791/ 1822*. Rio de Janeiro: PPGHIS/ UFRJ, 2007. Dissertação de Mestrado.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana, (1850-1888)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 2001.

TEIXEIRA, Maria Lúcia Resende Chaves. *Família escrava e riqueza na Comarca do Rio das Mortes: O Distrito de Lage e o Quarteirão do Mosquito*. São Paulo: Annablume, 2007.

VALADARES, Virgínia Maria Trindade. *Elites Mineiras Setecentistas*. Edições Colibri, Lisboa, 2004.

VENÂNCIO, Renato P. Comércio e Fronteira em Minas Gerais. In: FURTADO, Júnia Ferreira, (org) *Diálogos Oceânicos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

ZEMELLA, Mafalda. *O abastecimento da Capitania de Minas Gerais*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 2 ed, 1990.